



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

*“NÓS, OS EDUCANDOS ARTÍFICES PARAENSES”*: PERFIL E TRAJETÓRIA DOS  
APRENDIZES DO INSTITUTO PARAENSE DE EDUCANDOS ARTÍFICES  
(1872-1905).

**RAÍSSA CRISTINA FERREIRA COSTA**

**BELÉM/PA  
2021**

RAÍSSA CRISTINA FERREIRA COSTA

*“NÓS, OS EDUCANDOS ARTÍFICES PARAENSES”*: PERFIL E TRAJETÓRIA DOS  
APRENDIZES DO INSTITUTO PARAENSE DE EDUCANDOS ARTÍFICES  
(1872-1905)

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do título de Mestre pelo Programa de  
Pós-Graduação em História Social da  
Amazônia (PPHIST) da Universidade Federal  
no Pará (UFPA).

Orientador: Prof. Dr. José Maia Bezerra  
Neto

**BELÉM/PA**  
**2021**

**FOLHA DE AVALIAÇÃO**  
**RAÍSSA CRISTINA FERREIRA COSTA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) da Universidade Federal no Pará (UFPA).  
Orientador: Prof. Dr. José Maia Bezerra Neto

Belém (PA), em 12 de março de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. José Maia Bezerra Neto.  
UFPA – PPHIST - Presidente

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Franciane Gama Lacerda.  
UFPA – PPHIST – Avaliadora interna

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sidiana da Consolação Ferreira de Macêdo.  
UFPA – FAHIS – Avaliadora externa ao programa.

---

Prof. Dr. Marcelo Ferreira Lobo  
SEDUC/CE – Avaliador externo.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

F383n FERREIRA COSTA, Raíssa Cristina.  
"Nós, os educandos artífices paraenses": : perfil e trajetória dos  
aprendizes do Instituto paraense de educandos artífices  
(1872-1905). / Raíssa Cristina FERREIRA COSTA. — 2021.  
205 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. José Maia Bezerra Neto  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em História, Belém, 2021.

1. Biografia Coletiva. 2. Meninos desvalidos. 3. Belém . 4.  
Século XIX. 5. Instituto Paraense de Educandos Artífices. I.  
Título.

CDD 981.15

---

À minha Rosa e meu caroço.

## RESUMO

Em 1872, era inaugurado na província do Pará o Instituto Paraense de Educandos Artífices, um projeto pensado para atender meninos desvalidos da fortuna. Idealizado com o objetivo de “livra-los das garras da pobreza” por meio da instrução voltada para o trabalho, o instituto também correspondeu a uma demanda de trabalhadores especializados em artes de manufatura que se tornavam cada vez mais necessários no contexto de crescimento fabril, comercial e desenvolvimento urbano decorrentes do auge da extração da borracha. Durante seus 25 anos de existência, esta instituição que tinha caráter de internato, abrigou centenas de meninos pobres da cidade de Belém. Saber quem eram estes meninos para além de números no relatório da presidência é o objetivo deste trabalho. Privilegiando as turmas ingressantes nos quatro primeiros anos, a análise perpassa pela construção de um panorama das condições de vida destes sujeitos, durante e depois de sua passagem pelo internato profissional, sem deixar de lado as concepções que nortearam a criação do instituto. Sendo assim, utilizo de falas e relatórios dos administradores, discursos da elite intelectual a nível imperial e provincial; ofícios do diretor do instituto; jornais de orientação conservadora, liberal, republicana e eclesiástica. Também faço uso dos alistamentos eleitorais dos anos de 1892 e 1898 afim de obter informações acerca da vida adulta dos educandos egressos. De maneira geral, a metodologia aplicada é a prosopografia. Também denominada de biografia coletiva, teorizada por Lawrence Stone, o foco em grupos populares é um desafio ao qual se propõe. Sua práxis exige a definição de perguntas-chaves sobre grupo/objeto, neste caso os educandos do Instituto paraense da primeira metade da década de 1870, afim de elaborar um perfil coeso. De onde eram? Quantos anos tinham? De que se alimentavam? Onde dormiam? Quais aulas frequentavam? Que ofícios aprenderam? Atuaram como artífices? Tornaram-se eleitores? Essas e outras questões formam o rol de reflexões desta pesquisa que delimita o perfil e trajetória dos alunos egressos do Instituto Paraense de Educandos Artífices.

**Palavras chaves:** Biografia coletiva, Meninos desvalidos do século XIX, Belém/PA, Instrução Popular, Instituto de Educandos Artífices.

## ABSTRACT

In 1872, the *Instituto Paraense de Educandos Artífices* was inaugurated in the province of Pará, a project designed to serve children destitute of fortune. Planned with the objective of “freeing them from the clutches of poverty” through work-oriented instruction, the institute also responded to a demand for workers specialized in manufacturing arts that became necessary in the context of industrial, commercial and urban growth caused by the peak of rubber extraction. During its 25 years of existence, this institution, which had the character of a boarding school, received hundreds of poor boys from the city of Belém. Knowing who these boys were besides numbers in the presidency report is the objective of this research. Privileging the first four incoming classes, the analysis goes through the construction of a picture of the living conditions of these people, during and after their passage through the professional boarding school, without leaving aside the conceptions that guided the creation of the institute. Therefore, I use the speeches and reports of the administrators, also speeches by the intellectual elite at the imperial and provincial level; offices of the director of the institute; conservative, liberal, republican and ecclesiastical newspapers. I used the electoral enlistments of the years 1892 and 1898 to obtain information about the adult life of the graduating students. In general, the methodology applied is prosopography. Also called collective biography, theorized by Laurence Stone, the focus on popular groups is a challenge that is proposed. The practice of this requires the definition of key questions about group / object, in this case the students of the *Instituto Paraense de Educandos Artífices* in the first half of the 1870s, to develop a cohesive profile. Where were they from? How old were they? What did they feed on? Where did they sleep? What classes did they attend? What crafts did they learn? Did they act as artificer? Have they become voters? These and other questions are on the list of reflections in this research that delimit the profile and trajectory of the students who graduated from the Instituto Paraense de Educandos Artífices.

**Keywords:** Collective Biography, 19<sup>th</sup> century Poor Boys, Professional Education, Popular Education, Institute of Educating Artificers.

## AGRADECIMENTOS

Não existem palavras fáceis para descrever o ardo caminho que nós pesquisadores trilhamos na pós-graduação. Principalmente no mestrado, no qual a ampulheta sobre nossas cabeças é diminuta. Se acrescentam a receita mais duas colheres de ansiedade, comum nesse meio, e uma “leve” porção de 2 kg de Coronavírus e temos a fórmula do Caos. Exageros e brincadeiras à parte, escrever um trabalho de fôlego envolve uma boa dose de paciência e dedicação, dignas de uma aventura épica. Sim, se me faltam palavras fáceis para retratar esta realidade, uma bela campanha heroica pode empresta-las.

Escrever é como invadir uma fortaleza à primeira vista intransponível, em um lugar de caminhos íngremes e perigosos. Como uma montanha, um longínquo e pontiagudo pico que guarda algum tesouro vigiado por um dragão maléfico. Isso mesmo, escrever é como invadir a Montanha Solitária, requer planejamento e conhecimento do terreno. Mas o pesquisador não é um ladrão que vai se esgueirando por portas secretas para apossar-se do tesouro sem ser visto. Nós somos os guerreiros que devemos enfrentar a fera, apesar de muitas vezes nos munirmos das frestas utilizadas pelo amigo ladino para enxergar nossos objetivos. Na verdade, o que seria de uma campanha como esta sem um bom grupo?

O grupo se reúne de maneira inesperada, ou não, para planejar sua ação, no meu caso, o ponto de encontro foi no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal do Pará. Lá eu encontrei diversos jovens aventureiros que também buscavam solucionar problemas no planejamento de seus assaltos. Eles compartilharam comigo a sabedoria de suas jornadas anteriores e eu a minha com eles. Serei eternamente grata, principalmente Aline Malcher, Lenon Xavier, Marcelo Barge, Vitor Modesto, Renata Machado, Livia Maia e Taissa Bichara, pessoas que tornaram as aulas mais plenas, principalmente pela brilhante organização da vaquinha da salvadora garrafa de café. Além deles, foram importantes nessa caminhada membros do Grupo de Estudo e Pesquisa da Escravidão e Abolicionismo na Amazônia (GEPEAM), dentre eles Ana Cravo, Viviane Frazão, Mayara Mendonça, Marley Silva, Benedito Barbosa e Marcelo Lobo.

A direção nos foi dada por um excelente grupo de *elderes* representados pelo corpo docente e suas importantes sugestões na elaboração do projeto e do sumário, agradeço principalmente aos professores da Linha de Etnicidade e Territorialidades: Usos e representações, Rafael Chambouleyron e Felipe Monteiro, e a banca de qualificação, professoras Franciane Lacerda e Sidiana Macedo.



Mas todos os planos e direções não teriam efeito sem as armas para atacarmos. A caminhada até o ferreiro é um ponto importante na narrativa do aventureiro. Sou grata a solicitude dos funcionários do Arquivo Público do Pará por terem tido paciência e até mesmo darem acesso a códices indisponíveis, aos bolsistas do Centro de Memória da Amazônia que foram igualmente prestativos e informativos e a Biblioteca Central da UFPA, sem a qual a sessão de bibliografia deste trabalho seria bem pequena. Os escudos e armaduras também são itens importantes, sem os quais o primeiro golpe colocaria fim a nossa jornada. Nesse sentido, ressalto a crucial importância da bolsa de pesquisa fornecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), um pesquisador que consegue se prover da pesquisa consegue ter mais tempo e dedicação para obter melhor resultado.

Todo aventureiro também deve saber que sem um suporte adequado, tudo será em vão. Por isso gostaria de agradecer a Lídia Valle, Evelyn Lobo e Giordana Monteiro por todo apoio no início tão conturbado. A minha mãe Rosiane Ferreira, minhas tias Cibele e Márcia Costa, minha avó Miraci Costa, por darem todo o suporte possível. Meu pai Alberto Costa e minha sobrinha Eloá por olharem pelo bem estar dos meus filhos peludinhos quando eu me perco nas fontes. Minha irmã Natália Costa por ser a melhor fotografa de fonte do mundo. As Matintas Cléopatra, Marina, Mylena e Dienifer por estarem ao meu lado na trincheira. Lorraine pela paciência no dia das contas populacionais. A Roseli Sousa, Dana, Marcia pelo apoio nosso círculo de mulheres. Hórus, Alan, Elcio, Flávia, Brenda, Raquel, Louis, Jéssica, Josi, Janaína, e os outros tantos queridos pernaltas do *Batalhão da Estrela* e meus familiares Cleiton, Junior, Emerson, Luzia, Maurício e vovó Domingas pela torcida.

Mas como nem só de batalhas viverá o guerreiro, os bardos sempre serão os alívios de uma noite escura na floresta assombrada do arquivo destruído ou na caverna penetrante do anacronismo. Assim agradeço aos amadíssimos amigos Gil, Tamyris e Sandro com os quais compartilho inúmeros momentos de risadas, cantorias, comemorações a beira do igarapé, os quais a mais breve lembrança é capaz de aquecer o coração e iluminar uma noite escura.

O que seria do guerreiro sem seus fiéis escudeiros? E a vida me presenteou com os melhores, aqueles sempre me acompanham desde que me lembro. Agradeço por estarem comigo nos altos e baixos desde que eu consigo lembrar Camila, Tainara e Sandy, minhas amigas de infância.

O caminho para a Montanha Solitária é laborioso, espinhoso e complicado, por isso necessita de um guia. Agradeço ao meu orientador José Maia Bezerra Neto por exercer esta função de maneira formidável e esmerada.

A companhia de guerreiros juntos a mim é, sem dúvida, a melhor que poderia ser. Lutamos lado a lado, muitas vezes afiamos juntos nossos machados. Curamos nossas feridas, nos apoiamos quando um de nós cai. Roberta e Rodrigo, viver a experiência de escrever uma dissertação com vocês tornou tudo possível. Agradeço a vocês por serem os mais bravos amigos que alguém poderia ter.

Como vimos, a jornada da pesquisa é dura e cansativa. Envolve uma rede de pessoas e estrutura para acontecer. Adentrando a fortaleza, encontramos inúmeras e impensáveis armadilhas e dificuldades que não conseguiríamos transpor sem a ajuda e a sabedoria deles. Até unir todos os itens e armas coletados para sentar à frente do computador para “matar o dragão”, muito se passou tenho certeza de que eu esqueci de agradecer uma série de pessoas queridas.

Com o dragão escrito, opa! Caído, entrego a vocês o tesouro, que é conhecer um pouco da história de pessoas comuns da Belém do final do século XIX. Analogias tolkienianas a parte, não existe história sem pessoas, então agradeço a Narciso por mostrar, lá na monografia, que era possível fazer este trabalho.

Raíssa C. Ferreira Costa.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de escolas femininas e masculinas na Província do Pará nas décadas de 1860 e 1870.....	29
Tabela 2 – Homens Livres Na Província Por Cor E Faixa Etária (1872) .....	133

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lista das províncias e os anos de criação das escolas de educandos artífices entre os anos de 1840-1874 .....	20
Quadro 2 – Lista nominal dos educandos. ....	59
Quadro 3 – Lista de gêneros alimentícios arrematados pelo Instituto paraense de educandos artífices em 1874, 1876, 1877 e 1879.....	84
Quadro 4 – Os educandos e oficinas.....	100
Quadro 5 – Oficinas dos estabelecimentos de educandos do Império.....	103
Quadro 6 – Itinerário de segunda a sábado alunos do IPEA.....	108
Quadro 7 – Educandos premiados.....	113
Quadro 8 – Educandos internos maiores de idade em 1880.....	115
Quadro 9 – Desligamento dos educandos.....	119
Quadro 10 – Alunos em relação ao ofício de formação e suas ocupações em 1890-93.....	136
Quadro 11 – Distribuição Dos Egressos Por Residência E Ocupação.....	149
Quadro 12– Situação Política Por Alunos Egressos.....	160
Quadro 13 – Educandos egressos em Organizações políticas.....	163

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Anúncio para assinatura de contrato de arrematação.....	87
Imagem 2 – Anúncio de encomendas do Instituto paraense de educandos artífices (1878) ....	106
Imagem 3 – Ofícios de desligamento dos educandos Narciso Ferreira Borges e Anastácio José Cardoso.....	118
Imagem 4 – Carta de pedido do pecúlio de João Thompson Wallace (1879) .....	125
Imagem 5 – Oficina de Alfaiate.....	134
Imagem 6 – Anúncio de celebração da criação da Sociedade Abolicionista Redemptora dos Captivos (1883) .....	165
Imagem 7 – Fachada do Instituto Lauro Sodré (1904) .....	170
Imagem 8 – Educandos do Instituto Lauro Sodré (1904) .....	171
Imagem 9 – Gravura de Augusto Gadelha Borges (1925) .....	173

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – Planta da Cidade de Belém por José Sidrim (1905) .....	148
Mapa 2 – Detalhe da Planta de Belém de 1905 - 1º distrito.....	152
Mapa 3 – Detalhe da Planta de Belém de 1905 - 2º distrito.....	154
Mapa 4 – Detalhe da Planta de Belém de 1905 - 3º distrito.....	156

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>16</b>
O Instituto paraense de educandos artífices: O Imã do progresso.....	16
Casas de educandos artífices: um legado para os Institutos. ....	19
<b>Capítulo I - Fortalecer o espírito do povo: discurso civilizador e práticas do ensino de ofícios em Belém. ....</b>	<b>28</b>
1– O guia da ordem: Educação para trabalho e controle social.....	34
1.1 – O método intuitivo de Pestalozzi e Frobel. ....	39
1.2 – Liberalismo e Utilitarismo. ....	42
1.3 – <i>Apprenticeship</i> inglês.....	45
2 – Cenário ideológico das elites políticas e intelectuais da Província do Pará a respeito da Instrução. ....	48
<b>Capítulo II – Nos corredores do internato: Panorama da condição dos educandos dentro do Instituto de artífices paraense.....</b>	<b>62</b>
1 - Habitação: acomodações e reformas. ....	65
2 - Saúde e enfermidades.....	78
3 - Alimentação e abastecimento.....	82
<b>Capítulo III – De cadernos a martelos: currículo, controle e disciplina. ....</b>	<b>91</b>
1. Das Aulas.....	93
2 . Das oficinas. ....	100
3. Da disciplina: tempo, punições e premiações.....	107
4. Desligamento e certificado. ....	114
<b>Capítulo IV – Artífices do Instituto Paraense: Cidadania, trabalho no pós-abolição (1879-1890).....</b>	<b>122</b>
1 – “ <i>Preto, artífice do Instituto Paraense de Educandos</i> ” – a cor dos desvalidos do IPEA. .....	127
2 – Perfil de ocupações e trabalhos.....	135
3 – Moradia.....	146
4 – Cidadania: A atuação Política.....	158
<b>Considerações finais.....</b>	<b>169</b>
<b>Referências Bibliográficas. ....</b>	<b>180</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>191</b>

## Introdução

### *O Instituto paraense de educandos artífices: O Imã do progresso*

No dia 3 de junho de 1872 foi inaugurado na província do Pará o do Instituto Paraense de Educandos Artífices (IPEA). No dia seguinte, a descrição do evento recebeu destaque na primeira página do *Jornal do Pará* informando aos leitores a pompa e formalidade da ocasião que contou com importantes membros da administração pública, dentre eles o chefe de polícia, os comandantes de armas e do terceiro distrito naval, chefes de repartições e o presidente da província. Entre banquetes e discursos, procurou-se exaltar as vantagens e a nobreza de estabelecimento com tal fim de formar homens trabalhadores, cidadão instruídos<sup>1</sup>.

Apesar de não possuir destaque em nenhum outro periódico disponível nos acervos da Hemeroteca Digital, foi um consenso para imprensa e para as autoridades que o Instituto era um elemento essencial para a província, entendido assim durante todo o seu período de funcionamento. O jornal *A Constituição* argumenta em anúncio sobre a direção do Instituto em 1876: “O Instituto não tem somente um fim muito nobre de dar educação a meninos pobres, elle tem sobre tudo um fim nobilissimo de preparar artistas habéis e morigerados”<sup>2</sup>. A fala do diretor Major L. E. de Carvalho, em anúncio no *Diário de Belém* ao presidente da província, em 1873, também possui o mesmo teor de defesa: “(...) tenho certeza de que o estabelecimento se elevará ao maior gráo de prosperidade, (...), a par de outras vantagens do mais alto alcance a moralidade e industria da nossa população”<sup>3</sup>. Nestes termos, a criação do IPEA seria um passo necessário para o desenvolvimento e progresso. Podendo ser considerado o estabelecimento de ensino artístico mais importante da província no período<sup>4</sup>.

As aspirações para criação do Instituto começam a aparecer na documentação oficial da presidência da província desde o ano de 1870. Em relatório de balanço para deixar o cargo João Alfredo Corrêa de Oliveira registra para sucessor Abel Graça que deixou o projeto do engenheiro Guilherme Francisco Cruz para avaliação, ressaltando o seu caráter de assistência

---

<sup>1</sup>Jornal do Pará. 40/06/1872. P.01.

<sup>2</sup> A Constituição. 20/04/1876. P. 01.

<sup>3</sup> Diário de Belém.25/12/1873. P. 01

<sup>4</sup> Durante o século XIX, a província do Pará contou com vários estabelecimentos de ensino de ofícios, dentre eles a Casa de educandos artífices de 1840, as Companhias de Educandos Artífices dos Arsenais de Guerra e de Marinha e a Escola Rural Dom Pedro II.



aos desvalidos, utilidade para a cidade, moralização – inclusive incentivando sua aplicação em índios menores de idade com este fim – e principalmente, destacando o seu baixo custo.

Como estimado pelo seu antecessor, Abel Graça demonstrou seu interesse em levar a frente o projeto apesar de afirmar, em relatório apresentado a assembleia provincial, haver necessidade de diminuir o orçamento destinado a instrução alegando déficit na renda pública. Segundo ele, este ramo do serviço público estava florescendo e precisava de mais esforços para alcançar “um estado satisfatório, digno do papel que representamos no mundo civilizado.”<sup>5</sup>, porém não concordava em gastar a quantia de aproximadamente 240:000\$000 réis somente nele. Seu argumento para a criação do IPEA seria sua conveniência de gerar receita através das obras produzidas em suas oficinas, fazendo alusão as casas de educandos do Maranhão (1841)<sup>6</sup> e do Amazonas (1858).<sup>7</sup>

O Instituto foi criado pela lei nº660 de 31 de outubro de 1870<sup>8</sup> que previa, logo em seu primeiro artigo, o caráter de amparo pelo seu objetivo de abrigar órfãos desvalidos e aos jovens desfavorecidos de fortuna, característica que sustentava o seu projeto de criação. Nesta lei ficou definida oferta de instrução primária e o ensino profissional, com especificação do currículo teórico e prático, as condições para ingresso etc.

A cerimônia de inauguração citada há pouco, foi realizada no prédio na estrada de Nazareth onde o IPEA funcionou em seus primeiros anos, local onde posteriormente foi construído prédio do atual Colégio Gentil Bittencourt, segundo o Jornal do Pará, dentre os ilustres convidados estava o Major Eduardo do Carvalho, nomeado diretor do Instituto, que discursou sobre “as vantagens do estabelecimento e dos seus resultados futuro”, seguido por Bento Figueiredo Tenteiro Aranha que discorreu acerca da “instrução, como imã do progresso

---

<sup>5</sup> Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na primeira sessão da 17.a legislatura pelo quarto vice-presidente, dr. Abel Graça. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1870.

<sup>6</sup> CASTRO, Augusto César. A educação da infância desvalida no Maranhão oitocentista: a casa de educandos artífices. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da educação*. Goiânia, 2006. ISBN 85-8977-937-8  
RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2004.p.169-170  
É interessante destacar que em toda a documentação consultada sobre o Instituto Paraense de Educandos Artífices não tem referência a experiência da casa de educandos do Pará, somente a de outras províncias que foram posteriores a ela.

Para Casa de Educandos Arífices Vide: BARBOSA, Andreson Carlos Elias. *O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011; FERREIRA COSTA, Raíssa Cristina. *A Pedagogia da Liberdade: A educação profissionalizante e Instituto Paraense de Educandos Artífices*. Monografia de Graduação. Belém, UFPA, 2016.  
RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto*. Opcit.

<sup>8</sup> Colleção de Leis do Ano de 1870, primeira parte. Tolmo XXX II. Typ. do Diário de Belém, 1872.

e da civilização”<sup>9</sup>. O articulista deixa claro o interesse de retratar aos seus leitores a importância e solenidade da abertura do Instituto, elogiando banquete, os convidados e o ambiente e completa

Mas tarde, quando os importantes resultados d'aquelle estabelecimento forem conhecidos, quando os meninos, que vão agora começar a aprender, forem homens e souberem colher todas as vantagens do trabalho intelligente; quando essas creanças, que entrão para ali agora balbuciando as letras do alphabeto, forem cidadão instruidos, e concorrerem para o desenvolvimento moral e intellectual do seo da paiz, o sr. dr. Abel Graça será lembredo com reconhecimento: nome do illustre fundador do Instituto Paraense de Educandos Artífices, será gravado em letras de ouro na história d'aquelle estabelecimento.<sup>10</sup>

O destaque recebido, os trechos dos discursos que seu autor escolheu transcrever, os títulos e nomes das “gradas” figuras que compareceram, dentre outros elementos selecionados para serem impressos neste artigo diz muito a respeito da imagem que o governo provincial gostaria de vincular ao estabelecimento e seu “esforço” para criá-lo. Contudo, nesta fonte, ou em qualquer outra que mencione a criação ou abertura do Instituto Paraense dos Educandos Artífices, não há sequer um vestígio da condição dos menores recém-matriculados neste internato. Estariam nesta cerimônia despedindo-se de seus pais ou tutores? Inquietações como esta permearam boa parte do meu processo de pesquisa na graduação, na qual iniciei o percurso de compreender o universo do IPEA, a necessidade de empreender esforços para enxergar os educandos na história de uma instituição de tamanha importância para província do Pará em um contexto que dava sinais do fim da escravidão, é imperativa. Não somente quando se trata a respeito da história desta instituição, ou da historiografia da educação do Pará, até porque, concordando com Maria Zélia Maia de Souza, a História da educação no Brasil carece de investimentos em pesquisas que deem maior atenção aos alunos, principais sujeitos das relações escolares<sup>11</sup>.

Outros excelentes trabalhos já tiveram como objeto central o Instituto Paraense de Educandos Artífices ou Instituto Lauro Sodré, como passa a se chamar na República, em destaque a tese de doutorado da professora Irma Rizzini e a dissertação de mestrado do professor Andreson Elias Barbosa, ambos tem como interesse principal entender as condições

---

<sup>9</sup> Jornal do Pará, 04/06/1872. p.01.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> SOUZA, Maria Zélia Maia de. O aprendizado para o trabalho dos meninos desvalidos: Nem Negros Escravos E Nem Criminosos. In: *Revista Contemporânea de Educação*. Rio de Janeiro, v.4, n.7, 2009, 43-60. ISSN 1809-5747.

nas quais as políticas de ensino de ofícios voltados para infância desvalida no século XIX se desenvolveu no norte do Império, muitas vezes fazendo comparações com outras casas com objetivos semelhantes que antecedem a criação do IPEA, como a Caza de Educandos Artífices do Pará, considerada a primeira do Brasil<sup>12</sup> e o Instituto Amazonense de Educandos Artífices. Ou o trabalho de Elisane Gomes Maciel qual se dedicou a descrever as características do funcionamento da instituição<sup>13</sup>.

Contudo, busco revisitar a instituição com intuito de descobrir quem foram os meninos desvalidos ou educandos artífices, como foi sua vida neste internato voltado para formação do trabalho, quais os desdobramentos de sua passagem pela casa. Sendo assim, a presente dissertação tem como objetivo fazer o perfil e trajetórias para os alunos das primeiras gerações do IPEA entre os anos de 1872 e 1910, mais ou menos quando seus rastros se dissipam por completo. A opção pelas turmas ingressantes no período de 1872 a 1875 é relativo à inexistência de alunos pensionistas previstos no regulamento da instituição, categoria esta que tinha como característica principal a possibilidade de pagar a anuidade para estudar na instituição. Esta condição também é valiosa para análise proposta, pois delimita o número de indivíduos rastreados a aproximadamente 75, já que durante o período imperial o IPEA recebeu entorno de 200 crianças ou mais. O marco temporal vai até o ano de 1910 pois é em média o período até o qual a documentação ainda apresenta rastros dos educandos egressos.

#### *Casas de educandos artífices: um legado para os Institutos.*

Antes mergulhar no rol de questões relacionadas ao grupo de educandos selecionado para ser o objeto principal deste estudo, cabe aqui fazer uma apresentação das características de experiências anteriores ao IPEA, mencionadas na documentação como inspiração para sua criação, e relacionar com algumas informações sobre este internato que virão a ser úteis no desenrolar do texto.

Como mencionado anteriormente, a província do Pará foi pioneira no modelo de Casa para meninos desprovidos da fortuna em formato de internato inaugurando a Caza de Educandos Artífices em 1840. De maneira geral, o objetivo da casa era formar meninos desvalidos em artífices da província, contudo o caráter filantrópico, o qual visava em suas ações

---

<sup>12</sup> RIZZINI. *O cidadão Polido e o Selvagem Bruto*. Opcit. P 216

<sup>13</sup> MACIEL. Elisane Gomes. *Preparando o Futuro: Instituto de Educandos Artífices Paraense (1870-1889)*. Monografia (Graduação em História). Faculdade de História da UFPA. Belém, 1998.

uma reforma social, dos costumes e da sociedade, foi muito presente no que diz respeito a todas as casas anteriores a década de 1870. Segundo Ana Cristina Pereira Lima, a forte participação da Igreja católica na condução destas casas dava a elas ares de caridade<sup>14</sup>.

Apesar de muitos pesquisadores considerarem a casa do Pará um parâmetro para as demais<sup>15</sup>, a faixa etária para ingresso era um pouco mais abaixo que a maioria iniciando aos cinco anos, no geral era aos sete, contudo o teto definido para quatorze anos foi mais comum. Sobre o currículo, Rosilda Germano da Silva afirma que

O ensino nas primeiras Casas de Educandos, surgidas na década de 1840, restringia-se a instrução elementar ministradas nas escolas públicas da época, ou seja, leitura, escrita, aritmética e princípios religiosos. O ensino de ofícios era totalmente prático, aprendido na execução das tarefas, como ocorria desde o período Colonial nas oficinas de artesãos que admitiam aprendizes<sup>16</sup>.

A historiografia das casas, nos mostra que a maioria delas estava localizada na região que no período compreendia o norte do Império, atual norte e nordeste, como fica explicitado no quadro abaixo, sem que haja uma hipótese que explique o porquê desta concentração.

**Quadro 1 - Lista das províncias e os anos de criação das escolas de educandos artífices entre os anos de 1840-1874.**

PROVÍNCIA	ANO DE CRIAÇÃO	INAUGURAÇÃO	LEI QUE A CRIOU
<b>Pará</b>	1840	1840	Lei Nº 79 de 21 de outubro de 1840
<b>Maranhão</b>	1841	1841	Lei Nº 105 de 23 de agosto de 1841
<b>Piauí</b>	1847	1849	Resolução Nº 220 de 24

<sup>14</sup> PEREIRA LIMA, Ana Cristina. Colégio Dos Educandos Artífices: As Crianças Pobres E A Educação Profissional No Século Xix (Fortaleza, 1856 – 1866). In: *Anais do IV Colóquio nacional e I colóquio internacional de Produção do conhecimento em educação profissional: A reforma do ensino médio (lei 13.415/2017) e suas implicações para a educação profissional*. Natal, 24 a 27 de julho de 2017. P. 09.

<sup>15</sup> BARBOSA. *O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque*. Opcit. P 109. STAMATO, Maria Inês Sucupira. Assistência social educativa para a infância desvalida (Brasil, 1822-1889). *Revista Ibero americana de Educación*, vol. 75 [(2017), pp. 89-110]. Pag.96. PEREIRA LIMA. *Colégio Dos Educandos Artífices*. Opcit. P. 3, REIS, Amada de Cássia Campos; FERRO, Maria do Amparo Borges. Estabelecimento De Educandos Artífices Do Piauí: Educação, Trabalho E Disciplina. (1847-1852). In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da educação*. Goiânia, 2006. ISBN 85-8977-937-8. RIZZINI. *O cidadão Polido e o Selvagem bruto*. Opcit. P. 170; LIMA, Guaraciane Mendonça de. *O Colégio De Educandos Artífices – 1865-1874: A Infância Desvalida Da Parahyba Do Norte*. Dissertação. Universidade federal da Paraíba, João Pessoa 2008. P. 65. SILVA, Rosilda Germano da. *O Colégio De Educandos Artífices no Brasil-Império: as raízes do ensino profissional para as crianças pobres em Alagoas (1854-1861)*. Monografia de graduação em pedagogia Maceió, 2010. P. 43.

<sup>16</sup> SILVA, Rosilda Germano da. *O Colégio De Educandos Artífices no Brasil-Império*. Opcit. P. 43.

			de setembro de 1847
<b>Alagoas</b>	1854	1854	Lei Nº 234 de 7 de abril de 1854
<b>Ceará</b>	1856	1857	Lei Nº 754 de 5 de agosto de 1856
<b>Amazonas</b>	1856	1857	Lei Nº 60 de 21 de agosto de 1856
<b>Sergipe</b>	1856	-	-
<b>Rio Grande do Norte</b>	1858	1859	Lei Nº 376 de 9 de agosto de 1858
<b>Paraíba</b>	1859	1865	Lei Nº 6 de 1 de setembro de 1859
<b>Goiás</b>	1861	-	-
<b>São Paulo</b>	1874	1874	-

**Fonte:** LIMA, Guaraciane Mendonça de. **O Colégio De Educandos Artífices – 1865-1874: A Infância Desvalida Da Parahyba Do Norte.** Dissertação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa 2008. Pág. 65.

Na busca por compreender o universo do ensino de artes de ofícios no Brasil do século XIX é importante considerar estas primeiras e abundantes experiências, já que elas servem de modelo para todas as outras que vieram depois, especialmente quando a pesquisa se ambienta em uma instituição fundada na mesma cidade em que se deu a primeira delas. Entretanto, é preciso entender que apesar das inúmeras permanências observadas nestes casos, as rupturas são um marcador importante, principalmente considerando os argumentos que vieram a ser defendidos para as transformações das casas em institutos. Sobre isto, Irma Rizzini salienta que

O fato de três instituições terem sido extintas e reinstaladas sob a denominação de “Instituto” (Amazonas, Pará e São Paulo) indica que as autoridades provinciais buscavam seguir as novas tendências assistenciais de especialização das instituições. Na década de 1870, se inicia um lento processo de diversificação e especialização do atendimento à infância, culminando no surgimento de novas denominações para as instituições. Assim, aparecem os institutos, as colônias, as escolas agrícolas e industriais, se diferenciando do asilo, da casa, do orfanato e do recolhimento, terminologias que não permitem identificar a natureza da finalidade da instituição: abrigar, formar ou recuperar<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> RIZZINI. *O cidadão polido e o selvagem bruto*. Opcit. P 173.

Desta forma, o período de inauguração de instituições de ensino de ofícios para infância desvalida anterior a década de 1870 (com exceção da tardia casa de São Paulo fundada em 1874) recebe da historiografia a alcunha de fase caritativa ou asilar. A Casa de Educandos paraense enfrentou diversos problemas relativos a orçamento e estrutura, fechando suas portas em 1852 distribuindo seus educandos pelos Arsenais militares ou devolvendo as suas famílias<sup>18</sup>.

Os institutos trazem consigo os ares do progresso, e seus objetivos já não perpassam pela ideia da caridade e sim pelo fim considerado nobre da instrução das classes populares para o avanço da sociedade envernizados pelo brilho da civilidade, como bem será debatido no primeiro capítulo desta dissertação intitulado “*Fortificar o espírito do povo: discurso civilizador e práticas do ensino de ofícios em Belém (1868 – 1880)*”. Trazem consigo discursos voltados não somente à formação de artífices para província, mas cidadãos morigerados, instruídos e fiéis não só a Deus, mas também à pátria.

Neste capítulo, busco abordar os debates que permeiam a discussão educacional, especialmente no período da segunda metade do século XIX, acerca do ensino artístico para a camada mais pobre da população e explanar em que aspecto a educação profissional foi pensada a partir destas concepções, assim como entender de que forma se pretendeu usá-la para atender demandas da vida urbana. Dividido em dois tópicos, a análise feita nesta porção do trabalho difere-se dos escritos de Irma Rizzini e Andreson Barbosa por estabelecer uma relação entre os parâmetros adotados como defesa do ensino de ofícios e teorias liberais pensadas a partir da realidade imperial e provincial, optando por discorrer acerca do Utilitarismo, Método Intuitivo e o *Apprenticeship* inglês no tópico “*O guia da Ordem: educação para o trabalho e controle social*”, usando como fontes descrições de falas e discursos de defesa do ensino artístico e instrução popular, assim como as bibliografias sobre as medidas pensadas pelas elites para a população negra escravizada e liberta e os trabalhos de pesquisadores da Filosofia, Sociologia e Pedagogia que foram de grande suporte na elaboração das hipóteses deste tópico.

A seguir, por considerar a maneira mais didática, optei por examinar as repercussões destas teorias na elite intelectual local de maneira separada no tópico “*Cenário ideológico das elites políticas e intelectuais da Província do Pará a respeito da Instrução*”, ponderando sobre as influências teóricas sobre os grandes nomes da educação paraense no período, assim como os administradores responsáveis pela estruturação da instrução na província, também a maneira

---

<sup>18</sup> BARBOSA. *O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque*. Opcit. P. 111.

pela qual essas concepções foram empregadas nas leis que regeram a implementação do ensino artístico. Apesar deste capítulo não dialogar diretamente com o objetivo principal da dissertação, o perfil e trajetória dos educandos, considero essencial entender as nuances do processo de estruturação do ensino de ofícios, já que levou a delimitação de público alvo para esta política pública capaz de incluí-los.

Sendo assim, debates foram feitos, leis foram assinadas, anúncios publicados e crianças matriculadas no internato profissional, então o olhar se volta para dentro dos muros do Instituto no segundo capítulo intitulado *“Nos corredores do internato: Panorama da condição dos educandos dentro do Instituto de artífices paraense”*. Sendo uma casa de ensino, é compreensível que o foco da análise dos pesquisadores tenda a recair, prioritariamente, em questões relacionadas a regimento e currículo, porém é preciso considerar que a partir da matrícula os educandos passam a morar na escola, tomar banho, se alimentar, dormir, socializar e etc.

A natureza das fontes produzidas pela direção da casa não ajuda muito na hora de discorrer sobre o cotidiano dos meninos do IPEA, contudo o esforço para entender algumas dimensões das condições as quais estavam expostos na experiência de internos se faz necessária e possível a partir das polêmicas promovidas pelos periódicos de Belém, os relatórios da presidência e do diretor do instituto, assim como os ofícios elaborados pelos funcionários da casa para a presidência da província. Deste modo, divido a narrativa deste capítulo em 3 momentos, o primeiro relativo as condições habitacionais dos educandos, ou seja, como eram as acomodações oferecidas para estes meninos. No segundo momento reflete-se acerca da saúde e das enfermidades que assolaram a vida destes jovens em meio as epidemias que assombraram a capital paraense, em especial a varíola. E, por fim, tece-se comentário acerca da alimentação oferecida a eles por meio das listas de compras do instituto, fazendo sempre que necessário ponderações sobre o funcionamento dos sistemas de decisão que eram os responsáveis diretos pela definição da qualidade das três categorias comentadas.

O terceiro capítulo direciona o foco para as características regimentais e educacionais da vida no internato, já que o atributo catalizador que transforma os atores principais desta pesquisa em um grupo é sua passagem por esta casa de estudo. Nomeado *“De cadernos a martelos: currículo, controle e disciplina”* o objetivo deste capítulo é desvelar a respeito dos conteúdos ministrados aos educandos, os ofícios que aprenderam, a rigidez e orientação do regime disciplinar aos quais estavam submetidos e como seu tempo era dividido. Aqui vale ressaltar que as experiências asilares não serão esquecidas e sempre que possível serão

comentadas, especialmente nos capítulos II e III, já que a revelia dos seus objetivos, os regulamentos e questões práticas dos institutos, principalmente o paraense, se inspiram nas determinações regimentais delas<sup>19</sup>. Esta porção da dissertação foi dividida em vários tópicos que organizam as temáticas explanadas neles, usando como principais fontes as leis que regem o Instituto, os regimentos, os boletins de exames dos educandos, as notícias jornalísticas acerca de episódios relevantes.

Até esta altura a pesquisa se divide em dois momentos, um sobre discursos e teorias e o outro sobre a experiência dos educandos dentro do internato, todavia o final do terceiro capítulo encerra este momento escolar e dá espaço para a quarta e última porção desta análise que se debruça sobre a vida dos educandos pós-instituto de artífices paraenses. O quarto capítulo deste meu trabalho foi sem dúvida o mais desafiador e o que mais me desvaneceu, denominado “*Artífices do Instituto Paraense: Cidadania, trabalho e pós-abolição*”. Como brevemente comentado no início desta apresentação, os idealizadores do Instituto defendiam que ele seria capaz de tirar das “garras da pobreza” os meninos que ali fossem internados, e foi por conta deste aspecto do discurso que me fiz a seguinte pergunta: Qual teria sido o impacto dessa formação artística na vida destes indivíduos considerados desvalidos na virada do século XIX para o XX logo após a abolição da escravatura? É em torno desta problemática que gira o objetivo deste capítulo.

Para dar conta desta face da trajetória dos educandos, senti a necessidade de abordar os temas da prática da cidadania, do trabalho e da dimensão do pós-abolição, pois estas categorias representam os indicativos que mais se relacionam com os problemas evidenciados pela documentação, as quais trabalharei nos quatro tópicos que compõe o quarto capítulo. Olhar para este cenário a partir deste grupo e de seus indivíduos é uma tentativa de ampliar a perspectiva da condição dos artífices na capital, concepção esta que o historiador italiano Carlo Ginzburg aponta na introdução do seu aclamado “*O Queijo e os Vermes*” a respeito do esforço de tratar desses sujeitos que até então apresentavam-se disformes na historiografia. O autor afirma que “*Se a documentação nos oferece a possibilidade de reconstruir não só massas indistintas como também personalidades individuais, seria um absurdo descartar essas últimas. Não é objetivo*

---

<sup>19</sup> Para maiores informações sobre as casas e asilos para infância desvalida da dita fase caritativa do ensino de ofícios no país vide: CASTRO. *A educação da infância desvalida no Maranhão oitocentista*. Opcit.; PEREIRA LIMA. *Colégio Dos Educandos Artífices*. Opcit.; REIS; FERRO. *Estabelecimento De Educandos Artífices Do Piauí*. Opcit.; LIMA. *O Collégio De Educandos Artífices – 1865-1874*. Opcit.; e SILVA. *O Colégio De Educandos Artífices no Brasil-Império*. Opcit.



*de pouca importância estender a classes mais baixas o conceito de 'indivíduo'.*"<sup>20</sup> Pretendo não somente traçar um perfil de grupo, apontando as características comuns desses atores sociais, assim como, em menor medida, as diferenças entre eles. Mas também contar a história de Narciso, que saiu do estado em busca de trabalho, ou João Thompson, o vigia público, ou ainda Alfredo Pontes Braga, preso em 1889. Enfim, falar de pessoas.

Considerando estes objetivos, me foi proposto adotar uma metodologia baseada na prosopografia, a qual busca estabelecer um grupo com características bem definidas e, desta forma, determinar uma descrição bibliográfica coletiva, que dará subsídios para traçar um perfil de sua dinâmica social, privada, pública, cultural, ideológica ou política. Segundo Lawrence Stone:

A prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens; sociais e posições econômicas herdadas, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinadas por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação.<sup>21</sup>

Elaborar uma biografia coletiva requer que o grupo/objeto seja coeso e também ser possível elaborar algumas questões-chaves sobre o mesmo dependendo das possibilidades da documentação. Assim, o autor comenta a importância da amplitude destas perguntas, já que estas deverão evidenciar as relações mais bem definidas dos grupos, assim como as divergências. Stone aponta para algumas dificuldades encontradas nas tentativas de se fazer um texto prosopográfico de grupos populares, pois o objeto comum desses estudos durante muito tempo foram pessoas abastadas da elite política, econômica e/ou intelectual, as quais possuem uma quantidade substancial de fontes disponíveis para se ter um vislumbre satisfatório de sua vida pública e, em vários casos, até mesmo a pessoal.

---

<sup>20</sup> GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: cotidiano e ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. P. 20

<sup>21</sup> STONE, Lawrence. Prosopography. **In:** Daedalus: journal of American Academy of Arts and Sciences, vol. 100, nº 1, 1971 – Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e de Renato Monseff Perissinotto. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011

Sendo assim, esbarra-se em uma tendência baseada na relação diretamente proporcional de quanto menor o status social, menor a quantidade de documentação disponível. Este é o caso e a opção por seguir um grupo de meninos pobres e a maioria de cor, impôs a escassez de informações relacionadas a sua vida egressa, principalmente relacionadas a vida pessoal e de desenvolvimento de suas carreiras. Entretanto, a natureza diversa das informações encontradas nos jornais do Pará foi de grande valia, dando a possibilidade de criação de um banco de dados com elementos essenciais para traçar o perfil do grupo (nome; arte de formação; idade estimada; cor; votante; endereço; se atua como artista; etc.), infelizmente não foi possível encontrar todas estas informações para totalidade dos indivíduos arrolados.

Na seara biográfica de grupos populares também deve-se estar atento a fragmentação das informações arroladas sobre os indivíduos. Segundo Stone, a possibilidade de cair em generalizações frágeis é significativa, pois ter como base informações a respeito da vigésima parte do grupo, da qual só existe quantidade de dados expressiva sobre ela, a sua fidedignidade vai depender de que a minoria conhecida seja uma amostra genuinamente aleatória do todo. Ou seja, para efeito de visualização, vamos imaginar que estamos estudando um grupo de ovelhas dispostas em uma colina, para a que as informações obtidas possam ser aplicadas a todo o grupo é importante que os dados coletados venham de uma amostra de ovelhas escolhidas de maneira arbitrária por toda extensão da colina e não apenas as que estão no lado ensolarado ou no topo dela.

Felizmente, as informações obtidas nos jornais e nos alistamentos eleitorais serviram como resolução para esta dificuldade apresentada por Stone. É verdade que é mais fácil encontrar informações sobre o grupo de educandos que decidiu se alistar e participar de alguma forma da vida política de Belém, porém a variedade de temas e orientações dos periódicos no final do século XIX ajudou a encontrar respostas para indagações acerca das opções profissionais, da vida política e de moradia, temas dos tópicos que dividem o capítulo. Assim como também, os trabalhos de Walter Fraga, Hebe Mattos, Marcus Vinicius Fonseca e Petrônio Domingues sobre o pós-abolição e Alfredo Matta, José Maia Bezerra Neto, Irma Rizzini e Marcelo Lobo acerca da educação de artes e ofícios e para escravizados. Além disso, o Censo de 1872 e os obituários foram verdadeiros aportes para o tema da cor destes homens.

Por fim, posso definir as perguntas-chaves desta dissertação, aquelas sugeridas por Stone, como: Em que se baseou a estrutura educacional que atendeu os 75 indivíduos arrolados? Como estas concepções foram aplicadas? Como foram tratados sob a tutela do estado? Quais

cuidados receberam ou deixaram de receber? O que lhes foi ensinado e com que intuito? E o que toda esta experiência lhe serviu? Houve mudança no seu status social?

Estas são as questões que me proponho a responder nos capítulos listados, porém não somente descrevendo processos administrativos e normas como fazem parecer os resumos. Deixe-me, brevemente, rememorar minha monografia de graduação, especialmente o seu terceiro capítulo. Nele o personagem principal se chama Narciso Ferreira Borges, um dos 17 alunos da primeira turma do Instituto Paraense de Educandos Artífices. Uma figura excepcional, Narciso tem uma trajetória que saltaria aos olhos de qualquer historiador, um homem pobre que tem tantos registros – dada as proporções de sua condição desprovida de fortuna – o bom aluno que virou professor.

Sendo não apenas um educando, mas “O educando” da minha monografia, Narciso se tornou a inspiração que instigou a possibilidade de fazer o esforço de contar a história de seus colegas de escola. Então, nada mais justo que ele sirva de fio condutor que costura todas as partes desta dissertação juntas, contando seus casos já narrados no trabalho anterior, mas também as novas histórias que o seu destino lhe reservou e que as fontes só sussurraram para mim na construção desta pesquisa. Porém, é tempo de Narciso, apesar da sina que carrega o seu nome, dividir o palco com os demais educandos do instituto que merecem ter seus casos e vidas contadas.

## Capítulo I - Fortalecer o espírito do povo: discurso civilizador e práticas do ensino de ofícios em Belém.

No dia 14 de dezembro de 1868, 57 alunos da escola pública do sexo masculino, localizada no terceiro distrito da capital, realizaram os exames necessários para o avanço ou término do ensino primário. O acontecimento foi presidido pelo tenente-coronel Antônio Pimenta de Magalhães, delegado literário do respectivo distrito, com a participação de Antônio de Deos d'Oliveira e Mello, Miguel Antônio Nobre Ledo e o professor regente da escola José Theodoro Saraiva da Costa, como examinadores. A despeito dos faltosos, o exame foi realizado e seu resultado divulgado dois dias depois no *Diário de Belém*. Segundo o jornal, a escola contava com 80 alunos, dos quais somente 25 foram aprovados<sup>22</sup>. Dentre os aprovados estava o jovem Narciso Ferreira Borges, filho de Luiza Ferreira Borges, que junto com outros 8 meninos passaram para a turma de 3ª classe, penúltima fase do ensino primário.

Na década de sessenta do século XIX, chegar neste nível do ensino primário pode ter representado para Narciso um diferencial importante, pois o baixo índice de alfabetização foi uma realidade para a maior parte da população do país, em especial as classes populares, durante todo o século XIX e se estendeu por boa parte do século XX. Em análise do censo de 1872 e 1890, Alceu Ravanello Ferraro e Daniel Kreidlow observaram que “Nesse ano [1872], a taxa de analfabetismo para o conjunto do País é de 82,3% para as pessoas de 5 anos ou mais [...], situação esta que se mantém inalterada pelo menos até o segundo Censo, realizado em 1890 (82,6%), já no início da República.”<sup>23</sup>, afirmam ainda que, apesar do Pará e Paraná terem as taxas mais altas de analfabetismo<sup>24</sup>, 73,2% e 71,1% respectivamente, não existia grande disparidade entre a situação das demais províncias, já que a diferença entre os menores índices estavam em um percentual de 1,19 a 1,23%<sup>25</sup>.

Na província do Pará entre os anos de 1865 e 1878, segundo dados dos Relatórios do Ministério do Império, a média de crescimento de estabelecimentos escolares encontrava-se inferior a 50 escolas por todo o período, estando entre as regiões com os menores números em relações a outros centros do Brasil. Segundo o Relatório da presidência do ano de 1868, em

---

<sup>22</sup> Diário de Belém. 16/12/1868. P 02.

<sup>23</sup> FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: Configurações e gêneses das desigualdades regionais. *Rev. Educação & Realidade*, Porto Alegre, Vol. 29(2), pp.179-200, jul/dez 2004. P 182.

<sup>24</sup> Os autores consideram que o estado de Sergipe, o qual apresentava menor taxa, sofria de uma subnotificação mais acentuada que as demais províncias, sendo assim seus dados não podem ser considerados numa análise comparativa entre o resto do país. Idem. P. 183

<sup>25</sup> Idem.

toda a província existiam 98 escolas, sendo 73 para o sexo masculino e 25 para o feminino<sup>26</sup>. Na tabela a seguir é possível acompanhar o movimento de criação e extinção de escolas femininas e masculinas durante as duas décadas de interesse deste trabalho.

**Tabela 1 – Número de escolas femininas e masculinas na Província do Pará nas décadas de 1860 e 1870.**

<b>NÚMERO DE ESCOLAS PÚBLICAS (1860 – 1879)</b>			
<b>ANO</b>	<b>PARA O SEXO FEMININO</b>	<b>PARA O SEXO MASCULINO</b>	<b>TOTAL:</b>
<b>1860</b>	14	62	76
<b>1861</b>	16	57	73
<b>1862</b>	19	52	71
<b>1863</b>	-	-	89
<b>1864</b>	26	66	92
<b>1866</b>	23	93	116
<b>1867</b>	24	73	97
<b>1868</b>	25	72	97
<b>1869</b>	26	81	107
<b>1870</b>	26	80	106
<b>1871</b>	22	84	106
<b>1872</b>	72	85	157 + 7 escolas noturnas
<b>1873</b>	73	87	160
<b>1874</b>	74	87	161
<b>1875</b>	77	88	165 + 7 escolas noturnas
<b>1877</b>	64	138	202 + 8 escolas noturnas
<b>1878</b>	65	137	202 + 7 escolas noturnas
<b>1879</b>	65	137	202 + 7 escolas noturnas

**Fonte:** Relatórios da presidência da província.

<sup>26</sup> Província do Gram-Pará. Relatório com que Joaquim Raymundo Lamare passa a administração da província ao Visconde do Arary. 1868.

Na tabela 1 observa-se que o crescimento do número de escolas é bem pequeno, principalmente durante a década de sessenta que manteve uma média de oscilação para o número de escolas femininas de 2 unidades anualmente e para meninos uma média de oscilação de 7 escolas, considerando que os anos de maior crescimento foram entre 1864 – 66 (27 escolas a mais) e de maior queda entre os anos de 1866 – 67 (20 escolas a menos). A década de setenta apresenta um índice de crescimento maior, especialmente para o número de escolas para meninas entre os anos de 1872 -73 (50 escolas), mantendo a média aritmética de 70 escolas no período enquanto a masculina, apesar de manter um crescimento exponencial desde o início da década, apresenta maior número salto nos anos de 1875-77, a província contava ainda com um tímido número de escolas noturnas masculinas.

O ramo da instrução na província do Pará enfrentou diversos problemas durante todo o século XIX, segundo Ana Maria Leite Lobato, em grande medida relacionados a prática de não priorizar este ramo da administração pública e falta de professores qualificados<sup>27</sup>. Vitor Souza Cunha Nery, ao analisar os Regulamentos gerais da Instrução das décadas de cinquenta, sessenta e setenta do século XIX no Pará, acrescenta neste cenário a dificuldade de fiscalização das escolas, principalmente fora da capital, as quais necessitavam de um determinado número de alunos assíduos para se manter funcionando. Por isso, os professores responsáveis por informar a diretoria da instrução pública seus números, optavam por enviar dados acerca da matrícula e não da frequência, expondo uma realidade ainda mais precária do ensino na província, já que o número de matriculados não representava efetivamente os que realmente frequentavam as escolas, sendo este último bem menor<sup>28</sup>.

O crescimento tímido da escolarização era não era exclusividade do Pará, e sim uma tendência nacional que vinha na contramão de discursos em defesa da Instrução Popular e da criação de escolas públicas nestes centros, como bem ilustra a fala do jurista Carlos Bush Varella, em uma das Conferências Públicas realizadas na Escola Pública da Glória da Corte imperial em 1874, na presença do Imperador e sua família. Nesta fala, o jurista fez coro a vários outros colegas, afirmando sua crença no dever do estado de retirar crianças pobres da rua por

---

<sup>27</sup> LOBATO, Ana Maria Leite. A instrução pública paraense no século XIX: breve percurso histórico. In: *Anais Online do XIV Eche – Encontro Cearense De História Da Educação Iv Enhime – Encontro Nacional Do Núcleo De História E Memória Da Educação*. Fortaleza – Ce | 17 A 19 De Setembro De 2015 pp. 255 – 264.

<sup>28</sup> NERY, Vitor Sousa Cunha. *Instrução Pública Primária na Província do Pará na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPA. Belém, 2013. P.95

meio do ingresso em escolas públicas, que seriam um instrumento de formação de cidadãos úteis a pátria<sup>29</sup>.

O ensino primário na segunda metade do século XIX compreendia leitura, escrita e cálculo. Apesar de ser considerado o nível de ilustração mais do suficiente para as camadas populares nos discursos de administradores provinciais, ainda assim oportunidades oferecidas para crianças e adultos aprenderem a ler e escrever em escolas públicas eram pouquíssimas na província, por isso é importante chamar a atenção para este momento da vida do menino Narciso. Não obstante, este educando não foi o único do grupo de interesse a ter em sua trajetória experiência de formação no ensino primário regular, Paulo Augusto Pfaender e Napoleão Marcos de Oliveira foram alunos da escola da *Sociedade Protetora da Infância desvalida* na capital da província<sup>30</sup>, constando como alunos da terceira classe em dezembro de 1872.

Esse capítulo da trajetória destes meninos sempre me levantou diversas questões acerca do que seria o ensino primário na Belém oitocentista, para além dos discursos da elite intelectual do Brasil. Como seria o processo de ingresso nas escolas públicas dos distritos da capital e dos interiores, masculinas e femininas, para as crianças das classes populares? Como esses populares encaravam a instrução primária?

Cada um destes questionamentos levaria a uma pesquisa de fôlego, com grande relevância para a crescente historiografia da educação no Pará, contudo os passos dos jovens Narciso, Napoleão e Paulo, neste caso, de suas mães ou responsáveis, me levam a pensar na divisão social da educação no Império. Considerando que perceberam vantagem em instruir seus filhos, pelo esforço de matriculá-los na escola pública primária ainda bem jovens, qual seria a razão para ele, em 1872, refazer as Primeiras letras<sup>31</sup> associada a educação artística? Mas por que não o ensino secundário?

Narciso e os outros são matriculados na turma de inauguração do Instituto Paraense de Educandos Artífices (IPEA), junto com os outros 14 meninos que também compõe o objeto desta pesquisa, entre a idade de 7 a 12 anos, sendo considerado bem em termos sanitários após avaliação e, principalmente, comprovando a condição de desvalido. O fato destes meninos

---

<sup>29</sup> SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. “Crianças e escolas na passagem do Império para a República”. In: *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 59-84, set. 1999.

<sup>30</sup> O liberal do Pará. 11/12/1872. P. 01

<sup>31</sup> Fase inicial do Ensino primário.

atenderem a esta última exigência é o marcador que aponta para os porquês de Luiza Ferreira Borges demandar a matrícula de Narciso no IPEA.

Mas afinal, o que significa ser um desvalido na segunda metade do século XIX? De acordo com o regulamento do IPEA, desvalido seria um menor em estado de pobreza, e para fins de comprovação poderia ser apresentado um atestado do pároco da sua freguesia<sup>32</sup>. Segundo o Código Criminal de 1830, que vigorou até o ano de 1890, os menores de 14 anos desamparados pela família seriam denominados pelas categorias: órfão, abandonados, infratores e desvalidos, cada qual com suas especificidades. No caso da categoria desvalidos, deve-se considerar que o desamparo é relacionado com a incapacidade de serem sustentados pelos seus familiares ou tutores. Em outras palavras, segundo a historiadora Maria Sucupira Inês Stamatto:

O desvalido era o indivíduo menor, desamparado, porque sua família não tinha condições sociais de fornecer-lhe as condições necessárias à sua sobrevivência, era pobre. [Diferente do] abandonado [que] não tinha família ou um adulto responsável por ele, por isso estava desamparado, estava na pobreza<sup>33</sup>.

Desta forma, verifico que os indivíduos advindos das camadas mais populares os quais buscassem obter instrução durante o Império poderiam encontrar acesso, de maneira geral, apenas ao ensino primário, uma vez que este foi entendido pelas elites intelectuais e políticas como nível de instrução suficiente para os pobres livres. Sendo assim, o primário se tornava sua única e escassa opção, já que o número de escolas públicas era limitado. Dentro desta perspectiva, o ensino secundário ficava restrito a uma pequena parcela da população, a mais abastada, como explica Alessandra Schueler:

A Instrução Pública, determinando que o ensino primário era suficiente às camadas pobres, mantinha o monopólio do ensino secundário e superior nas mãos de poucos. As atividades intelectuais e políticas, os cargos públicos e a direção do Estado permaneciam como privilégio das classes senhoriais, restando à maioria da população livre e pobre o "privilégio" de exercer o trabalho manual na sociedade.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> Regulamento do Instituto Paraense de educandos Artífices de 05 de novembro 1873. In: Coleção de Leis da Província do Pará, Tomo XXXV, 1ª parte. PA. Typ do Diário do Gram-Pará, 1873.

<sup>33</sup> STAMATTO, Maria Sucupira Inês. Experiências escolares para infância desvalida – Brasil Imperial (1822 – 1889). In: Revista *HOLOS*, Natal, Ano 32, V. 05. 2016. DOI: 10.15628/holos.2016.4685 PP. 22-32. P. 24.

<sup>34</sup> SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Rev. bras. Hist. [online]*. 1999, vol.19, n.37, pp.59-84. P. 65.



O propósito de atender os filhos das elites dado ao ensino secundário é perceptível na forma de organização observada em todo território imperial. A pesquisa bibliográfica e documental a respeito da instrução secundária nas diversas regiões do Brasil das professoras Eurize Pessanha, Wanderlice Assis e Stella Silva constataram que, via de regra, primeiras instituições de ensino secundário do Império resultaram de mobilizações de grupos da elite política, influentes em suas localidades e, a partir de sua pressão, contando com a participação do poder municipal na sua manutenção<sup>35</sup>, sendo que na província do Pará, esta modalidade de ensino está representada, quase que exclusivamente, pelo Liceu Paraense no período de 1868 à 1872 – recorte que interessa aqui pela perspectiva da trajetória de Narciso – nos relatórios da presidência da província.

A historiografia do ensino secundário no Brasil imperial mostra que não demorou muito para os cursos dessa modalidade se tornassem apenas preparatórios para o ensino superior, aos moldes do Colégio D. Pedro II do Rio de Janeiro, que pretendia servir de modelo para educação imperial<sup>36</sup>, afastando ainda mais das classes populares este nível de formação. Enquanto isso, o ensino primário ficou com o propósito de ser o suficiente para ensino popular, associado muitas vezes ao preparo para o trabalho livre, associação essa que marcou presença no imaginário da elite brasileira, como indica Bezerra Neto

[...] acredita-se que houve, por parte dos grupos sociais dominantes, a constante preocupação com o desenvolvimento da instrução pública primária e artística (instrução popular), em virtude de a mesma constituiu-se como mecanismo ideológico necessário a construção da hegemonia de valores sociais durante o processo, de construção da ordem burguesa no país. [...] Ficam claros, também, quais os objetivos da prática pedagógica: moldar as consciências dos indivíduos para a vida em sociedade, de acordo com os parâmetros da ordem, fundamento do progresso social<sup>37</sup>.

Sendo assim, cabe refletir acerca dos mecanismos e concepções que embasaram as práticas educacionais para a camada mais popular.

---

<sup>35</sup> PESSANHA, Eurize Caldas, ASSIS, Wanderlice da Silva, SILVA, Stella Sanches de Oliveira. História Do Ensino Secundário No Brasil: O Caminho Para As Fontes. *Rev. Roteiros*, vol.02, nº02 (2017); maio/ago 2017. P.326 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18593/r.v42i2.12251>

PESSANHA, Eurize Caldas, BRITO, Silvia Helena Andrade de. Ensino Secundário Ou Educação Secundária? Controvérsias E Singularidades Na Escrita De Sua História. *Anais do VII congresso brasileiro de história da educação da sociedade brasileira de história da educação*, Cuiabá, 2013 – ISSN: 2236 - 1855

<sup>36</sup> SANT'ANNA, Susan Brodhage; MIZUTA, Celina Midori Murasse. A Instrução Pública Primária No Brasil Imperial: 1850 A 1889. Op. Cit. P 102.

<sup>37</sup> BEZERRA NETO, José Maia. As oficinas do trabalho: representações sociais, institutos e ensino artístico no Pará (1830/1888). *Ver a Educação*, Belém, vol.2, n1, pp.41-70, jan/jun., 1996. P.47

## 1 – O guia da ordem: Educação para trabalho e controle social.

O pensar acerca do trabalho livre ao longo do século XIX foi uma prática presente em textos, discussões e preocupações de intelectuais brasileiros desde o início dos tratados que restringiam o comércio transatlântico de escravos a baixo da linha do equador. A possibilidade do fim da escravidão sinalizou para alguns membros da elite política a importância de se pensar um processo de adesão a um modelo de trabalho livre que não prejudicasse a elite econômica e não alterasse a ordem social<sup>38</sup>.

As controvérsias acerca da emancipação entre os vários setores da política e das elites eram diversas, José Maia Bezerra Neto em sua tese, na qual faz uma análise das dimensões desse debate, em especial entre abolicionistas e emancipadores; ao ponderar a respeito das concepções do processo de libertação de escravizados defendidas por emancipacionistas, observa que uma parte deste grupo acreditava na necessidade de instruir os escravizados de maneira a prepará-los para vida em liberdade como trabalhadores. Citando as ideias do escritor alagoano Tavares Bastos, Bezerra Neto comenta que a abolição não era sinônimo de liberdade e que para alcançá-la de forma plena, o liberto deveria respeitar a ordem social e a autoridade vigente, além de ser um trabalhador ciente de seus deveres<sup>39</sup>. Para isso, Tavares Bastos defendia a necessidade de associar a emancipação com instrução, sugerindo até criação de escolas. “Emancipemos e eduquemos” escrevia em seu livro *A Província. Estudo sobre a descentralização no Brasil*.<sup>40</sup>

Nesse sentido, Bezerra Neto também destaca a fala do conservador Perdigão Malheiros e do emancipacionista Carlos Seidl, sendo o primeiro defensor da obrigatoriedade da instrução primária como meio civilizador do negro<sup>41</sup>. Já Seidl, segundo o historiador, acreditava que os libertos estariam propensos a toda sorte de vícios se ficassem em ociosidade por julgá-los incapazes de viver em liberdade, sendo assim defendeu as aulas noturnas e dominicais aos libertos, para o ensino da leitura, escrita, contagem, doutrina cristã e a moral, com o fim de torná-los cidadãos úteis<sup>42</sup>.

---

<sup>38</sup> BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e ilegais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição* (Brasil, Grão-Pará: 1850 – 1888). Tese de doutoramento. São Paulo, 2009.

MAMIGONIAM, Beatriz G. *Africanos Livres: abolição do tráfico de escravos no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

<sup>39</sup> BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e ilegais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição* (Brasil, Grão-Pará: 1850 – 1888). Op. cit. P. 187

<sup>40</sup> Idem. P. 185

<sup>41</sup> Idem p. 187

<sup>42</sup> Idem p. 184

Ainda acerca desta percepção, a historiadora Beatriz Mamigonian ao analisar a condição dos africanos traficados para o Brasil apreendidos pelo estado no período da proibição do comércio transatlântico, aponta a intenção dos formuladores do projeto constitucional de articular a proposta da concessão da cidadania aos libertos com emancipação lenta e educação religiosa e industrial, por meio da fala do deputado José Silva Lisboa da Bahia em 1823, o qual elogiava a ação partindo do pressuposto que esta medida seria eficaz no “melhoramento” dos vadios e dissolutos.<sup>43</sup>

De maneira semelhante, Alfredo Matta observou em Salvador, no período posterior ao fim do tráfico de escravizados em 1850, um aumento no interesse social na formação de artesãos e no disciplinamento de órfãos oriundos das classes populares. Em seu estudo sobre a Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim, o autor mostra que já no período de sua criação no início do século XIX essa percepção foi usada como objetivo da casa, mas Matta afirma que a casa acabou por se converter em uma instituição fornecedora de trabalhadores em um período de preocupação com o fim trabalho escravo e a construção do trabalho livre<sup>44</sup>, contou ainda com o apoio da Associação Comercial da Bahia, tendo empregado menores para trabalhar como aprendizes nas empresas comerciais e oficinas de artesãos privadas, com maior índice, justamente, na década de 1850.

Sidney Chalhoub, em seu livro “Trabalho, lar e botequim”, ilustra bem o cerne do entendimento daqueles que argumentavam sobre uma suposta inaptidão dos libertos para a vida em liberdade. Comentando as discussões acerca do projeto de repressão a ociosidade no Brasil em 1888, logo após a abolição, Chalhoub evidencia elementos nos discursos destes indivíduos comuns a todas as questões envolvendo o trabalho livre por toda a segunda metade do século XIX, dentre estes elementos que buscam caracterizar os libertos estão: o vício, a falta de ambição, desinteresse por “trabalhos honestos”, falta de civilidade, vadiagem, dentro outros. Tangendo esta perspectiva surge a ideia na qual a educação agregada ao ensino de ofícios seria um recurso para inculcar na pessoa valores que relacionem o trabalho diretamente com virtude e moralidade e servissem de “exemplo e edificação aos outros da mesma classe social”, como

---

<sup>43</sup> MAMIGONIAM, Beatriz G. *Africanos Livres: abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Opcit.P.54 – 56.

<sup>44</sup> RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2004. P. 163.

afirma o deputado Mac-Dowell que foi Ministro da Justiça e deputado Geral pelo Pará citado pelo historiador.<sup>45</sup>

Dito isto, fica evidente na questão da liberdade de pessoas pobres e de cor, nascidas livres ou escravizadas, que há um certo alinhamento ao entendimento do papel civilizador da educação nesse processo durante boa parte do século XIX. Sobre isso, Bezerra Neto, diz que:

“[...] a crença liberal no papel regenerador e civilizador da instrução pública primária e profissionalizante no tocante o preparo material e moral das classes pobres livres, entre elas os libertos, [eram] repertório comum não somente aos liberais, mas também compartilhado pelos conservadores.”<sup>46</sup>

O argumento em defesa da tríade instrução, trabalho e religião como fórmula civilizadora para se alcançar o dito “cidadão morigerado” foi comum nos debates e que tratavam das medidas a serem adotadas especialmente para a infância desvalida, já na segunda metade do XIX.<sup>47</sup> O título deste capítulo faz alusão ao relatório do presidente da província do Pará

---

<sup>45</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle époque*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012. P. 59 - 171

<sup>46</sup> BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e ilegais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição* (Brasil, Grão-Pará: 1850 – 1888). P.185

<sup>47</sup> Vide: ARAÚJO, Telmo Renato da Silva. “Entre as normatizações correcionais e o Mundo do Trabalho: A institucionalização da educação infanto-juvenil no Pará entre 1870 e 1920”. In: *Anais do 1º Colóquio de História da Educação do Pará*. 2011, Belém/ PA; BARBOSA, Andreson Carlos Elias. *O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque*. Dissertação (Mestrado em Educação) -UFPA, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011.; BORGES, Angélica; TEIXEIRA, Giselle Baptista. “Antonio de Almeida Oliveira, os ideais republicanos e a instrução: um projeto para ensino público no século XIX”. In: *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL*, Pelotas, n. 17, p. 187-190, abr. 2005; ETCHEBÉHÈRE-JÚNIOR, Lincoln; BOTELHO TRUFEM, Sandra Farto. “O Ensino Profissionalizante Na Imperial Cidade De São Paulo, Brasil (1823 - 1889)”. In: *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL*, Pelotas, v. 14, n. 32, p. 109-141, Set/Dez 2010. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe/>; FERREIRA COSTA, Raíssa Cristina. *A pedagogia da Liberdade: A educação profissionalizante e o Instituto Paraense de Educandos Artífices*. Monografia de graduação. Belém: UFPA, 2016; FONSECA, Vinícius Marcus. *A educação dos negros: Uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

GASPARELLO, Arlette Medeiros; VILLEVA, Heloisa de Oliveira Santos. “O discurso educacional no século XIX: A nova pedagogia em questão”. In: *Revista HISTEDBR online*: Campinas, 2008; GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008; MACIEL GOMES, Elisane. *Preparando o futuro*. Instituto de Educandos Artífices Paraense (1870-1889). Belém: UFPA. Monografia de graduação, 1998; MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. “As duas pedagogias: Formas de educação dos escravos; mecanismos de formação de hegemonia e contra-hegemonia”. In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.28, p.145 –163, dez. 2007 - ISSN: 1676-2584; PAES DE SOLSA, Celita Maria. *Traços de compaixão e misericórdia na História do Pará: Instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX e início do século XX*. São Paulo: PUC/SP, 2010. Tese de Doutorado. RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2004; \_\_\_\_\_. “A união da educação com a religião nos institutos indígenas do Pará (1883-1913); \_\_\_\_\_.” *Educação Popular na Amazônia Imperial: crianças índias nos internatos para a formação de artífices*. In: SAMPAIO, Patrícia Melo; ERTHAL, Regina Carvalho (org). *Rastros da Memória: História e trajetória das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006.

Albel Graça, em 1871, apresentando à Assembleia provincial suas impressões acerca da implementação de um estabelecimento com fins de dar educação artística a meninos desprovidos da fortuna na província, o Instituto Paraense de educandos Artífices. A historiografia do tema deste capítulo ajudou-me a observar que no dito relatório existem argumentos semelhantes a outros defendidos em discursos do mesmo período e até em períodos anteriores, que buscavam alicerçar razões para a instalação de instituições para educandos artífices ou semelhantes em outras capitais de províncias ou áreas rurais.

Por isso, a partir deste ponto, o objetivo é analisar o discurso que cimentou os objetivos empregados ao ensino de ofícios institucionalizado, em particular os utilizados para legitimar a criação do IPEA e estabelecimentos semelhantes no Brasil pós 1871, desvelando as teorias liberais nas quais esses intelectuais se baseavam e quais seus reflexos nas leis.

Partindo deste objetivo, observamos em relação a elaboração de sistemas de ensino por toda extensão do país, uma aproximação de modelos e teorias pedagógicas estrangeiras, presentes em grandes obras, as quais procuram definir e construir um modelo de educação para o país, como por exemplo, na obra de Rui Barbosa e José Veríssimo<sup>48</sup>. Também, é o que se vê nos regimentos internos e práticas educacionais aplicadas nas escolas de ensino primário e secundário, seja masculino ou feminino, a exemplo tem-se o Colégio Pedro II seguindo o modelo literário e humanístico, no Rio de Janeiro<sup>49</sup> e a Escola feminina do Colégio Florence em Campinas<sup>50</sup>, seguidora dos modelos de programas de ensino para mulheres da Prússia e França onde sua fundadora se formou, ou até mesmo centros de formações de professores como a Escola normal que tinha como guia o modelo francês humanista, conservador e católico<sup>51</sup>, o Collegio Americano, na província do Pará, de tendências estadunidenses, positivista, praticantes do Método Intuitivo<sup>52</sup>.

---

<sup>48</sup> BARBOSA, Rui. “Pareceres”. In: *Obras completas*. Volume nove, Tomo I, 1882. Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1942.

FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. *José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana: Raízes Da Renovação Escolar Conservadora*. Tese de Doutorado. Campinas. 2004.

<sup>49</sup> PALMA FILHO, J. C. *Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação* – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p. 29-47.

<sup>50</sup> RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *A educação feminina durante o século XIX: O colégio Florence de Campinas 1863-1889*. Campinas: Área de publicações CMU/UNICAMP, 1996

<sup>51</sup> MALHEIROS, Rogério Guimarães. “As transformações políticas e econômicas da Província do Grão-Pará e a Escola Normal como instituição destinada a formar professores alinhados aos ideais modernos de ordenamento, progresso e civilização (1840 a 1871)” In: *Almanack*. Guarulhos, n.07, p.95-116, 1º semestre de 2014. P 99

<sup>52</sup> MORAES, Felipe Tavares. *José Veríssimo (1857 – 1916), intelectual amazônico: Geração de 1870 e educação no Grão-Pará (1877 – 1891)*. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2018.

A elite intelectual do Brasil, seja liberal ou conservadora, sempre esboçou notório interesse pelas produções estrangeiras, principalmente advindas dos maiores centros da Europa, sem restringir-se ao âmbito do lazer e da estética, muitos dos filhos desta elite ainda seguiam para antiga metrópole ou para estes centros a fim de concluir sua formação acadêmica, quando não ingressavam em instituições no Brasil de ensino superior elaboradas aos moldes das grandes faculdades estrangeiras. As produções filosóficas em países como a Prússia, França e Inglaterra eram especialmente apreciadas, logo não é de se estranhar o gosto dos letrados nacionais em beber destas fontes quando se dispunham a pensar a pedagogia, já que foi nesses centros que ela ganhou maior visibilidade e profundidade durante o século XIX, o “século da Pedagogia”<sup>53</sup>.

Porém, é de fundamental importância ponderar que buscava-se adequar a realidade brasileira e as especificidades regionais a modelos e teorias pedagógicas importadas, ou seja, não havia uma apropriação simplista de modelos estrangeiros, mas sim uma adaptação de suas teorias a realidade nacional. Todavia, a busca por referências de concepções pedagógicas, essencialmente de países europeus e do EUA, era feita, principalmente, dentro da proposta liberal da qual os intelectuais componentes e movimentadores das discussões sobre educação no país simpatizavam. Não foi diferente para a relação educação-trabalho, promovida pelo ensino profissionalizante. Os ideais ligados ao evolucionismo, higienismo, determinismo e darwinismo social, os quais ganharam força tardiamente na década de 1870 em relação ao cenário nacional, foram elementos marcantes para adaptação da teoria educacional para a realidade brasileira.<sup>54</sup>

Verificando a bibliografia a respeito de instituições para infância desvalida, como estabelecimentos semelhantes ao IPEA, sobre o tema de ingênuos e libertos, instrução popular, ensino de ofícios, dentre outros, percebi que algumas teorias e modelos pedagógicos despontam de forma mais forte dentro dos princípios defendidos pelas elites de várias partes do Império, sendo assim, escolho analisar as três que mais me chamaram a atenção.

O esforço de entender as razões por trás da defesa de estabelecimentos como IPEA não me ajudam a elucidar completamente o questionamento de como as classes populares os interpretavam, porém me ajuda entender como estes institutos foram apresentados a esses

---

<sup>53</sup> CAMBI, Franco. *A História da Pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

<sup>54</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

sujeitos e, a partir deste viés, quem sabe, perceber correspondências e rejeições em suas ações, já que é possível observar que houve uma adesão por uma significativa parcela dos pais e tutores ao projeto do ensino artístico oferecido pelo Instituto paraense, representada pela grande procura por matrículas, como melhor poderá ser visto no capítulo seguinte. Portanto, peço aqui licença para me afastar um pouco da narrativa de trajetória dos meninos do IPEA, para poder me voltar as concepções de educação que regeram o pensamento dos responsáveis pela criação e mudanças ocorrida na instituição que educou e acolheu este grupo meninos por aproximadamente sete anos.

### **1.1 – O método intuitivo de Pestalozzi e Frobel.**

A primeira teoria que mais chama atenção dentre todas, defendida não só no Brasil predominantemente nas décadas de sessenta e setenta do século dezenove, é o chamado Método Intuitivo baseado nas teorias pedagógicas de Johann Heinrich Pestalozzi, Friedrich Fröbel e seus seguidores. Este método se apoiava, principalmente, na unificação da tríade: mente, coração e mãos que, dentre outras características, estava ligada à teoria rousseauiana.

Dentro da perspectiva de Jean-Jacques Rousseau, na qual o processo histórico degenera o indivíduo, deve-se adotar uma perspectiva possível, a qual vê na prática de uma arte (política e educacional) o conserto e a reconciliação com esta bondade natural do homem. Esta bondade só seria encontrada através da transformação deste indivíduo, cheio de vícios engendrados no desvirtuamento das paixões, em cidadão, o qual, segundo o filósofo, seria o homem ideal, o ser coletivo.<sup>55</sup>

Tendo como base as ideias deste filósofo, estes pedagogos germânicos assumiram para si que o bom desenvolvimento do homem estava ligado a uma educação que possibilitasse a observação e experimentação, para educar os sentidos e apoderar-se do espírito das coisas; pois seria somente por meio do desenvolvimento das dimensões físicas, morais e intelectuais que se pode alcançar a progressão social. Sendo assim, um caminho seria a combinação das primeiras letras com disciplinas de desenvolvimento prático, como desenho, ter contatos com os objetos antes da gramática e sua grafia, ter na escola coleções de insetos empalhados para apreciação, etc.

---

<sup>55</sup> ROUSSEAU, Jean Jaques. *Emílio ou da educação*. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

Fröbel merece destaque na sua contribuição para o Método Intuitivo pela sua defesa da instrução desde a primeira infância. Em seu livro “A educação do Homem”, defende a criação dos Jardins de Infância (kindergarten), cujo objetivo é cultivar a inteligência e os bons valores nas crianças (como se fossem plantinhas novas). Por este motivo, esta teoria é quase sempre associada ao ensino primário<sup>56</sup>.

Este modelo pedagógico chama mais atenção que os dos próximos tópicos pela forma direta como era abordado e a validação que os dedicados à educação no período lhe davam, tanto que ficou popularmente conhecido como “Lição das Coisas” ou “Lição das Cousas” aqui no Brasil, denominação que foi empregada oficialmente nas conferências proferidas aos professores presentes na Exposição Universal de Paris, em 1867. A popularidade do Método Intuitivo na segunda metade do século XIX foi tamanha que um grande número de manuais escolares foi produzido utilizando-o como base. Dentre eles, Anaete Schelbauer cita “Primeiras Lições de Coisas” de Norman Allison Calkins (EUA, 1861) traduzido por Rui Barbosa, em 1886; e o manual “Lições de Cousas” de Saffray (França) traduzido por Alves Carneiro e publicado no Brasil em 1902.<sup>57</sup>

Esses manuais foram utilizados, principalmente, no ensino primário e na escola normal. Contudo, a forma como foi aplicado gerou polêmicas, pois seu preceito de educar pelas coisas antes das palavras foi posto em prática de maneiras diversas das indicadas pelos seus criadores, muitas vezes chegou a ser ministrado como uma disciplina a parte do resto do conteúdo ou, simplesmente, se descreviam os objetos para os alunos, dentre outras maneiras.<sup>58</sup> Além disso, como citado anteriormente, Belém contou durante as décadas de 1880-90 com um colégio que aplicava este método, o *Collegio Americano*, sob a direção de José Veríssimo que, apesar dos esforços para aplicar a estratégia do jardim de infância, era um dos que possuía uma disciplina específica denominada “Lições das coisas”, como se fosse algo a parte das outras.

Sendo assim, segundo o Método Intuitivo, a educação seria uma forma eficiente de se formar cidadãos de bem, considerando a hipótese do seu papel ser guiar a criança/aluno para

---

<sup>56</sup> KOCH, D. “Friedrich Froebel, o criador do jardim-de-infância, no seu bicentenário”. In: *Convivium*, São Paulo, v. 25, 1982; ARCE, A. “LINA, uma criança exemplar! Friedrich Froebel e a pedagogia dos jardins-de-infância”. In: *Revista Brasileira De Educação*. maio-agosto Nº 20, 2002; ARCE.A. *Friederich Froebel: O pedagogo dos Jardins de Infância*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.

<sup>57</sup> GUEDES, Shirlei Terezinha Roman; SCHELBAUER, Anaete Regina . . Da Prática do Ensino à Prática de Ensino: os sentidos da prática na formação de professores no Brasil do século XIX. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 1, p. 227-245, 2010.

<sup>58</sup> Idem. P. 236



evitar a perda de sua bondade inata, lhe possibilitando conhecer a moral através do ensino religioso sem esquecer-se da alfabetização, pois segundo Pestalozzi, tido muitas vezes como o criador deste movimento, somente através da iluminação pode-se formar bons cidadãos.<sup>59</sup> Associar o princípio deste método ao ensino de ofícios e ao ideal de dignificação através do trabalho, pode ser uma das adaptações que os intelectuais brasileiros fizeram para atender o que eles consideravam ser uma necessidade da realidade do Império.

Nos textos de Teixeira Macedo, responsável por muitas traduções de intelectuais alemães comentaristas da educação, os quais circularam largamente dentro dos espaços de discussões sobre a instrução nacional, como jornais e revistas<sup>60</sup> do período, encontra-se uma tendência de valorizar a aplicação das teorias pedagógicas românticas, principalmente vinculadas a tríade do ensino intuitivo de Pestalozzi, o qual seria o responsável por formular um sistema de ensino prático. Contudo, vale destacar a da proposta de organização de ensino de L. W. Seyfarth, simpatizante desta teoria, que classifica o percurso da instrução em basicamente dois níveis: o popular ou “escolas do povo”, ligado ao ensino primário e a educação profissionalizante atendendo as carreiras industriais; e as “escolas burguesas” ligadas ao desenvolvimento do ensino científico e ao preparatório para os ingressos nas escolas Normais (de formação de professores) e ao ensino superior.

Como comentado no início deste capítulo, há similaridades desta classificação de Seyfarth com o defendido para estas modalidades de ensino e a prática cotidiana das escolas por todo o Império. São ministradas disciplinas de natureza básica, como leitura e noções de aritmética associados ao ensino religioso nas primárias, nas escolas de ensino secundário tem-se turmas de História Natural, Latim, literatura, música, algumas vezes até língua francesa, dentre outras. Assim como a associação da instrução para o trabalho à fase de letramento também se alinha ao pensamento de Seyfarth defendido por Macedo.<sup>61</sup>

Já no referente à obra de Rui Barbosa, nome de bastante visibilidade política e intelectual no século XIX, apesar de seu caráter cientificista nas questões pedagógicas para o ensino secundário, não desvinculava a ideia de desenvolvimento de uma educação artística com

---

<sup>59</sup> SCHELBAUER, Analete Regina. “Método Intuitivo e Lições de coisas: Saberes em curso nas conferências pedagógicas no século XIX”. In: *Revista HISTEDBR* online: Campinas, 2010.

<sup>60</sup> MACEDO, Joaquim Teixeira de. *Breves Apontamentos para o estudo das questões relativas ao ensino normal primário e a educação popular*. Rio de Janeiro: Typographia de João M. A. A. d’Aguiar, 1876.

<sup>61</sup> GASPARELLO, Arlette Medeiros; VILLEVA, Heloisa de Oliveira Santos. “O discurso educacional no século XIX: A nova pedagogia em questão”. In: *Revista HISTEDBR* online: Campinas, 2008

a moralização, adestramento e controle da camada desvalida da população, afirmando, ainda, que isto ajudaria no crescimento econômico da Nação, noção bem próxima à teoria romântica, acrescentando que esta deveria ser oferecida pelo governo com gratuidade.

## 1.2 – Liberalismo e Utilitarismo.

Outra perspectiva que vale a pena considerar é relacionada aos princípios de liberdade e individualidade do utilitarista liberal John Stuart Mill, a respeito dos quais farei apontamentos sintéticos a seguir, pois é importante que se reforce que boa parte destas ditas concepções modernas de educação, civilidade e liberdade tem bases no liberalismo, como mencionado no início deste tópico e a historiografia do movimento abolicionista, emancipacionista e a respeito de intelectuais liberais do período analisado tem consenso sobre a grande influência do liberalismo e utilitarismo clássico inglês nos debates políticos do Império, principalmente no que diz respeito a libertação dos escravizados, libertos e ingênuos.

Dito isto, penso que para entender estes conceitos-chaves é preciso apreender que, de acordo com os preceitos utilitaristas, a felicidade seria o objetivo que deve mover nossas ações, pois ela é o bem maior. Afastando-se das gerações hedonistas anteriores do utilitarismo, para as quais a felicidade se define pelo prazer e a ausência de dor, Mill classifica o prazer em dois tipos: o efêmero e elevado. Sendo, respectivamente, um relativo aos desejos e ao âmbito físico capaz de provocar somente a satisfação, e outro relacionado as práticas e desenvolvimento intelectual, que seria o verdadeiro caminho para a felicidade.

Por conta desta perspectiva, Mill afirma que a felicidade não pode ser reduzida a dualidade dor *versus* prazer, para ele o desenvolvimento de si mesmo traria o bem-estar para o indivíduo e esse desenvolvimento só seria possível por meio do pensamento, este que por sua vez, é o cerne da individualidade humana. Em outras palavras, para o utilitarista, a plenitude da felicidade só seria alcançada por meio da individualidade, porém este princípio não pode ser completo, dentro de sua teoria, sem sua ideia de liberdade.

Segundo a teoria milliana, a liberdade seria definida pela ausência de obstáculos para ação do indivíduo sem que sejam necessárias nenhum tipo de exigências, também chamada de liberdade negativa, ou seja, deveria ser exercida de maneira absoluta, e mais, ser maximizada para todos. Porém, Mill afirma que o limite desta liberdade deveria ser a liberdade alheia, uma vez que um sujeito não poderá interferir na liberdade do outro de forma que cause mal a este

ou a terceiros. Sendo assim, o filósofo inglês propõe que nestas ocasiões a sociedade deveria interferir na liberdade individual para evitar danos ao outro. Apesar das polêmicas referentes a inconsistências do posicionamento utilitarista de Mill por conta destes princípios, que afirmam que seu conceito de liberdade o aproxima mais do liberalismo e lhe faz abandonar o utilitarismo, concordo aqui com os argumentos do filósofo Mauro Cardoso Simões que afirma a compatibilidade destes conceitos com o ideal utilitarista do economista<sup>62</sup>, já que nesta perspectiva a liberdade é útil para se desenvolver individualmente, então sem ela não há felicidade.

É esta característica da teoria Stuart Mill que encontra correspondências com os discursos de liberais brasileiros, pois como a felicidade deve ser maximizada para o alcance de todos, a sociedade – leia-se aqui com a ajuda das autoridades – deve protegê-la e para isto ela pode impelir restrições sobre o indivíduo que a ameaça. Contudo, deve-se ressaltar que esta intervenção, segundo a teoria de Mill, só pode ser justificada pela perturbação no bem de outro ou do coletivo, nunca de si mesmo, sendo aqui descartado qualquer caráter paternalista que pudesse surgir. Logo, ao que diz respeito a esta concepção, seria completamente compreensível a defesa da implementação de projetos que buscassem controlar sujeitos considerados incapazes de viver, dentro dos valores sociais aceitos pela sociedade brasileira, a liberdade que lhes foi recentemente concedida<sup>63</sup>.

Esta é uma característica que é mais explícita em regimentos de Companhias educandos artífices de Arsenais de Guerra e Marinha, uma vez que seus internos eram apreendidos para correção de seus “hábitos de vadiagem” por estarem “vagando” pelas ruas perturbando a ordem; e de forma indireta nos Institutos e escolas para aprendizes artífices, pois

---

<sup>62</sup> SIMÕES, Mauro Cardoso. “John Stuart Mill. Utilitarismo e Liberalismo”. In: *Revista Veeritas*. Porto Alegre v. 58 n. 1 jan./abr. 2013 p. 174-189

<sup>63</sup> MILL, John Stuart. *Utilitarismo*. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. São Paulo: Editora escola, 2007.

\_\_\_\_\_. *Ensaio Sobre Liberdade*. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. São Paulo: Editora escola, 2006.

\_\_\_\_\_. *A Liberdade/Utilitarismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BERLIN, Isaiah. “TWO CONCEPTS OF LIBERTY,” *Four Essays On Liberty*, (Oxford, England: Oxford University Press, 1969), p. 118-172.

MULGAN, Tim. *Utilitarismo*. Tradução de Fabio Creder. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2012.

SIMÕES, Mauro Cardoso. “Stuart Mill: Liberalismo e Utilitarismo”. Op. cit.

MALHEIROS, Rogério Guimarães. “As transformações políticas e econômicas da Província do Grão-Pará e a Escola Normal como instituição destinada a formar professores alinhados aos ideais modernos de ordenamento, progresso e civilização (1840 a 1871)”. In: *Almanack*. Guarulhos, n.07, p.95-116, 1º semestre de 2014.

SILVA, André Drummond Mello. *Da Senzala Ao Mercado: o lugar da escravidão no pensamento liberal brasileiro do século XIX*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

a educação para o trabalho sempre é vista como um formador de futuros cidadãos que não perturbassem a dita ordem.

Apesar da contribuição utilitarista millleana para o pensamento liberal brasileiro receber maior atenção, não se pode deixar de tecer comentários sobre seu antecessor e tutor, o jurista Jeremy Bentham. Todavia, não pretendo aqui me debruçar sobre seus conceitos de liberdade, felicidade e prazer. O que interessa neste âmbito, de fato, é sua contribuição para modelos de controle social a partir do seu projeto arquitetônico do Panóptico.

Esta proposta de Bentham consistia em um modelo para prisões e outros espaços que necessitassem de vigilância de pessoas, cujo objetivo principal era vigiar um grande número de indivíduos com o menor número de vigias. Para tanto, o modelo previa a construção de um salão circular para as celas que deveriam ser dispostas em vários níveis. No meio do salão deveria haver uma torre de vigia, de modo que da torre todas as celas fossem visíveis. Porém, devida a uma iluminação específica das celas, quem estivesse nestes espaços nunca teria certeza de estar sendo vigiado ou não, o que levaria todos os presos a terem um comportamento adequado aos propósitos de sua reclusão, seja numa prisão de fato, um harém, uma escola, uma oficina de trabalho, sendo utilizado até mesmo em zoológicos. Segundo Michel Foucault, filósofo que também se debruça sobre o conceito do Panóptico, a percepção consciente de se estar sendo permanentemente vigiado/observado garante um funcionamento do poder.<sup>64</sup>

Criava-se, portanto, a partir dessa perspectiva, uma ideia de controle por meio do disciplinamento. Ainda segundo Foucault, a disciplina é um método que permite o controle corporal de um sujeito em suas ações, este que tem como objetivo de promover a sujeição constante de suas forças, impondo assim uma relação e cultivo de docilidade na pessoa a qual a disciplina é aplicada.<sup>65</sup>

Outra característica marcante do Panóptico explicitada por seus estudiosos é a questão do castigo público. Para Bentham, a punição é uma maneira útil de dissuadir o indivíduo a cometer e reincidir em crimes. Segundo Tim Mulgam, o jurista acreditava que:

---

<sup>64</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. História da violência nas prisões. 33ª ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2007. P.116

<sup>65</sup> FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas* (Traduzido por Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardins Morais). Rio de Janeiro: Nau, 2001.

O valor da punição não é a punição real, mas a ameaça dela. A punição real envolve custos indesejáveis: a despesa e a dor do criminoso. O ideal seria criar uma ameaça crível de punição, sem nunca punir ninguém. Infelizmente, de criar uma ameaça crível de punição é realmente punir as pessoas. [Por isso] as prisões deveriam ser abertas ao público de modo a que todos pudessem ver o castigo sendo infligido.<sup>66</sup>

Sendo assim, a publicidade do castigo seria a responsável por manter o controle dos indivíduos, não apenas os presos e vigiados, mas também os seus guardas e o resto da sociedade.

Alguns historiadores falam da influência do panóptico na organização de cadeias<sup>67</sup>, cabe destacar o trabalho de João Victor da Silva Furtado no qual analisa características da Reforma prisional em Belém na primeira metade do século XIX, no qual aponta características semelhantes a este modelo como a categorização de presos<sup>68</sup>. O panóptico é considerado até mesmo como mecanismo de controle da criminalidade, como no caso da cidade de São Paulo, segundo o historiador Rafael Mantovani<sup>69</sup>. Também é importante considerar a influência de seus princípios na disciplina presente nos regulamentos de instituições de internato com o IPEA, conforme poderemos vislumbrar melhor no segundo capítulo.

### 1.3 – *Apprenticeship* inglês

José da Silva Lisboa, o já referido deputado da Bahia citado pela historiadora Beatriz Mamigonian, quando discursou defendendo o ensino religioso e industrial como medida complementar à emancipação lenta dos escravizados em 1823, alude como referência a ser seguida a *African Institution* britânica, associação que tinha como objetivo a abolição completa dos escravizados das colônias britânicas, para tanto se propunha a espalhar “hábitos civilizados” na África por meio da educação e religião<sup>70</sup>.

<sup>66</sup> MULGAN, Tim. *Utilitarismo*. Op. cit. P. 26.

<sup>67</sup> OLIVEIRA, Fernanda Amaral de. Os modelos penitenciários no século XIX. In: *Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade*, ocorrido na cidade de Mariana – MG entre os dias 01 a 03 de agosto de 2007. TRINDADE, Cláudia Moraes. “O nascimento de uma penitenciária: os primeiros presos da Casa de Prisão com Trabalho da Bahia (1860-1865)”. In: *Tempo* [online]. 2011, vol.16, n.30, pp.167-196. ISSN 1413-7704.

FACEIRA, Lobelia da Silva. “Punição e tratamento: as faces contraditórias do sistema penitenciário brasileiro”. In: *[SYN]THESIS: Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, vol.8, nº 1, 2015. P.127 -137.

CESAR, Tiago da Silva. “Estado, sociedade e o nascimento da prisão na América Latina”. In: *MÉTIS: história & cultura*. v. 12, n. 23, jan./dez. 2013

<sup>68</sup> FURTADO, João Victor da Silva. Na estrada para a cadeia de São José: Reforma prisional na Belém do oitocentos (1830-1850). Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História social da Amazônia-UFFPA: Belém,2020. P. 97.

<sup>69</sup> MANTOVANI, Rafael. “A prisão em São Paulo na primeira metade do século XIX: demandas sociais, atores e contradições”. In: *Rev. hist.* (São Paulo), n. 177, a00817, 2018

<sup>70</sup> MAMIGONIAM, Beatriz G. *Africanos Livres: abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Op. cit. P 30 – 57.

A *African Institution* britânica foi responsável por influenciar medidas implementadas pela Ordem do Conselho britânico em 1808, as quais definiam que os sujeitos resgatados do tráfico deveriam ser alistados no exército ou na marinha, ou serem postos como aprendizes em conformidade com o sistema de aprendizado inglês (*Apprenticeship*)<sup>71</sup>, e era a respeito desta última opção de medida a que se referia Silva Lisboa, uma vez que mencionava o ensino industrial, haja vista que este sistema era um modelo tradicional de treinamento técnico inglês<sup>72</sup>.

O modelo de *Apprenticeship* inglês pode ser rastreado desde as guildas de artesões do medievo e, naturalmente, passou por diversas transformações ao longo dos três séculos nos quais foi vastamente documentado. Segundo Joan Lane, o modelo foi uma instituição capaz de refletir a história social inglesa em um grau profundo, pois se adaptou a mudanças das artes de ofícios artesanais e domésticas para a produção em larga escala de bens fabris<sup>73</sup>.

O que interessa aqui, é pensar as semelhanças das características deste modelo com as práticas cotidianas previstas em regimentos de escolas de ensino artístico por todo império. Em seu modelo tradicional, segundo Lane, o público alvo eram crianças na primeira infância em média aos 7 anos, porém relata que quando empregados como aprendizes de tarefas domésticas poderiam começar aos 5 ou 6 anos<sup>74</sup>. Era comum que esta situação fosse arranjada por meio de relações pessoais e conexões familiares e, quando não fosse possível por este meio, através de anúncios de jornais postos por mestres de artes que necessitassem ou desejassem um aprendiz. Sobre a condição de aprendiz na Inglaterra dos séculos XVII, XVIII e XIX, a historiadora Krista Cowman comenta

A dimensão do aprendizado e a exigência de morar [com o mestre] significava que o treinamento oferecido iria além da transferência de habilidades de um determinado ofício ou arte para o jovem trabalhador. Eles cobriam uma gama de conhecimentos e comportamentos incluindo letramento, moralidade, habilidades domésticas e o ensino religioso. Desta forma a relação entre ‘morar’ ou [aprendizado] ‘interno’ e o mestre do aprendiz era mais do que apenas econômica. *Apprenticeship* se torna uma importante forma de controle social direcionando jovens para as responsabilidades da vida adulta.<sup>75</sup>

---

<sup>71</sup> Ibidem. P. 35

<sup>72</sup> COWMAN, K. *Apprenticeships in Britain c. 1890 – 1920: An overview based on contemporary evidence*. London: Skills Funding Agency, 2014.

LANE, Joan. *Apprenticeships in England (1600 – 1914)*. London: Taylor & Francis e-library, 2005. Kindle e-book. ISBN: 0-203-99262-8. Fonte 03. Orientação retrato.

<sup>73</sup> Idem. Pos. 22

<sup>74</sup> Idem. Pos.416

<sup>75</sup> Tradução livre que fiz do original: “*The length of an apprenticeship and the requirement to ‘live in’ meant that the training offered went beyond transferring the skills of a particular trade or craft to a young worker. They covered a broader range of knowledge and behaviours including literacy, morality, domestic skills and religious*

Sendo assim, a condição do aprendiz basicamente era de dependência do seu mestre (*master*) para todas as suas necessidades básicas, como comida, abrigo, roupas, assistência de saúde, mas também significava que o mestre seria responsável por prover o seu aprendiz de educação moral, religiosa e letramento, ou seja, o aprendiz deveria ser “parte da família” do mestre<sup>76</sup>. Este contrato teria seu tempo limitado logo no início, no geral duraria entre sete e a quatorze anos, em média e os aprendizes viveriam sobre o rigoroso tempo de trabalho de 12 horas diárias, com horários determinados de refeições, letramento e catequese.

Essa instituição era tão presente na tradição britânica que no ano de 1583 foi regulamentada pelo *Statute of Artificers* no governo de Elizabeth I, que sofreu algumas adaptações durante os dois séculos e meio de sua vigência, porém mantendo suas características principais<sup>77</sup>, o que chama atenção é sua transformação no século XVIII de um método de treinamento para jovens de famílias não muito abastadas mais também não pobres, atendendo assim a um número pequeno de crianças, para abarcar uma quantidade maior de menores tanto os mais abastados – que iriam ser aprendizes de mercadores, legisladores e médicos – quanto os pobres - que iriam aprender a ser surradores de couro, padeiros, alfaiates, açougueiros, pedreiros, ferreiros, ferradores, sapateiros, chapeleiros, tecelões, domésticas (*housewifery*, no caso das meninas), cultivadores e criadores (*husbandry*). Lane comenta que a preocupação com os filhos da pobreza levava os supervisores da pobreza (*Overseers of the poor*) das paróquias a oferecer os menores como aprendizes e esbarravam em dois grandes problemas ocasionados pela convenção de pagamento de uma quantia ao mestre, geralmente fornecida pelos pais no ato do acordo dos termos do contrato de aprendizagem, o *premium* como era chamado. O primeiro problema era que esta quantia deveria ser levantada pelos supervisores e o segundo por conta de os meninos não serem de “boas famílias” e/ou muito novas, logo o *premium* deveria ser alto para atrair os mestres.

Durante o século XIX a situação se agrava, pois segundo Joan Lane o sistema

[...] foi usado pelos legisladores como dispositivo para esconder o grande número de crianças pobres, que deveriam ser enviadas para longe de suas paróquias para serem empregadas [em fábricas] com o intuito de reduzir os

---

*instruction, hence the relationship between a ‘live-in’ or ‘indoor’ apprenticeship and his or her master went beyond an economic one. Apprenticeships became an important form of social control inducting young people into responsible adulthood.*” In: COWMAN, K. Op. cit. P. 01.

<sup>76</sup> LANE, Joan. Op. cit. pos. 315.

<sup>77</sup> DUNLOP, O. J. DENMAN R. *English Apprenticeship and Child Labour: A History* (London, 1912)

índices de pobreza [...]. [Isto] levou o Apprenticeship para o descrédito e [...] se perverteu em uma estratégia de alívio da pobreza<sup>78</sup>.

Sendo assim, devemos considerar que Lane está comentando o mesmo período de atuação da *African Institution* e de uma Inglaterra que efervescia com as ideias liberais que guiaram muitas das medidas empregadas no trato com os menores filhos da pobreza. A historiografia que analisa a instituição do *apprenticeship* e trabalho infantil na Inglaterra aponta que este posicionamento de salvador da infância pobre foi usado durante todo este episódio descrito na citação e, além disso, na segunda e terceira década do século XX quando grupos tentaram reanimar o sistema.

Desta maneira, percebe-se como os modelos e teorias europeias exerciam grande influência na camada intelectual brasileira, em especial, mas não exclusivamente, em a relação educação, o modelo intuitivo, o utilitarismo e o *apprenticeship* inglês. Porém, todas considerando o fator social da realidade nacional, o qual envolvia uma camada de pobres mestiços, que segundo a elite intelectual, necessitavam de instrução para deixarem a indolência e uma crescente parcela de libertos que se somavam aos primeiros e precisavam se recolocar no quadro social, assim como indígenas precisando adequar-se ao modo de vida dos cidadãos e camponeses. Ou seja, estes modelos e teorias foram auxiliares na conceitualização e criação da modalidade de educação artística, que tomou força no país e na província a partir dos anos setenta, mas tendo sua primeira experiência institucionalizada na Província do Pará com o caráter assistencial para meninos desvalidos, ainda por volta da década de quarenta e começo da década de cinquenta do século dezenove, como visto na introdução.

## **2 – Cenário ideológico das elites políticas e intelectuais da Província do Pará a respeito da Instrução.**

Agora volto a atenção aos conflitos, dilemas e discussões regionais a respeito do ensino de ofícios para infância desvalida no Pará, que serviu de modelo para outras províncias. Senti a necessidade de tratar de um intelectual do período que tivesse como objeto de estudo a realidade

---

<sup>78</sup> Tradução livre que fiz do original: “[...] it was used as a device of the Poor Law officials to be rid of large number of pauper children, who were who were to be indentured beyond the parish, to reduce the poor rate [...]. [That] brought apprenticeship into disrepute and [...] was deplored when perverted into a poor relief stratagem.” Lane. Joan. Op. cit. Pos 105



amazônica. Desta forma, no decorrer da pesquisa, julguei importante dedicar esse espaço para tratar as colocações de José Veríssimo, um dos grandes nomes da educação no Pará no final do Império e início da República. Famoso por sua atuação como crítico literário, mas também um grande estudioso dos assuntos da Instrução, por esta sua atuação neste ramo, chegou ao cargo de diretor da instrução na província do Pará.

Veríssimo durante a década de oitenta do século XIX além de ter sido professor de francês e também diretor do *Collegio Americano* em Belém, fez parte da *Sociedade Paraense Promotora da Instrução Pública* (1883), a qual teve vida curta, porém foi responsável pela realização de três conferências com temáticas educacionais na capital cujos discursos de abertura foram publicados na *Revista Amazônia*<sup>79</sup>. Apesar de ser considerado pioneiro em alguns de seus princípios para educação, como a instrução para o fortalecimento do patriotismo e da identidade nacional, suas concepções encontravam correspondências nas teorias liberais anteriormente comentadas.

Fazendo coro aos seus pares, Veríssimo acreditava que a educação seria a responsável pelo desenvolvimento do povo e sua nação, afirmava que a escolarização era uma saída para os “povos mestiços” do Norte superarem suas degradações, que segundo sua teoria, eram naturais a sua raça. Segundo a professora Sônia Maria da Silva Araújo,

Veríssimo aliava pobreza às condições econômicas mal exploradas na região da Amazônia; articulava moral degradada à questão da raça; e apontava a educação escolar como um processo necessário à superação de ambas, isto é, da pobreza e da moral degradada. A educação era um objeto de análise candente em Veríssimo, para quem a glória, a honra e a própria felicidade material do povo do Pará, e da Amazônia de um modo geral, não poderiam reduzir-se à produção da borracha. A preocupação com a instrução do povo, com a educação, era evidente no seu discurso e ele insistia ser necessário construir no Pará uma intelectualidade.<sup>80</sup>

Esse intelectual, assim como a maioria, reconhecia em seus escritos, o potencial do ensino artístico, sua capacidade moralizadora e de assistência a crianças desvalidas na

---

<sup>79</sup> MORAES, Felipe Tavares. José Veríssimo (1857 – 1916), intelectual amazônico: Geração de 1870 e educação no Grão-Pará (1877 – 1891). Opcit. P. 307 – 380. FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. *José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana: Raízes Da Renovação Escolar Conservadora*. Op. cit.

<sup>80</sup> ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. “Educação republicana sob a ótica de José Veríssimo”. In: *Educar em Revista*. Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 303-318, 304 2010. Editora UFPR.

província. Contudo, fez inúmeras críticas à forma como foi instalado no Pará, pois acreditava que quando se esperava obter lucros em cima de tal atividade, desvirtuava-se o seu fim.<sup>81</sup>

Nos discursos de abertura de sua gestão como diretor do *Collegio Americano*, Veríssimo mostra a importância e influência que sua participação na *Sociedade Paraense Promotora da Instrução Pública* para a formação de seu pensamento educacional, demonstrando ser adepto da teoria do Método intuitivo, em especial o de Froebel, citando a primeira conferência desta sociedade intitulada “O método intuitivo de Froebel para educação da primeira infância”, ministrada por Domingos J. B. da Almeida. Nesta conferência, procurou-se diferenciar os conceitos de instrução e educação, sendo basicamente responsáveis, respectivamente, uma estritamente pelo intelecto e a outra pelo conjunto de físico, moral e intelectual. Para estes intelectuais paraenses, devia-se investir mais em educação na infância, e menos em instrução, a fim de se criar homens práticos e não “bacharéis” que apenas complicam a realidade. E, procurando atender a estes princípios, José Veríssimo reformulou o currículo do *Collegio Americano*, tornando-se uma das primeiras “escolas neutras” da cidade, conhecida assim por além dos seus princípios cientificistas, ser mista (para meninos e meninas) e laica.

Inclusive, outra crítica ao ensino de ofícios do Pará do Império, na perspectiva de Veríssimo, está relacionada a questão religiosa. Adepto da chamada *política cientista*, no caso, o positivismo, este intelectual paraense defendia a laicização do ensino e, principalmente por esta característica de seu pensamento, comprou algumas brigas conservadores que também se debruçavam sobre o tema do ensino.

Segundo o historiador Felipe Tavares de Moraes, havia uma disputa de forças entre o projeto do que ele chama de *política científica*, republicana, federativa e laica contra a tradição imperial, monarquista, conservadora e cristã. Nesta queda de braço, no que diz respeito ao âmbito do ensino, Dom Macedo Costa é um personagem central, assim como José Veríssimo. Apesar destes conservadores e liberais partilharem das mesmas ideias de modernidade, progresso e civilização, o calo da secularização ou não das instituições os dividiam. Segundo o historiador,

Por isso, no contexto da última década imperial [...], pode-se considerar que havia uma oposição bem pronunciada entre forças da *tradição imperial* e da *política científica*, respectivamente: na *conservação* de uma educação

---

<sup>81</sup> FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. *José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana: Raízes Da Renovação Escolar Conservadora*. Op. cit.

literária, retórica e confessional e na reforma por uma educação moderna, científica e laica. Com efeito, todos acreditavam no poder regenerador da educação, fosse para a formação do súdito piedoso, fosse para a formação do cidadão prático.<sup>82</sup>

Dom Macedo Costa, que já havia se envolvido em discussões nos jornais com liberais e republicanos, defendia uma educação para a infância desvalida com base na catequese para reforma dos costumes, partindo de instituições de caráter caritativo. Acreditava, também, na educação a partir da primeira infância<sup>83</sup>. A maioria das escolas para infância desvalida na província nos anos finais do império, apesar de não seguirem um ensino literário e retórico, continham em suas disciplinas a doutrina cristã.

Após este breve vislumbre deste cenário intelectual da província e seus imbróglis entre liberais e conservadores, cabe aqui perceber seu reflexo na administração da instrução e na elaboração de leis e políticas públicas criadoras, regulamentadoras e regentes dessa modalidade de ensino no país como podemos observar nas diversas experiências ao redor do Império de educação artística, e nas leis que regulamentam o ensino primário.

A Lei de 15 de outubro de 1827, decretada pelo Imperador D. Pedro I, fica prevista que toda e qualquer cidade ou vila com índice populacional representativo, tem direito a uma “escola de primeiras letras”, conforme o artigo 1º: “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias.” configura-se como uma das primeiras ações preocupadas com a educação pública nacional do Brasil Império, voltada exclusivamente para a categoria de ensino primário, nela observa-se a visão de educação moralizante, a começar pelo seu currículo, visando ensinar as seguintes competências:

(...) a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.<sup>84</sup>

---

<sup>82</sup> MORAES, Felipe Tavares. *José Veríssimo (1857 – 1916), intelectual amazônico: Geração de 1870 e educação no Grão-Pará (1877 – 1891)*. Opcit. P. 323-324.

<sup>83</sup> Idem. P. 323 – 341.

<sup>84</sup> Lei Geral do Ensino Elementar de 15 de outubro de 1827.

Esse currículo passou a ser o modelo para esta modalidade de ensino no país, vigorando aproximadamente cem anos, com algumas poucas alterações.

Como se pode perceber, ainda no texto do artigo sexto acima transcrito, a proposta de ensino primário era seletiva, separando o essencial a ser aprendido pelos rapazes e o que seria de interesse das moças, de acordo com a convenção do período “As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica (...)”<sup>85</sup> isso se caso o presidente da província achasse necessário educar as jovens meninas.

Assim fica evidente, a partir desse momento, o caráter formador e legitimador de instituições sociais que a educação adquire na visão do governo brasileiro, reafirmando e fortalecendo convenções, valores e hierarquias ligados a marcadores sociais, sejam elas raciais e econômicas ou de gênero. Nesta perspectiva, a educação é um poderoso instrumento que vai ajudar não só a conservar e fortalecer os valores cristãos, como construir uma identidade cívica e nacionalista que não interfere na hierarquia social para os súditos brasileiros.

As mudanças seguintes nas leis imperiais relativas à educação, não fizeram grandes alterações na situação da modalidade de ensino primário, a não ser pelo decreto de 1834, o qual deixa a cargo das províncias a responsabilidade pela elaboração e organização dela. Porém, com o amadurecimento da prática educacional e com o crescimento do debate acerca de questões que circundam educação, como já comentado, outras preocupações, como ensino de ofícios, começam a se juntar a dimensão das primeiras letras, fazendo com que o governo imperial também tomasse medidas correspondentes a necessidade de elaborá-lo.

Nesse sentido, o decreto nº7247 de 19 de abril de 1879, que regulamenta uma reforma no ensino primário e secundário no município da corte em seu artigo 8º, define uma série de medidas a serem adotadas, no nono item consta a preocupação de criar ou auxiliar na criação de escolas profissionais voltadas à instrução técnica que mais somasse no desenvolvimento da indústria local, nas principais cidades do império. No período no qual as questões educacionais tornam-se mais acaloradas do que antes, a perspectiva de que educação é o caminho mais lógico e necessário para o desenvolvimento do indivíduo e, principalmente, do seu meio se torna cada vez mais comum nos espaços da elite da província. Sob este prisma, as falas dos presidentes de

---

<sup>85</sup> Ibidem.

província do Pará estavam constantemente impregnadas com esse ideal, por exemplo, as falas do Dr. Abel Graça para os membros da 17ª legislatura, em 1872:

Senhores, nenhum paíz alcançará jamais uma prosperidade real sem tomar por guia o desenvolvimento da intelligencia. A instrucção publica que eu tomo como sinônimo de instrucção popular é tão necessária a um povo, como a luz que nos faz distinguir uns dos outros: é o farol que ilumina o espírito dos cidadãos e ensinar-lhes a serem bons paes, bons amigos e bons patriotas<sup>86</sup>

E a do Dr. Domingos José da Cunha Junior para os membros da 18ª legislatura em 1873:

não é possível que eu me incuba da difficio tarefa de mostrar as vantagens que resultam da instrucção, nem quais os beneficios que se operam do seu derramamento por todas as classes sociaes, e a influencia que ella exerce para o progresso de um povo que vive fortalecido pela fé da religião de Christo (...)<sup>87</sup>

Logo, o ensino artístico, das modalidades agrícola ou industrial, foi pensado dentro do moldes daquele discurso que o considerava o modo mais eficaz de formar cidadãos exemplares, modelos de retidão, prontos para impulsionar a prosperidade da comunidade, fazendo um duplo serviço, já que esta modalidade de ensino seria voltada aos pobres desvalidos que vagavam pelas ruas de mãos dadas com a marginalidade (indolentes), promovendo a regeneração destes menores, prestando-lhes assistência, ou seja, o ensino artístico, teoricamente nos moldes do método intuitivo, correspondendo às aspirações que teve o *apprenticeship* na Inglaterra e com grandes doses do modelo de controle social dos utilitaristas e liberais ganhava vida nos discursos e falas dos representantes da instrução, tendo em vista o atendimento as demandas da situação social do Império, que necessitava dar um fim conveniente a grupos sociais marginalizados, em razão deles representarem a grande maioria da população.

Não é diferente das intencionalidades da elite amazônica do período como aponta Irma Rizzini: "A história da educação na Amazônia nos revela as aspirações das elites e de grupos que buscavam a distinção com relação ao pesado estigma da selva e do selvagem, em

---

<sup>86</sup> PARÁ, Governo da Província do. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 17ª legislatura, em 15 de agosto de 1871, pelo presidente da província Sr. Dr. Abel Graça.

<sup>87</sup> PARÁ, Governo da Província do. Relatório aberto a 2ª sessão da 18ª legislatura da Assembléa Provincial em 1 de julho de 1873, pelo presidente da província Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior. Typ. Do Diário do Gram-Pará

acompanhar o processo civilizador que o Império brasileiro tanto almejou ver implantado no país"<sup>88</sup>. A fala de Bernardo de Souza Franco, Presidente da província no ano 1841 para a Assembleia provincial, retrata um pouco este pensamento que ganha maior força na década de setenta deste século:

[...] eh este estabelecimento [Caza de educandos - 1840] não só uma caza de caridade, e socorros públicos; mas uma instituição economica política, e que tende a preparar artistas habeis, para as diversas obras da Cidade, e Província, transformando em cidadãos uteis a si, e ao paiz, meninos a quem a falta de educação tornaria talvez Entes nullos ou perogozos a Sociedade [...]<sup>89</sup>

O objetivo da educação profissionalizante era difundir as primeiras letras e ensinar ao menor um ofício com o qual futuramente ele iria dar conta de seu sustento de uma forma respeitável aos parâmetros sociais e poderia ter a possibilidade de exercer as funções de mestre de ofícios e ainda ensinar outros, os quais estivessem em uma situação semelhante a qual eles se encontravam no início de sua formação.

A intenção do discurso era formar trabalhadores livres que fossem profissionais especialistas e adquirissem em seu trabalho valores como respeito, responsabilidade e civilidade:

oferecer a classe menos favorecida da fortuna não só uma bem entendida educação, robustecida nos hábitos do trabalho e nos vigorosos princípios da san moral, mas também uma instrução profissional de que tanto carece o artista para dar as suas obras o cunho da segurança e da perfeição ao lado da necessária economia no trabalho pelo emprego inteligente das forças que dispõe.<sup>90</sup>

Para “cativar” essas virtudes acabou determinado não poder desvincular dos estabelecimentos de ensino de ofícios, assim como em outras modalidades, a moral cristã, contrariando os intelectuais positivistas. Logo, sendo necessário também, de certa forma, catequizar os educandos por meio do ensino religioso, o toque de conservadorismo necessário para seu apoio. Aliás, a igreja foi grande colaboradora no período da instrução primaria de

---

<sup>88</sup> RIZZINI, Irma. “Educação Popular na Amazônia Imperial: crianças índias nos internatos para a formação de artífices”. In: SAMPAIO, Patrícia Melo; ERTHAL, Regina Carvalho (org). *Rastros da Memória: Historia e trajetória das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006.

<sup>89</sup> PARÁ, Governo da Província do. Discurso recitado na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 14 de abril de 1841, pelo presidente da província Sr. Dr. Bernardo de Souza Franco. Typ de Santos & menor.

<sup>90</sup> PARÁ, Governo da Província do. Relatório aberto a 2ª sessão da 18ª legislatura da Assembleia Provincial em 1 de julho de 1873, pelo presidente da província Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior. Typ. Do Diário do Gram-Pará

vários interiores, sendo comum a atuação de padres como professores, por serem pessoas com grau de instrução necessário para ministrar aulas, o Instituto paraense, por exemplo, contou com o padre João Simplício como professor de primeiras letras durante quase toda a década de 70. A Igreja também funcionou com espaços para aulas, assim como também apoiou em grande medida o Ensino Artístico e Agrícola reafirmando e ratificando os “benefícios” que os mesmos trariam, assim pondo em prática e gerenciando seu ensino catequizado, principalmente em grupos indígenas. Desta forma, através desses três eixos de aprendizado (alfabetização, religião e ofício) o educando estaria, ao fim do curso, sabendo ler, escrever e fazer operações básicas, ou seja, segundo esta perspectiva, os educandos estariam mais inteligentes, teriam mais atenção a moral e aos bons costumes cristãos e contribuiriam para a sociedade com seu trabalho, logo, estariam civilizados.

No tangente ao âmbito econômico e político, esse discurso não é em vão. Apesar de na primeira metade do século XIX as atividades econômicas dominantes serem a manufatura, a extração de drogas do sertão, o cacau e, em menor escala e a pecuária; a partir da segunda metade há o crescimento substancial da lucrativa atividade gomífera, esse quadro acarreta para a região, principalmente para grandes centros como a cidade de Belém, responsável pelo escoamento da produção, um crescimento significativo o qual levou a um replanejamento da esfera urbana. A partir deste momento, começa a existir a demanda de mercado por produtos manufaturados produzidos em oficinas de cunho industrial rudimentar, daí a importância da criação de curso responsável por treinar um bom número de indivíduos, apoiado pelo crescente discurso liberal de difusão da educação e que já dava sinais do seu desagrado da Escravidão.<sup>91</sup>

No âmbito rural, a educação para o trabalho foi representada pela educação agrícola. Nesse sentido, o Pará contou com a criação da Escola Rural Dom Pedro II, como observa-se no Cap.1 Art.2º do Regulamento da escola apresentado por Angelo Thomas do Amaral, presidente da província do Pará no ano de 1861, em seu relatório anual:

Esta instituição tem por fim formar pela prática, auxiliada pela theoria absolutamente indispensável, trabalhadores, operarios, feitores, administradores, para os estabelecimentos ruraes e em primeiro lugar para os cultivos de canna de assucar e frabrico deste, e de criação de gado (...).

---

<sup>91</sup> SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (19870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

A percepção acerca da necessidade de especialização de mão de obra fica nítida nos discursos sobre instrução pública presentes nos jornais do período, o trecho a seguir foi retirado do jornal *A Constituição* em fevereiro de 1877, trata-se do discurso da princesa regente anunciando a autorização de investimento na instrução pública das províncias:

Cumprir por tanto indagar, qual gênero de instrução que mais corresponde as necessidades da província. Em nossa humilde maneira de ver, deve merecer preferência o estabelecimento de um instituto agrícola, fundado em largas bases, que derrame os conhecimentos theoreticos e praticos da agricultura. E que annexo ao instituto, se estabeleça um asylo bastante vasto, com proporções sufficientemente largas para dar amparo, educação, e instrução elementar e agricola aos orphãos desvalidos, e aos ingênuos nascidos de mulher escrava. Sob o regime da Lei de 18 de setembro de 1871. (...) E pois para o governo imperial que tem tantas vezes recommendado aos presidentes de provincias que promovão por todos os meios a criação de estabelecimentos proprios para amparar e educar os ingênuos nascidos livres em virtude da lei já citada de 1871, a occasião é chegada de tornar este legitimo desideratum, uma realidade. (...)

Sim, tem toda a razão a Princeza Imperial: é tempo de instruir o filho do povo.<sup>92</sup>

Neste artigo, fica evidente não apenas a função de qualificação de mão de obra como também, em virtude de sua data posterior a Lei do Ventre Livre, atribui a instrução artística e agrícola o caráter de empregar função a um novo membro da ordem social, o ingênuo.

Contudo, entremeou-se nos fundamentos, os quais sustentavam o discurso, a dimensão social de moralização da massa de indolentes, estes podendo a vir se tornar vadios; situações essas que feriam os ideais de progresso liberais. Sendo assim, mas uma vez era levantada a suposta necessidade do ato de trazer estes desvalidos as luzes da instrução para longe dos vícios. Estes objetivos sociais ganham maior destaque e serviram de bases para apoiar a criação de escolas como IPEA.

Após toda esta discussão, fica mais que perceptível o teor dos relatórios da presidência, assim como em jornais conservadores e liberais, de defesa do ensino de ofícios como alternativa condutora do desenvolvimento e o progresso da sociedade, reafirmando várias vezes que a instrução era o caminho para o crescimento, cogitando até a criação de um estabelecimento capaz de atender públicos diferentes, como considerado no discurso da princesa, para os

---

<sup>92</sup> Jornal *A Constituição*, órgão do Partido Conservador. Anno IV, N° 40, 20/02/1877. Escriptorio e Typ. – Largo da Sé, Belém/Para



ingênuos, sugestão esta não exclusiva do redator, mas também por alguns membros da Igreja católica e autoridades, em relação aos indígenas, com o pode-se observar no trecho do relatório da presidência da província apresentado por João Alfredo Corrêa de Oliveira de 1870, no qual cita outras escolas de educação artística em outras províncias, a seguir:

Um estabelecimento d'esta ordem, que produz magníficos resultados na província do Maranhão, d'onde segundo me consta, foi tirado modelo para outro na província do Amazonas, não só custaria pouco aos cofres provinciaes mais também, mas também faria de tantos orphãos e meninos pobres, que ahi vagão sem direção e applicação útil, bons artistas que a província tanto carece e cidadãos morigerados.<sup>93</sup>

No Brasil, a primeira ocorrência de uma instituição voltada para o ensino de ofícios foi o Colégio das Fábricas, criado por decorrência da vinda da corte portuguesa para o Brasil, seu intuito era exclusivamente atender a demanda de educação dos aprendizes portugueses, mas, claramente, seus objetivos eram muito diferentes dos quais levaram a elaboração da educação artística da segunda metade do século XIX, já que, neste segundo momento, a ideia era reforçar marcadores sociais, associado à concepção de que o trabalho manual é degradante e deve ser exercido por membros marginalizados no campo social<sup>94</sup>, como comentado anteriormente, somente a partir de 1840 se efetiva a prática de voltar o ensino artístico para desvalidos.

Tendo feito todo este percurso argumentativo, por fim, podemos avaliar que teor do universo ideológico das elites, para usar o termo de Sidney Chalhoub, no que tange a questão educacional possui mais pontos em comum do que divergências. Estes consensos são base para as ações tomadas em torno do desenvolvimento do ensino público no Império, incluindo neste processo a educação para especialização em ofícios cada vez mais necessários aos crescimentos urbanos. Para embasar a suposta necessidade desse ensino, utilizasse um arcabouço de metodologias pedagógicas e teorias liberais que explicassem a necessidade e as vantagens de implementar essa modalidade de ensino no Brasil. Vale destacar que escolhi não comentar ainda as teorias de cunho racial e classista usadas para validar as pressuposições feitas sobre os indivíduos que seriam atendidos por essas políticas educacionais, reservando este tema para mais tarde.

---

<sup>93</sup> PARÁ, Governo da Província do. Relatório do Presidente de Província Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira passando a administração da província ao 4º vice-presidente Dr. Abel Graça. Typ. Do Diário do Gram-Pará.

<sup>94</sup> GARCIA, Sandra Regina de oliveira. "O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil". In: *Trabalho e Crítica*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

Analisar as correspondências destes discursos e leis com estas teorias não significa que o modelo imperial de educação industrial não tem suas especificidades e singularidades, mas compartilho da reflexão do historiador inglês Eric Hobsbawm quando fala da criação de fenômenos novos na história, afirmando que

[...] historicamente falando, o processo de organizar novas instituições, novas ideias, novas teorias e táticas raramente começa como uma tarefa deliberada de engenharia social. Os homens vivem cercados por uma vasta acumulação de mecanismos passados, e é natural recolher os mais adequados destes e adaptá-los para os próprios fins (ou novos) deles.<sup>95</sup>

Desta forma, concluo que boa parte do que foi considerado adequado em termos de controle das camadas pobres, livres e, principalmente, de cor tem raízes bem marcadas nos conceitos utilitaristas de liberdade e controle social para defesa de um pseudo bem maior. Assim como o sistema pedagógico romântico das “lições das coisas” foi instrumentalizado como verniz científico responsável por validar a suposta eficiência do modelo brasileiro de educação industrial, já que na prática este ensino diferia muito da proposta elaborada por Pestalozzi e Frobel, que não consideravam o trabalho em oficinas produzindo artefatos manufaturados como experiência correspondente a conhecer as coisas antes das palavras. Sendo assim, seu prestígio era utilizado muito mais como legitimação do argumento do que para a prática.

Nestes termos, o método de treinamento por aprendizagem inglês desponta com similaridades muito mais ligadas ao cotidiano dos institutos e escolas de educandos artífices brasileiros, como por exemplo, a faixa etária, a condição de internato, as longas jornadas, o “aprender fazendo” relacionados a ofícios de cunho laboral, dentre outras características que serão melhor explanadas no próximo capítulo. Desse modo, transparece, mesmo que possa ter sido de forma inconsciente, que o *Apprenticeship* operacionalizou a práxis dessas instituições. Além disso, não se pode desconsiderar que no avançar da industrialização inglesa, este modelo foi usado como saída para suprir a necessidade, não só de dar um fim a infância desvalida, mas também como uma grande e barata fonte de trabalhadores.

A escolha de analisar este cenário por meio destes três eixos direcionadores está longe de esgotar o tema, é evidente que este dito universo ideológico possui muito mais pormenores e peculiaridades, contudo, dentro da proposta principal desta dissertação, não cabe um debruçar

---

<sup>95</sup> HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores*: Estudos sobre a história do operariado. (Tradução Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros). São Paulo: Paz e Terra, 2015. P. 497

mais demorado e profundo sobre esta dimensão da história da educação no Pará. Sendo assim, permita-me retomar o rastro do ator principal desta empreitada...

Havia deixado Narciso Ferreira Borges e sua mãe em 1872, matriculando o jovem, entre seus prováveis nove a dez anos, no novíssimo Instituto Paraense de Educandos Artífices. Não há indicação na documentação do Instituto acerca da naturalidade dos educandos, porém há indícios de que nem todos eram paraenses, apesar de serem maioria, já que no ano de 1879 o presidente da província preocupa-se em averiguar a naturalidade dos educandos internos e adicionar as condições de matrícula “ser paraense nato”<sup>96</sup>. Sendo assim, a ideia é acompanhar a partir daqui um pouco da trajetória deste menino desvalido e de seus colegas de escola seguintes:

**Quadro 2 – Lista nominal dos educandos.**

<b>NOMES</b>	<b>PRIMEIRA MENÇÃO NOS EXAMES OU ADMISSÃO*</b>
<b>Albino José Pereira</b>	1873
<b>Alfredo Guilherme de Miranda</b>	1873
<b>Alfredo Pontes Braga</b>	1873
<b>Anastácio José Cardoso</b>	1873
<b>Augusto José Cardozo</b>	1873
<b>Benedito de Moraes Tavares Rego</b>	1873
<b>Bernardino Rodrigues de Oliveira</b>	1873
<b>Cazemiro Anastácio das Neves</b>	1873
<b>Clarindo Gomes Franco</b>	1873
<b>Francisco Caetano de Vasconcellos</b>	1873
<b>Francisco Ezequiel da Costa Mattos (ou E. de Mattos Costa)</b>	1873
<b>Francisco Pantoja</b>	1873
<b>Guilherme de Sá Cardozo</b>	1873
<b>Hilário da Costa Teixeira</b>	1873
<b>Hildebrando Xavier Alves</b>	1873
<b>Horácio Antônio Dias</b>	1873

<sup>96</sup> Minutas de ofícios da Presidência da província para o diretor do Instituto de educandos (1879) - APEP

<b>João Antônio Dantas</b>	1873
<b>João Braz Valleco</b>	1873
<b>João Ladisláo da Trindade</b>	1873
<b>João Nopoceno Pinto (ou Prestes)</b>	1873
<b>João Teixeira</b>	1873
<b>João Thompson Wallace</b>	1873
<b>Joaquim Antônio dos Santos</b>	1873
<b>José Cursino dos Santos</b>	1873
<b>José Moraes Tavares Rego</b>	1873
<b>Libaneo Maranhense da Silva</b>	1873
<b>Luiz Americo</b>	1873
<b>Luiz Pedro de Oliveira</b>	1873
<b>Manoel Alexandrino da Silva</b>	1873
<b>Napoleão Marcos de Oliveira</b>	1873
<b>Narciso Ferreira Borges</b>	1873
<b>Narcizo Feliciano de Nazareth</b>	1873
<b>Pedro Evangelista de Leão</b>	1873
<b>Pedro Paulo da Silva</b>	1873
<b>Prelediano Pereira Fermink</b>	1873
<b>Raimundo da Costa Mattos (ou Mattos da costa)</b>	1873
<b>Raimundo Nonato de Belém</b>	1873
<b>Raimundo Paes Brito (ou Peres de Brito)</b>	1873
<b>Sebastião da Cunha d'Eça e Costa</b>	1873
<b>Segispido Pereira Fermink</b>	1873
<b>Tito Araújo de Guimarães</b>	1873
<b>Alberto Antônio Couto de Oliveira</b>	1874
<b>Antonio Gonçalves dos Reis</b>	1874
<b>Antônio H. da Rocha</b>	1874
<b>Augusto Candido Roiz (ou Rodrigues)** Campos</b>	1874
<b>Felippe da Conceição</b>	1874
<b>Francisco Salles de Miranda</b>	1874
<b>Guilherme F. da silva</b>	1874
<b>João Batista Farias</b>	1874
<b>José Cardozo Bahia</b>	1874
<b>Leopoldino Lagos Ribeiro</b>	1874
<b>Manoel Cardozo Bahia</b>	1874
<b>Manoel de Nazareth Ferreira</b>	1874
<b>Manoel H. da Fonseca</b>	1874
<b>Pedro Alcantara Pinheiro</b>	1874
<b>Raymundo F. Penna</b>	1874
<b>Raymundo M. Costa</b>	1874

<b>Segisnando Antônio da Silva (ou Segismundo)</b>	1874
<b>Sotero Leão Salles</b>	1874
<b>Eduardo Lucio de Oliveira</b>	1875
<b>Francisco Caetano Corrêa</b>	1875
<b>Francisco Cunha Pereira</b>	1875
<b>Francisco de Moraes Rocha</b>	1875
<b>Francisco Mendes Correia</b>	1875
<b>Jozino (ou Jovino) Pereira Guimarães</b>	1875
<b>Luiz Augusto Pfaender</b>	1875
<b>Luiz Joaquim de Lyra Barros</b>	1875
<b>Maximiano Franckilim Maciel Barboza</b>	1875
<b>Paulo Augusto Pfaender</b>	1875
<b>Pedro Ignacio de Carvalho</b>	1875
<b>Raymundo Lameira Bittencourt</b>	1875
<b>Raymundo Nonato de Souza</b>	1875

**Fonte:** Jornal do Pará, 30/12/1873, pág.03; 30/12/1874 pág. 02 e 07/04/1875 pág.01.

\* somente os nomes do ano de 1875 foram extraídos de um anuncio de admissão.

\*\* as variações dos nomes são encontradas nos exames publicados nos Jornais.

## Capítulo II – Nos corredores do internato: Panorama da condição dos educandos dentro do Instituto de artífices paraense.

“É uma organização imperfeita [o internato], aprendizagem de corrupção, ocasião de contato com indivíduos de toda origem? [...] A reclusão exacerba as tendências ingênicas? Tanto melhor: é a escola da sociedade. Ilustrar o espírito é pouco; temperar o caráter é tudo. É preciso que chegue um dia a desilusão do carinho doméstico. Toda a vantagem em que se realize o mais cedo. A educação não faz almas: exercita-as. E o exercício moral não vem das belas palavras de virtude, mas do atrito com as circunstâncias. [...] Ensaaiados no microcosmo do internato, não há mais surpresas no grande mundo lá fora, onde se vão sofrer todas as convivências, respirar todos os ambientes; onde a razão da maior força é a dialética geral [...]”<sup>97</sup>

Em seu romance autobiográfico, Raul Pompéia relata sua passagem pelo colégio interno Abílio, destacando as circunstâncias as quais foi exposto tendo que conviver confinado com outros meninos de sua faixa etária. No trecho acima, o autor, conta uma das concepções comuns acerca da utilidade dos colégios internos durante o século XIX no Brasil. Segundo o historiador Joaquim Tavares da Conceição, durante todo o período imperial os colégios internos funcionaram em todo país, em sua maioria particulares para formação de filhos da elite. Tais instituições, como a que estudou o romancista, acabaram por fomentar discussões a respeito de sua eficiência para educar menores, sendo criticado por possibilitar a corrupção física e moral nos alunos e de ser um mal necessário em decorrência das grandes distâncias entre pequenas localidades e estabelecimentos de ensino<sup>98</sup>.

Os Institutos e casas para desvalidos não levantaram esse tipo de argumentação sobre a possibilidade de corromperem os educandos internos, pois, como pôde ser observado nos discursos sobre a infância desvalida, acreditava-se que a sua condição de pobreza representava a principal causa da dita indolência desses indivíduos, sendo qualquer mudança para um ambiente controlado por mestres uma melhora na sua condição de vida. O Ateneu não é o único romance que retrata a vida em um colégio interno oitocentista<sup>99</sup> levantando questões acerca da sociabilidade dos alunos em ambiente controlado e guardado do mundo exterior, porém todos que tiveram a oportunidade escrever sobre sua vivência nestas instituições referem-se a

<sup>97</sup> POMPEIA, Raul. *O Ateneu*. E-book Amazon Kindle, 2020, P. 134.

<sup>98</sup> CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *Internar para Educar. Colégios-internatos no Brasil (1840 – 1950)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012, P. 35.

<sup>99</sup> Ver também REGO, José Lins do. *O Doidinho*. 36. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.; NAVA, Pedro. *Balão Cativo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 e \_\_\_\_\_. *Chão de Ferro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

instituições particulares com figuras de prestígio. Contudo, o contato com estas obras serviu para fazer refletir algumas características da vida dos educandos, como suas formas de asseio em banhos coletivos, como no Colégio Abílio de Raul Pompéia; alimentação; divisão de quartos por idade, também comentado por Pompéia e saúde.

O regulamento de 5 de junho de 1873 do Instituto Paraense de Educandos Artífices previa um livro de registro de matrículas, no qual deveriam conter data de matrícula, naturalidade, filiação, etc. Deveria neste livro também ser registrados as aulas frequentadas pelos educandos, sua evolução nas matérias, suas enfermidades, seus castigos, licenças, frequência nas aulas até sua exclusão da casa, “de modo que, [...] conste a história resumida do educando durante sua permanência no instituto”<sup>100</sup>. Infelizmente, nenhuma das pesquisas que tiveram o IPEA como objeto de interesse, referenciadas ao longo do texto, parecem ter constatado a existência de tal livro que poderia auxiliar na seara de entender a experiência dos educandos durante seu período de internato.

Contudo, é importante o esforço de tentar buscar brechas nas narrativas das documentações oficiais por meio das queixas e pedidos dos pais, das críticas dos jornais e da rebeldia dos educandos; já que a documentação produzida pelos gestores, quase sempre, dá a entender que a realidade da instituição era completamente controlada pelo seu regimento sem a possibilidade de abalos. A exemplo o trabalho de Zélia Maria Maia de Souza, que utiliza cartas de mães dos internos do Asylo de Meninos Desvalidos analisando as condições de trabalho aos quais os educandos eram expostos<sup>101</sup>, demonstrando como é possível a história da educação encontrar novos caminhos dentro da Microhistória e da História Social.

No presente capítulo o esforço se volta para pensar dimensões importantes da vida dos sujeitos deste estudo: habitação, atenção à saúde, asseio e alimentação; necessidades básicas para vida, algumas das quais temos poucas referências diretas na documentação, entretanto ajudam a entender a condição em que estes meninos estavam subordinados como internos, apartados de suas famílias. Segundo Maria Cecília dos Anjos, podemos considerar que

No internato as características da vida escolar são simplificadas e levadas ao extremo por suas relações sociais estarem restritas às paredes de uma "instituição total". Separada do convívio com a sociedade e a família, a escola interna [...], é caracterizada pela barreira à relação social com o mundo externo

---

<sup>100</sup> Coleção das Leis da Província do Pará, Tomo XXXV, primeira parte. Pará Typ do Diário do Gram-Pará, Belém, 1873.

<sup>101</sup> SOUZA, Maria Zélia Maia de. *O aprendizado para o trabalho dos meninos desvalidos*. Op. cit. P.53

sob a forma de proibições à saída, simbolizadas por muros altos e portões fechados.<sup>102</sup>

Como vimos, uma boa situação sanitária era uma das exigências para o ingresso no instituto, os educandos precisavam se submeter a inspeção do médico para a constatação e, de preferência, serem vacinados. Preocupações com a higiene e salubridade povoaram as deliberações acerca da vida urbana em vários aspectos, desde o calçamento das ruas até circulação de pessoas, era esperado que os internatos não ficassem de fora destas diligências. Em seu trabalho supracitado, Tavares da Conceição estuda teses dos cursos de medicina desde a segunda metade do século XIX ao início do XX; o historiador destaca a preocupação destes trabalhos com questões higienistas alertando para insalubridade dos colégios internos, especialmente ligados ao estado dos locais onde estas casas funcionavam. Sobre isto, Tavares descreve a proposta do médico Eurico Branco Ribeiro para uma sede ideal de colégio interno:

para o funcionamento adequado de um internato um prédio completamente isolado de outros edifícios, com boa disposição e com bastante arvoredo. Sobre esse aspecto ele concluiu que não existiam essas condições para todos os internatos pesquisados, pois alguns deles estavam instalados em —casas que serviram de residências para famílias, casas comuns, situadas entre outras. Segundo ele, os edifícios dos colégios pesquisados podiam ser classificados em prédios especialmente construídos para servirem como colégio-internato e os prédios adaptado para essa função. Embora, os primeiros apresentassem melhores condições sanitárias, todos padeciam de falhas que deveriam ser corrigidas a fim de se adaptarem aos novos conceitos higiênicos. O Dr. Eurico Branco Ribeiro destacava como uma dessas falhas a adoção dos dormitórios coletivos ou —grandes salões, atulhados de camas[...] <sup>103</sup>

Pode ser observado na notícia da inauguração do IPEA que ele estava situado na estrada de Nazaré, no terceiro distrito da capital, considerado àquela altura um espaço menos urbanizado, portanto com mais árvores e pouca circulação de pessoas, mas quais eram as condições do prédio que abrigou Narciso e seus colegas? Eles dormiam em grandes salões aglomerados como criticava o Dr. Eurico? Seriam eles obrigados a fazer o asseio de forma coletiva como narrara Pompeia?

---

<sup>102</sup> ANJOS, Maria Cecília Tinoco dos. *Descrição da vida escolar em romances brasileiros*. Dissertação (mestrado em Educação). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1979. P.12

<sup>103</sup> CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *Internar para Educar. Colégios-internatos no Brasil (1840 – 1950)*. P. 37.



## 1 - Habitação: acomodações e reformas.

No final da década de 1870, assim como os alunos do Ateneu, os educandos do IPEA eram divididos em turmas, pelo critério da idade e cada faixa etária possuía seu próprio quarto. Estes eram localizados em saguões pelo edifício original do instituto, e foram alvo de inúmeras reclamações e pedidos de reforma. O relatório de 1878 do instituto descrevia estes aposentos como “acanhado[s], mal ventilado e, por consequencia, em más condições hygienicas.”<sup>104</sup>

O instituto possuía vários problemas estruturais e pouco espaço fazendo com que os educandos vivessem nestes pequenos alojamentos de maneira apertada. Havia reclamações acerca das oficinas, dos materiais, sobre a produção, os alimentos, a precariedade dos cômodos descritos em 1884 pelo vice-presidente da província como “alcançando estado de ruína”, o grave problema das instalações da enfermaria e dos banheiros.

Segundo o historiador João Luiz Maximio da Silva, a necessidade de melhorias no espaço físico dos prédios e casas estava relacionado não somente com os aspectos materiais, mas também com os aspectos morais para o bem estar dos indivíduos. João Luiz argumenta que

“Em consonância com o discurso em voga, a organização do espaço não era apenas um caso de melhorar as condições físicas, mas, sobretudo, morais. Exemplo disso, podemos perceber neste parecer apresentado ao Conselho Superior de Saúde Pública em 1886: “(...) o melhoramento das casas dos operários tem um fim não só material, mas também político e moral. (...) Eis porque uma habitação de espaço agradável, bem arejada e iluminada, asseada e dotada de distribuição relativamente confortável, influi sobre a moralidade e bem estar da família.”<sup>105</sup>

Sendo assim, considerando os ideais defendidos pelos responsáveis pela administração do instituto, bem como através das notícias dos jornais, verdadeiros vigilantes de seu funcionamento, não é de se estranhar as inúmeras solicitações de melhorias e críticas no tocante a casa que abrigava os educandos artífices do Pará.

O prédio adquirido pelo presidente Abel Graça, em 1872, era uma antiga residência, pertencente ao comendador Pimenta Bueno<sup>106</sup>, era projetada para moradia de uma família, com

<sup>104</sup> Relatório do IPEA 1879, anexo ao relatório da presidência da província de 1880.

<sup>105</sup> SILVA, João Luiz Maximo da. Alimentação e transformações urbanas em São Paulo no século XIX In: *Almanack*. Guarulhos, n.07, p.81-94, 1º semestre de 2014

<sup>106</sup> Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na primeira sessão da 18.a legislatura em 15 de fevereiro de 1872 pelo presidente da província Abel Graça, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1872.

luxos e espaço de sobra, mas para o número elevado de educandos que o IPEA possuía, e que crescia cada vez mais, não possuía condições satisfatórias para abrigá-los.

Ainda neste mesmo ano, o jornal *Liberal do Pará* ocupa quase toda a primeira página somente para denunciar as atitudes do presidente Abel, fazendo uma crítica ao uso indevido do tesouro provincial. Segundo o *Liberal do Pará*, a casa que saiu há um valor de 60:000\$000, foi adquirida durante um período em que a assembleia provincial alegava déficit, pois, segundo Abel Graça, a construção de um prédio seria duas vezes mais cara, quanto a isso o periódico dizia:

Não duvidamos que assim acontecesse, attenta a maneira pelo qual se fazem, entre nós actualmente, as obras do governo; mas também é fora de duvida, mas também é fora de duvida que o predio comprado pelo sr. Abel é uma casa de luxo, e como esta não se presta para o estabelecimento q'è destinada, visto q'para dar-se lhe as devidas accomodações será necessário despender não poucas dezenas de contos de réis.

Além d'isso não há quem ignore, nesta capital, o fim que teve em vista o dr. Abel, comprando a casa do commendador Pimenta Bueno, foi pagar certos favores que lhe deve a dos quais se quer remir ás custas dos cofres da província (...)<sup>107</sup>

Ainda em 1872, um parecer do inspetor do tesouro provincial estimava que as obras que deviam ter sido feitas para ampliação de inúmeros cômodos e alguns ajustes para estrutura acomodar as oficinas, sairia pela quantia de 5:466\$840 réis<sup>108</sup>, mas que foi suspensa sob alegação falta de recursos nos cofres da província. A casa continuou possuindo estrutura não condizente aos fins do estabelecimento e, com o exponencial aumento do número de educandos que a lei determinava, o espaço ficava cada vez mais impróprio para abrigar a todos e suas atividades. Era preciso que houvesse uma grande reforma.

Tais reformas começaram a ser defendidas na assembleia provincial em dezembro de 1873. O relatório do presidente da província reiterava a falta de espaço no prédio adquirido pelo seu antecessor, comentando não haver espaço para alojar novos alunos. Domingos Cunha Junior se referia a reforma no regulamento que previa aumentar o número de educandos fixado em 30 para 100, sendo assim, ao seu ver, era necessário não apenas ampliar as oficinas existentes e criar novas, mas também ampliar o alojamento dos educandos. Apesar disto, no

---

<sup>107</sup>O Liberal do Pará. 23/01/1872. P. 01.

<sup>108</sup>Jornal do Pará. 28/06/1872. P. 02.

mês anterior a esta fala, Domingos mandava admitir 10 educandos além dos 30 que afirmava haver no IPEA na época, por considerar o espaço disponível suficiente<sup>109</sup>.

Domingos afirma que demandou a elaboração de uma planta e orçamento para obras no prédio, de acordo com o que lhe parecia mais necessário para implementação da medida de aumento do número de vagas. A descrição do empreendimento não fala sobre detalhes da condição do prédio existente, mas revela que as acomodações da enfermaria eram consideradas insatisfatórias quando pede uma “casa em separado com as accommodations precisas para a enfermaria”<sup>110</sup>. É provável que a casa principal não possuísse cômodo que atendesse as exigências para um espaço de atendimento de enfermos, sendo considerada próxima demais dos alojamentos e um perigo em caso de doenças contagiosas, bem como pequena demais, sendo tema de inúmeras queixas até a mudança de prédio.

Além disso, o relatório de 1873 também revelava que o instituto tinha um mirante, o qual já necessitava de reforma, e duas alas para refeitório e alojamento, assim como no “corpo do edifício”<sup>111</sup> funcionariam somente a parte administrativa, as salas de aulas e as de exposições. Nenhum dos relatórios traz informações sobre as medidas dos cômodos ou planta da casa original. A reforma sugerida em 1873 foi avaliada em 40:933\$980 réis para ser realizada em 3 meses, nela previa-se também dois telheiros com paredes de alvenaria de 330 palmos cada e compartimentos de 60 a 70 palmos para as oficinas.

Porém, não há confirmação se a obra foi ou não posta em prática nas fontes consultadas, ainda assim, é possível que sua execução tenha ocorrido, pois no relatório do início 1874 já se comenta que as casas que abrigam as oficinas atuais são modestas, “acanhadas para o trabalho atual”<sup>112</sup>, considerando que a proposta de fazer uma reforma no prédio antes de sua inauguração foi negada, as reformas feitas “casas das oficinas”<sup>113</sup> só poderiam ter sido as pedidas por Domingos José da Cunha Junior, presidente da província. Ainda assim, o regulamento de novembro de 1873 pedia para que fossem criadas as oficinas de latoeiro, fundidor, sapateiro e cordoeiro que, segundo o relatório, não foram abertas por falta de espaços para acomodá-las, exceto a oficina de sapateiro.

---

<sup>109</sup> Jornal do Pará. 05/11/1873. P. 02.

<sup>110</sup> Relatório com que Domingos José da Cunha Junior passou a administração da província do Pará ao 3.o vice-presidente, Guilherme Francisco Cruz em 31 de dezembro de 1873

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> Relatório apresentado a As. Leg. Provincial na 1.sessão da 19.a legislatura-presidente da província, Pedro Vicente de Azevedo 15 de fevereiro de 1874.

<sup>113</sup> Idem.

É importante ressaltar que em 1874, após a aprovação do aumento do número de educandos, os meninos ficavam cada vez mais aglomerados em pequenos cômodos de dormitórios, e ainda haviam os que estavam aguardando as condições do prédio melhorarem para ingressar no internato. As preocupações dos administradores do instituto com a disciplina e o controle dos educandos nos mostra que em um ano de funcionamento os dormitórios dos educandos não ficavam em ambientes que pudessem ser fechados, trazendo uma preocupação de evasão noturna, lembrando que neste ano os alunos já estavam na faixa etária de 7 a 16 anos. Neste relatório também conta que o xadrez da casa ainda não existia, isto é, um compartimento no qual pudessem se aprisionar educandos indisciplinados como era previsto no regulamento. Em novembro de 1874 o *Jornal do Pará* anunciava a arrematação de consertos e reparos no edifício dos Educandos Artífices, em conformidade com as regras do setor de obras públicas, avaliadas por Guilherme Cruz, engenheiro da província, um dos idealizadores do Instituto. Todavia, não há referências do que se tratavam os reparos e nem se foram realizados.

O instituto contava com um sério problema de espaço para alojamento de seus moradores, como já pudemos perceber, não sendo diferente com os pertences destes indivíduos. Não é de se estranhar que a documentação não trate nada sobre os hábitos particulares dos educandos em seus momentos de lazer, já que a ginástica prevista para seus recreios não funcionou até a saída de todos os membros do grupo estudado, sendo assim, informações sobre os pertences dos educandos são igualmente inexistentes. Sendo uma política pensada para meninos desvalidos, é improvável que houvesse alguma exigência de itens para serem levados com o educando no momento da internação, porém não há indicativo se os mesmos eram ou não proibidos de possuir algum objeto além dos livros, borrachinhas e seus uniformes cotidianos e festivos.<sup>114</sup> Ainda assim, as instalações do instituto careciam de armários para as roupas destes educandos e até mesmo o almoxarifado era insuficiente para estocar os materiais das oficinas, obras prontas e os outros gêneros de materiais precisos para casa.

No relatório de janeiro de 1875, quando o IPEA já contava com 61 alunos, temos o início das reclamações mais ferrenhas quanto à insuficiência da estrutura do prédio, trazendo de volta críticas sobre o edifício ter sido originalmente construído para uma casa de família. Nesta fala o presidente, pautado pelo relatório do instituto e pelos ofícios que o diretor trocava diretamente com a presidência, reclama que cozinha, dispensa, enfermaria, oficinas e rouparias careciam de espaço. Neste ano, reformas urgentes foram avaliadas no valor de 1:300\$000.

---

<sup>114</sup> *Jornal do Pará*. 22/10/1873. P.01. - Ofício manda pagar 18\$920 para fornecedor de lápis, papel e borrachinhas.

Além disso, em agosto o telhado apresentava problemas, sendo solicitado novamente a visita do engenheiro Cruz para avaliar as diversas partes da casa em que a estrutura de madeira que apoia o telhado estava em estado deteriorado<sup>115</sup>. Sobre o espaço das oficinas, as reclamações da falta dele são registradas até o final da década de 80, mesmo após algumas reformas.

No ano de 1876, sob a alegação de que o estabelecimento não estava apresentando os resultados esperados por não ter “espaço suficiente para que [se] desenvolva”<sup>116</sup>, o presidente da província nomeou cinco pessoas para inspecionar o estabelecimento, dentre eles o chefe de seção do Tesouro provincial e o diretor das oficinas do Arsenal de marinha. Contudo, pela portaria de 30 de dezembro 1875, um pouco antes da fala para assembleia, revela que esta dita comissão tinha não somente o objetivo de inspecionar as condições físicas do edifício, mas também verificar nos livros a regularidade das escriturações<sup>117</sup>, as quais continham informações sobre a compra, venda e armazenamento de materiais, ou seja, também conferir a necessidade dos empréstimos feitos pela casa junto ao tesouro provincial, bem como as obras manufaturadas nas oficinas e até mesmo sugerir alterações no regulamento<sup>118</sup>. Além disto, em 1876 é previsto obra para o telheiro da oficina de sapateiro e mais um aumento no espaço das demais oficinas foram orçados em 2:831\$130 réis.

Vale destacar que em 1876 o corte nas verbas chegou a tal ponto, que todas as oficinas foram suspensas, alegando dificuldade para obter matéria prima, pagamento dos mestres e de dívidas pendentes do instituto, pela falta de recursos<sup>119</sup>. Dispensou-se os educandos para passar férias com a família, apesar de alguns permanecerem nas dependências, também houve economia com a alimentação no período.

A situação complicava-se cada vez mais em relação à verba dedicada ao instituto, chegando ao ponto de a Assembleia pensar em fechar as suas portas um ano antes deste ocorrido. Nas páginas do jornal *A Constituição*, que antes defendera com unhas e dentes contra os ataques do jornal opositor *A Província*, agora se colocava em dúvida a administração provincial, uma vez que custava 60 contos de réis anuais à província e “pelo seu fim pela sua lei de criação tem, depois de certo tempo, de ser mantido à sua custa, com rendas suas peculiar

---

<sup>115</sup> Jornal do Pará. 07/08/1875. P.01.

<sup>116</sup>Relatório com que Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, presidente da província, abriu a 2.a sessão da 19.a legislatura da As. Leg. Provincial-15 de fevereiro de 1875

<sup>117</sup> Jornal do Pará. 21/10/1876. P.01.

<sup>118</sup> Jornal do Pará.09/01/1876. P.01.

<sup>119</sup> Jornal do Pará. 22/10/1876. P. 02.

e; vão-se já 5 longos annos e não concorre talvez o quinto da despeza.”<sup>120</sup>. Não havia periódico que concordasse com o fechamento, todos reconheciam sua importância de formar artistas hábeis e morigerados, porém, tampouco estavam satisfeitos com o trabalho. Na época, inclusive, *A Constituição* chamou atenção para a não existência de um mísero educando formado.

Neste panorama, a situação de habitação dos educandos não melhorou nos anos finais década de 70. Muitos dos educandos ao completar 5 anos de internato se viram em um lugar cheio de problemas de estrutura, que só se multiplicavam. Além do problema entorno do espaço para as oficinas, a situação do refeitório, dos salões que serviam de dormitórios e da enfermaria só agravavam. Em portaria do dia 17 de janeiro de 1877, o presidente da província pediu que o engenheiro Martinho Dominense Pinto Braga examinasse e remetesse o orçamento e planejamento de obras para os dormitórios, salas de aulas e o refeitório do Instituto com a maior “brevidade” possível<sup>121</sup>. Pouco tempo depois, o relatório da presidência fala, pela primeira vez, em uma “quase necessidade” da construção de um novo prédio projetado para ser um colégio interno e abrigar um número de elevado de alunos e oficinas, e não uma residência familiar.<sup>122</sup>

Entretanto, o próprio João Capistrano Bandeira de Mello Filho, presidente no momento, reitera as más condições nas quais se encontravam os cofres provinciais, segundo ele, sendo assim a província não possuía condições de atender as necessidades de reformas até então solicitadas e de caráter dito urgente. Esta fala indica que os educandos estavam vivendo em um estabelecimento com sua parte central arruinada e que o orçamento provincial previsto não cobriria as obras, pedindo assim que a assembleia aumentasse o valor.

Até aqui fica evidente a relação direta entre a condição das necessidades básicas dos educandos com a verba direcionada ao instituto e seu gerenciamento, neste caso a habitação, mas também alimentação e saúde, como será analisado mais à frente. A falta de recursos para obras é um argumento sempre utilizado para justificar a manutenção das más condições do prédio do instituto, sendo assim cabe pontuar que no ano de 1877 foi marcado na trajetória do Instituto paraense como o ano do “defraudamento”, apesar de não haver comentários sobre o tema na sessão destinada a informar sobre o instituto no relatório da presidência, os jornais nos dão um grande número de informações sobre o acontecido.

---

<sup>120</sup> A Constituição. 21/08/1876. P.01.

<sup>121</sup> Jornal do Pará. 20/01/1877. P.01.

<sup>122</sup> Falla de João Capistrano Bandeira de Mello Filho na 2.a sessão da 20.a legislatura da As. Leg. da prov. 15 de fevereiro 1877

Assim como em relação as verbas para obras, a Assembleia Provincial também tinha interesse em limitar as verbas direcionadas a instrução e isso incluía as despesas que os cofres do IPEA não eram capazes de suprir, necessitando do auxílio do tesouro da província. Por isso, deve-se ter em mente que apenas alguns poucos anos após a sua abertura o IPEA foi alvo de uma política de redução de gastos do tesouro provincial, contudo carecia destas inúmeras reformas e ampliações que não eram possíveis ser feitas com a receita do estabelecimento. Como já comentado, a imprensa fez inúmeras denúncias a esse respeito.

Assim, nesse cenário de críticas, o fechamento das oficinas, uma proposta de extinção, os resultados pouco satisfatórios de lucros e sua incapacidade de se sustentar sozinho, fazem com que em março de 1876 Miguel Lucio de A. Mello Filho apresentou a Assembleia Provincial o “*Projecto 1151*” para investigação do Instituto de Educandos, para fazer público:

Qual a receita do Instituto de Educandos no anno findo e de que proveio ella; Quaes os materiais que existem em deposito, o preço porque foram comprados, e quaes as obras fornecidas pelo mesmo estabelecimento à repartições publicas e o preço de cada peça. Qual o destino dado ao pecúlio dos educandos e ao produto da banda de muzica (...) <sup>123</sup>

A noção da necessidade de se dar uma resposta acerca do quadro caótico que se encontrava o instituto era tão visível que a Assembleia Provincial aprovou o projeto sem nenhum debate.

Assim, as investigações levaram a descoberta do desfalque e no meio desta ocorrência estava Narciso Ferreira Borges, “*Idôneo e morigerado*”<sup>124</sup> o suficiente para ocupar um cargo de destaque como chefe de turma. O menino Borges não teve sua participação apenas como educando da instituição. Ele foi figura ativa neste escândalo que indignou os jornais tanto oficiais quanto liberais e conservadores, causando um enorme alvoroço, Narciso acaba se envolvendo como um personagem central, como testemunha chave.

A fraude no Instituto de Paraense de Educandos Artífices, ocupou as primeiras páginas de importantes periódicos, como *A Constituição*, *A Província do Pará*, *O Liberal do Pará*, *Diário do Gram-Pará* e o *Jornal do Pará*. O desfalque no Instituto, dado pelo seu então

---

<sup>123</sup> A Constituição. 15/03/1876. P.02.

<sup>124</sup> Jornal do Pará. 18/03/1875. P.01.

almoxarife Guilherme Heskth, teria começado, segundo o jornal *Liberal do Pará*<sup>125</sup>, com alterações nas listas de materiais armazenados no armário do almoxarifado. Heskth assumiu o cargo em 1873<sup>126</sup>, substituindo Xavier Rodrigues Moraes.

O desfalque vem a público em 1877. O presidente da província alega uma desconfiança em relação a administração do Instituto, desta vez não somente uma crítica, como vinha sendo feito às atribuições do diretor, mas sim em tom de exigência por investigações. Assim sendo, Bandeira Mello, em visita ao instituto, atesta a fraude.

Narciso foi a testemunha que o “defraudamento” era real e como foi conduzido, mesmo antes do almoxarife confessar. O ofício do diretor Vicente Batista Miranda, dirigido a presidência da província relatava que Narciso lhe contara que os lançamentos feitos na última linha da primeira página e nas duas do fecho da relação, haviam sido deixados em branco para neste espaço adicionar a soma dos objetos que na realidade não haviam sido adquiridos pelo instituto, soma avaliada em 882\$986 réis.<sup>127</sup>

Neste ofício Batista Miranda relata:

“Conhecendo-se a falsificação pela diferença de tinta e mesmo pelo talho da letra do educando Narciso Ferreira Borges (...) chamado o almoxarife Guilherme Heskth para lhe informar a respeito, foi por elle confessado, que assim o havia lhe mandado fazer, persuadido que o pudesse, afim de desaparecer o desfalque pela escripturação havia em sua carga (...)”<sup>128</sup>

Além de toda a carga de conflitos do cenário político que esse desfalque aos cofres da província se revela nas páginas dos periódicos de Belém, dos embates entre o partido conservador, que aponta os dedos nos rostos do almoxarife e do diretor, e o primeiro de “Mais um liberal ladrão” e o segundo com protetor de um criminoso, como anunciou o *Diário do Gram-Pará*<sup>129</sup>; este episódio, além de mostrar como se davam a dinâmica do almoxarifado até aquele momento, também é um marco importante para a trajetória dos educandos, pois traz à luz as atribuições de funções que um aluno aplicado poderia ser submetido dentro da instituição como previa o artigo 134 e 137 do regulamento de 1873, apesar de até então de formas não

<sup>125</sup> O liberal do Pará. 21/02/1877. P.01.

<sup>126</sup> Jornal do Pará. 15/08/1873. P.01.

<sup>127</sup> O liberal do Pará. 21/02/1877. P.01.

<sup>128</sup> Idem

<sup>129</sup> A Constituição. 10/02/1877. P. 02.



oficiais. Este educando estava responsável por uma relação que continha informações fundamentais para o controle da receita do instituto que também sinaliza para uma relação de hierarquia.

Todavia, reforçando, não oficialmente, já que é somente a partir desta visita investigativa do presidente da província que o educando Ferreira Borges assume o cargo de fiel do corpo, no lugar de capitão José Laurino Bentes que passa a ser provisoriamente o almoxarife, e seu colega Anastácio José Cardozo o cargo de agente. Infelizmente, nada mais a respeito da participação de Narciso, ou qualquer outro educando, no corpo administrativo do instituto foi encontrado com citação nominal. Deve-se levar em conta a limitação das fontes que procuravam, em grande medida, propagandar qualidades e defeitos daquela instituição visando objetivos que pouco ou nada tinham a ver com a preocupação do destino daquelas crianças desvalidas que eram o público alvo do IPEA.

A saber, Heskth foi demitido e respondeu a acusação de crime de responsabilidade no juízo do segundo distrito criminal, no qual Narciso e outros funcionários do instituto foram convocados a depor alguns meses depois. Além disso, o regulamento foi alterado para que o diretor acumulasse cargo de almoxarife.

Os anos seguintes seguem o mesmo padrão de reclamações sobre a falta de espaço para abrigar os educandos, necessidade de obras, principalmente nos prédios das oficinas e a falta de recursos para realizá-las. Fala-se também em ampliação do número de vagas para 150, dependendo da ampliação de um saguão para abrigar mais educandos. Todavia, os dados retirados do relatório e das minutas de ofício do ano de 1879 apontam algumas características da situação em que se encontravam os espaços destinados ao asseio dos educandos.

Em janeiro de 1878 o diretor do instituto manda ofício informando o presidente da província sobre a construção de 13 latrinas, das quais uma havia ficado pronta. Contudo, no final do ano, informa no relatório para a presidência da província que somente 4 latrinas foram efetivamente construídas, com a mão de obra dos educandos. O diretor chama a atenção para a utilização de materiais reutilizados, como a madeiras que sobraram das latrinas anteriores, apesar de afirmar que já estavam começando a dar cupim, e telhas que estavam sem uso armazenadas na propriedade<sup>130</sup>. Atento para este dado pós o relatório da presidência da província em 1881 informa uma série de novas reformas necessárias e indica que o médico do

---

<sup>130</sup> Jornal do Pará. 19/01/1878. P.01.

instituto recomendava a construção de banheiros e latrinas boas, demonstrando insatisfação com as existentes que foram orgulho do diretor de 1878 no quesito economia nos materiais, no relatório do diretor, citado a cima, ainda indica que havia necessidade de uma sentina central que atendesse educandos e empregados.

Segundo Clarissa de Almeida Paulillo, “o termo “latrina” designa o receptáculo instalado sobre a abertura feita na terra (fossa), ainda que também pudesse denominar o próprio ambiente.”<sup>131</sup>. A autora ainda informa que no geral estas latrinas consistiam em espaços com uma caixa de madeira, ou pedra com um buraco no centro ou ainda um barril sem fundo, objetos estes que ficavam ligados as fossas para onde os dejetos escorreriam. Segundo a historiadora Conceição Maria Rocha de Almeida, em Belém nas décadas finais do século XIX e início do XX, as latrinas estavam cada vez mais comuns associadas as regras de higiene corporal e moradia<sup>132</sup>.

Outra característica dos hábitos sanitários aos quais os educandos eram condicionados era o banho coletivo. Em ofício ao diretor do instituto no ano de 1879, o presidente da província, ao considerar excessivo o preço de cem mil réis por uma banheira de acapu, indaga o diretor quantos educandos tomariam banho simultaneamente na banheira, sendo autorizada a compra quatro dias depois, dando ênfase de que a banheira tinha preço condizente, devido a mesma ser grande, dando a entender que o número de educandos respondido pelo diretor foi elevado.

Existia uma preocupação, nos anos finais da década de 1870 com a separação dos educandos menores dos mais velhos, os quais são várias vezes referidos como homens na documentação. Parecia ser de suma importância para o diretor, em nome da moralidade da instituição, que os dormitórios fossem divididos por idade e sofressem constante rondas, não era diferente em relação ao lavatório, descrito no ano de 1878 como um “pequeno telheiro sem banheira”, e apontava a necessidade da construção de um banheiro amplo dividido em dois para apartar os menores e médios dos maiores.

Conceição disserta sobre os costumes de banho na capital da província no período, indicando que a prática de se banhar diariamente era comum e que uma boa parte da população, em especial sua parcela mais pobre, tinha costume de se banhar despida em baixo das pontes,

---

<sup>131</sup> PAULILLO, Clarisse De Almeida. *Corpo, casa e cidade: Três escalas da higiene na consolidação do banheiro nas moradias paulistanas (1893-1929)*. Dissertação (Mestrado em Desing e Arquitetura). Apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. P. 265

<sup>132</sup> ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX*. Tese (Doutorado em História). Apresentado a faculdade de história da Pontífice Universidade Católica-PUC. São Paulo, 2010.P. 155

quintais e nas praias do litoral da cidade<sup>133</sup>, prática considerada inconveniente ao pudor público, então a administração provincial tratou de tentar proibi-la. Desta forma, a preocupação do diretor, encontrava-se em sintonia com preocupações da camada da sociedade paraense encarregada da administração da província.

Outro aspecto da condição de vida destes alunos que pode ser observado por meio dos pedidos da direção ao tesouro provincial é a relação com a água, já que, assim como a maioria das casas em Belém do período, não havia bomba d'água no estabelecimento, ou seja, todas as atividades da casa que necessitavam de água dependiam da força de trabalho dos meninos para fornecimento, serviço comum aos trabalhadores domésticos livres ou escravizados. Ou seja, desde a preparação dos alimentos, para ingestão, limpeza da casa, asseio dos estudantes até a água necessária nas oficinas eram puxadas do poço pelos educandos.

Sobre os aparatos pertinentes as relações paraenses com a água nos oitocentos, Conceição Maria Rocha de Almeida comenta que a década de oitenta do século XIX foi marcada pelo crescente interesse dos moradores de Belém em modernizar as formas de obtenção das águas na cidade, tornando-se cada vez mais comuns anúncios de vários tipos de bombas, torneiras, válvulas e etc<sup>134</sup>. Não seria incomum que o diretor do instituto, que no geral eram homens de boa posição social, estarem, mais uma vez, em afinidade com estes pensamentos do período. O relatório do diretor do instituto informa em 1878 que os educandos sofriam pela falta de um poço ou a limpeza do já existente. O pedido para compra da bomba no ano seguinte não nos confirma se o poço particular do terreno do IPEA, no qual a bomba poderia ser instalada “para agilizar o serviço braçal” fora limpo melhorando a qualidade da água, contudo o relatório de 1881 também pede a abertura de um poço “necessário ao serviço de banho dos educandos<sup>135</sup>”, um indício que, com a limpeza ou não, a água do poço já existente não era mais considerada boa para uso. Apesar da criação da companhia de água do Pará na década de 1880, não existe nenhum registro que indique a instalação de água encanada no estabelecimento até sua mudança de edifício no início do século XX.

Diferente era a situação da iluminação do IPEA, pois em 1879 o diretor faz alguns pedidos para a presidência autorizar reparos no encanamento de gás da casa, os quais serviam a iluminação, ficando quase o ano inteiro sem reparos efetivos, sendo somente em novembro,

---

<sup>133</sup> Ibidem. P. 90 - 94

<sup>134</sup> Idem. P. 141 a 143

<sup>135</sup> Relatório de José Coelho da Gama e Abreu presidente da província para Assembleia Legislativa Provincial na 2.a sessão da 22.a legislatura em 15 de fevereiro de 1881.

sete meses depois do primeiro pedido, autorizado que o diretor entre em acordo com a companhia de fornecimento de gás. Sobre este tema o diretor comentou em 1878:

Emffin a iluminação á gaz é a peor possível, porque ha dias (sobre tudo os de chuva) em que os candieiros não se accendem, entretanto que a despeza com o gaz augmenta, o que é fácil verificar-se pelas contas mensaes, e isto devido, como já tive a honra de participar presidencia em officio n. 173 de 28 de dezembro de 1877, ao escapamento constante do gaz por orificios praticados em diversos lugares dos tubos, e sobretudo nos lugares de soldura, porque nunca foram concertados nem mudados, pedindo a companhia do gaz um preço excessivamenie elevado para os reparos da mesma encanação<sup>136</sup>.

O diretor neste mesmo relatório alerta que se medidas não forem tomadas com urgência, o gasto com o gás será superior ao gasto que se teria com a dita obra. Também vale destacar que no Instituto dos Educandos havia um espaço destinado para acomodação do diretor, o qual “se compõe de 3 quartos simples, dos quaes 2 pequenos; não tem cosinha, nem mesmo lugar para despejos.”

Apesar destes inúmeros apelos da presidência e algumas denúncias da imprensa, a Assembleia Provincial, por muito tempo, se recusou a fornecer o ordenado necessário para as obras, alegando que os cofres da província não estavam em boas condições para gastos. Em dezembro de 1882 “O Liberal do Pará” publica um artigo em crítica à Assembleia que mostra, aos olhos de uma oposição, as ações da assembleia em relação a reforma do Instituto:

Continuamos a tarefa que nos impuzemos de chamar a attenção publica para os heroicos feittos da assembléia provincial. Occupemos-nos ainda uma vez com a instrucção publica que tantos golpes soffreo na maioria concervadora da assembléia:

Se considerarmos o que foi feito para o Instituto de educandos artífices, vemos que não foi votado um seutil para melhoramento do edificio, que carece de oficinas largas e arejadas, de comodo para os educando e de aumento dos dormitorios para outros, que esperam vagas sem poderem ser admitidos pelo estabelecimento. (...) <sup>137</sup>

O pedido pelas obras só foi acatado e posto em prática na década de 80 e por partes, primeiro a enfermaria, depois as oficinas e por último o prédio principal, contudo o Instituto se muda no início do século XX. Não obtive, assim, informações sobre conclusão das obras.

<sup>136</sup> Relatório do diretor do IPEA de 1878, anexo a falla de José Coelho da Gama e Abreu pres. da prov. a 2.a sessão da 21.a legislatura da Assembleia Legislativa provincial 16 de junho 1879.

<sup>137</sup> O Liberal do Pará. 01/02/1882. P. 01.

Talvez devido a gravidade da situação, já que as obras começam a se direcionar para estrutura da casa, as paredes não eram mais consideradas seguras, em 1880 pede-se reforma nas vigas do edifício e obra de consolidação de seus alicerces. Em 1881, discute-se construir dois “corpos de construção” nas laterais do edifício antigo, apesar de já haverem extensões de saguões, ainda para dar melhor espaço para os dormitórios, para moradia do diretor e melhoramento da rouparia.

Por fim, é importante pensar no espaço de exterior ao edifício, pouco se fala sobre este espaço no qual os educandos por ventura tinham seus pequenos momentos de recreio, que muitas vezes eram exercícios militares, o relatório do diretor de 1878 apenas cita esta situação quando comenta que foi feita a divisão do quintal em dois para melhorar a vigilância dos educandos. O acesso dos educandos ao mundo fora do internato também era limitado e esta reclusão foi feita através do controle da entrada e saída destes meninos, e neste mesmo relatório o diretor comenta que o controle era feito por meio de bilhetes os quais possuíam o tempo em que o educando que havia saído deveria ter permanecido fora, assim ele apresentaria este bilhete para quem quer que estivesse fazendo a ronda que este mesmo diretor instituiu. Entretanto, isto não parecia ser o suficiente para cercear as vontades dos educandos, sobretudo os mais velhos, de ultrapassarem os limites do terreno da instituição.

A primeira menção sobre as condições de cercamento do instituto é de 1878, o despacho de nº 164 do dia 14 de dezembro de 1877, este autorizava o concerto no cercado de madeira do instituto assim como a compra de ferramentas para as oficinas<sup>138</sup>. Mais à frente, em fevereiro de 1881, o diretor em ofício pede ao presidente que rogue junto a assembleia provincial que libere verba para a construção de um muro, se não completo, pelo menos que se estendesse por toda extensão da frente da casa, a qual somente possuía grades baixas que poderiam ser “facilmente galdadas”<sup>139</sup>. A preocupação do diretor tinha menos relação com invasões por assaltantes e mais com possíveis fugas dos educandos, apesar de ter expressado preocupação com a insegurança da secretaria onde estava o cofre no relatório do Instituto de 1878.

Como veremos no capítulo seguinte, há somente uma ocorrência no período de educando fugindo e sendo punido com expulsão, causando até mesmo o acionamento da polícia. Porém, isso não quer dizer que não haviam outras fugas que não foram pegas. No mesmo dia 5

---

<sup>138</sup> Jornal do Pará. 08/01/1878. P.02.

<sup>139</sup> Ofício do diretor do instituto paraense de educandos artífices 1881 (APEP)

de fevereiro em que o ofício pedindo o muro do instituto, o diretor nos dá a pista para esse entendimento ao comentar um caso da estatística médica.

## 2 - Saúde e enfermidades.

Francisco Mendes Côrrea foi listado na estatística médica de 1881 com sofrimento de gonorreia, uma doença venérea infecciosa causada por bactéria. Neste ofício, o diretor do instituto João Coelho, ao chamar o educando que já era de maior, de vadio e incorrigível comenta que “não obstante a disciplina e vigilância que emprego, vossa excelência sabe que as vistas do diretor não podem acompanhar os educandos por todas as partes<sup>140</sup>”. O diretor deixava implícito que as fugas dos educandos eram reais e prova disso era que o dito educando apresentava moléstia que não deveria ser conhecida por alunos internos em uma casa de educação para menores.

No tópico anterior vimos que no século XIX já se considerava que a questão da salubridade do espaço em que se habitava estava relacionada a saúde dos indivíduos, já que de acordo com a teoria miasmática, que possuía grande credibilidade durante a década de 1870, existia uma “necessidade da circulação, arejamento e desodorização do ambiente (necessidades urbanas), foram combinadas [...] com ideias e descobertas científicas do campo microbiológico.”<sup>141</sup>. Sendo assim não foram poucas as reclamações do diretor e do médico do instituto em relação as acomodações do IPEA.

As queixas em torno da aglomeração nos dormitórios acabavam indo de encontro com as pretensões do ampliamiento das vagas que esteve em pauta por todo período estudado. Neste sentido, ainda se chamava constantemente a atenção do presidente da província para insuficiência do espaço na enfermaria, sua proximidade com os dormitórios, sua falta de ventilação e problemas no assoalho. Alegava o diretor em 1879<sup>142</sup> que se 12 alunos caíssem doentes no mesmo período seria preciso deixar alguns nos dormitórios junto com os outros educandos saudáveis, o que preocupava a direção e o médico da casa pela possibilidade de contágio. Segundo Jane Beltrão, no período acreditava-se que o contágio se dava por

---

<sup>140</sup> Ibidem.

<sup>141</sup> BERTUCCI-MARTINS, Liane Maria. Memória que educa. Epidemias do final do século XIX e início do XX. In: *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 75-89, 2005. Editora UFPR P. 76

<sup>142</sup> Falla de José Coelho da Gama e Abreu pres. da província a 2.a sessão da 21.a legislatura da Assembleia Legislativa provincial. 16 de junho de 1879. Anexo relatório do IPEA 1879

comunicação entre moléculas de um indivíduo com outro pelo contato ou pelo ar, e a infecção se dava por meio dos miasmas do ambiente.<sup>143</sup>

As estatísticas médicas elaboradas pelo médico responsável pelo cuidado dos educandos, Jaime Pombo Brício, citadas pelo diretor ou pelo presidente da província em relatórios e ofícios e casos como o de Francisco Mendes Correa chama atenção para as enfermidades que assolaram os educandos artífices em sua passagem pela instituição. Jaime é o médico do instituto por toda a década de setenta e oitenta, talvez o único funcionário que permaneceu no cargo durante um grande período de tempo, sem indícios de sua saída pela década de 1890, sendo nomeado em maio de 1872 com gratificação anual de um conto de réis<sup>144</sup>, sendo sempre auxiliado por um educando no cargo de enfermeiro da casa, que nunca foi citado nominalmente por todo o período levantado.

Os educandos foram acometidos por várias doenças durante todo o tempo de permanência da casa, apesar das exigências de avaliação de condições sanitárias antes do seu ingresso, desde o primeiro ano de funcionamento da instituição existem registros de crises de reumatismo no educando Horácio Antônio Dias. Apesar de não haver menção das estatísticas médicas nos relatórios da presidência de 1872 e 1873, a preocupação com as condições sanitárias dos alunos se agravam a partir de 1874 devido ao grande caso das temidas febres intermitentes.

De acordo com Ailton Fernandes da Rosa Junior, durante o século XIX houve uma grande preocupação dos médicos com as febres e suas classificações já que este nome serviu como

uma espécie de termo ‘guarda-chuva’, capaz de se referir a uma enorme variedade de moléstias. Ao lado das inflamações, envenenamentos e hemorragias, as febres figuraram como as patologias mais comuns, e letais, daquele período. Uma das formas de classificação das febres fora tomado de empréstimo da botânica e as organizava segundo seu gênero, espécie e variedade. Os critérios adotados para esta classificação diziam respeito à intensidade das febres, sua variação ao longo dos dias e os sintomas associados, como dor de cabeça, hemorragia ou diarreia.<sup>145</sup>

---

<sup>143</sup> BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará. Belém, 2004. P. 98

<sup>144</sup> Jornal do Pará. 06/06/1872. P.01.

<sup>145</sup> JUNIOR, Ailton Fernandes da Rosa. As Febres Intermitentes e os Saberes Médicos na Província do Rio de Janeiro. XIX ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO. 21 A 25 DE SETEMBRO DE 2020. In: *Anais online do XIX Encontro de História da Anpuh-Rio 2020*. P.01

No instituto as febres reportadas nas décadas estudadas foram as febres perniciosas, as febres intermitentes e a febre paludosa. Estas duas últimas, segundo o *Dicionário Chernoviz de Medicina Popular* (1890) e a premiada dissertação de Luiz José da Costa apresentada ao concurso da Faculdade de Medicina da Bahia intitulada “*Dissertação acerca da pathogenia das febres paludosas*” (1860) são muito semelhantes.

As febres intermitentes são descritas em estudos médicos do século XIX como episódios que acometem o indivíduo de forma intercalada com períodos de melhora significativa. O médico português Francisco Mello Franco (1821) e o João Vicente Torres Homem (1886), médico da Academia Imperial, descrevem esta moléstia de maneira semelhante, dividindo-a entre as fases de moleza e abatimento, elevação de temperatura (a fase mais longa) e, por fim, a fase de suor na qual o doente começaria a retornar a temperatura normal. Ainda segundo Franco a febre intermitente poderia ter o diagnóstico facilitado pela presença de urina laterícia avermelhada<sup>146</sup>.

Em meio a epidemia de febre amarela em 1853, a *Comissão encarregada de informar as causas que fizeram desenvolver a febre amarela* na Província do Pará, observou que existiam doenças que se julgaram próprias das duas estações climáticas. Dentre as do período chuvoso as febres intermitentes e remitentes, assim como bronquites, pleurisias, pneumonias, tuberculose, reumatismos; sendo presentes no verão as febres tífoides, gastroenterites agudas, hepatites, diarreias e desinterias, assim como inflamações mucosas intestinais.<sup>147</sup> As febres configuram um mal comum das províncias do Brasil durante todo o século XIX. No IPEA a intermitente foi campeã em casos chegando a 22 somente em 1874.

Além dos casos de febre também constam oftalmia purulenta, bronquites e malícia. Citados nominalmente com alguma doença, além de Francisco Mendes Corrêa e Horácio Antônio Dias, também constaram: Albino José Pereira, Hilário da Costa Teixeira, José Cursino dos Santos, Napoleão Marcos de Oliveira, Francisco Salles de Miranda e Francisco Vasconcelos. A historiografia sobre internatos mostra que era comum entre estas casas, principalmente as voltadas para infância desvalida, mas não somente<sup>148</sup>, surtos de doenças dermatológicas, respiratórias, conjuntivites e etc, e a má da qualidade de habitação dos internos foi apontada como responsável pelo adoecimento. Via de regra, o tratamento para as

---

<sup>146</sup> Ibidem. P.04

<sup>147</sup> COSTA, Magda de Nazaré Pereira da. *Caridade e Saúde Pública em Tempo de Epidemias Belém 1850-1890*. Dissertação (mestrado em história) UFPA. Belém, 2006. P. 20.

<sup>148</sup> CONCEIÇÃO. *Internar para Educar*. Op. cit. P. 132



enfermidades dispensado aos educandos era de responsabilidade do instituto, contudo existiram alguns casos em que pais e tutores pediram para que os educandos fossem tratados com a família, como Francisco Vasconcellos e Hilário.

Não existem descrições detalhadas do que era possível encontrar na enfermaria do instituto ou quais os tipos de tratamentos utilizados pelo médico Jaime Brício, entretanto uma lista de materiais indica a existência de apenas 10 leitos para os enfermos, 30 camisolas de algodão e 1 pote de barro<sup>149</sup>. Uma das poucas medidas adotadas para prevenção de doenças dos educandos era a vacinação, chegando a ser cobrada que estivesse em dia, por meio de ofício da presidência da província em 1876, não só a dos educandos artífices como também das educandas do Colégio do Amparo. É importante frisar que, segundo Magda de Nazaré Pereira da Costa, em 1876 a cidade de Belém estava enfrentando o terceiro surto do chamado “mal das bexigas”, a varíola. Durante todo a faixa de tempo analisada nesta parte do estudo, ocorreram dois surtos 1872-1876 e 1878-1885<sup>150</sup>, contudo, não existe nenhum registro de educando que tenha contraído esta doença durante seu período de internação, inclusive o médico felicita que não houvessem casos de varíola por estarem todos educandos vacinados e até mesmo revacinados<sup>151</sup>, apesar de não considerar o período de 1874-1877 próspero em razão dos vários casos de moléstias que assolaram a casa.

Mesmo sem casos de doenças como a varíola, febre amarela ou cólera que representaram verdadeiros flagelos epidêmicos na província, as enfermidades presentes no instituto de educandos apresentaram letalidade. No período entre 1872-1880 foram 6 educandos falecidos no instituto, dentre eles Mariano José da Costa (1873), Albino José Pereira (1877), Francisco Salles de Miranda (1876) e outros 3 educandos que não foram citados nominalmente em relatório. As causas variam entre febres intermitentes e perniciosas e uma ocorrência de malária<sup>152</sup>.

A ausência do relatório elaborado diretamente pelo médico do instituto nas documentações remanescentes do IPEA faz com que muitas informações sobre as doenças e os educandos que foram acometidos não sejam conhecidas, a ausência do diário que devia ter sido elaborado para estes meninos previstos no regulamento de 1873 também, contudo os poucos

---

<sup>149</sup> Jornal do Pará. 21/05/1873. P.01.

<sup>150</sup> COSTA. Caridade e saúde pública em tempo de epidemias Belém 1850-1890. Opcit. P 31

<sup>151</sup> Relatório apresentado ao Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides para Pedro Vicente de Azevedo por ocasião de passar-lhe a administração da província em 17 de janeiro de 1875.

<sup>152</sup> Termo da fonte, não há indícios de que se refira a malária que atinge a região da traqueia e laringe ou se foi um erro na escrita da palavra “malária” no relatório. Relatório da Presidência da província de 1878.

rastros nos indicam que os educandos conviviam constantemente com as doenças que circulavam pela capital da província, as quais são comentadas nas seções de saúde pública dos relatórios e falas da presidência da província, apesar da condição de internos. Os anos de 1874 e 1877 foram os que mais tiveram casos de adoecimento na casa, este último ano chegando a ter a passagem de 75 alunos pela enfermaria, sendo 2 óbitos e 2 que não se recuperaram completamente. Entretanto, o índice de óbitos na casa é baixo, considerando o número de educandos que passaram por ela neste período e as condições de vida as quais eles estavam expostos.

### **3 - Alimentação e abastecimento.**

O outro aspecto possível pensar acerca da condição dos educandos no internato é relativo à sua alimentação e assim como os temas anteriormente abordados, esta também era de responsabilidade do corpo administrativo do instituto, desde a definição dos gêneros a serem adquiridos, o trato com os fornecedores, seu armazenamento e distribuição para educandos e empregados. Apenas a questão da arrematação dos produtos por meio de análise da melhor oferta era controlada diretamente pelo tesouro provincial.

Nesse sentido, cabe aqui pensar no que consistia esta alimentação pensada por membros da elite local para meninos desvalidos sob sua guarda através das pistas deixadas por listas de gêneros apresentadas a possíveis fornecedores do instituto. Sendo assim, não se pode ignorar o processo de abastecimento da instituição, que não se limitava a itens alimentícios, incluindo, aparentemente, tudo o que o internato precisasse para funcionar.

É importante frisar que as práticas alimentares não podem ser pensadas apenas como uma expressão dos gostos individuais ou coletivos de maneira simples e arbitrária, já que estas condutas são construídas a partir de contextos culturais e sociais diversos que implicam em constante movimentação dos hábitos cotidianos, ou seja, as dinâmicas sociais atribuem novos significados a formas de consumo, o que se consome e quem pode consumir o que. No que tange esta questão, Shirley Queiroz e Jaqueline Nishimura comentam

[...] a alimentação não pode ser encarada apenas como um ato nutricional, ela também é veículo de expressão cultural na maneira que convém e impõe o controle de impulsos. Portanto, entende-se que os padrões de permanências e mudanças dos hábitos e práticas alimentares encontram suas referências na

própria dinâmica social: constantemente recebendo, adaptando e hibridizando influências.<sup>153</sup>

Por isso, é preciso considerar as práxis alimentares da Belém oitocentista para fazer uma comparação dos produtos adquiridos pela casa.

Isto posto, também devo ponderar que a posição social de muitos dos membros da administração da casa era de prestígio, sendo todos homens ditos distintos escolhidos pelo presidente da província procediam de acordo com os entendimentos em voga no período, sendo o higienismo um importante princípio para este grupo. Na concepção João Luiz Maximo da Silva, o entendimento acerca da higiene no XIX marcou várias mudanças nas formas de alimentação urbana nas grandes cidades do império brasileiro, afirma que as autoridades médicas se destacaram nas discussões acerca da vida cidadina com apoio de autoridades administrativas motivados por um contexto de epidemias. Este cenário teria sido propício para uma série de medidas de regulamentações do espaço urbano, doméstico e da alimentação, especialmente da forma como os produtos eram distribuídos<sup>154</sup>. Em Belém não foi diferente, já que segundo a historiadora Sidiana Macedo existiram algumas animosidades relativas à distribuição de leite e carne verde<sup>155</sup>.

Feitas as ponderações devidas, o foco retorna aos atores principais desta análise, os educandos. Segundo o regulamento, eles deveriam fazer um total de três refeições diárias, o café por volta de 5:15 manhã logo após o asseio e limpeza dos alojamentos, o almoço às 8:00 após as aulas teóricas e oficinas e por último entre as 19:00 e às 21:00 havia a ceia. A historiadora Sidiana Macedo comenta em sua tese, baseando-se nos textos de Raimundo Moraes, que haviam três refeições principais para população amazônica, as quais aconteciam em horários distintos das refeições previstas para os educandos tendo um intervalo menor entre elas e ainda sendo intercaladas com pequenos lanches com mingais e frutas para “forrar” o estomago<sup>156</sup>. Observando os horários dos educandos, vemos que as refeições se concentravam no período da manhã, ficando treze horas sem se alimentar durante as atividades das oficinas e

---

<sup>153</sup> NISHIMURA, Jaqueline Sayuri; QUEIROZ, Shirley Gomes. Cultura material e alimentação: A evolução dos utensílios à mesa e a consolidação de comportamentos durante a refeição. *Demetra*; Rio de Janeiro, 2016; 11(4); 951-964. DOI: 10.12957/demetra.2016.22229. P. 953

<sup>154</sup> SILVA, João Luiz Maximo da. Alimentação e transformações urbanas em São Paulo no século XIX. *OpCit*. P. 88.

<sup>155</sup> MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *A cozinha mestiça. Uma história da alimentação em Belém (Fins do século XIX a meados do Século XX)*. Tese (Doutorado em História) Apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará-UFPA. Belém, 2016. P. 84.

<sup>156</sup> Idem. P.251.

aulas. Entretanto, o relatório da presidência da província de 15 de fevereiro de 1874, comentando sobre os gastos com ração diária, lista as refeições do instituto como Almoço, janta e ceia, porém indica um gasto a mais com uma “ração acrescida pela manhã”, o dito café da manhã bem cedo.

As fontes infelizmente não possuem nenhum relato descritivo sobre alguma dessas refeições do IPEA, a única citação sobre os alunos no refeitório no relatório da presidência de 1879 refere-se à facilidade de inspeção do estado em que se encontravam os educandos pela manhã. Contudo, os gêneros adquiridos pela casa destinados a ingestão nos contam um pouco sobre a cultura alimentar neste internato.

**Quadro 3 – Lista de gêneros alimentícios arrematados pelo Instituto paraense de educandos artífices em 1874, 1876, 1877 e 1879.**

1874	1876	1877	1879
Açúcar refinado	Açúcar refinado	Açúcar refinado	açúcar refinado
café moído	café moído	café moído	café moído
arros pilado graúdo	arroz pilado graúdo	arroz pilado graúdo	arroz pilado
pimenta moída	pimenta moída	pimenta moída	Pimenta moída
Cominho moído	Cominho moído	cominho moído	cominho moído
farrinha seca	farinha seca	farinha seca	farinha seca
farinha d'água	farinha d'água litros	farinha d'água	farinha d'água
vinagre,	vinagre	Vinagre	Vinagre
azeite doce	azeite doce	azeite doce	azeite doce
Sal	Sal	Sal	Sal
Alho	Alho	Alho	Alho
Cebolas	Cebolas	Cebolas	Cebolas
pães de 140 gramas	pães de 140 gramas	pães de 140 gramas	pães frescos
pães de 110 gramas	pães de 110 gramas	pães de 110 gramas	pães torrados
Galinha	Galinha	Galinha	-
bacalhau de caixa	bacalhau em caixa	bacalhau em caixa	-
toucinho da terra	toucinho da terra	Toucinho da terra	-
manteiga de vaca	-	manteiga de vaca	manteiga de vaca
feijão vermelho	feijão vermelho	Feijão	feijão da torra
-	-	-	feijão do reino
Marmelada	-	-	marmelada (libra)
carne seca do sertão	-	-	-
carne seca do sul	-	-	-
-	-	carne verde	carne verde
-	-	jerimum por praça	Jerimum

-	-	verduras por praça	Verduras
-	-	frutas por praça	Frutas
-	café em grão	-	-
-	manteiga inglesa	-	-
-	-	-	vinho do porto
-	-	-	Chá
-	-	Lenha	-

**Fonte:** Jornal do Pará 01/12/ 1874 pág. 02, 26/11/1876 pág. 03 e 13/06/1877 pág.02 e O Liberal do Pará 15/06/1879 pág. 03.

Comparando as listas, as primeiras impressões recaem sobre os itens que não se repetem em todos os anos, em destaque para a carne verde que só é listada a partir de 1879, já que a carne, assim como o peixe, eram itens de primeira necessidade na alimentação paraense<sup>157</sup>, corroboram com esta afirmação os relatos de viajantes durante todo o século XIX, destacando a importância da produção de gado do Marajó, apesar das inúmeras críticas a qualidade da carne. Contudo, segundo estes naturalistas, em especial Spix e Martius, bem como Alcide D'Orbigny que estiveram em Belém nas primeiras décadas do século, a carne salgada seria a mais consumida entre os “homens do povo” em detrimento a carne verde<sup>158</sup>. Alfred Russel Wallace em seu *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*, já na metade do XIX, descreve que a carne de vaca constituía no principal alimento do povo, apesar de afirmar que a população negra e indígena da cidade consumia farinha, arroz, peixe salgado e frutas<sup>159</sup>

Sobre as observações dos viajantes acerca da alimentação no Pará, Fabricio Teixeira da Silva comenta:

Conforme os registros deixados pelos viajantes, percebe-se que durante o século XIX o tripé da alimentação da população desfavorecida economicamente foi à carne seca, o peixe seco e a farinha de mandioca, já a dos abastados, foram os gêneros importados. Sabe-se ainda que a carne bovina teve uma importância significativa na base da alimentação popular ao longo do XIX, sendo ela consumida fresca ou seca.<sup>160</sup>

Analisando as listas apresentadas no quadro 3 em comparação com os relatos de viajantes e a historiografia sobre alimentação paraense no período, é possível identificar que os gêneros solicitados pela direção do instituto não correspondem somente ao costume alimentar

<sup>157</sup> SANTOS, Francimary Nascimento da Silva. Uma Análise Sobre O Abastecimento De Carne Verde Em Belém Durante A Intendência De Antônio Lemos (1897 - 1908). *Revista do IHGP online*, Belém, vol. 7, n.01. 2020. P. 50-72 DOI: <http://dx.doi.org/10.17648/ih>

<sup>158</sup> SILVA, Fabricio Herbeth Teixeira da. “Aos nossos olhos europeus”: Alimentação dos paraenses nas crônicas de viajantes do século XIX. *Projeto História*, São Paulo, vol. 04, n.42, junho de 2011, (p. 373-390). pag 377

<sup>159</sup> WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro 1823-1913*. Com notas de Basílio de Magalhães. Vol.17. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. P. 50-59.

<sup>160</sup> SILVA. “Aos nossos olhos europeus”. Op. cit. P. 387

da população mais pobre da cidade, constando entre os itens listados produtos importados. O caso da carne fresca, ou verde, é especial devido aos inúmeros problemas com seu abastecimento devido ao transporte e preço que os dirigentes da casa poderiam não considerar adequados ao orçamento, já que ao que tudo indica a carne seca era mais barata. Outra hipótese para ausência deste item, e outros como frutas e verduras, nas listas anteriores pode ser levantada a partir das formas de arrematação de produtos para o IPEA. Para entender melhor esta situação, é preciso compreender como funcionava o abastecimento do instituto.

A princípio o regulamento de 1872 fixava como atribuição do Tesouro provincial tratar dos tramites de arrematação de qualquer produto para o abastecimento do instituto, contudo o novo regulamento de novembro 1873 trouxe alteração nesta determinação passando a responsabilidade para um conselho fiscal formado pelo diretor da instituição com o cargo de presidente do conselho, o contador e o procurador fiscal do tesouro provincial e, por fim, um professor da casa, os quais, segundo o presidente da província eram os mais competentes e verdadeiramente interessados no processo<sup>161</sup>.

Os gêneros necessários eram definidos pelo conselho e uma lista era publicada em algum jornal, na época no *Jornal do Pará*, que publicava os atos oficiais do governo conforme contrato entre o dito periódico e o governo provincial. Feito isso, anunciavam-se data e hora para que os interessados em fornecerem os itens apresentassem carta fechada ao inspetor do tesouro, horas antes da ocasião de arrematação. O conselho elaborava um ofício para a presidência da província e o inspetor do tesouro com as cópias dos orçamentos feitos pelos pretendentes a fornecedores, assim os fornecedores escolhidos deveriam retornar para o tesouro para assinar os contratos posteriormente.

---

<sup>161</sup> Relatório com que Domingos José da Cunha Junior passou a administração da província do Pará ao 3.º vice-presidente, Guilherme Francisco Cruz em 31 de dezembro de 1873

**Imagem 1 – Anúncio para assinatura de contrato de arrematação.**



**Fonte:** Jornal do Pará. 28/12/1873. Nº 291. Pág2

A arrematação de gêneros do instituto tinha periodicidade semestral, ou seja, o previsto era que verbas só fossem liberadas para este fim duas vezes ao ano, mas não foram poucas as vezes que a sessão ofícios do jornal do Pará trazia pedidos para que o tesouro liberasse mais verbas para as despesas da casa de forma bimestral, dentre estes pedidos chama a atenção uma recomendação para que o diretor adquirisse alguns gêneros diretamente do mercado “ao passo que forem sendo necessário ao consumo do estabelecimento”<sup>162</sup>. Sendo assim, alguns itens poderiam ser adquiridos sem passar por este processo, ou seja, sem registro. Considero que possam ter sido comumente adquiridos neste regime produtos de perecimento mais rápido, como a dita carne verde, as frutas e as verduras que constam em apenas alguns anos.

Ainda pensando em ausências e permanências de produtos, chama igualmente a atenção os produtos exportados: a manteiga inglesa, vinho do porto, bacalhau e o azeite doce. Nazaré Sarges afirma que no período de efervescência da economia da borracha o consumo de produtos importados tornou-se um hábito entre a elite paraense e contrapõe esta realidade a de que a população mais pobre da cidade, muitas vezes, não possuía nem condições de comprar

<sup>162</sup> Jornal do Pará. 04/01/1877. P.01.

peixe regional<sup>163</sup>. O fato de os gêneros consumidos na casa serem definidos por membros da elite pode nos indicar uma razão para estes produtos importados serem requeridos, entretanto a falta de indicação das quantidades adquiridas destes produtos deixa a dúvida se eles eram consumidos pelos educandos ou reservados para alimentação dos funcionários da administração do instituto, como o diretor que possuía até um aposento nas dependências da instituição.

#### Sobre o consumo de importados Sidiana Macedo comenta

Não se deve pensar que o grupo da população consumidora de produtos importados na capital era restrita somente classe dos que detinham o poder e riqueza, como era o caso dos barões da borracha comerciantes e proprietários de bens em termos significativos; ou seja, as pessoas que tinham dinheiro e que através dele podiam ostentar seu *status* comprando produtos refinados e que eram tidos como caros, que, portanto, não faziam parte do trivial, o que os colocavam como consumidores diferenciados dos demais, formando uma classe dos que podiam ter uma mesa requintada e moldada nos padrões de refinamentos. No entanto, na capital também havia pessoas que apesar de não serem ricas, constituíam camadas médias urbanas que podiam consumir gêneros refinados, como funcionários públicos e profissionais liberais que ao consumir um produto importado se reconheciam como parte de um determinado grupo seletivo.<sup>164</sup>

Em análise da bibliografia sobre casas de educandos de períodos anteriores ao Instituto Paraense, algumas das quais serviram de modelo para elaboração do regulamento da casa, também foi observada a presença de produtos importados nas listas de gêneros alimentícios requeridos pela direção. No Colégio de Educandos da Paraíba em 1868, segundo a historiadora Guaraciane Mendonça de Lima, foram solicitadas 30 libras de bacalhau, 1 libra de manteiga inglesa, meia libra de azeite e 14 de manteiga francesa<sup>165</sup>. No Asylo para meninos desvalidos no Rio de Janeiro, em 1875, o azeite e o bacalhau também faziam parte da lista de produtos, contudo a historiadora Maria Zélia Maia de Souza ao afirmar que o bacalhau era consumido 2 vezes por semana pelos educandos da casa<sup>166</sup>. Também há indícios de que a Casa de Educandos do Pará da primeira metade do século também consumia este tipo de produto<sup>167</sup>.

<sup>163</sup> SARGES, Maria de Nazaré. Belém: Riquezas produzindo a Belle Époque (1870 – 1920). Belém: Pakatatu, 2002. P. 160.

<sup>164</sup> MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Daquilo que se come: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) Apresentado ao Programa de Pós-Graduação e História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará-UFPA. Belém, 2007. P. 119.

<sup>165</sup> LIMA, Guaraciane Mendonça de. *O Colégio De Educandos Artífices – 1865-1874: A Infância Desvalida Da Parahyba Do Norte*. Op. cit. P. 53

<sup>166</sup> SOUZA. *O aprendizado para o trabalho dos meninos desvalidos*. Op. cit. P. 56

<sup>167</sup> MACÊDO. *Daquilo que se come*. Op. cit. P. 120.



Também vale salientar que os itens importados são os muito semelhantes nas casas, com destaque para o bacalhau e as manteigas. Em sua tese, Sidiana Macedo, comenta que o Bacalhau representava uma aproximação das raízes e identidade portuguesas para aqueles que tinham condições de consumi-lo, sendo assim um produto muito apreciado na capital paraense<sup>168</sup>. Já a manteiga inglesa ou francesa era considerada artigo de luxo e fazia frente com a manteiga de tartaruga sendo um item muito comercializado na cidade.<sup>169</sup>

Por fim, a bibliografia acerca da alimentação no Pará do século XIX chama atenção para um alimento consumido por todos os paraenses independente de classe social, o açaí. Segundo relatos do viajante alemão Robert Avé-Lallemant, que passou por Belém no final da década de 1860, o açaí era o principal alimento do povo paraense, e Jean Louis Rodolphe Agassiz conclui que todas as pessoas, independente da classe, eram apaixonadas por este alimento<sup>170</sup>. A ausência de referências ao consumo do açaí no Instituto paraense de educandos artífices, assim como o de peixes secos da região, que compunham o que vários viajantes chamaram de alimentação do povo, chama atenção para a recusa dos responsáveis pela elaboração do cardápio dos educandos com cultura alimentar da população mais pobre da cidade, talvez por considerar inadequada e pouco nutritiva como revelam ser uma opinião comum entre os viajantes, dando espaço para alimentos como o pão, que era feito com farinha de trigo importada, ou café nesta época importando do Rio de Janeiro, feijão e carne do sul. Entretanto, essa hipótese não poderia ser aplicada ao açaí se o seu consumo era universal. Seria ele arrematado de forma cotidiana nos ambulantes da cidade como descreveu Avé-Lallemant, passando assim a não ser mencionado diretamente nos orçamentos? Seria ele considerado um item supérfluo para alimentação dos educandos?

Infelizmente são poucas as fontes que ajudam na análise do que se comia dentro deste internato, porém as impressões retiradas são que os educandos não eram alimentados de acordo com a cultura alimentar popular do Pará, com cardápios pensados com base em produtos que não estavam ao alcance de boa parte da população, mas também distante dos padrões das elites as quais tinham acesso a uma maior variedade de alimentos. Com isto, concluo que os educandos foram expostos a condições peculiares durante o confinamento. Desde o afastamento do ambiente doméstico, até a convivência constante com outros indivíduos de idades diversas com os quais comiam, dormiam, estudavam e trabalhavam juntos todos os dias.

---

<sup>168</sup> MACÊDO. *A cozinha Mestiça*. Op. cit. P. 270 – 271.

<sup>169</sup> MACÊDO. *Daquilo que se come*. Op. cit. P. 139.

<sup>170</sup> SILVA. “Aos nossos olhos europeus”. Op. cit. P. 385.

Compartilhando espaços de lazer e asseio, submetidos a vigilância e horários rígidos que faziam parte um sistema de disciplina controlado por seus diretores e professores.

E se tratando desta temática, assim como voltando a acompanhar os passos de Narciso Ferreira Borges, vamos agora refletir acerca da dimensão regimentar a qual os alunos do instituto estavam submetidos. Neste quesito, Narciso destaca-se, afinal, já sabia ler e escrever, já havia tido contado com, pelo menos, as mais básicas operações aritméticas, rapidamente tornasse o educando modelo, a personificação do que pretendia-se alcançar com o IPEA. Ao fim do ano depois da abertura, prêmios foram distribuídos aos alunos de destaque, e a habilidade moral de Narciso foi reverenciada, mas este destaque não foi suficiente, o menino Narciso precisava discursar...

### Capítulo III – De cadernos a martelos: currículo, controle e disciplina.

Assim como a ocasião de inauguração do IPEA, a primeira sessão de premiações do instituto teve seu lugar na página inicial de um periódico paraense, neste caso foi o *Diário de Notícias* a avisar tanto o acontecimento do evento, quanto descrevê-lo posteriormente. O anúncio do dia 25 de dezembro de 1873 trazia o horário em que a exposição dos artefatos produzidos pelos educandos internados estaria aberta, das 5:00 horas da tarde até às 9:00 noite, havendo também reforço da ideia que o instituto era um estabelecimento com fins nobres e que só traria benefícios a província, procurando parabenizar os esforços do governo e do diretor<sup>171</sup>. Já a descrição do evento no exemplar do dia 27 desse mês, permite perceber a presença dos educandos, tratando da evolução das oficinas e narrando o leilão dos artefatos produzidos nelas e ainda a distribuição de prêmios aos alunos que mais se destacaram nas categorias de capacidade moral, industrial e intelectual. Os ganhadores destes prêmios foram Anastácio José Cardoso, Raymundo Nonato de Belém e Narciso Ferreira Borges, respectivamente.

Embalados por uma banda marcial, foram leiloados os artigos produzidos pelos educandos no primeiro ano de funcionamento, arrecadando a quantia de oitocentos mil réis, segundo o jornal, não houve tempo suficiente após os discursos e premiações para finalizar o leilão, então ainda haviam obras a serem vendidas. Ocupando um total de três colunas da primeira página, este artigo era um verdadeiro relatório dos resultados do primeiro ano do IPEA. Esta fonte traz transcrição da fala do diretor do instituto com dados sobre as receitas e despesas das oficinas, sobre as aulas teóricas e uma transcrição da fala do educando Narciso Ferreira Borges, o qual afirmava ter sido escolhido para ser intérprete dos pensamentos de seus colegas<sup>172</sup>.

A riqueza de informações neste documento me fez levantar inúmeras questões que compõe o cerne deste capítulo, mas nenhuma delas foi tão importante para o desenvolvimento desta pesquisa como a fala do educando, impregnada de todos os jargões e concepções encontrados nos discursos abordados no primeiro capítulo, tecendo elogios as ações do governo da província e da diretoria do instituto, anunciando aos presentes a criação do pecúlio e etc. Mas, sempre pairou a dúvida da autoria daquela fala, se fora discurso de Narciso, o educando que sabemos já ser alfabetizado e, talvez, mais velho que os outros. Ou, se coube ao jornal

---

<sup>171</sup> Diário de Belém. 25/12/1873. P.01.

<sup>172</sup> Diário de Belém. 27/12/1873. P.01.

editá-la de forma mais literária que o original, ou se a diretoria do Instituto havia redigido ou revisado, como Raul Pompeia faz parecer ser prática comum a época, em seu romance<sup>173</sup>.

Contudo, encontrar um documento assinado um por educando desvalido foi sem dúvida algo importante, e as categorias que foram escolhidas para serem abordadas nesta fala dizem muito sobre o que se desejava para imagem do instituto, sendo um par perfeito com a do diretor, uma falando dos benefícios da casa para os jovens acolhidos, apelando para um teor sentimental da felicidade de sair das “garras da miséria”, e a outra trazendo as informações técnicas do funcionamento e apresentando o lucro de 40% que o estabelecimento gerou sobre o capital empregado<sup>174</sup>.

A partir do primeiro contato com estas falas, me questionei sobre a condição dos educandos no instituto e se realmente ele conseguiu manter-se lucrativo a ponto de sustentar seus internos/trabalhadores. Em sua fala Narciso disse:

Se a felicidade consiste na satisfação de todas das necessidades da vida, nós a gozamos pois que tudo quanto pode interessar a educação da mocidade, nos é prodigalizado nesta bemfazeja instituição: alimentação, cama, luz, medicamentos, educação moral, religiosa e physica, instrução theorica e pratica a par do habito do trabalho. E o que mais será preciso ao artista para poder transpor os umbrais de um futuro regular?<sup>175</sup>

Ao fazer alusão a este conceito de felicidade, bem aos moldes da concepção de Stuart Mill, o educando elenca uma série de requisitos básicos para a subsistência e outros para a aprendizagem, visando o desenvolvimento do indivíduo, neste caso, na base do trabalho. Apesar das fontes confirmarem a disponibilidade da maioria destes itens como explanado no capítulo anterior, não se pode deixar considerar como era a rotina escolar destes jovens. Sendo assim, este capítulo tem como objetivo responder o que pode destas perguntas, levando em consideração a limitação das fontes pela sua natureza e tendo como centro da análise a condição dos educandos internos.

---

<sup>173</sup> POMPEIA, Raul. *O Ateneu*. Op. cit. P 05.

<sup>174</sup> Diário de Belém. 27/12/1873. P. 01.

<sup>175</sup> Idem

## 1. Das Aulas.

Napoleão Marcos de Oliveira foi um dos educandos pertencentes a primeira turma 1872/73, de filiação não encontrada, considerado bom no curso de primeiras letras nos exames de 1873, este educando acabou ingressando na oficina de alfaiate, que somente foi aberta no mês de novembro de 1873<sup>176</sup>. A trajetória de Napoleão dentro do IPEA ajuda a pensar algumas dimensões relativas ao regimento e a disciplina a qual os educandos eram submetidos. Não é o único, porém, escolho ele para acompanhar de perto neste tópico pelo seu envolvimento peculiar com as atividades da banda marcial dos educandos.

A turma de Napoleão inicialmente contou com apenas 17 alunos, à revelia da lei nº660 que disponibilizava 50 vagas, sendo mais tarde considerado completo, apenas com 25 educandos, pelo presidente da província meses depois em seu relatório<sup>177</sup>. Em dezembro de 1872, com apenas 6 meses de funcionamento, a taxa fixa de vagas cai para 30 havendo ainda ressalva de que não poderia haver aumento sem consentimento da Assembleia Provincial.

Já em 1873, o presidente da província Domingos Cunha Junior sugere o aumento das vagas para 100, discursando que desta forma o IPEA atingiria um número maior de menores desvalidos e a renda do estabelecimento cresceria, ou seja, procurando suporte para sua proposta na ideia de o instituto ser sustentado por sua própria renda, custando menos aos cofres provinciais. Esta sugestão foi aceita, contudo, por uma série de questões de estrutura e, principalmente, de ordem orçamentária, o número de estudantes durante toda a década de 1870 não alcançou esse número, apesar de que o IPEA passou a contar com 200 vagas a partir da década de 1880. Os exames de dezembro de 1873, publicados no *Jornal do Pará*, trazem o nome e as notas de 40 educandos, apesar de seis dias depois, o relatório do vice-presidente da província alegar a existência de 44 educandos. Em dezembro de 1874 o número sobe para 58 e 71 educandos para o ano de 1875. Como delimitou-se os indivíduos investigados aos alunos das primeiras turmas, das quais não há ocorrência de pensionistas<sup>178</sup> e nenhum indicativo de educandos filhos de pessoas distintas na sociedade paraense, como a professora Irma Rizzini

---

<sup>176</sup> *Jornal do Pará*. 30/12/1873. P.2.

<sup>177</sup> Relatório do presidente da província Bonifácio de Abreu em 05 de novembro 1872, em ocasião de passar a administração da mesma para o 2º vice-presidente. Typ. Do Diário do Gram-Pará.

<sup>178</sup> Condição prevista no regulamento do IPEA de 5 de novembro de 1873, os alunos desta modalidade seriam aqueles que os pais teriam condições de pagar a internação de seus filhos. No trabalho de Elisane Gomes Maciel (1998) que analisou fontes do instituto por um período de dez anos a mais que eu, afirma que durante todo este tempo (1872 – 1889) não houve ocorrência de alunos desta modalidade. MACIEL. Preparando para o futuro. Op. cit. P. 12

encontrou para menores ingressos na década de 1880<sup>179</sup>, trato nesta porção do texto destes 72 educandos listados no quadro 1, já que Hilário da Costa Teixeira cujo nome consta nos exames de 1873 some nos exames seguintes e somente reaparece em 1876.

Como exposto acima, a instituição contava com o ensino de música, a princípio dividida nas categorias compêndio e solfejo. Esta classe resultou na banda do instituto, muito famosa e disputada pelos eventos da cidade, tanto que houveram conflitos relativos a um suposto monopólio feito pelas autoridades provinciais da agenda da banda<sup>180</sup>. Foi considerada em relatórios da presidência, em ofícios e até em debates na assembleia provincial<sup>181</sup>, uma das atividades bem rentáveis do IPEA, sendo dito que muitos particulares preferiam a banda do Instituto Paraense do que a dos batalhões de guarnição.<sup>182</sup>

Não são poucas as ocorrências de pedidos para que a banda se apresente em eventos importantes na cidade. Somente no ano de 1879, as minutas de ofício da presidência da província para o diretor instituto, encontrei pedidos de apresentação nas comemorações da independência, na noite do dia 06 e no dia 07 na catedral, um pedido para a abertura da exposição da Sociedade artística Paraense e, além disso, proíbe-se que a banda dos educandos tocasse de graça na casa de particulares.

Em 1875, juntamente com a banda do arsenal de guerra, os educandos artífices que compunham a banda foram convocados a tocar na catedral de Belém pela missa de *Te-Deum* de Pedro de Alcantara, filho da princesa Isabel, chamado de príncipe do Grão-Pará pelo *Jornal do Pará*, ocasião que com certeza contaria com destaque dos membros da elite paraense<sup>183</sup>. Outro caso que chama atenção é de 1876 no qual a própria diretoria da festividade do Divino Espírito Santo dos Innocentes solicita ao presidente da província a participação do grupo nas duas noites de festividade em frente a capela São João Batista<sup>184</sup>. Um outro indicativo da importância que a banda acarretou durante os primeiros anos de funcionamento desta instituição

---

<sup>179</sup> RIZZINI. O cidadão polido e o Selvagem bruto. Opcit. P.311

<sup>180</sup> BARBOSA, Andreson Carlos Elias. *O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque*. Opcit pag 154; FERREIRA COSTA, Raíssa Cristina. A Pedagogia da Liberdade: A educação profissionalizante e Instituto Paraense de Educandos Artífices. Op. cit. P 25; MACIEL, Elisane Gomes. *Preparando o futuro. Instituto de Educandos Artífices Paraense (1870-1889)*. Op. cit. P.32; RIZZINI, Irma. O cidadão polido e o selvagem bruto: A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. Op. cit. P. 211

<sup>181</sup> A Constituição. 15/03/1876. P. 03.

<sup>182</sup> RIZZINI. *O cidadão polido e o selvagem bruto*. Op. cit. P 211.

<sup>183</sup> *Jornal do Pará*. 26/11/1875. P. 01.

<sup>184</sup> *Jornal do Pará*. 05/08/1876. P. 02.

foi o investimento em instrumentos musicais mandados trazer da Europa<sup>185</sup>, sendo que os primeiros instrumentos utilizados pelos educandos foram doados pelo Corpo de Polícia por ordem do presidente da província<sup>186</sup>.

Chamo atenção a estas informações para dimensionar os ambientes aos quais os educandos que compunham a banda nas diferentes épocas do instituto estavam transitando, desde celebrações religiosas de grande destaque na vida cidadina de Belém, quanto nos círculos mais seletos de festas particulares, já que não seria qualquer pessoa que organizaria um evento com banda, ainda mais de forma gratuita, já que para isto demandaria obter este favor do diretor do instituto, segundo Irma Rizzini, os favores neste tipo de estabelecimento envolviam jogo de poderes, influência e orientação política.

A historiografia das casas e institutos de educandos artífices do século XIX aponta que formar uma banda de música além de ser uma boa fonte renda agregava um certo prestígio social aos diretores das casas. O mesmo não se pode dizer dos educandos que compunham a dita banda, já que não há registros para o IPEA de alunos que tenham conseguido algum reconhecimento ou vantagem por ser membro da banda ou pelos seus estudos de música, como aconteceu na casa de educandos de Fortaleza (1856 – 1866) na qual, segundo Ana Cristina Pereira Lima, alguns alunos obtiveram destaque, dentre eles o educando Manoel Pedro De Moraes foi responsável pela elaboração de um compêndio de princípios elementares de música para ser usado nas aulas iniciais da disciplina dentro do Colégio<sup>187</sup>.

Dentre a bibliografia consultada, somente as casas do Rio Grande do Norte, apesar de contar com aulas de instrumentos de corda e bélicos, e do Piauí, com aula de corneta, pífano e tambor, parecem não ter organizado banda, as demais registram bandas altamente solicitadas nas suas cidades, tanto que a casa do Amazonas contou com uma tabela que fixava o preço das apresentações<sup>188</sup>. Não tive acesso a esta tabela para fazer um comparativo, até mesmo porque a banda do IPEA não possuiu tal item, contudo pode-se ter uma noção do preço cobrado pelas

---

<sup>185</sup> Minutas de ofício do diretor do Instituto Paraense de Educandos Artífices para a presidência da província (1879). Caderno 1668 do fundo da secretaria da presidência da província – área: governo. (Arquivo Público do Estado do Pará)

<sup>186</sup> Jornal do Pará. 13/06/1872. P. 01.

<sup>187</sup> PEREIRA LIMA, Ana Cristina. *Colégio Dos Educandos Artífices: As Crianças Pobres E A Educação Profissional No Século XIX (Fortaleza, 1856 – 1866)*. Op. cit. P. 09

<sup>188</sup> GURGEL, Rita Diana de Freitas. *A trajetória da escola de aprendizes artífices de Natal: Republica, trabalho e educação*. Tese. Universidade federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007. P. 39.

REIS, Amada de Cássia Campos; FERRO, Maria do Amparo Borges. *Estabelecimento De Educandos Artífices Do Piauí: Educação, Trabalho E Disciplina. (1847-1852)*. Op. cit. P. 04

RIZZINI. *O cidadão polido e o selvagem bruto*. P. 210

apresentações, pois em 1879, um indivíduo chamado Leão de segundo nome ilegível na fonte, solicita a restituição da importância de 80\$000 réis por ter contratado a banda de música para festejo particular, os motivos do pedido não ficam claros na minuta do ofício, porém foi acatado.

Napoleão Marcos de Oliveira, o aprendiz de alfaiate, ganhou destaque por conta de suas habilidades musicais, seu desempenho chamou tanto atenção que em outubro de 1877 foi requerida uma vaga para este educando no Conservatório de música da corte para aperfeiçoar suas habilidades. Apesar disto tudo, seu pedido foi negado pela presidência da província alegando que por não haver internato em tal conservatório, não poderia solicitar ao ministério do império a entrada de Napoleão. É importante reforçar que a banda de música do Instituto dos educandos era conhecida, admirada e disputada na capital. Foi revelado que a banda era uma atividade lucrativa para o Instituto de educandos em uma fala de M Lucio de A. Mello Filho ao abrir um processo chamado *Projecto 1151* em março de 1876 na Assembleia provincial, para investigações de renda do instituto<sup>189</sup>, ser um bom músico naquela instituição poderia lhe dar algum destaque no meio social.

Além da música, ao ingressar no IPEA os meninos cursariam as ditas “primeiras letras”, o ensino primário. De acordo com a lei de criação nº660, o conteúdo referente à instrução primária consistiria em: “leitura, escriptos, elementos de aritmética, moral, civil religiosa, a traduzir em escriptos os pensamentos e breves rudimentares de physica e chimica”<sup>190</sup>. Entretanto, o regulamento aprovado de 1872 trouxe algumas mudanças acrescentando ao currículo o estudo da “grammatica da língua vernácula”<sup>191</sup>. Já o ensino profissional, a princípio seria composto pelo ensino de “geometria e mechanica applicadas às artes e à construção naval, de tecnologia e de aprendizagemnas oficinas do Instituto (...)”<sup>192</sup>, contudo, o mesmo regulamento que alterou o currículo do ensino primário e dividiu o profissional em dois cursos:

---

Jornal do Pará. Ano XIV. 04/01/1875. nº 02. P. 03.

A República. Ano II. 17/01/1891. nº 270. P. 03.

Folha do norte. Ano I. 27/10/1896. nº 301. P. 02

A Constituição: Órgão do Partido Conservador. Ano VIII. 04/11/1881. nº 246. P. 01.

<sup>189</sup> A Constituição: Órgão do Partido Conservador. Ano III, nº60, 15/03/1876. Escriptorio e typ rua do Norte. Belém/PA

<sup>190</sup>. Colleção de Leis do Ano de 1870, primeira parte. Tolmo XXX II. Typ. do Diário de Belém, 1872.

<sup>191</sup> Actos do Governo da Província que formam a segunda parte da Colleção de Leis do Ano de 1872. Tolmo XXXIV, Pará 1872.

<sup>192</sup>Colleção de Leis do Ano de 1870, primeira parte. Tolmo XXX II. Typ. do Diário de Belém, 1872.



um de cunho teórico, que abrangia “geometria e mechanica e de desenho lenear”<sup>193</sup>; e um curso prático que era realizado nas diferentes oficinas que o instituto montou.

Segundo relatório da presidência da província de 5 de novembro de 1872, haviam apenas duas aulas sendo ofertadas. A de primeiras letras cursada por todos os 25 educandos e as aulas de geometria prática e desenho linear frequentada por 8. Contudo, em dezembro de 1873 e 1874, as listas nominais com as notas dos exames dos educandos, acima citadas, publicadas na conformidade do artigo 145 do regulamento aprovado em novembro de 1873, são organizadas por classes e apresentam um quadro das disciplinas e oficinas em funcionamento. Consta no anúncio de 1873 as aulas de: Geometria frequentada por João Antônio Dantas, Raimundo Nonato de Belém, Narciso Ferreira Borges, Cazemiro Anastácio das Neves e Anastácio José Cardoso, os alunos mais avançados dos primeiros anos; aulas desenho linear frequentada pelos mesmos 05, primeiras letras por todos os 40 e música por 16<sup>194</sup>.

No ano de 1874, com exceção de João Antônio Dantas, considerado pronto no ano anterior, todos os educandos frequentaram as aulas de primeiras letras, sendo que geometria e desenho linear era ainda frequentada somente pelos cinco educandos referidos. A novidade fica por conta da aula de Instrução religiosa a qual todos os 40 educandos participaram, contudo, esta aula não consta em mais nenhum dos exames analisados. O relatório da presidência da província de janeiro de 1875, informava que haviam 61 educandos no instituto, sendo que três educandos haviam sido desligados e outros 17 teriam ingressado entre o ano findo e aquele momento, contudo no 30 dezembro de 1874 houve 59 educandos, sendo 18 nomes a mais que nos exames de 1873.

No ano de 1875 as informações do relatório da presidência e dos exames batem, constando 62 educandos matriculados, 57 são avaliados em primeiras letras, 6 em desenho linear, 6 em geometria e 4 em música. Este é o último ano em que as notas dos educandos nas oficinas aparecem nos anúncios dos exames. Também vale apontar que João Antônio Dantas não consta neste exame e nenhum dos que se seguem, apesar de seu bom desempenho nos anos anteriores, nenhuma menção ao seu paradeiro consta nas fontes consultadas. Deixam de serem mencionados também Raymundo M. Costa, Maximiano Franckilim Maciel Barboza,

---

<sup>193</sup> Actos do Governo da Província que formam a segunda parte da Colleção de Leis do Ano de 1872. Tolmo XXXIV, Pará 1872.

<sup>194</sup> Na sessão de anexos desta dissertação adicionei uma tabela com as notas dos exames dos educandos para os anos consultados.

Raymundo Nonato de Souza, Francisco de Moraes Rocha, Francisco Cunha Pereira, Eduardo Lucio de Oliveira, Pedro Ignacio de Carvalho e Francisco Caetano Corrêa.

Em 1876, a aula de música desaparece dos exames retornando em 1877. Constam as disciplinas de Geometria, *Mechanica* e Primeiras Letras, esta última se torna instrução primária em 1877. Nota-se uma alta incidência de reprovações na aula de Mecânica, possivelmente devido ao desconhecimento dos educandos das operações matemáticas que esta matéria exige, pois no seu currículo não previa o ensino de aritmética e álgebra, tendo observado isto, o diretor do instituto em seu relatório para a presidência em 1878 afirma

Como poderão elles resolver uma equação, se não sabem mesmo o que é uma equação? Notei desde que servi de lente interino de mechanica, porque desde o começo percebi que os educandos não sabiam arithmetica; e se não a sabem para chegar em mechanica, tendo obrigatoriamente de passar pela álgebra para saberem o que é expoente, coeficiente e equação, nunca o farão, quando mesmo a aula seja considerada somente pratica, porque em mechanica, mesmo na prática, não se pode transgredir d'equação sobre tudo quando o regulamento em vigor manda que geometria e mehanica sejam applicadas as construções navaes.<sup>195</sup>

Além disso, consta em relatórios da presidência que foram ministradas, gratuitamente pelo diretor, aulas de francês desde 1878, neste ano foram avaliados nesta aula Raymundo Nonato de Belém, Narciso Ferreira Borges, Cazemiro Anastácio das Neves, Anastácio José Cardoso, João Thompson Wallace, Bernardino Rodrigues de Oliveira e Raymundo Lameira Bitencourt. Em 1880, seis educandos também foram avaliados pela aula de desenho arquitetônico, dentre eles os irmãos Paulo e Lino Pfaender, Libaneo Maranhense da Silva, Antônio Gonçalves dos Reis. As cadeiras de "*chimica*" e "*physica*", pouco citadas em relatórios, mas prevista na lei e nos regimentos, durante o período estudado não tiveram classes correspondentes.

Os exames são fontes úteis não somente para comparar as informações de disciplinas ofertadas, mas também, por trazerem relação dos alunos matriculados, auxiliam no rastreamento dos educandos nominalmente e ainda por meio destas fontes é possível construir uma espécie de histórico dos educandos, informações sobre desenvolvimento intelectual e formação são temas comuns quando se trata de prosopografia de pessoas da elite, a elaboração deste banco de dados para um grupo pertencente a camadas populares é sem dúvida uma face

---

<sup>195</sup> Relatório do diretor do Instituto José Luiz Coelho em 19 de novembro de 1878, anexado no relatório da presidência da província.

importante da trajetória destes indivíduos. A exemplo, por meio desta base de dados é possível verificar que as médias do educando Narciso Ferreira Borges variavam de ótimo a bom durante todo o tempo que esteve na condição de estudante interno do IPEA. As disciplinas a qual foi avaliado durante o período de 1873 – 79 foram: *Muzica* (73, 77 e 78), *Dezenho* (73, 76 e 77), *Dezenho linear e topographya* (74), *Geometria* (73 e 74), *Instrução Religiosa* (74), *Francez* (78) e *Mechanica* (76). Completou o ensino primário em 1874, finalizou o curso de *mechanica* em 74, sendo considerado “*prompto*”, e terminou o segundo *graó* em 1877.

Desde 1874, se discutia o interesse por adicionar aulas de “*Gymnastica*” considerada boa para a saúde e disciplina dos educandos:

A carência de educação física em uma casa como o instituto, d’onde não podem alunos sahir, ainda nas horas vagas, sendo obrigados a manter um regime uniforme e sempre em uma area circumscripita, é um grande mal que convém ser de prompto reparado.<sup>196</sup>

Todavia, só passa a funcionar na segunda metade da década de 1880, já que em 1886 é publicado no Jornal *A Constituição* que o professor desta disciplina foi nomeado para o conselho.

A ginástica havia sido introduzida em países europeus e seus métodos foram exaltados para aplicação e até explanações de que era importante na educação para manter o corpo em funcionamento pleno foram levantadas, entretanto é importante considerar que os primeiros métodos de ginástica foram aplicados no Brasil por meio do exército, então não é raro encontrar as aulas de ginásticas resumida a exercícios militares nas instituições de ensino de artes e ofícios no século XIX, muitas vezes aplicados durante o recreio dos educandos. A defesa da aula de ginástica perpassava desde o ideal de fortalecimento do corpo do educando, considerada característica interessante para o trabalho nas oficinas.

---

<sup>196</sup> Relatório apresentado ao exm. senr. dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides pelo exm. sr. dr. Pedro Vicente de Azevedo, por ocasião de passar-lhe a administração da provincia do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875. Pará, [Typ. de F.C. Rhossard], 1875

## 2 . Das oficinas.

O ensino profissional era voltado a formação de mão de obra qualificada para atividades da esfera urbana, tendo como critério de divisão dos educandos a “vocação”, entende-se que se observava em que modalidade de ofício o aluno possuía maiores habilidades para então escalá-lo na oficina condizente. Com o método de aprendizagem na prática, os educandos produziam nas oficinas bens manufaturados, que posteriormente, seriam vendidos. A venda deste resultado das oficinas deveria ser a principal atividade de geração de renda do IPEA.

As despesas do instituto eram todas cobertas pelo tesouro provincial, gêneros alimentícios, fármacos, manutenção, pagamento dos funcionários, etc. não era diferente com as matérias primas utilizadas nas oficinas ou o pagamento dos mestres que ali ensinavam. Ainda assim, os maiores clientes das oficinas do IPEA eram órgãos oficiais: o corpo de polícia, o corpo de bombeiros, escolas públicas, repartições e, principalmente o próprio Instituto, sendo fornecidos os fardamentos, móveis e utensílios no geral. As encomendas de particulares e escolas privadas existiam, mas não eram tão expressivas.<sup>197</sup>

**Quadro 4 – Os educandos e as oficinas.**

OFICINAS	EDUCANDOS	Nº DE EDUCANDOS POR OFICINA
ALFAIATE	Napoleão Marcos de Oliveira	9
	Alfredo Guilherme de Miranda	
	João Ladisláo da Trindade	
	Augusto José Cardozo	
	Raimundo da Costa Mattos (Mattos da Costa)	
	Prelediano Pereira Fermink	
	Raimundo Paes Brito (Peres de Brito)	
	Luiz Pedro de Oliveira	
	Leopoldino Lagos Ribeiro	
	Cazemiro Anastácio das Neves	
	Joaquim Antônio dos Santos	

<sup>197</sup> RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o Selvagem bruto*. Op. cit. P. 309

<b>CARPINA</b>	Manoel Alexandrino da Silva	<b>11</b>
	Hildebrando Xavier Alves	
	João Braz Valleco	
	Francisco Pantoja	
	Albino José Pereira	
	Luiz Americo (1873)	
	Tito Araújo de Guimarães	
	Pedro Alcantara Pinheiro	
	João Batista Farias	
<b>FERREIRO</b>	João Antônio Dantas	<b>8</b>
	Clarindo Gomes Franco	
	Anastácio José Cardoso	
	Horácio Antônio Dias (1873)	
	João Nopomuceno Pinto (Prestes)	
	Narcizo Feliciano de Nazareth	
	Sotero Leão Salles	
	Antônio H. da Rocha	
<b>FUNILEIRO</b>	Narciso Ferreira Borges	<b>12</b>
	Alfredo Pontes Braga	
	Francisco Caetano de Vasconcellos	
	José Moraes Tavares Rego	
	Hilário da Costa Teixeira	
	Segispido Pereira Fermink	
	João Teixeira	
	José Cursino dos Santos	
	Segisnando Antônio da Silva (às vezes Segismundo)	
	Felippe da Conceição	
	Antonio Gonçalves dos Reis	
	Paulo Augusto Pfaender	
	Raimundo Nonato de Belém	
	Benedito de Moraes Tavares Rego	
	Pedro Evangelista de Leão	
	João Thompson Wallace	

<b>MARCENEIRO</b>	Libaneo Maranhense da Silva	<b>12</b>
	Sebastião da Cunha d'Eça e Costa	
	Bernardino Rodrigues de Oliveira	
	Guilherme de Sá Cardozo	
	Francisco da Costa Mattos (de Mattos Costa)	
	Raymundo Lameira Bittencourt	
	Manoel Cardozo Bahia	
	Manoel H. da Fonseca	
<b>SAPATEIRO</b>	Horácio Antônio Dias (1874)	<b>5</b>
	Luiz Americo (1874)	
	Manoel de Nazareth	
	Francisco Salles de Miranda	
	Alberto A. C. de Oliveira	
<b>TORNEIRO</b>	Pedro Paulo da Silva	<b>1</b>

**Fonte:** exames do IPEA dos anos de 1873 a 1875.

As primeiras oficinas ofertadas foram as de carpina, funileiro, serralheiro, ferreiro e marceneiro. A partir do novo regulamento aprovado pela lei nº781 de setembro 1873 foram adicionadas as de alfaiate, sapateiro, latoeiro, torneiro e fundidor<sup>198</sup>. Entretanto, a princípio apenas duas destas últimas puderam ser abertas, a de torneiro anexada a de marcenaria e a de alfaiate. O quadro serve mais para tomar conhecimento da arte a qual estes indivíduos estavam aprendendo do que para extrair algum dado sobre oficinas mais frequentadas do instituto, já que os exames das oficinas só foram publicados até 1875. Contudo, como o objetivo é pensar as características deste grupo e não da instituição, vale a pena observar que estes educandos estavam em sua maioria nas oficinas de marceneiro e funileiro, com 12 educandos cada uma. O terceiro ofício de maior destaque é o de carpina com 11 alunos, que se difere do ofício de marcenaria pelo processo de tratamento e forma de utilizações da madeira, sendo que o oficial de carpina teria trabalho voltado a cortes de madeira para assoalhos, estruturas de telhados, escadas e fundações de construção em geral, enquanto o marceneiro se ocuparia de um processo de tratamento da madeira mais delicado, fazendo entalhes e encaixes para a construção,

<sup>198</sup>MACIEL, Elisane Gomes. *Preparando o futuro. Instituto de Educandos Artífices Paraense (1870-1889)*. Opcit. P. 33.

principalmente de móveis, portas e janelas<sup>199</sup>. Nas demais oficinas tinham em número de educandos: Alfaiate (9), ferreiro (8), sapateiro (5) e torneiro (1).

No quadro 5 podemos ver as oficinas mais comuns nos estabelecimentos desta natureza no período, pois estas modalidades de trabalho manufaturados possuíam demanda crescente para as novas necessidades dos centros urbanos.

**Quadro 5 – Oficinas dos estabelecimentos de educandos do Império.**

<b>PROVÍNCIA</b>	<b>ANO DE ABERTURA</b>	<b>OFICINAS</b>
<b>MARANHÃO</b>	1841 –	Serralheiro, alfaiate e carpinteiro, pedreiro, surrador de cabedais, funileiro, canteiro, encadernador e marceneiro
<b>CEARÁ</b>	1856 – 1866	Alfaiate, sapateiro, carpintaria e funileiro
<b>PIAUI</b>	1847 – 1852	Marceneiro, carpinteiro, ferreiro, alfaiate, ourives e sapateiro
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	1858 – 1862	Alfaiate, sapateiro, carapina, pedreiro, canteiro, tanoeiro, excetuando-se as de ferreiro, serralheiro e marceneiro
<b>PARAHIBA</b>	1865 -1874	Sapataria e alfaiataria
<b>SÃO PAULO</b>		Alfaiataria, encadernação e marcenaria
<b>ALAGOAS</b>	1854 – 1861	Alfaiate e sapateiro
<b>AMAZÔNAS – CAZA</b>	1853 – 1877	Marceneiro, carpinteiro, torneiro, ferreiro, sapateiro, alfaiate, livreiro
<b>PARÁ - CAZA</b>	1840 – 1851	Alfaiate, espingardeiro e sapateiro
<b>AMAZONAS – INSTITUTO</b>	1882 –	Alfaiate, sapateiro, ferreiro e serralheiro, marceneiro e torneiro

**Fonte:** LIMA, 2008; GURGEL, 2007; RIZZINI, 2004, PERREIRA LIMA, 2017. Silva, 2010. REIS; FERRO, 2006, CASTRO, 2006.

Os ofícios de sapateiro e alfaiate são os que tiveram espaços em quase todas as instituições. Pela grande demanda que os produtos que resultavam desses cursos possuíam, se

<sup>199</sup> RAINVILLE, Cezar. *O vinhola Brasileiro – o novo manual prático do engenheiro, arquiteto, pedreiro, carpinteiro, marceneiro e serralheiro*. Rio de Janeiro, 1880. P. 48.

tornavam oficinas rentáveis, porém existiam alguns estigmas negativos sobre elas, dentre eles serem consideradas oficinas para educandos mais jovens entre o corpo de alunos em muitas das casas estudadas e serem associadas a escravidão, como aconteceu no colégio da Parahiba, no qual só haviam estas duas oficinas. Os educandos demonstraram desgosto e insatisfação por fazer trabalhos de alfaiate e sapateiro alegando que estes eram ofícios de escravos.<sup>200</sup> Segundo o relatório de Domingos José da Cunha Junior em dezembro de 1873 apresentado na ocasião de passagem da administração, as oficinas seriam divididas em classes de acordo com a natureza da atividade desenvolvida, sendo assim a classificação seria:

Official de 1ª classe. Trabalhos com obras de madeira, compreendendo as oficinas de marceneiro, carpina, escultor torneiro, modelador.

Official de 2.ª classe. Trabalhos em obras de ferro e de bronze, compreendendo as oficinas de ferreiro, torneiro de metal e serralheiro.

Official de 3ª classe. Trabalhos de fundição, compreendendo as oficinas do mesmo nome, as de caldeireiro de cobre e de ferro, e soldador.

Official de 4ª classe. Trabalhos em obras de metaes em folhas, compreendendo as oficinas de latoeiro e de funileiro.

Official de 5ª classe. Trabalhos em obras de pelles. compreendendo as oficinas de sapateiro, coureiro, surrador e curtidor.

Official de 6ª classe. Alfaiate<sup>201</sup>.

Porém, mais tarde em 1879, de acordo com a historiadora Elisane Gomes Maciel, no momento de certificação dos primeiros alunos a saírem do IPEA como artistas, estas classificações já possuem significado diverso, relativo ao número de artes nas quais eles possuíam habilidade.

Em setembro de 1876, o presidente da província manda fechar todas as oficinas do IPEA alegando má situação dos cofres provinciais, buscando assim uma economia relativa ao pagamento dos mestres e suprimento de materiais para elas. Segundo o *Jornal do Pará*, um editorial o *Jornal A Província do Pará* de 20 de outubro trazia críticas a decisão do presidente da província, alegando que com esta decisão estava condenando o instituto a extinção ou pelo menos o entorpecimento do estabelecimento. O *Jornal do Pará* argumenta que o Thesouro provincial já não possuía condições de efetuar o pagamento das dívidas com os fornecedores do IPEA e que o diretor havia afirmado não haver produtos manufaturados em estoque para venda. O jornal ainda defende que este período seria de apenas 38 dias pois os educandos entrariam de férias desde o dia 1 de novembro até 7 de janeiro e ainda, além disso, justifica que

---

<sup>200</sup> LIMA, Guaraciane Mendonça de. *O Collégio De Educandos Artífices – 1865-1874: A Infância Desvalida Da Parahyba Do Norte*. Dissertação. Universidade federal da Paraíba, João pessoa, 2008. P.70

<sup>201</sup> Relatório com que Domingos José da Cunha Junior passou a administração da província do Pará ao 3.o vice-presidente, Guilherme Francisco Cruz em 31 de dezembro de 1873



os alunos mais habilitados seguiriam trabalhando nas oficinas a fim não estragar os materiais que já haviam sido adquiridos pela instituição<sup>202</sup>.

Não existe nenhuma menção nas fontes do IPEA que sugira esta atividade durante o fechamento das oficinas, contudo o relatório do ano de 1877 afirma que 45 dos 60 alunos foram para casa de suas famílias, permanecendo os demais no instituto, como corrobora o anúncio do *Jornal do Pará* avisando que os responsáveis pelos educandos mandem apresentá-los até as 4 horas do dia 6 de janeiro<sup>203</sup>. Nas fontes consultadas não consta lista dos educandos que optaram ou não tinham para onde ir caso saíssem das dependências do instituto, porém esta medida com certeza foi responsável pela diminuição das despesas do instituto pelo menos durante os meses de novembro e dezembro, já que haviam menos alunos para alimentar.

Retornado os jovens educandos ao internato e retomando a rotina escolar, não foram todos os que começaram já a trabalhar em oficinas, tendo visto que o presidente da província manda abrir somente as oficinas de marceneiro e sapateiro em janeiro, por serem, segundo ele, as mais lucrativas do estabelecimento. As oficinas de carpina e alfaiate foram abertas no decorrer do ano de 1877, as de ferreiro e funileiro só receberam ordem de reabertura no final deste ano, constando anúncio no jornal *Liberal do Pará* informando a reabertura das mesmas no dia 8 de janeiro de 1878<sup>204</sup>. Essas oficinas contaram com dois educandos mais avançados como contra-mestres<sup>205</sup>, segundo o relatório do presidente da província sem citar os referidos alunos que assumiram a função, analisando as notas dos educandos, podemos deduzir que a oficina de ferreiro pode ter sido Anastácio José Cardozo e de a funileiro Narciso Ferreira Borges, ambos considerados ótimos em suas oficinas em com boas notas nos cursos práticos e sempre mencionados com honrarias na documentação do instituto. De qualquer forma, mestres para essas oficinas só são convocados nos meses de junho e julho, respectivamente<sup>206</sup>.

No ano de 1879, pede-se a criação de uma oficina de surrador que poderia trazer economia a oficina de sapateiro, tida como a mais rentável àquela altura. Também comentasse a existência de uma oficina de fundidor atrelada a de funileiro, contudo nenhum dos educandos do grupo estudado parece ter optado por esta oficina, apesar de que Pedro Paulo da Silva, mesmo sendo avaliado como um bom marceneiro em 1874, consta nos exames de 1873 e 1875

---

<sup>202</sup> *Jornal do Pará*. 22/10/1876. P.02.

<sup>203</sup> *Jornal do Pará*. 03/01/1877. P. 03

<sup>204</sup> *O Liberal do Para*. 04/01/1878. P.01

<sup>205</sup> 1878-Relatorio do José da Gama Malcher, vice-presidente, passou a adm da prov. para. João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 9 de março

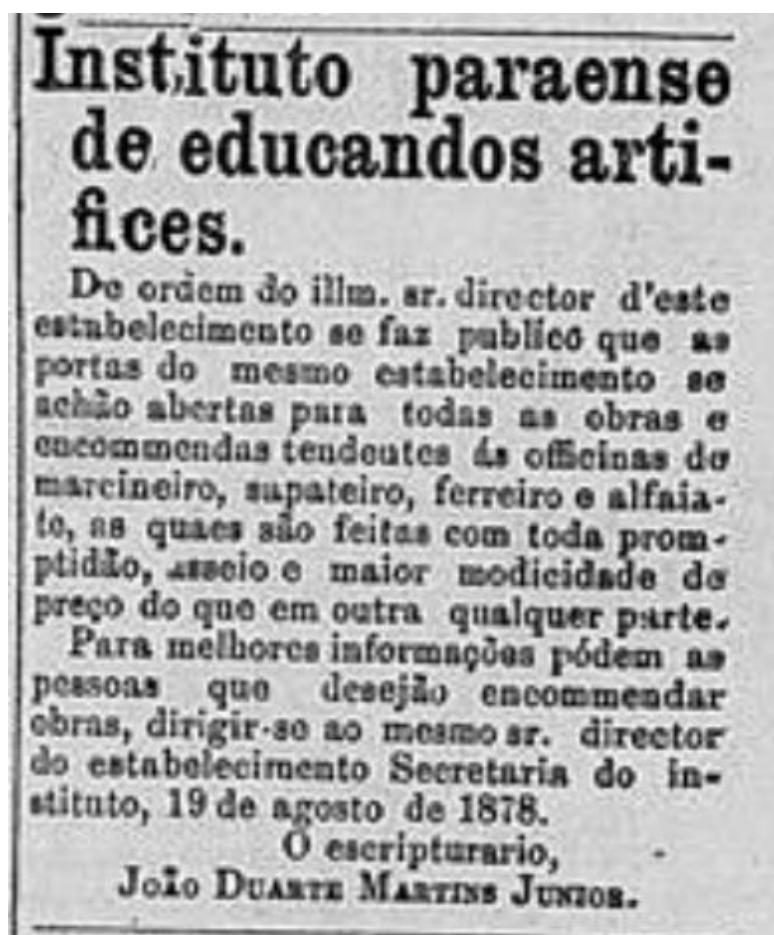
<sup>206</sup> *Jornal do Pará*: 03/06/1878 P. 02.

*Jornal do Pará*. 11/07/1878. P.01.

como um ótimo torneiro, sendo o único do período a exercer este ofício. A oficina de Funilaria foi mais uma vez fechada em 1881, com argumento de render pouco devida a saídas dos educandos com maior desenvolvimento na arte.

É importante pensar nesta dimensão, pois não são poucas as menções negativas a respeito das condições de trabalhos dos educandos nos espaços das oficinas, o diretor do instituto afirma que somente a oficina de marcenaria possuía uma boa estrutura. A oficina de fundidor acabou sendo separada da oficina de funileiro e começou a funcionar em um quartinho, segundo o diretor do IPEA. A falta de maquinário e espaço adequado marcaram a experiências destes educandos nas oficinas. Além disso, apesar de não haver documentação que registrasse o cotidiano nas aulas e nas oficinas, deve-se levar em consideração a hierarquia existente na relação mestre/aprendiz e suas tecituras, que muitas vezes acabavam em episódios de agressão para punição, apesar de não ser previsto no regulamento do instituto os castigos físicos.

**Imagem 2 – Anuncio de encomendas do Instituto paraense de educandos artífices (1878).**



Fonte: Liberal do Pará. 17/09/1878. Pág. 04.

Anunciando “asseio e maior modicidade de preço” encontra-se os anúncios sobre encomendas de peças das oficinas do instituto na terceira página do jornal Liberal do Pará, em meio a anúncios de aluguel de ama de leite escravizada “sem filhos”, aulas de magnetismo, cadeiras de balanço, luvas, dentre outros. No período estudado, encontramos algumas encomendas como: peanhas<sup>207</sup> para o Museu (1873), mobília para o tribunal da relação a ser instalado no prédio do museu (1874), sem nunca especificar qual museu seria, várias encomendas de fardamento e sapatos para o corpo de polícia, em 1878 consta pedido de 160 pares de sapatos, mobílias para o depósito de imigrantes, para várias escolas dos distritos etc. No relatório da presidência da província de 1878, constam também encomendas de 66 quadros negros para operações aritméticas, 3 mesas, 1 cadeiras para professores, 100 bancos e 100 carteiras.

A produção de artefatos no instituto tomava boa parte do tempo dos educandos, a demanda por obras no geral, era significativa, talvez pelos baixos preços que instituto costumava fazer. Talvez por esta razão, há em dois momentos das trajetórias deste grupo no IPEA no qual os seus gestores optaram por diminuir o tempo das outras atividades como as aulas teóricas e as aulas de músicas com o intuito de aumentar o tempo que os internos passariam nas oficinas otimizando, ao seu ver, a produção.

### **3. Da disciplina: tempo, punições e premiações.**

Sendo uma instituição que tinha entre seus principais preceitos a propagação da moral cristã e da civilidade por meio da inoculação de hábitos condizentes com a moralidade em jovens cuja personalidade estava em desenvolvimento<sup>208</sup>, o IPEA possuía um programa de controle rígido das atividades dos seus alunos e um sistema de recompensas e punições igualmente severo. Ou seja, para cumprir um de seus objetivos principais, que era a formação de trabalhadores dóceis, ordeiros e conformados com sua condição, que possuíssem as “virtudes” de um cidadão morigerado que tem amor ao seu trabalho, o instituto contava com

---

<sup>207</sup> Pequeno pedestal, geralmente em madeira ou gesso, onde se costumava a colocar vasos, estátuas, bustos esculpidos ou imagens de santo.

PINHAL, Paulo. Dicionário de termologias arquitetônicas online. In: *Site Colégio de Arquitetos*. Mogi das Cruzes, 1998. Disponível em < <http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-peanha/>> Acesso em 10/02/2021.

<sup>208</sup> RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o Selvagem bruto*. Op. cit.; ARAUJO, Sonia Maria da Silva; BARBOSA, Anderson Carlos Elias. *Instituto Paraense de Educandos Artífices*. Op. cit.

um método rigoroso para disciplinar seus alunos, em conformidade com os conceitos apresentados no capítulo I.

Assim como na maioria das escolas com a condição de internato, as medidas disciplinares começavam a partir do controle preciso das atividades de acordo com o horário, previsto pelos artigos 24 a 29 do regulamento de 1873, ou seja, o controle e divisão tempo dos alunos, esquematizado no quadro a seguir:

**Quadro 6 – Itinerário de segunda a sábado alunos do IPEA**

<b>HORÁRIO:</b>	<b>ATIVIDADE:</b>
<b>5:00</b>	Despertar; vestir; seguir em fila acompanhados pelo diretor até a capela para oração.
<b>5:15</b>	Limpeza dos alojamentos, banhos, revista geral (asseio) e café
<b>6 – 8:00</b>	Aulas de 1ª letras; 1ª cadeira do 1º ano e 2ª cadeira do 2º ano do curso teórico (classes separadas)
<b>7 – 8:00</b>	Trabalho nas oficinas (alunos avançados)
<b>8 – 9:00</b>	Almoço e descanso
<b>9 – 11:00</b>	2ª cadeira de 1º ano de curso teórico; 1ª cadeira do 2º ano do curso teórico; oficinas para quem não frequentar estas turmas
<b>11 – 16:00</b>	Trabalho nas oficinas para todos
<b>16 – 18:00</b>	Aula de música, ensaio da banda e trabalho nas oficinas
<b>18 – 19:00</b>	Banhos, oração e recreio
<b>19 – 21:00</b>	Ceia, estudos em comum, oração, recolhimento nos dormitórios, silêncio

**Fonte:** Coleção das leis da província do Gram-Pará. Tomo XXXV 1873. Pará. Typ do Diário do Gram-Pará.

Nos domingos e dias de festejos religiosos, os educandos seriam levados a assistir uma missa externa, em igreja designada pelo diretor, aula de “*doutrina Christã*” após o almoço e a revista e passeios, atividades físicas ou militares<sup>209</sup>. Uma característica marcante deste cronograma, não somente no instituto paraense, é o grande período dedicado as oficinas, e ainda

<sup>209</sup> Coleção das leis da província do Gram-Pará. Tomo XXXV 1873. Pará. Typ do Diário do Gram-Pará.

houveram adaptações posteriores para aumentar o tempo de trabalho nas oficinas como citado anteriormente. Na casa do Ceará e da Parahiba também possuíam rotina iniciada por volta das cinco horas da manhã, com direito a 3 refeições – manhã, tarde e noite – período para a limpeza e inspeção dos educandos, contudo nestas casas os educandos teriam a primeira aula do dia antes mesmo do desjejum, passando até 3 horas do horário em que acordavam<sup>210</sup>.

Os educandos eram responsáveis pela limpeza do edifício e ficavam, de acordo com texto do regimento, sob constante vigília e inspeção. No seu relatório de 1879, o diretor do IPEA afirma que os alunos são divididos por turmas regidas por educandos chefes, sendo os considerados mais morigerados entre eles. Ficando divididos em aposentos diferentes, principalmente por já haverem educandos maiores de idade.

Não lhes era permitido deixar as dependências do Instituto, e se fosse por ordem ou licença da direção, só o poderia fazer devidamente uniformizado. A documentação que possui descrição de peças do uniforme dos educandos do instituto pode levar a projetar um uniforme de corporação militar de primeira, as encomendas são de correames, luvas, e meias, contudo, o uniforme completo deveria ser uma roupa festiva usada nas ocasiões importantes dos educandos.

No ano 1877, no período o qual as oficinas estavam fechadas, a presidência da província encomenda que parte dos uniformes dos educandos seja costurado no Colégio do Amparo pelas educandas, igualmente para o ano de 1878<sup>211</sup>. Contudo, era comum que os uniformes fossem confeccionados na própria oficina de alfaiate. Os educandos deveriam estar sempre alinhados e engomados, entretanto existem fortes indícios que apontam para um fardamento simples de calça e camisa branca, como é retratado nas fotos do Instituto Lauro Sodré<sup>212</sup>.

A interação com o público geral também era cerceada pelo regimento, e devido a essa preocupação as atividades da banda foram ao longo da década de 1880 diminuídas, pois os educandos ficavam, muitas vezes, “*expostos a más companhias*” nessas ocasiões<sup>213</sup>. O

---

<sup>210</sup> PEREIRA LIMA, Ana Cristina. Colégio Dos Educandos Artífices: As Crianças Pobres E A Educação Profissional No Século Xix (Fortaleza, 1856 – 1866). In: *Anais do IV Colóquio nacional e I colóquio internacional de Produção do conhecimento em educação profissional: A reforma do ensino médio (lei 13.415/2017) e suas implicações para a educação profissional*. Natal, 24 a 27 de julho de 2017. P. 07

LIMA, Guaraciane Mendonça de. *O Collégio De Educandos Artífices – 1865-1874*. Op. cit. P. 68

<sup>211</sup> Jornal do Pará. 25/04/1877. P.01.

<sup>211</sup> Jornal do Pará. 07/04/1878. P. 01.

<sup>212</sup> Vide Anexos

<sup>213</sup> RIZZINI. *O cidadão polido e o selvagem bruto*. Op. cit. 211.

isolamento foi defendido como um mecanismo que ajudava a proteger os educandos de supostos vícios, categoria temida, mas nunca definida nos relatórios do diretor.

Existiu um número significativo de casos de educandos expulsos ou mandados admitir nas companhias de aprendizes da marinha ou do arsenal de guerra. Dentre eles destacasse o caso de Napoleão, que em novembro de 1877, apenas dois meses depois de ter sua solicitação de ingresso no Conservatório de música da Corte negado, é expulso do instituto com a alegação que “é de comportamento tal que não se vê esperança de corrigir-se”<sup>214</sup>, sendo assim, o diretor do instituto manda apresenta-lo como praça de corpos do exército, baseando-se nos artigos 16 e 39 do regulamento de 1873. Mesmo destino teve o educando Francisco Ezequiel de Mattos Costa, o qual foi considerado incorrigível no ano de 1879, porém mandado para a companhia de aprendizes marinheiros.

Horácio Antônio Dias também mandado a Cia. de aprendizes marinheiros em 1878, por ser considerado insubordinado e, segundo o diretor do instituto, não covinha mantê-lo no estabelecimento. Todavia, é mandado readmitir no Instituto de educandos, cinco dias depois, por ter mais de 17 anos e não haver “praça na armada” para ele. João Ladislau é mandado a Cia. pelos mesmos motivos, contudo parece ter sido aceito, dando a entender ter menos de 17 anos. Joaquim Antônio dos Santos é outro que aparece nos jornais como insubordinado e incorrigível, em dezembro de 1877 o diretor do instituto solicita ao presidente da província que sejam tomadas providências em relação a ausência do educando, sendo acionado o chefe de polícia para emitir ordem de captura jovem que mais tarde foi igualmente mandado ao Arsenal de marinha.

A obediência era a principal obrigação dos educandos, a palavras chaves do regimento “respeito, promptidão e obediencia militar”<sup>215</sup>, o desrespeito a estas normas implicavam em punição direta. A metodologia de punições e recompensas também era utilizada como meio disciplinar, as penalidades previstas no artigo 35 correspondiam a práticas pedagógicas que visavam repreender alunos que transgredissem as normas impostas, e também previam punições públicas e de rebaixamento. Enfim, “dar o exemplo” para evitar que outros cometam as mesmas infrações, no estilo do modelo panóptico de Jeremy Betham, que dentre suas características, anteriormente abordadas, a constante vigília e a punição pública eram o ponto chave de seu modelo, pensado para espaços de confinamento. Assim, as punições variavam

---

<sup>214</sup> A Constituição. 27/11/1877. P. 01.

<sup>215</sup> Idem

entre repreensão particular, pública, exclusão dos horários de lazer, trabalhos militares extras, privação alimentar, “serviços vexatórios”, aprisionamento no “*xadrez da casa*” ou, até mesmo o desligamento, mandar aos arsenais de guerra ou marinha e a perda do direito ao pecúlio.

Os métodos de disciplinamento eram semelhantes aos de escolas de aprendizes militares e religiosas, havendo correspondência a esse modelo em todas as instituições anteriores e posteriores ao IPEA. A constante vigilância foi um método amplamente utilizado, assim como o cumprimento da rotina, porém algumas casas tiveram características peculiares em relação as punições, como castigos físicos que estavam previstos nos regimentos das Casas de Educandos do Maranhão e da Parahiba, que previam palmatória em casos como dificuldade de leitura ou mau desenvolvimento nas atividades propostas pelo professor. Na casa do Ceará, além da palmatória, até a privação de refeições foi utilizado como método punitivo<sup>216</sup>. Dentre as punições mais comuns entre as casas foram privação de recreio, horas extras de trabalho, repreensão particular ou pública, prisão, diminuição ou privação de alimentos, a expulsão ou encaminhamento as companhias de artífices da marinha e do arsenal de guerra, ou para o exército, sendo estas últimas consideradas as mais severas devido ao nível elevado de rigidez destes estabelecimentos.

Apesar do Instituto Paraense não prever castigos físicos, segundo Barbosa e Araújo, o jornal *A Constituição* anunciava que o presidente da província havia sido informado sobre o uso de castigo físico pelos mestres das oficinas, durante o ano de 1886, e que o mesmo pedia para que o diretor do instituto averiguasse a situação para encerrá-la<sup>217</sup>. Esta peculiaridade é do instituto do Pará, Guaraciane Lima ao comentar a questão dos castigos físicos no colégio da Paraíba comenta

A punição física fora levada para a escola e era defendida por intelectuais e dirigentes da época em estudo. Antônio de Almeida Oliveira, em obra escrita em 1873, chega a fazer alusão à importância não apenas da aplicação da palmatória, como também de isolamento. No entanto, devemos ressaltar que este gestor do período Imperial, em seu livro sobre educação, [...] destaca também a importância maior de se recompensar os bons alunos, devendo os castigos físicos ser utilizados apenas em situações específicas de indisciplina. O autor alega que o estímulo ao desejo de recompensa é bem mais eficaz que

---

<sup>216</sup> PEREIRA LIMA. *Colégio Dos Educandos Artífices: As Crianças Pobres E A Educação Profissional No Século XIX* (Fortaleza, 1856 – 1866) Op. cit. P. 68.

<sup>217</sup> ARAUJO, Sonia Maria da Silva; BARBOSA, Andreson Carlos Elias. Instituto Paraense de Educandos Artífices. Op. cit. P.50.

o temor pela punição. Esta recompensa iria desde o elogio em público até a entrega de certificados para os alunos mais aplicados.<sup>218</sup>

Semelhante a proposta de Almeida Oliveira, o Instituto paraense também contava com um sistema de recompensas como mecanismo de disciplinamento que perpassavam da possibilidade de exercer funções remuneradas na casa, como de enfermeiro, agente e fiel do corpo; ser inspetor das turmas divididas em diferentes dormitórios, uma espécie de hierarquia entre os educandos, e as premiações. Todas estas vantagens eram oferecidas para os educandos considerados mais morigerados, obedientes e dedicados às aulas.

As recompensas representadas na forma das premiações para compensar o bom comportamento e empenho nas atividades do estabelecimento, que mais se destacaram nas disciplinas e oficinas ofertadas. As modalidades eram capacidade intelectual, moral e industrial, as normas para essa premiação, ainda segundo Barbosa eram:

Os prêmios por capacidade intelectual eram resultado da avaliação de aproveitamento dos alunos feita pelos professores nas aulas ofertadas, ou na chamada parte teórica. O prêmio por capacidade moral resultava da observação da conduta do educando no dia a dia, de sua morigerância. Para escolher o educando que receberia esse prêmio, era formado um júri composto pelo agente, pelo escriturário e pelo almoxarife do estabelecimento. Já o reconhecimento por capacidade industrial relacionava-se à perícia apresentada por um educando na manufatura dos diferentes produtos ensinados pelos mestres nas oficinas. A qualidade do trabalho concluído e um conjunto de características observadas, como o cuidado com os acabamentos, eram critérios que os mestres usavam para apontar os educandos mais habilidosos nos seus respectivos ofícios<sup>219</sup>.

Eram feitas através da entrega de medalhas e publicação dos nomes dos vencedores. Contudo, vale ressaltar que este evento, e principalmente, sua divulgação nos jornais tinham como objetivo chamar a atenção dos leitores para o IPEA, apresentar os resultados iniciais já que estava funcionando apenas a um ano, pouco mais ou menos, em 1873, e posteriormente, anuais, apresentar os produtos confeccionados e oferecidos pela instituição, graças a uma tabela de lucros, até mesmo o preço das mercadorias poderia ser estimado pelo anúncio. Além disso,

---

<sup>218</sup> OLIVEIRA, Antônio de Almeida. *O ensino público. Brasília*, DF: Senado Federal/ Conselho Editorial, 2003. Edições do Senado Federal, v. 4 **Apud** LIMA, Guaraciane Mendonça de. *O Collégio De Educandos Artífices – 1865-1874*. Op. cit. P. 73

<sup>219</sup> ARAUJO; BARBOSA. Instituto Paraense de Educandos Artífices. Op. cit. P.47.



representava uma forma de defender, por fim, a utilidade que aquele estabelecimento tinha para a província e, principalmente, não pesaria aos cofres provinciais<sup>220</sup>.

Esta prática também fora observada em algumas experiências anteriores ao Instituto, no Rio Grande do Norte as categorias das premiações dos educandos eram as mesmas acima citadas e o método de avaliação também possuía várias semelhanças, já na Paraíba, apesar de previsto no regulamento do colégio, a pesquisadora não encontrou nenhum registro de que as premiações ocorreram e atribuiu o fato a falta de recursos do estabelecimento.

Apesar das premiações do serem previstas para serem eventos anuais, só consegui encontrar registro dos anos seguintes:

#### Quadro 7 – Educandos premiados.

PRÊMIOS	1873	1875	1879	1880
<b>Capacidade Moral</b>	Narciso Ferreira Borges	-	Narciso Ferreira Borges	Alfredo Guilherme de Miranda
<b>Capacidade Intelectual</b>	Raymundo Nonato de Belém	Clarindo Gomes Franco	Raimundo Lameira Bitencourt	Lino (ou Luiz) Augusto Pfaender
<b>Capacidade Industrial</b>	Anastácio José Cardoso	João Antônio Dantas	Anastácio José Cardoso	José Cardoso Bahia

Fontes: vários jornais<sup>221</sup>.

As ocasiões de premiação eram eventos no quais também se faziam exposições dos artefatos produzidos pelos educandos e leilões para arrematação destas peças. O artigo do Jornal *Diário de Belém* que descreve o evento do ano de 1879 chama atenção pela descrição das peças feitas pelos alunos mais avançados, que eram: camas, armários, lavatórios, baús de folhas de flandres, martelos, esquadros e etc. As ocasiões sempre marcadas pela pompa de decoração e a participação de membros da elite paraense e de bandas marciais não somente do instituto.

<sup>220</sup>O Liberal do Pará. 14/01/1879. P.01; Diário de Belém. 14/01/1879. P.01.; Jornal do Pará 19/03/1875. P 02; Jornal do Pará. Anno XV. 06/02/1877 P01; Jornal Diário de Belém 25/12/1873 P. 01; O Liberal do Pará.13/01/1880. P.01.

<sup>221</sup> Idem.

A partir de 1879, as ocasiões de premiação também foram aproveitadas para certificar publicamente educandos que fossem considerados prontos nos seus treinamentos de ofício e nos cursos teóricos, uma forma de fazer saber que o instituto dava seus resultados pois já havia sofrido críticas em 1878 de que não haviam formado nenhum educando sequer.

#### **4. Desligamento e certificado.**

As condições para o desligamento do Instituto Paraense de Educandos Artífices eram baseadas nos preceitos sanitaristas e disciplinares da instituição. Segundo o regulamento de 1873, apresentar moléstia de qualquer natureza contagiosa ou incurável, mau comportamento e insubordinação que se julga-se não haver “esperança de poder corrigir-se”, falta de habilidade nas oficinas oferecidas no tempo máximo de três anos eram motivos para o desligamento. Ou, meio “natural” do percurso do educando, o final do curso, “depois de prompto na arte ou ofício que se dedicou”<sup>222</sup>. Contudo, o desligamento não era assim tão simples no momento da certificação. Para entendermos este processo, vamos esquematizar as maneiras de formatura e qualificação destes educandos.

Todos os alunos deviam terminar os cursos relativos à instrução primária e o curso teórico, contudo era seu desempenho nas oficinas que iria definir sua classificação na hora de concluir e ganhar seu título, o que nem sempre foi possível. No ano de 1880, agrava-se o problema dos jovens das primeiras turmas ainda estarem internados no IPEA<sup>223</sup>, dentre outros motivos, chama atenção o caso do jovem Francisco José Pantoja, o qual é referido pelo diretor do instituto em ofício para a presidência da província como um aluno que está 9 anos e meio no instituto e abnega absolutamente os estudos científicos, estando assim sem aproveitamento algum do curso teórico, apesar de já ser 1º oficial de sapateiro<sup>224</sup>.

Francisco Pantoja não foi o único educando a se encontrar na situação de maior de idade e interno, os ofícios de janeiro 1880 argumentavam que boa parte dos educandos maiores de idade estavam ali desde sua abertura e não era conveniente que convivessem com os meninos de 7 anos que também vivam na instituição. O ofício trazia uma relação de 19 alunos, a maioria

---

<sup>222</sup> Colleção das leis da província do Gram-Pará. Tomo XXXV 1873. Pará. Typ do Diário do Gram-Pará.

<sup>223</sup> O Liberal do Pará. 31/01/79. P.01; Ofício do diretor do Instituto paraense de educandos artífices para o presidente da província, 1880.

<sup>224</sup> Ofício do diretor do Instituto paraense de educandos artífices para o presidente da província, 1880.

ingressantes nos três primeiros anos de funcionamento do IPEA, contava também a idade de alguns. Por fim, informava que a maioria deles já possuía título de 2º oficial em determinadas artes, sendo assim, o diretor defendia que eles já poderiam trabalhar e estavam ocupando vagas de meninos desvalidos da capital.

**Quadro 8 – Educandos internos maiores de idade em 1880.**

	<b>NOMES:</b>	<b>IDADE:</b>	<b>ANO DE INGRESSO</b>	<b>NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA ARTE</b>
<b>1</b>	José A. Ferreira Guerra	–	–	–
<b>2</b>	Narciso Feliciano de Nazareth	–	5 de junho de 1873	–
<b>3</b>	João Teixeira	–	15 de junho de 1873	Oficial de 2ª classe
<b>4</b>	Francisco Pantoja	–	Idem	Oficial de 1ª classe
<b>5</b>	Segisfredo Fermink	–	2 de outubro de 1873	–
<b>6</b>	Luiz Pedro d'Oliveira	–	Idem idem	Oficial de 1ª classe.
<b>7</b>	Libanio Maranhense da Silva	–	31 de outubro 1873	Oficial de 2ª classe
<b>8</b>	José Cardoso Bahia	–	23 de dezembro 1873	Oficial de 1ª classe.
<b>9</b>	Manoel Cardoso Bahia	–	Idem	Oficial de 2ª classe
<b>10</b>	Alberto Antonio Couto	19 anos	2 de março de 1874	Oficial de 2ª classe
<b>11</b>	Augusto Candido Roiz Campos	19 anos	Idem	Oficial de 2ª classe
<b>12</b>	Guilherme Farias	20 anos	Idem	Oficial de 2ª classe
<b>13</b>	Antônio Roiz dos Reis	18 anos	10 de março 1874	Oficial de 2ª classe
<b>14</b>	Luiz Joaquim de Lyra Barros	18 anos	12 de abril de 1875	–

15	Lino Augusto Pfaender	19 anos	15 de abril de 1875	Oficial de 2ª classe
16	Paulo Augusto Pfaender	15 anos	Idem	Oficial de 2ª classe
17	João Manoel Pinto	18 anos	3 de março de 1877	Oficial de 2ª classe
18	Eugenio d'Assumpção Madureira	–	23 de agosto de 1880	–
19	Alfredo Guilherme de Miranda	–	12 de junho de 1873	–

**Fonte:** Ofícios do Diretor do IPEA para a presidência da província – 1880.

Apesar dos argumentos acerca das condições dos educandos maiores “ocupando espaço” que não lhe cabiam mais, muitos dos pais e tutores destes 19 educandos fizeram pedido de desligamento alegando que estes já adultos poderiam lhe servir de arrimo da família. Os textos das cartas com pedido de desligamento são quase iguais para todos os educandos que saíram por serem maiores ou por terminarem o curso. Consta também nos relatórios da presidência da província que os educandos Jozino (ou Jovino) Pereira Guimarães e Hildebrando Xavier Alves foram desligados a pedido dos seus pais, o primeiro pela mãe em 1876 e o segundo pelo seu pai em 1878.

No momento da certificação os que mostravam grande habilidade em apenas uma das oficinas eram qualificados como pertencentes a 1ª classe, estes obtinham o título de mestre/ 1º oficial da arte. Os que eram como 2ª classe possuíam habilidade em mais de uma, estes tinham direito a diploma de 2º oficial da arte e 3ª e 4ª os que possuíam mérito não apenas em mais de uma oficina, mas eram julgados aptos e aplicados, estes recebiam o título de construtores de primeira classe. A maioria dos educandos das turmas de 1872, 73, 74 e 75 conseguiram o título de oficial de 2ª classe.

A revelia destas diferenças de titulação, consta neste mesmo regulamento supracitado, que terminado o período de ensino e aprendizado, os educandos ainda teriam de trabalhar por três anos nas oficinas a fim de continuar produzindo obras que auxiliassem no sustento da instituição e alimentassem a demanda, como principais consumidoras que eram, das repartições e órgãos de caráter público. Existia toda uma preocupação com esta questão do trabalho do aluno que estava formando para que continuasse por um tempo produzindo para o instituto, se

utilizando de toda técnica e habilidade que a experiência nas oficinas lhe conferiu. Mas não somente os “formandos” foram compelidos a essa regra.

Foi criado, por volta de 1878, a condição de aluno externo para que, os educandos com mais de 18 anos deixassem o prédio da instituição e depender dela para dormitório e, possivelmente, alimentação, contudo, eles deveriam “assignar um termo no qual declarem, que se obrigam á conserval-os trabalhando no instituto durante o praso marcado por v. exc. Assim, pois, não só contamos já com esses officiaes, como também nas vagas d’estes podem entrar novos”<sup>225</sup>, já que a demanda para matrícula era grande e as instalações do IPEA não estavam em condições de abrigar a todos.

Em torno da questão do aumento ou diminuição de vagas, que alardeava a ideia de atender a mais educandos, estava a questão do lucro que o estabelecimento podia oferecer aos cofres provinciais, já que ele era por si só uma grande despesa, e à primeira vista, quanto mais braços trabalhando, mais manufaturados são produzidos. Desta maneira, se cria também a condição de ingresso/matricula como aluno externo, sob a vigência das mesmas regras aos de 18 anos. No período analisado não obtive nenhuma fonte que indicasse ingresso de aluno nesta condição.

Todos os pedidos – entenda-se de iniciativa dos pais dos educandos ou deles – de desligamento eram por meio de solicitação à assembleia provincial, e estava sujeito ao pagamento de compensação pecuniária, uma espécie de indenização pelos gastos que a província teve com o aluno, resultando na sua não formação. Contudo, nenhum dos casos pesquisados parece ter precisado ressarcir a província.

---

<sup>225</sup> Província do Grão-Pará. Relatório IPEA, 1878, Anexo, p.IV.

**Imagem 3 – Ofícios de desligamento dos educandos Narciso Ferreira Borges e Anastácio José Cardoso.**

5  
 5  
 Pa. sup. 3 - Junho - 1879.

Em execução ao despacho  
 desta data proferido nos requ-  
 rimentos de Luiz Ferr. Bor-  
 ges e Anastácio José Cardoso. Estw.  
 gues, mande V. m. desligar  
 d'um estabelecim<sup>to</sup>. os educan-  
 dos citados, Narciso Ferr. Bor-  
 ges e Anastácio José Cardo-  
 so, filios das scipp<sup>tas</sup>; sendo-lhe  
 entregues o peculio a que ti-  
 verem direito na conformid.  
 do Reg.

5

Ao Director do Insti-  
 tuto.

**Fonte:** Minutas de ofícios do diretor do Instituto para o presidente da província (1879)

Feito o processo de certificação da classe de ofício, os educandos poderiam ser considerados externos, condição que implicava em uma prestação de serviço nas oficinas mesmo após formado, ou desligados completamente. São poucos os casos em que fica explícito na documentação qual das duas situações se encontravam os educandos que saíam do internato, então o quadro a seguir elucida somente o momento que os jovens artífices do instituto deixavam de morar nas dependências da instituição.

**Quadro 9 – Desligamento dos educandos.**

<b>NOMES</b>	<b>DESLIGADO OU EXTERNO</b>
<b>Francisco Ezequiel da Costa Mattos (de Mattos Costa)</b>	1876
<b>Francisco Salles de Miranda</b>	1876
<b>Hilário da Costa Teixeira</b>	1876
<b>Jozino (ou Jovino) Pereira Guimarães</b>	1876
<b>Albino José Pereira</b>	1877
<b>Felippe da Conceição</b>	1877
<b>Joaquim Antônio dos Santos</b>	1877
<b>Napoleão Marcos de Oliveira</b>	1877
<b>Hildebrando Xavier Alves</b>	1878
<b>João Ladisláo da Trindade</b>	1878
<b>Anastácio José Cardoso</b>	1879
<b>Augusto José Cardozo</b>	1879
<b>Benedito de Moraes Tavares Rego</b>	1879
<b>Bernardino Rodrigues de Oliveira</b>	1879
<b>Cazemiro Anastácio das Neves</b>	1879
<b>Francisco de Moraes Rocha</b>	1879
<b>Guilherme de Sá Cardozo</b>	1879
<b>Horácio Antônio Dias</b>	1879
<b>João Batista Farias</b>	1879
<b>João Braz Valleco</b>	1879
<b>João Nopoceno Pinto (Prestes)</b>	1879
<b>José Cursino dos Santos</b>	1879
<b>Leopoldino Lagos Ribeiro</b>	1879
<b>Manoel Alexandrino da Silva</b>	1879
<b>Manoel Ferreira de Nazareth</b>	1879
<b>Manoel H. da Fonseca</b>	1879
<b>Narciso Ferreira Borges</b>	1879
<b>Pedro Alcantara Pinheiro</b>	1879
<b>Pedro Paulo da Silva</b>	1879

<b>Raimundo Nonato de Belém</b>	1879
<b>Raimundo Paes Brito (ou Peres de Brito)</b>	1879
<b>Raymundo Lameira Bittencourt</b>	1879
<b>Sebastião da Cunha d'Eça e Costa</b>	1879
<b>Segisnando Antônio da Silva (ou Segismundo)</b>	1879
<b>Sotero Leão Salles</b>	1879
<b>Tito Araújo de Guimaães</b>	1879
<b>Alberto Antônio Couto de Oliveira</b>	1880
<b>Alfredo Guilherme de Miranda</b>	1880
<b>Antonio Gonçalves dos Reis</b>	1880
<b>Augusto Candido Roiz (ou Rodrigues) Campos</b>	1880
<b>Francisco Pantoja</b>	1880
<b>João Teixeira</b>	1880
<b>José Cardozo Bahia</b>	1880
<b>José Moraes Tavares Rego</b>	1880
<b>Libaneo Maranhense da Silva</b>	1880
<b>Luiz Augusto Pfaender</b>	1880
<b>Luiz Joaquim de Lyra Barros</b>	1880
<b>Luiz Pedro de Oliveira</b>	1880
<b>Manoel Cardozo Bahia</b>	1880
<b>Narcizo Feliciano de Nazareth</b>	1880
<b>Paulo Augusto Pfaender</b>	1880
<b>Segispido Pereira Fermink</b>	1880
<b>Francisco Caetano de Vasconcellos</b>	1881
<b>Francisco Mendes Correia</b>	1881
<b>Alfredo Pontes Braga</b>	-
<b>Antônio H. da Rocha</b>	-
<b>Clarindo Gomes Franco</b>	-
<b>Eduardo Lucio de Oliveira</b>	-
<b>Francisco Caetano Corrêa</b>	-
<b>Francisco Cunha Pereira</b>	-
<b>Guilherme F. da silva</b>	-
<b>João Antônio Dantas</b>	-
<b>João Thompson Wallace</b>	-
<b>Luiz Americo</b>	-
<b>Maximiano Franckilim Maciel Barboza</b>	-
<b>Pedro Evangelista de Leão</b>	-
<b>Pedro Ignacio de Carvalho</b>	-
<b>Prelediano Pereira Fermink</b>	-
<b>Raimundo da Costa Mattos (ou Mattos da costa)</b>	-



<b>Raymundo F. Penna</b>	-
<b>Raymundo M. Costa</b>	-
<b>Raymundo Nonato de Souza</b>	-

**Fonte:** A constituição 1876 nº 109 pág. 02, 1877 nº271 pág. 03 e 1879 nº 176 pág. 02 e nº129 pág. 01; Diário de Belém 1876 nº 229 pág. 01, 1879 nº23 pág. 02, 1877 nº50 pág.01, 1879 nº28 pág. 03 e 1881 nº105 pág. 01; Jornal do Pará: , 1874 nº 259 pág. 01, 1877 (nº 269 pág. 02e 275 pág. 01), 1878 (nº 76 pág. 01, 100 pág.02, 111 pág.02, 115 pág. 03), O Liberal do Pará 1878 nº 210 pág. 01, 1879 (nº 22 pág. 01, 23 pág. 02, 25 pág. 02, 27pág. 02, 54 pág.03, 69 pág. 01); 1880 nº16 pág. 02e 1883 nº8 pág.02; minutas de ofício do diretor do IPEA 1879 e Ofícios do diretor do IPEA 1880.

As dimensões ligadas as aulas, exames, oficinas, premiações, horários, disciplina e etc, estão todas relacionadas as determinações do regimento do instituto, apesar dos jornais ajudarem enxergar um pouco além da rigidez dos relatórios e ofícios da presidência e do diretor, por meio da exposição de tensões a respeito da administração do IPEA, toda esta face da trajetória dos educandos tem mais haver com as características institucionais da escola do que com sua condição quanto interno nela, como visto no capítulo anterior a este. Contudo, deste ponto em diante os educandos do grupo estudado tornam-se egressos, e então o que aconteceu com os meninos desvalidos do instituto paraense na sua vida adulta?

## Capítulo IV – Artífices do Instituto Paraense: Cidadania, trabalho no pós-abolição (1879-1890).

“De orphãos desvalidos que eramos, sem proteção nem amparo, sem meios de subsistência, sem recurso algum para nos educarmo-nos, tendo por dote as vestes e todos os vícios da preguiça, vendo diante de nós e de nossas pobres famílias a imagem triste da miséria, nos tornaremos fortes, entrando na sociedade cheios de vida, de recursos e de esperanças... Essas penumbras que nos desenhavão a carranca da miséria, se desvanecerão como por encanto deixando-nos antever o mais brilhante futuro: **educados no trabalho e para o trabalho**, saberemos vencer todas as dificuldades da vida, repelindo as sedutoras caricias do ócio... (...) Instruídos nos preceitos da sã moral e da religião, amantes das nossas famílias, saberemos ser tão bons cidadãos, como bons filhos: amigos da pátria e do governo (...)”[Grifo meu]

Esta fala é consonante com os preceitos do projeto de criação do IPEA, recapitulando a primeira parte deste estudo. Este trecho do discurso de Narciso na premiação de 1873 ratifica a delimitação do grupo do qual fazia parte como educando do Instituto. O ensino de ofícios pode ser pensado como voltado para "Os menores filhos da população pobre e principalmente da 'população de cor' [que] tornaram-se objeto de discussão nos jornais, nas câmaras provinciais, nos gabinetes de presidente de província e nos tribunais"<sup>226</sup>. O teor e os objetivos desse projeto nos permitem pensar que o público alvo foi delimitado de acordo com uma associação das condições socioeconômicas com uma suposta inclinação para vícios e criminalidade, que o historiador Sidney Chalhoub chama de "classes perigosas"<sup>227</sup>, a partir do conceito de Alberto Passos Guimarães. Isso transparece nas metas de formação de cidadãos com amor ao trabalho, relegando aos menores atendidos por esta modalidade de ensino uma formação voltada para trabalhos técnicos manuais, tradicionalmente inferiorizados, para os quais precisava-se minimamente ler e fazer operações matemáticas básicas.

Mas, a despeito de todas essas previsões argumentativas que defendiam o investimento no ensino artístico, o que aconteceu com esses menores desvalidos após seu desligamento do

---

<sup>226</sup> LOBO, Marcelo Ferreira. *Liberdade Tutelada: Ingênuos e órfãos no Pará (1871-1893)*. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia. Belém: UFPA, 2015.

<sup>227</sup> GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo rural e urbano*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das letras, 1996

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

instituto? Que impactos esta formação teve sobre suas vidas? Teriam saído das “*garras da miséria*” e se tornado “*bons cidadãos*”, “*amigos da pátria*”, como sugeriu Narciso?

Ainda segundo a fala de Narciso

“Ao terminar a nossa aprendizagem nos será entregue um capital com o qual poderemos satisfazer as nossas primeiras necessidades, ou encetar qualquer trabalho artístico independente das vicissitudes da sorte; capital que, habilmente empregado, nos poderá conduzir-nos a abundância senão riqueza. Então, transformação feliz nas nossas condições de existência!!”<sup>228</sup>

A partir deste ponto o objetivo é fazer um panorama da trajetória da vida adulta dos egressos do Instituto Paraense de Educandos Artífices.

O menor desvalido Pedro Paulo da Silva, filho de Quintilianna Thereza de Jesus e Gregório Antônio da Silva, é mandado admitir no IPEA na vaga deixada por Francisco Mendes Pereira, no final do ano de 1872. Sendo considerado um bom aluno em quase todas as disciplinas, menos ensino religioso, Pedro é titulado 2º oficial de marcenaria em 1879, mesmo ano em que é considerado externo ao instituto.<sup>229</sup> Assim como Pedro, os irmãos Paulo Augusto e Lino Pfaender, Anastácio José Cardoso, Segismundo Antônio da Silva, o próprio Narciso, dentre outros, também passam pelo processo de titulação de sua arte e são considerados externos neste período<sup>230</sup>. A virada das décadas de 1870 e 1880, especialmente o ano de 1879, foi significativo para a maioria dos meninos arrolados das turmas de 1872 a 1875, pois nele foram considerados externos ao Instituto. O percentual é expressivo considerando que pelo menos 21%<sup>231</sup> do total faleceram ou não conseguiram completar o curso, como bem pudemos observar nos capítulos anteriores.

Vimos que a condição de externo foi criada em 1878 para que os educandos com mais de 18 anos deixassem de residir na instituição, contudo, eles deveriam “assignar um termo no qual declarem, que se obrigam á conserval-os trabalhando no instituto durante o praso marcado [pelo presidente da província]. Assim, pois, não só contamos já com esses officiaes, como

<sup>228</sup> Diário de Belém 27/12/1873. P. 01

<sup>229</sup> Jornal do Pará. 14/11/1872. P. 01.

Jornal do Pará. Dia e mês ilegível. 1874. P. 1.

Diário de Belém, 14/01/1879. P. 01

Diário de Belém, 29/01/1879. P.01

O liberal do Pará. 31/01/1879. P.01

O liberal do Pará. 27/03/1879. P.01

Diário de Belém. 29/01/79. P. 01

<sup>230</sup> Diário de Notícias. 30/04/1882. P. 02.

<sup>231</sup> Porcentagem baseada no total de 73 alunos arrolados nos exames de 1873 – 1875.

também nas vagas d'estes podem entrar novos [educandos]"<sup>232</sup>, já que a demanda para matrícula era grande e as instalações do IPEA não estavam em condições de abrigar a todos. Esta exigência visava comprometer os educandos a continuar produzindo obras que auxiliassem no sustento da instituição e alimentassem a demanda por seus produtos, especialmente dos principais consumidores, que eram as repartições e órgãos públicos. Os externos possuíam direito a um pequeno salário de "recompensa e estímulo ao trabalho"<sup>233</sup>, ao que parece, menor que os 15% do produto líquido de cada peça manufaturada destinada ao pecúlio dos educandos internos, de acordo com o artigo 175 do regulamento de 1873, como indicou o diretor em ofício em abril de 1879, se aplicando também esta regra aos rendimentos da banda de música<sup>234</sup>.

Segundo o regulamento de 1873<sup>235</sup>, por terem ingressado como desvalidos na instituição, após algum tempo atuando como externos teriam direito de receber uma quantia que compunha o pecúlio, recurso que a partir de 1873, segundo Domingos José da Cunha Junior o pecúlio seria formado das verbas de doações testamentárias, benefícios, produtos e artefatos feitos pelos alunos nas suas horas vagas, além de salários proporcionais a funções que por ventura tenham exercido<sup>236</sup>, como no caso de Narciso que foi fiel do almoxarifado na ocasião do "defraudamento".

O dispositivo sobre o dito pecúlio no regimento do Instituto Paraense assemelhava-lhe com a da Escola de Aprendizes do Rio Grande do Norte (1859), contudo esta possuía uma quantia definida por regimento. Segundo Rita Diana de Freitas Gurgel

Os educandos que fossem considerados oficiais das artes ou dos ofícios a que tinham se destinado seriam retidos no estabelecimento por mais três anos. Após formados, receberiam, ao sair definitivamente do Colégio, a terça parte do produto líquido das obras que, durante esse tempo, conseguissem produzir. Do cumprimento dessa regra, excetuavam-se aqueles meninos cujos pais ou protetores pudessem pagar a quantia de 50\$000 (cinquenta mil réis) por cada um dos três anos que teriam de ficar. Vale, no entanto, ressaltar o fato de que, da quantia líquida que receberiam ao sair, seria ainda deduzido o valor gasto na compra dos instrumentos utilizados pelo educando na oficina.<sup>237</sup>

<sup>232</sup> Província Do Grão-Pará. Relatório Ipea, 1878, Anexo, p.IV

<sup>233</sup> Ofícios do diretor do Instituto paraense de educandos artífices (1879) - APEP.

<sup>234</sup> Idem. 1 de maio de 1879

<sup>235</sup> Colleção das leis da província do Gram-Pará. Tomo XXXV 1873. Pará. Typ do Diário do Gram-Pará.

<sup>236</sup> Relatório com que o excellentissimo senhor doutor Domingos José da Cunha Junior passou a administração da provincia do Pará ao 3.o vice-presidente, o excellentissimo senhor doutor Guilherme Francisco Cruz em 31 de dezembro de 1873.

<sup>237</sup> GURGEL, Rita Diana de Freitas. *A trajetória da escola de aprendizes artífices de Natal*. Op. cit.P. 42

O pecúlio também esteve previsto no regimento do Instituto Amazonense de Educandos Artífices (regulamento de criação – 1882)<sup>238</sup>.

Pelo menos no que tange a este primeiro momento de entrega de pecúlio aos primeiros alunos formados, a diretoria do instituto paraense optou pela abertura de cadernetas de poupança na Caixa Econômica<sup>239</sup>, assim os responsáveis pelos educandos, mesmo os maiores, faziam solicitação da quantia, um ofício era emitido pelo diretor e anunciado no Jornal do Pará na sessão de despachos.

**Imagem 4 – Carta de pedido do pecúlio de João Thompson Wallace (1879).**

5<sup>a</sup> Sem. 19 de Junho de 1879.

Atendendo ao que requero  
 Maria Clara Vieira Wallace,  
 Mãe do educando estano 2<sup>o</sup>  
 esse Instituto, e tendo em vis-  
 ta a informação por Vm.<sup>ca</sup>  
 ministrada em officio n.<sup>o</sup>  
 194, de 17 do corrente, mande  
 Vm.<sup>ca</sup> diligenciar de esse Estabde-  
 cimento o referido educando,  
 sendo ou lhe entregue o  
 pecúlio que lhe pertencer <sup>com</sup>  
 tanto em respeito a caderneta de poupança  
 economica <sup>Ed.</sup>

do Director do Instituto.

**Fonte:** Ofícios do diretor do Instituto Paraense de Educandos Artífices (1879) - APEP

<sup>238</sup> RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto*. Op. cit. P. 297.

<sup>239</sup> Ofícios do diretor do Instituto Paraense de Educandos Artífices (14 de junho 1879) – APEP.

Completado o ciclo da condição de externo e pagamentos, por volta de 1882 os educandos desligam-se completamente de sua relação com o instituto. Neste período a capital da província estava movimentada devido ao crescimento econômico da fase áurea da exploração do látex<sup>240</sup>. Belém efervescia com intensa circulação de pessoas nacionais e estrangeiras, reformas para melhoramentos urbanos de diversas modalidades, como portos, ruas, praças, serviços, intensa atividade lúdica, em plena expansão de seus distritos, espaços com as mais diversas composições sociais, dentre outras transformações<sup>241</sup>.

Nestas conjuntura, os alunos saíram do internato e aos poucos se viam descompromissados com a instituição, algumas vezes munidos de seu pecúlio e começando a participar de uma cidade que cada vez mais demandava de seus ofícios e com a promessa de que a condição de artífice lhes traria alguma vantagem, ou embarcariam para seguir suas vidas em outras províncias, como foi o caso de Antônio Alberto de Couto Oliveira, 2º oficial de marcenaria, cujo o embarque para a província do Maranhão se deu após um ano de seu desligamento. Contudo, seriam estas condições realmente desejáveis para os egressos do Instituto atuarem como artistas? Com o contingente de oficinas particulares, onde mestres de ofícios formavam informalmente aprendizes livres e escravos<sup>242</sup>, não seria sua instrução institucionalizada uma possibilidade de atuar em outras ocupações de maior prestígio?

Para tentar solucionar estas questões, é preciso considerar que o período em que se encontram os indivíduos, para o qual se pretende fazer este estudo, embarca os últimos anos da escravatura e, por consequência, o início do período de pós-abolição. Então, todas as relações sociais, políticas e econômicas por eles vivenciadas traziam de alguma forma o peso e a sombra da escravização da gente de cor, que extrapola 1888 e assombra até a atualidade. Em seu texto para o verbete Pós-abolição no *Dicionário da Escravidão e Liberdade*, o historiador Walter Fraga comenta que na realidade do pós-abolição, as exclusões sociais são alicerçadas em práticas e valores baseados na mesma hierarquia senhorial escravista neste período que prometia liberdade e inclusão, “cujas consequências estão ainda presentes no racismo estrutural

---

<sup>240</sup> SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle Époque (1870 – 1920)*. Op. cit.

<sup>241</sup> LACERDA, Franciane Gama. Cidade Viva: Belém do Pará na virada do século XIX para o século XX. In: SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama (org.). *Belém do Pará: História, cultura e cidade*. Para além dos 400 anos. 2 ed. rev. ampl. Belém: Açaí, 2016.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870 – 1920)*. Belém: Editora Açaí, 2011.

<sup>242</sup> SALLES, Vicente. *O negro na formação da sociedade paraense: Textos reunidos*. Belém: Paka-Tatu, 2004. P.– 172

\_\_\_\_\_, Vicente. *O negro no Pará sob regime de escravidão*. 3ªed. Belém: IAP, 2005.

existente no país”<sup>243</sup>. Segundo a historiadora Hebe Mattos, tratar historicamente de assuntos referentes ao que sucedeu à escravidão moderna em sociedades em que ela existiu, tem sido um esforço árduo e melindroso<sup>244</sup>, sendo assim entender qual o destino das mulheres e homens negros pós-emancipação não é uma empreitada fácil. Mattos aponta para o desaparecimento destes indivíduos na história do Brasil pós 1888, tendo a historiografia relegado a estes, durante muitos anos, somente a compaixão.

Dito isto, é preciso pensar na **cor** dos meninos desvalidos que foram atendidos pelas escolas e arsenais de artífices de Belém no final do século XIX. Não são poucas as ocorrências de meninos de cor apreendidos para as companhias de artífices dos arsenais de guerra e de marinha<sup>245</sup>. Qual seria a composição do Instituto Paraense de Educandos Artífices no mesmo período que se dedicava atender meninos pobres?

### **1 – “Preto, artífice do Instituto Paraense de Educandos” – a cor dos desvalidos do IPEA.**

O excerto utilizado como título deste tópico foi extraído do obituário do educando Albino José Pereira, de apenas 13 anos, que veio a falecer, segundo o jornal *A constituição*, por febres intermitentes, indicando sua mãe como Juliana, sem sobrenome<sup>246</sup>. Ao fazer a busca nominativa de cada um dos educandos nos obituários de três jornais escolhidos para a tarefa, além do citado também o *Jornal do Pará* e *O Liberal do Pará*<sup>247</sup>, deparei-me com três meninos entres 10 a 13 anos, falecendo enquanto estavam internados no instituto, em períodos diferentes, recebendo da coluna a titulação de artífices do instituto e, por fim, declarados pretos.

Albino, que tinha como padrinho Juveniano José Moreira, não foi o único a ser considerado de cor no momento de sua morte. Na realidade, todos os alunos do grupo estudado

---

<sup>243</sup> FRAGA, Walter. Pós-Abolição; o dia seguinte. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

<sup>244</sup> MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo*: família, trabalho e cidadania no pós-Abolição. Niterói: Civilização Brasileira, 2005

<sup>245</sup> ARAÚJO, Telmo Renato da Silva. Entre as normatizações correcionais e o Mundo do Trabalho: A institucionalização da educação infanto-juvenil no Pará entre 1870 e 1920. In: *Anais do 1º Colóquio de História da Educação do Pará*. 2011, Belém/ PA

<sup>246</sup> A Constituição 11/04/1877. P. 03.

<sup>247</sup> Estes jornais foram selecionados por se tratarem dos com maior ocorrência de notícias sobre o instituto - respectivamente, *Jornal do Pará*, *O Liberal do Pará* e a *Constituição* - quando é feita busca por palavra-chave do site da Hemeroteca digital da Biblioteca nacional, usando como filtro o nome da instituição e apenas o termo “educandos artífices”, pois é o mais usado nas fontes para se referir ao IPEA, seus funcionários e alunos. Para encontrar esta informação, usei o filtro “obituário” na busca por palavra-chave, encontrando 173 ocorrências para o jornal *A Constituição* e 79 para *O Liberal do Pará* e 04 para o *Jornal do Pará*.

cuja cor é conhecida são negros ou considerados pardos, e por mais que representem apenas 13,5% dos 30 educandos com rastros mais completos, são um indicativo importantíssimo, senão fundamental, para definir o perfil racial dos sujeitos, já que esta é uma amostra genuinamente aleatória do total como Stone indica que deve ser<sup>248</sup>, ou seja, os dados sobre a cor deles não foram coletados de documentação que visasse apartar alunos negros dos de outra cor de pele, e sim de registros que resultam de uma severa crise de febres que assombrou o instituto por boa parte dos seus primeiros 10 anos de funcionamento, crise a qual todos os alunos estavam expostos, e alguns obituários de alunos já adultos, como o caso de Guilherme de Sá Cardozo, que falece em 1896 de hepatite estomacal, dito pardo.

Francisco Salles Miranda, de 12 anos, considerado um excelente músico do instituto, acometido por febre perniciosa em 1876 e Marianno José Moreira, admitido na vaga deixada por Albino após seu falecimento, vem a óbito em seu primeiro ano na instituição, por doença desconhecida, e o próprio Albino, foram a pedra angular que permitiu supor que os alunos do Instituto Paraense de Educandos Artífices eram, em sua maioria, meninos de cor<sup>249</sup>.

A hipótese, entretanto, não se sustenta apenas nestes dados, tem bases nas discussões pensadas para o ensino de ofícios, já trabalhadas no capítulo I, e no público que se preferiu ter como alvo. Em sua tese, Irma Rizzini ao comentar os trabalhos de Alfredo Matta e Walter Fraga Junior, discute a política higienista no final do século XIX comparando com os dados de apreensões de menores na Bahia de 1850, na qual a maiorias dos jovens eram não brancos. Neste ponto Rizzini afirma que àquela altura do século não se pode pensar em estabelecimentos criados especialmente para limpeza das ruas de jovens vagantes. Na realidade, a Casa Pia, instituição a qual analisa, tinha intenção de atender meninos brancos, contudo nas décadas finais do século XIX a cena muda:

A noção de saneamento/higiene pública começou a ser mais amplamente utilizada para justificar a criação de instituições nas últimas décadas do século XIX, com a maior penetração dos discursos dos higienistas em determinados meios sociais. Para a população de rua, considerada “infância perigosa” pelos reformistas, começaram a ser criadas, ao final do século XIX e primeiras décadas do XX, instituições especializadas, como as colônias correccionais e agrícolas, que os recebiam visando educá-los pelo e para o trabalho.<sup>250</sup>

---

<sup>248</sup> STONE, Lawrence. Prosopography. **In:** *Daedalus*: journal of American Academy of Arts and Sciences, vol. 100, nº 1, 1971 – Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e de Renato Monseff Perissinotto. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011

<sup>249</sup> Por cor aqui entende-se as categorias usadas no censo de 1872 que se referem a ascendência negra ou indígena são elas preto, pardo e caboclo.

<sup>250</sup> RIZZINI. *O cidadão polido e o selvagem bruto*. Op. cit. P. 167



No que tange a questão da infância pobre, Marcus Vinicius Fonseca em seu livro “A educação dos Negros” mostra que os meninos desvalidos foram utilizados para prover mão-de-obra no período, vindos ou não do cativeiro, e afirma que a educação de ingênuos seria utilizada como estratégia de manutenção da hierarquia racial construída ao longo da escravidão. Entretanto, foi “rapidamente diluída em meio aos problemas da infância pobre, que passa a abarcar as questões relativas às crianças negras durante o final do século XIX e, possivelmente, nas décadas iniciais do século XX”<sup>251</sup>. Sendo assim, podemos considerar que os ideais pensados para libertos eram similares aos direcionados a homens de cor que já eram livres, pobres e considerados indolentes antes do 13 de maio. Assim Rafaela Machado Ribeiro, comenta em sua tese:

“[...] nas sociedades do pós-emancipação, é sabido que, até então, ao trabalho manual ligava-se a mácula do trabalho escravo – servil e bárbaro, mas, no entanto, frente a uma possível falta de braços para as fazendas, urgia a necessidade de construir uma nova ética do trabalho a fim de inculcar nos recém libertos a ideologia do trabalho. Nesse sentido, as elites passam a insistir no poder que o trabalho tinha de transformar os indivíduos em bons cidadãos, fornecendo-lhes os meios de viverem por si e honestamente. Vê-se, pois, que o trabalho iria aparecer como o grande agente moralizador da conduta do negro. Ao trabalhador nacional mostrava-se preciso apresentar as vantagens que o trabalho trazia: o poder de ter conforto e de adquirir bens materiais, eram os melhores exemplos.”<sup>252</sup>

Sobre as similaridades dos discursos que relegavam o trabalho e o ensino de artes e ofícios a desvalidos e pessoas de cor, o historiador Marcelo Lobo comenta

Entre os filhos das classes pobres também estavam os filhos de libertos e de escravos deste modo os “menores desvalidos” estavam inseridos no conjunto da sociedade vista como eminentemente perigosa à formação de uma identidade nacional a partir da construção de um povo trabalhador e civilizado<sup>253</sup>.

Esses autores, comentando sobre a condição de ingênuos, libertos e trabalho livre associam as políticas para infância desvalida com a condição da cor, já que a probabilidade de a maior parte

---

<sup>251</sup> FONSECA, Marcus Vinicius. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

<sup>252</sup> RIBEIRO, Rafaela Machado. *O Negro E Seu Mundo: Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893)*. Tese de Doutorado pela Universidade Estadual Do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2012.

<sup>253</sup> LOBO, Marcelo Ferreira. “Futuros operários do progresso”: Infância Desvalida e Educação no limiar da escravidão (Grão-Pará, 1870-1890). *História, histórias*, Brasília. volume 8, nº 16, jul./ dez. 2020. P. 91

dos “filhos da pobreza” serem de cor era alta, pelo menos na província do Pará. Apesar de não haver fontes que falem diretamente sobre a preferências das autoridades paraenses para o ingresso de meninos pretos, pardos ou caboclos, a historiografia das diversas casas estudadas mostra uma tendência a ter em seu público alvo pessoas com estas características. O Instituto do Amazonas é um grande exemplo, já que possuía determinações em seu regimento para a preferência de crianças indígenas e ingênuos<sup>254</sup>, porém não era o único, havendo ainda a Casa de Alagoas e o Asilo do Rio de Janeiro também tiveram seus registros de meninos de cor.

Baseada nestas informações, Irma Rizzini afirma que a população atendida pelos institutos e casas eram compostas de “menores de idade, provenientes de famílias pobres ou empobrecidas pelo falecimento do provedor, e uma parcela de meninos tida como racialmente inferior, composta por negros, índios e mestiços”<sup>255</sup>. E mais, aponta que o próprio Instituto de Educandos Artífices Paraense, durante a década de 1880, admitiu dois ingênuos Manuel, filho de Diamantina de Jesus e Luciano, filho de Maria Lourenço, mandados admitir pelo Presidente da província.<sup>256</sup>

Por muito tempo, a inquietação sobre a composição étnica dos alunos do IPEA pareceu-me que ficaria sem uma resposta pela natureza das fontes relacionadas ao Instituto que procuram ocultar a informação de cor de seus educandos e dos dados que constam nos alistamentos eleitorais aos quais tive acesso, tendo em vista a declaração de ser preto ou qualquer uma das variações de cor naquele momento ainda era associada ao mundo da escravidão, antes e depois da abolição. A historiadora Hebe Mattos afirma que no Brasil a pesquisa acerca da cor da população é difícil, já que faltaram práticas legais baseadas em distinção de cor ou raça e pelo desaparecimento expressivo de negros e mestiços da documentação antes da abolição por conta disso, ainda completa que “Processos cíveis e criminais, registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, na maioria dos casos, não fazem menção da cor e, mesmo nos registros civis, instituídos em 1888, onde citar a cor era legalmente obrigatório, em muitos casos, ela se faz ausente”<sup>257</sup>

Sobre o tema, Petrônio Domingues comenta que o “preconceito de cor” foi uma prática comum no pós-abolição e contribuiu na desvantagem na estrutura socioeconômica da

---

<sup>254</sup> RIZZINI. *O cidadão polido e selvagem bruto*. Op. cit. P. 190

<sup>255</sup> Idem. P. 238

<sup>256</sup> Idem. P. 190

<sup>257</sup> RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *TOPOI*, Rio de Janeiro v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198. P. 176

população negra, ajudando a preservar a ordem escravocrata<sup>258</sup>, sendo alguns dos diversos motivos para o desaparecimento desta grande parcela do povo brasileiro da documentação, além da vontade de diversos membros da elite política e intelectual da república estarem preocupadas em embranquecer a população baseando-se em teorias raciais científicas que indicavam a população de cor como inferior<sup>259</sup>.

Apesar destas dificuldades impostas pela documentação, alguns pontos podem ajudar a conjecturar certas condições, como por exemplo os projetos e discussões a respeito da educação profissionalizante como meio civilizador e formador de mão de obra qualificada. Ora, não é desconhecida a presença do fator raça e classe nas deliberações sobre a educação artística e agrícola, pois além da afirmação de que as camadas mais populares da sociedade não necessitavam de qualquer instrução além da primária (primeiras letras e cálculo básico), havia também a associação de trabalhos manuais com estes indivíduos e vários discursos sinalizando a questão da cor como elemento essencial neste âmbito<sup>260</sup>. A exemplo dos projetos da escola agrícola para meninos indígenas<sup>261</sup> e como pode-se perceber em discursos como no trecho a seguir retirado do jornal *A Constituição*, de fevereiro de 1877, trata do discurso da princesa regente que anuncia a autorização de investimento na instrução pública das províncias:

Cumprir por tanto indagar, qual gênero de instrução que mais corresponde as necessidades da província. Em nossa humilde maneira de ver, deve merecer preferência o estabelecimento de um instituto agrícola, fundado em largas bases, que derrame os conhecimentos theoreticos e praticos da agricultura. E que annexo ao instituto, se estabeleça um asylo bastante vasto, com proporções sufficientemente largas para dar amparo, educação, e instrução elementar e agricola aos orphãos desvalidos, e aos ingênuos nascidos de mulher escrava. Sob o regime da Lei de 18 de setembro de 1871. (...) E pois para o governo imperial que tem tantas vezes recommendado aos

<sup>258</sup> DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. *TOPOI*, Rio de Janeiro v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 118-139. P.120

<sup>259</sup> MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Mortz (coord.) *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Vol.3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. P. 118

<sup>260</sup> PALMA FILHO, J. C. *Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed.* São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p. 29-47.

MACEDO, Joaquim Teixeira de. *Breves Apontamentos para o estudo das questões relativas ao ensino normal primário e a educação popular*. Rio de Janeiro: Typographia de João M. A. A. d’Aguiar, 1876.

GASPARELLO, Arlette Medeiros; VILLEVA, Heloisa de Oliveira Santos. O discurso educacional no século XIX: A nova pedagogia em questão. *Revista HISTEDBR online*: Campinas, 2008

RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto*. Op. cit.

FERREIRA COSTA, Raíssa Cristina. *A Pedagogia da Liberdade: A educação profissionalizante e Instituto Paraense de Educandos Artífices*. Op. cit.

<sup>261</sup> RIZZINI, Irma. Educação Popular na Amazônia Imperial: crianças índias nos internatos para a formação de artífices. In: Sampaio, Patrícia Melo; Erthal, Regina Carvalho (org). *Rastros da Memória: História e trajetória das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006.

presidentes de províncias que promovão por todos os meios a criação de estabelecimentos próprios para amparar e educar os ingênuos nascidos livres em virtude da lei já citada de 1871, a ocasião é chegada de tornar este legitimo desideratum, uma realidade. (...)

Sim, tem toda a razão a A. Princeza Imperial: é tempo de Instruir o filho do povo .<sup>262</sup>

Além disso, o recenseamento de 1872<sup>263</sup> traz alguns dados expressivos no que tange o número de homens de cor entre 6 – 15<sup>264</sup> anos na província. Alguns trabalhos chamam a atenção para as limitações de fontes censitárias, contudo os indicativos presentes nelas devem ser utilizados, pois estes censos são os únicos levantamentos estatísticos populacionais para o período estudado. Segundo o Relatório crítico do recenseamento geral do Império do Brasil de 1872, elaborado por pesquisadores do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica – NPHEd da Universidade Federal de Minas, ao explicarem sua metodologia para eliminar o máximo de inconsistências do censo, alerta que este é “considerado bem completo, até mesmo para os padrões atuais, devido a quantidade de atributos da população que conseguiu levantar”<sup>265</sup>.

Dito isto, chama atenção o fato, segundo o recenseamento, de que os homens de cor são a maioria dos homens na cidade, representando 56,6% do total. Assim como, para a província os homens livres de cor são correspondentes a 61,37% do total de homens livres. A ênfase na categoria livre é necessária, pois ser livre era uma das exigências para a matrícula no IPEA e em todos os institutos e casas de educandos semelhantes criados no Brasil naquele período. A fonte não pode dizer muita coisa sobre a composição de renda desses homens não-brancos, contudo, estes dois dados por si só, representam indicativos para considerar que a probabilidade dos meninos desvalidos de Belém, em 1872, serem em sua maioria de cor é alta.

<sup>262</sup> A Constituição.20/02/1877. P. 01.

<sup>263</sup> BRAZIL DIRETORIA GERAL DA ESTATÍSTICA. Recenseamento da população do Império do Brasil 1872. Rio de Janeiro: 1873-1876

<sup>264</sup> No recenseamento de 1872, na seção que divide a população por faixa etária, não existe a este grupo grande de 6 a 15 anos, apenas os de 6 a 10 e 11 a 15 anos. Todavia, as idades mínima e máxima para ingressar no instituto eram 7 a 12 anos, estando presente no espectro destas duas categorias (6-10 e 11-15), sendo assim, optei por trabalhar em quase toda a análise com a soma destas, obtendo o número de indivíduos de 6 a 15 anos.

<sup>265</sup> PAIVA, Clotilde A; GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; MATTA DE JESUS, Douglas Santos Antônio Da; MIRANDA, Henrique; MENDONÇA, Matheus. VARGAS, Patrícia. *Relatório crítico do recenseamento geral do Império do Brasil de 1872*. Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica – NPHEd. UFMG: Belo Horizonte, 2012.

**Tabela 2 – Homens Livres Na Província Por Cor E Faixa Etária (1872).**

<b>COR</b>	<b>6-10 ANOS</b>	<b>11-15 ANOS</b>	<b>TOTAL:</b>
CABOCLOS	3.300	2.442	5.742
PARDOS	6.704	5.157	11.861
PRETOS	1.177	980	2.157
Total:	<b>11.181</b>	<b>8.579</b>	<b>19.760</b>
BRANCOS	6.571	5.056	11.627
Total:	<b>17.752</b>	<b>13.635</b>	<b>31.387</b>

**Fonte:** Adaptado do Recenseamento brasileiro de 1872.

A tabela acima conta com os dados da seção de faixa etária do censo, lembrando que a faixa etária indicada para ingresso dos educandos era de sete a quatorze anos. Chama a atenção nestes dados, principalmente, o número de 19.760 homens livres de cor entre 6 – 15 anos na província, já que o número de homens brancos na mesma faixa etária é menor, com a diferença de 8.133 indivíduos, sendo assim o número de homens de cor na província na idade de ingressar no IPEA representava uma maioria de 62,95%. Esta informação é ainda mais cara a hipótese que levanto a respeito da cor dos sujeitos da minha análise. Todavia, após o tratamento destas informações, se fez ainda mais imperativo buscar o dado sobre os meninos de cor neste espectro de idade desejável para a cidade de Belém.

Infelizmente, na seção de municípios do recenseamento, a natureza dos atributos elencados para a população não permite fazer relação tão direta e simples entre o percentual de homens livres de cor por faixa etária, como no caso da província. O mais expressivo indicativo presente nos dados levantados na capital é o número de meninos na condição de livre com a faixa etária de 6-15 anos, que representam 26,1% do total de 30.018 homens livres de Belém, porém, sem diferenciar a cor. Além deste dado, é possível observar que o número de homens livres considerados de cor representa a maioria, como já apontado. Mesmo assim, o número de homens livres de cor na faixa etária desejável, que não existe no arrolamento do município, constituiria uma informação de alta relevância para esta etapa do estudo, mas que não inviabiliza a tese de que os educandos eram de maioria de cor. As reflexões sobre a constituição étnica dos educandos compõem uma parte importante desta pesquisa, pois o marcador de cor representa no Brasil na maior parte de sua história a forma como somos lidos socialmente e nisto implica quais serão as dinâmicas que vão nos ser impostas em todos os âmbitos de nossas vidas, ainda mais se atrelado ao fator econômico, como é o caso deste grupo desvalido.

### Imagem 5 – Oficina de Alfaiate.



**Fonte:** Monografia do Instituto Lauro Sodré, 1904.

A imagem acima faz parte da monografia do Instituto Lauro Sodré de 1904<sup>266</sup>, elaborada no governo de Augusto Montenegro, com o intuito de promover uma nova imagem para o antigo Instituto de Educandos. A monografia exhibe fotos e plantas do novo prédio, além do regulamento aprovado pelo governo republicano, os programas das disciplinas ministradas e os nomes dos alunos das turmas de 1903 e 1904. Esse documento também traz as impressões de cidadãos ilustres da província sobre o estabelecimento, reforçando a ideia de que o instituto era um serviço a juventude pobre paraense, servindo como uma representação eloquente do progresso e civilização da província, como afirma Paes de Carvalho no documento<sup>267</sup>.

As discussões acerca da utilização de imagens para pesquisa histórica, apontam para sua importância como recurso documental para entender, dentre outros aspectos, o sentido simbólico o qual a imagem visava corresponder. Contudo, é imperativo que se faça as devidas considerações a respeito das condições de sua produção, elementos que a compõem, seu contexto político, social e cultural, etc.<sup>268</sup>. Entretanto, a vastidão e complexidade desta problemática não

<sup>266</sup> Monografia do Instituto Lauro Sodré, 1904. Capítulo V. P. 69. Disponível no site UFPA 2.0.

<sup>267</sup> Monografia do Instituto Lauro Sodré, 1904. Capítulo VII. P. 83. Disponível no site UFPA 2.0.

<sup>268</sup> Vide: BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. São Paulo: EDUSC, 2004.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1990.

GOMES, Rodrigo Neves. *Cidade E Trabalho: Representações fotográficas de Belém. (1908-1916)*. Belém: UFPA, 2016. Monografia.

cabe aqui, já que nenhum destes educandos que nela aparecem fazem parte das turmas que compõem o objeto deste estudo, porém ao buscar nomes dos egressos de 1872 e 1873 entre os membros que compõe a Sociedade Beneficente “Governador Montenegro” (os quais tem seus nomes transcritos no livro), esta que era formada por funcionários, professores e, principalmente, mestres das artes de ofícios do instituto Lauro Sodré, apesar de não encontrar nenhum dos meus sujeitos compondo o corpo de mestres, deparei-me com o conteúdo desta e das outras imagens dos educandos presentes na monografia. Os rostos presentes nelas serviram de estímulo para vários questionamentos sobre os alunos que ingressaram trinta anos antes da publicação desta foto. A fisionomia e cor da maioria dos alunos integrantes desta imagem ajuda a refletir qual seria a composição racial das turmas de educandos. Já que, em virtude do período estudado, a probabilidade de composição étnica não ter sofrido grandes mudanças, como visto, é alta.

Isto posto, a pergunta chave que vem seguida nesta seara prosopográfica é: a que os recém-formados educandos artífices de cor dedicaram suas vidas profissionais?

## **2 – Perfil de ocupações e trabalhos.**

O aluno autor da carta assinada como o educando, nosso já conhecido Narciso Ferreira Borges, foi um dos alunos que considerou ser a carreira de artífice um bom caminho para seu sustento, ou em seu caso, pelo menos para início de carreira, formando-se com o título de 2º oficial funileiro em 1879. Assim como ele, Pedro Paulo, os Irmãos Pfaender, Augusto José Cardoso, Bernadino Rodrigues de Oliveira, Clarindo Gomes Franco, Joaquim Antonio dos Santos, Luiz Joaquim de Lyra Barros, Manoel Alexandrino da Silva, dentre outros. Porém, os dados apontam para um grande número de educandos que escolheram não obter sustento da atividade de artífice, seja desde o início na década de 1880, ou após alguns anos na década de 90<sup>269</sup>. O quadro abaixo nos ajuda a visualizar melhor este cenário:

---

<sup>269</sup> Diário de Belém. 14/01/1879. P. 01.  
Diário de Belém. 29/01/1879. P. 01.  
Diário de Notícias. 30/04/1879. P. 02.  
O Liberal do Pará. 27/03/1879. P. 01.  
O Liberal do Pará. 31/01/1879. P. 01.

**Quadro 10 – Alunos em relação ao ofício de formação e suas ocupações em 1890-93.**

<b>Nº</b>	<b>NOME</b>	<b>OFÍCIO</b>	<b>OCUPAÇÃO</b>
1	Albino José Pereira	Carpina	–
2	Alfredo Guilherme de Miranda	Alfaiate	Marinha
3	Alfredo Pontes Braga	Funileiro	Corpo de polícia
4	Anastácio José Cardoso	Ferreiro	Artista
5	Antônio Alberto de Couto Oliveira	Sapateiro	Artista
6	Antônio Gonçalves dos Reis	Funileiro	Comerciante
7	Antônio Hermenegildo da Rocha	Ferreiro	Artista/Marinha
8	Augusto José Cardoso	Alfaiate	Artista
9	Bernadino Rodrigues de Oliveira	Marceneiro	Artista
10	Cazemiro Anastácio das Neves	Marceneiro	Artista
11	Clarindo Gomes Franco	Ferreiro	Artista
12	Francisco E de Mattos Costa	Marceneiro	Artista/Marinha
13	Francisco Mendes Correa	Marceneiro	-
14	Francisco José Pantoja	Carpina	-
15	Francisco Salles Miranda	Sapateiro	-
16	Horácio Antônio Dias	Sapateiro	Corpo de polícia
17	João B. Farias	Carpina	Artista
18	Joao Ladislau da Trindade	Alfaiate	Marinha
19	João Thompson Wallace	Marceneiro	Artista/Recebedoria de rendas
20	Joaquim Antônio dos Santos	Carpina	Agência/artista/carcereiro
21	Luiz Joaquim de Lyra Barros	-	Artista
22	Manoel Alexandrino da Silva	Carpina	-
23	Manoel de Nazareth Ferreira	Sapateiro	Guarda do Theatro/Artista
24	Mariano José da Costa	-	-
25	Napoleão Marcos de Oliveira	Alfaiate	-
26	Narciso Ferreira Borges	Funileiro	Artista/ alfandega
27	Paulo Augusto Pfaender	Funileiro	Artista/guarda municipal
28	Pedro de Alcântara Pinheiro	Carpina	-
29	Pedro Evangelista de Leão	Marceneiro	Empregado no Comércio



<b>30</b>	<b>Pedro Paulo da Silva</b>	Marceneiro	Mestre de oficina/artista
<b>31</b>	<b>Raymundo Lameira Bittencourt</b>	Marceneiro	Guarda Municipal
<b>32</b>	<b>Soteiro Leão de Salles</b>	Marceneiro	Artista
<b>33</b>	<b>Tito de Araújo Guimarães</b>	Carpina	Maquinista

**Fonte:** Adaptado dos exames dos educandos (1873-79) e alistamentos eleitorais (1892-98).

Dos ingressantes de 1872-75, 16 acabam atuando como artistas<sup>270</sup>, mas outros 8 optaram por caminhos diferentes e acabaram seguindo outros tipos de carreiras. Para tentar entender um pouco mais dessa realidade, elencou-se as ocupações que foram as tendências do grupo que são: Artistas, comércio, funcionários públicos ou militares; sem deixar de lado que 5% do total tiveram outros fins desconhecidos ou faleceram.

Como exposto no capítulo anterior, inicialmente as oficinas do instituto eram poucas, sendo apenas as de alfaiate, carpina, ferreiro, funileiro, marceneiro e sapateiro, a verba para aberturas de novas, como para açougueiro e tipografo, só foram liberadas no final da década de 1880, então estas eram as opções disponíveis para que estes alunos escolhessem. Por mais que seja difícil compreender a razão dos educandos de quase todas as gerações do final do Império terem optado majoritariamente pelas oficinas de marcenaria e funilaria, estas opções por oficinas são facilmente observáveis nas publicações de exames anuais<sup>271</sup>, já que de acordo com o regimento, suas afinidades e habilidades práticas definiriam as oficinas das quais fariam parte como exposto no capítulo anterior<sup>272</sup>.

A escolha por estas oficinas em Belém de 1872 indica a demanda por estes profissionais treinados nestes determinados ofícios e tentar ter um vislumbre das relações nutridas entre setores públicos e privados da capital, em relação a formação e o funcionamento dos estabelecimentos que regiam o ensino de ofícios, pode se tomar como estratégia observar a dinâmica dos funcionamentos das oficinas, não só no IPEA, mas também nas companhias de aprendizes de instituições militares.

Sendo assim, a segunda coluna da tabela foi alimentada pelos dados contidos nos resultado dos exames das oficinas de 1874 e 1875<sup>273</sup> e para obter as informações sobre as

<sup>270</sup> É preciso lembrar que no período não há, pelo menos na documentação, de chamar um operário de ofícios manufaturados de artífice ou artesão, e sim artista como indicado nos alistamentos eleitorais.

<sup>271</sup> Jornal do Pará: órgão oficial. Anno XIII. 24/12/1975. n° 296. P. 03. Typ. Santos & irmão.

<sup>272</sup> Collecção das leis da província do Gram-Pará. Tomo XXXV 1873. Pará. Typ do Diário do Gram-Pará.

<sup>273</sup> Os exames eram publicados anualmente nos jornais da província por determinação do regulamento, como explicitado no capítulo 3, e estão anexados nesta dissertação.

atuações como artista, comerciante ou em entidades de segurança ou funcionalismo público, foram utilizadas a busca por seus nomes em jornais da província para o período de 1880 a 1910, encontrando junto com a maioria dos dados de ocupação as informações de endereço, idade, filiação e estado civil, tudo isto contido nos alistamentos eleitorais, principalmente nos primeiros anos da década de 1890. A informação da idade e do nome dos pais foi importante meio de verificação da identidade dos sujeitos, já alguns foram participantes ou protagonistas de diversas situações que chamaram a atenção de colunistas, como foi o caso de Alfredo Pontes Braga, cujo cargo no corpo de polícia foi declarado no seu julgamento, caso que comentarei mais à frente.

Três dos educandos que não possuem sua ocupação definida por conta de falecimento, como no caso de Albino e Francisco Salles, ou até mesmo ofício definido, que é o caso de Mariano que veio a óbito antes mesmo de estar apto a escolher a oficina que participaria. Napoleão de Oliveira, Tito de Araújo, João Ladislau e Antônio H. da Rocha e mais dois foram, em algum momento de suas passagens pelo instituto, transferidos ao arsenal de Marinha por insubordinação, mal comportamento ou outra infração grave, Joaquim Antônio dos Santos e Tito de Araújo conseguem a certificação de maquinista de 3º classe, um condutor de embarcação fluvial, porém somente Tito aparece exercendo função. O caso de Pedro de Alcântara foi ainda mais grave, sendo mandado desligar do estabelecimento sem nem ao menos uma recomendação de transferência as companhias de aprendizes marinheiros<sup>274</sup>.

Para o mesmo período de 1872 a 1890, havia um número expressivo de artífices na capital, a historiadora Donza Cancela em sua tese<sup>275</sup>, fazendo análise sobre a população e a cidade de Belém apresenta um quadro constando que somente no distrito de Nazaré neste momento existiam aproximadamente 25,2% de votantes que declaravam atuarem em algumas artes de ofícios: sapateiro, alfaiate, pedreiro e carpina, sem contar os que simplesmente se declararam artistas e não constaram no quadro por terem sido poucos. Neste mesmo sentido, a historiadora Edilza Fontes<sup>276</sup>, ainda neste mesmo intervalo de tempo, comenta a existência de um número significativo de artífices entre o grupo de imigrantes portugueses, informações que

---

<sup>274</sup> Não foi possível obter a informação de ocupação para aqueles educandos que escolheram não se alistar para as eleições, ou não tiveram sua inscrição deferida.

<sup>275</sup> CANCELA. *Casamento e família em uma capital amazônica*: (Belém 1870 – 1920). Op. cit.

<sup>276</sup> FONTES, Edilza Joana Oliveira. *Trabalhadores portugueses em Belém: percepções, circulação e experiências* (1850 – 1920). In: SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama (org.). *Belém do Pará: História, cultura e cidade. Para além dos 400 anos*. 2 ed. rev. ampl. Belém: Açaí, 2016.

indicam a grande demanda por artífices na capital. O Almanaque Paraense de 1883<sup>277</sup> também revela uma quantidade considerável de oficiais de alfaiates, sapateiros, marceneiros, carpinteiros, funileiros, ferreiros e encadernadores na capital da província.

Estes dados nos auxiliam a perceber as demandas e a oferta de mão de obra especializada no momento de crescimento da indústria belenense, apesar dos apontamentos do trabalho de alguns estudiosos contestados por Irma Rizzini, como de Luiz Antônio Franco e Celso Fonseca<sup>278</sup> das escolas profissionais do século XIX não considerarem as demandas do desenvolvimento econômico motivos relevantes para a criação destes cursos, optando por considerar as criações dessas escolas fruto da busca pelo ideal higienizador e civilizador, em nome de uma ideia de progresso, já que partem da premissa de que a industrialização nas províncias onde os institutos foram instalados era quase nula<sup>279</sup>. Contudo, Irma Rizzini<sup>280</sup>, refuta esta teoria, comentando que a própria percepção de indústria utilizada pelos autores compromete sua análise, já que para o período deve se pensar o termo como trabalhos artesanais de oficinas de mestres de ofícios, arsenais e fábricas. Esta colocação de Rizzini é sustentada pelo trabalho de vários pesquisadores deste período em Belém, e por isso a utilizo para considerar que a criação do instituto não era uma relação unilateral, várias motivações foram implicadas no processo de criação do IPEA, mas, sem dúvida, o fator econômico foi um de grande importância. Também podendo representar um fator relevante para a maioria ter continuado atuando neste âmbito.

Isto posto, vejamos que em sessão da Assembleia Legislativa em 1883<sup>281</sup>, os deputados discutiam a reforma do IPEA e os comentários sobre rendimento e utilidade das oficinas apontam as que possuíam maior procura de seus produtos eram as de alfaiate, marcenaria e, com destaque especial, a oficina de funileiro, não somente pelo seu rendimento, mas também pelo testemunho de sucesso supostamente dado pelos alunos formados nestas artes, estando todos empregados na função. Nesta fonte, o interlocutor usa como exemplo o educando Ferreira Borges que estava estabelecido com uma oficina de funilaria localizada na rua Norte. Narciso, sempre representando um indivíduo excepcional, é mais uma vez parabenizado por seu sucesso

---

<sup>277</sup> Almanak Paraense de administração, comércio, indústria e estatística para o ano de 1883. Organizado por Belmiro Paes de Azevedo e Marcelino A. Lima Barata.

<sup>278</sup> RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e selvagem bruto*. Op. cit. P. 162

<sup>279</sup>FRANCO, Luiz Antônio Carvalho. *A escola do trabalho e o trabalho da escola*. Editora Cortez: São Paulo, 1987.

FONSECA, Celso Sukow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI, 1986. 5 V.

<sup>280</sup> RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto*. Op. cit. P. 163.

<sup>281</sup> A Constituição. 31/05/1883. P. 01.

como funileiro, que iria além de sua oficina pois, em 1884, o educando parte para a província do Amazonas para assumir cargo de mestre da oficina de funilaria do Instituto Amazonense de Educandos Artífices, se tornando um professor do ofício que aprendeu no IPEA.

A hipótese de obstáculos a serem levados em conta na hora de se falar em inserção dos egressos de institutos de educandos na vida profissional, direciona mais uma vez a atenção ao elemento servil. No comentário sobre as ocupações ligadas aos ofícios artesanais, tem-se o vislumbre de um cenário discriminatório, por associar as artes ao trabalho escravo e preferi-la devido ao seu baixo custo<sup>282</sup>, um problema semelhante ocorreu no Collegio de Educandos Artífices da Parahiba para meninos desvalidos, no qual o grupo de menores se recusava a trabalhar nos ofícios de sapateiro e alfaiate, as oficinas disponíveis na casa, por estes serem considerados ofícios de escravos<sup>283</sup>. Entretanto Carlos Medeiros Lima, comenta que esta hipótese de preferência pelo trabalho escravo não tem fundamentação, pois, segundo o autor, estes indivíduos não eram empregados em posições de mestre de ofícios, apenas de ajudantes especialista, sendo apenas o servente do pedreiro, serralheiro do marceneiro, etc.<sup>284</sup> Contudo, afirma que os estrangeiros possuíam por muitas vezes a preferência em detrimento dos artífices nacionais, mas também aponta que esta situação logo se desmanchava, pois estes estrangeiros tendiam a formar “pé de meia”, comprar negócios ou prédios para si e abandonavam a vida de artistas.

Assim sendo, podemos pensar em uma vantagem significativa, segundo Rizzini<sup>285</sup>, é provável que estes alunos na sua maioria não se desligavam da instituição e em seguida abriam seus estabelecimentos próprios, muitos eram absorvidos para trabalhar em oficinas que já existiam. A ideia é de que pela sua estada no internato, teria mais facilidade em viver em disciplina e acreditava-se que por sua educação religiosa seria um homem de moral, sabendo ler e escrever, ter noções de desenho linear etc. tornando-se um candidato com grandes chances. Este pode ter sido o caso de Alfredo Guilherme de Miranda, que durante pelo menos cinco anos ocupou o cargo de Fiel da fazenda na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Amazonas, sendo desligado no dia 27 de junho de 1885<sup>286</sup>. Ou Bernardino Rodrigues de Oliveira oficial de

---

<sup>282</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios: na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.

<sup>283</sup> LIMA, Guaraciane Mendonça de. *O Collégio De Educandos Artífices*. Op. cit. P. 70.

<sup>284</sup> LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Pequenos patriarcas: pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844)*. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado em História Social). UFRJ/IFCS/PPGHIS. V.1

<sup>285</sup> RIZZINI. *O cidadão polido e o selvagem bruto*. Op. cit.

<sup>286</sup>Exposição e apresentação ao exm. Presidente da província do Amazonas. 1885. Nº 05. P.94 e 194.

marceneiro, que em sua trajetória possui a característica marcante de todos os seus irmãos terem ingressados em alguma escola de aprendizes, assim como ele mesmo, pelos esforços de sua mãe Thereza de Jesus Rodrigues de Oliveira. Mais tarde em 1883, Bernardino possuía oficina de marcenaria situada a rua do Rosário<sup>287</sup>.

Não é impossível que este fato da educação institucionalizada e disciplinada seja um dos motivos pela participação dos egressos do Instituto no comércio de Belém. Como já comentado, Belém vivia seu momento de cidade cosmopolita, com boa situação econômica favorecendo o desenvolvimento intenso do comércio. Em um texto do Almanaque de 1883, uma frase ilustra esta assertiva: “Ninguém desconhece a necessidade de uma obra como a nossa [o almanaque] em toda província que se apresenta hoje como a maior praça comercial do Norte”.<sup>288</sup>

A tendência deste grupo de educandos para seguirem a carreira comerciária não é a maior, sendo aderida somente por três egressos que se alistaram como eleitores. Fica difícil aqui avaliar o que seria essa atuação do comércio mencionada nos alistamentos eleitorais, pode se pensar que a vantagem de ler, escrever e possuir noções básicas de matemática e até mesmo o básico de francês, tornariam estes educandos vendedores com diferencial, como Pedro Evangelista de Leão que consta precisamente como empregado no comércio, assim como é possível que um marceneiro como Antônio Gonçalves dos Reis pudesse estar vendendo móveis de madeiras em uma loja própria<sup>289</sup>.

As análises dos alistamentos eleitorais indicam que seguir atuando como artista após o desligamento do Instituto Paraense foi a maior tendência entre os ex-alunos da geração analisada, representando um total de 47%, considerando o grupo com maiores informações listados no quadro 10. Como veremos a seguir, alguns destes seguem constando como artífices até que seu rastro desapareça na documentação, porém quatro destes eventualmente encontram maneiras de ingressarem na carreira pública ou militar, este sendo o segundo maior destino dos alunos, contando com 9 adeptos.

O caso de maior destaque nesse quesito é sem dúvida o de João Thompson Wallace, mandado admitir em 1872 na vaga de outro aluno desligado por descumprimento das condições

---

<sup>287</sup> Almanak Paraense de administração, comércio, indústria e estatística para o ano de 1883. Organizado por Belmiro Paes de Azevedo e Marcelino A. Lima Barata. P. 408.

<sup>288</sup> Almanak Paraense de administração, comércio, indústria e estatística para o ano de 1883. Organizado por Belmiro Paes de Azevedo e Marcelino A. Lima Barata. P. 20

<sup>289</sup> O Pará. Ano I. nº 182. P. 03. Alistamento Eleitoral

exigidas, sendo nesta ocasião explicitamente tratado como menor desvalido, ignorando nome de pais ou tutores. Certificando-se em marcenaria em 1879, dezoito anos mais tarde alista-se para as eleições. Nesse momento João consta somente como empregado público.<sup>290</sup>

A resposta para o que seria esta condição de empregado público vem em 1890, quando Thompson assina uma carta, juntamente com outros empregados da recebedoria de rendas públicas do Estado do Pará, em homenagem ao recém nomeado vice-governador do estado, o republicano José Paes de Carvalho e mais tarde o governador Lauro Sodré. Contudo, é somente nas colunas sociais sendo parabenizado pelo aniversário de familiares que se faz referências a seu cargo de vigia na recebedoria.

Além de João Antônio dos Santos que foi nomeado carcereiro em Chaves, somente Narciso, pelo ano de 1916 aparece sendo funcionário da Alfandega de Belém, informação destacada no anúncio feito por ocasião do casamento de sua filha Deolinda Gadelha Borges com José Serpa, procurador do Tesouro Nacional, na coluna social do Jornal do Comércio de Manaus<sup>291</sup>. Narciso, como vimos a pouco, havia sido mestre de oficina no Instituto Amazonense e talvez tenha criado relações fortes em Manaus, a ponto de ter o casamento de sua filha que ocorreria em outro estado parabenizado, a informação sobre sua atuação na alfandega está no Portal da Câmara dos Deputados na forma do decreto nº 13.518, de 26 de Março de 1919, no qual abre crédito de 15:739\$920 junto ao Ministério da Fazenda para pagamento da diferença de seus vencimentos de sua atuação no cargo de fiel do armazém Alfandega do Pará de 1913 a 1917<sup>292</sup>.

Dos que atuaram como militares em alguma instância, alguns após receberem a punição máxima do instituto, foram transferidos para os arsenais de guerra e, principalmente, o de marinha, e atuaram como maquinistas ou tentaram obter este diploma. Alguns destes tive a oportunidade de conhecer suas trajetórias as quais permito me ater neste momento, pois testemunham sobre as experiências desses indivíduos.

---

<sup>290</sup> Jornal do Pará. 10/09/1872. P. 01  
Diário de Belém. 29/01/1879. P. 01.  
A República. 19/08/1890. P. 03.

<sup>291</sup> A República: 12/11/1890. (2ª época). P. 04.  
A República. 26/11/1891. (2ª época). P. 01.  
Correio Paraense. 09/07/1892. P. 03.

Jornal do Comercio. Ano XIII. 05/10/1916. nº 4473. P. 01. Manaus/Amazonas.

<sup>292</sup> Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/3/1919, Pina 4077 (Publicação Original) – disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13518-26-marco-1919-512839-norma-pe.html>>

A história de Joaquim Antônio dos Santos oficial de carpina, o aluno que fugiu das dependências do IPEA. Transferido para o Arsenal de Marinha, consegue dois anos depois, em 1880, a carta de maquinista de 3ª classe concedida pela instituição, atuou no corpo de polícia por algum tempo, mas no alistamento eleitoral de 1888, sua profissão consta como agência e dez anos depois no novo alistamento, como artista.<sup>293</sup> Já Horácio Antônio Dias integrante da turma de 1872, na década de oitenta ingressou no corpo de polícia de Mocajuba, aproximadamente sete anos depois, em 1891 foi nomeado para o cargo de 3º suplente do subdelegado de 2º distrito, neste mesmo município, atuou durante algum tempo como fiscal da Intendência, sendo exonerado do cargo em outubro de 1896. Neste caso, Horácio não faz parte do grupo que foi punido e enviado ao ensino militar, mas optou por seguir este caminho, como Clarindo Gomes Franco que tentou, mas não conseguiu entrar para o corpo de polícia.<sup>294</sup>

Na prosopografia de grupos populares é comum que as informações mais consistentes sejam relativas ao mundo do trabalho, assim para o perfil destes educandos percebemos estas três tendências como as mais importantes, baseadas nos dados obtidos nos alistamentos eleitorais e notícias de celebrações, óbitos e prisões: 47% de artistas, 34% para empregos públicos e militares e 12% de trabalhadores do comércio, contudo alguns dos educandos tiveram um desenrolar diferente em suas vidas, que formam aproximadamente 23%<sup>295</sup>. Como educandos que faleceram no IPEA, ou como o egresso Manoel Alexandrino da Silva que faleceu durante um período de fortes chuvas na cidade de Vigia, na epidemia de varíola em um hospital de isolamento na localidade chamada “Pereira”. Sem deixar registro de sua profissão, apenas o alvoroço que seu falecimento causou, sendo o motivo de um sério conflito na freguesia de Porto Salvo, pois seu cadáver foi transportado até lá para receber sepultamento, contudo os moradores da freguesia se opuseram com medo de que ele levasse a epidemia àquela localidade. Sendo assim, o corpo de Manoel foi novamente transportado, só que desta vez de volta a Pereira, onde foi enterrado<sup>296</sup>.

Além da morte, a prisão também foi um fator que permitiu os egressos do instituto serem notícia, cerca de 10% deles cometeram algum delito e foram detidos, alguns

---

<sup>293</sup> Jornal do Pará. 15/11/1874. P. 01.

Jornal do Pará. 02/12/1877. P. 01.

Jornal do Pará. 13/10/1878. P. 01.

A Constituição. 14/11/1880. P. 02.

O Pará. 26/05/1998. P. 03. Alistamento eleitoral.

<sup>294</sup> Jornal do Pará. 13/10/1872. P. 01.

<sup>295</sup> A soma dos percentuais dará mais que 100%, pois alguns indivíduos que estão no grupo de artistas também estão no grupo de empregos públicos e militares.

<sup>296</sup> Diário de Belém. 11/05/1879. P. 01.

Folha do Norte. 28/03/1896. P. 01.

supostamente injustamente como o marceneiro Pedro Paulo da Silva, nomeado em 1889 para reger a escola de Cametá-Tapera no 1º distrito da cidade de Belém, este cidadão acaba sendo preso e espancando após fazer denúncia de que dois praças teriam ido lhe ofender em sua casa na rua Diogo Moya, estes mesmos praças teriam o prendido em uma taberna próximo a sua casa. Sendo mais tarde solto por outros dois praças que queriam evitar confusões futuras<sup>297</sup>. Outras prisões teriam motivos mais graves como o de Alfredo Pontes Braga, acusado de homicídio.

Segundo o jornal *A constituição*, Alfredo declara ao comandante do corpo de polícia, do qual fazia parte na condição de soldado, ter jogado na água seu companheiro de serviço João Guilherme de Lima enquanto estavam a bordo do vapor Xingu, o que resultou em seu afogamento. Por consequência, foi acusado de homicídio e desligado do corpo de polícia e julgado no foro comum, como previsto no regulamento interno. Logo depois, foi preso e enviado a Porto de Mós para ser processado a mando do chefe de polícia João Polycarpo dos Santos Campos<sup>298</sup>.

Luiz Joaquim de Lyra Barros é um caso à parte, filho de Firmino de Lyra Barros, Luiz entra no IPEA em 1875 com atestado do pároco confirmando seu estado de pobreza, sem muito destaque nas disciplinas teóricas e práticas, considerado bom apenas em música, foi considerado externo apenas em 1883. A vida de Lyra Barros, diferente da de Narciso, teve vários episódios de contravenção. Em 1891, armado de um cassetete, entrou em sua casa e agrediu sua família e em seguida expulsou a todos. Lyra, também pintou o “simão” na vizinhança da Pratinha, segundo o jornal *A República*, sendo preso e recolhido ao Santo Antônio. No ano seguinte teve de fazer a limpeza do corpo de infantaria após causar algum distúrbio por ter tomado “muita água que cachorro não bebe”. As passagens pelo corpo de polícia do educando boêmio foram causadas desde pela embriagues a fazer “xifrins” no Largo de Sant’Anna em 1897. Seu último rastro é em 1898 quando é descrito como rapaz de cabelinho na venta que causou uma desordem, ato este que lhe concedeu uma visita ao “pote”<sup>299</sup>. Em seu alistamento eleitoral, consta como artífice.

---

<sup>297</sup> A reação. 04/08/1889. P. 02.

Correio Paraense. 22/09/1892. P. 02.

O democrata. 22/09/1892. P. 01.

<sup>298</sup> O liberal do Pará. 02/02/1879. P. 01.

A constituição. 17/03/1886 P. 03.

A constituição. 24/03/1886. P. 02.

A constituição. 27/03/1886. P. 02.

<sup>299</sup> Jornal do Pará. 07/04/1875. P. 02.

O liberal do Pará. 08/10/1879. P. 01.



Pensando em delitos e voltando o olhar mais uma vez sobre Narciso, percebo que sua excepcionalidade é marcada, principalmente, pela excelência de seu trabalho, como nas aulas do instituto, com a abertura de sua oficina na Rua Norte ou sua participação na direção das oficinas do Instituto Amazonense. Todavia, assim como sua participação no escândalo do “defraudamento”, a passagem de Narciso na Alfândega lhe rendeu mais um envolvimento com um escândalo desta ordem em 1916, só que desta vez com direito a acusação judicial e a participação do filho<sup>300</sup>.

O caso tomou toda a página do periódico *Estado do Pará* com o título de “A questão dos Inflamáveis – direito fiscal e razões de defesa”. O inquérito foi aberto pela Inspetoria da Alfândega de Belém para investigar a retirada clandestina de material inflamável do Entrepósito Federal para armazenamento destes produtos. Segundo o resumo que o jornal fez do processo de “4 grossos volumes”, Narciso foi nomeado pelo Inspetor da Alfândega para realizar o balanço do armazém de inflamáveis. Ele e Horácio Fortes, que também exercia a tarefa, concluíram que haviam “diversas fraudes contra o fisco federal, consistentes na retirada clandestina de mercadorias do mesmo armazém, operada quasi sempre mediante ao uso de bilhetes de sahida falsificados [...]” no período de 1912 a 1914. O principal suspeito era o então fiel do armazém José Florêncio Nogueira, porém alguns despachantes e comerciantes acabaram sendo responsabilizados civilmente.

Um destes comerciantes é Antônio Quillinan da Silva Machado, dito como o único responsável pela firma S. Machado, que serve como testemunha chave na comprovação de que o fiel Nogueira fazia suas transações de forma irregular recebendo pagamentos indevidos, os acordos com sua firma representavam, segundo a notícia, 15:021\$500 réis dos 30:742\$175 réis de prejuízo somados a Alfândega. Antônio sem concordar com sua sentença começa acusar a comissão e o processo de uma série de irregularidades que, segundo ele, deveriam anular a decisão. O caso é que o responsável pelo inquérito nomeou como secretário da investigação Heliodoro Gadelha Borges, filho de Narciso e sua esposa Antônia Gadelha Borges.

Machado alegou que

---

A república. 03/02/1891. P. 01.

A república: 13/07/1892. P. 02. Alistamento Eleitoral

Correio Paraense. 12/09/1893. P. 01.

A república. 12/09/1893. P. 02.

Folha do Norte. 02/02/1897. P. 02.

o Pará. 29/04/1898. P. 01.

<sup>300</sup> Estado do Pará. 06/02/1916. P. 07.

Continua postulado de direito, que a este passou dos domínios da moral e se manteve inalterável através das edades, aquelle que prohiu a qualquer auctoridade judiciária ou administrativa processar e julgar as causas ou processos em que tenha um interesse de qualquer natureza que seja, interesse que é manifesto no caso de parentesco.

Ou seja, seu primeiro e mais forte argumento, segundo o jornal, se pautava no fato de que Heliodoro, sendo um dos encarregados do processo, poderia não ter imparcialidade ao julgar o andamento do mesmo, já que foi seu pai quem encontrou as irregularidades. Para defender este posicionamento, Machado usa quatro das sete colunas da página do jornal, alegando a necessidade de um novo processo para que sua defesa, segundo ele, fosse justa. Infelizmente, não encontrei nenhuma outra referência a este processo, contudo neste mesmo ano Narciso assume cargo de fiel do armazém na Alfândega até 1919, porém não há indicações se assumiu cargo no mesmo entreposto de inflamáveis.

A vida profissional dos educandos egressos e suas trajetórias são faces do cotidiano de diversos setores da vida urbana em Belém na virada do século XIX para o XX, desde as relações de cobranças em que guardas municipais poderiam se meter e ganhar a antipatia dos vendedores ambulantes do centro da cidade<sup>301</sup> (não há depoimentos contra Manoel Ferreira de Nazaré ou Paulo Pfaender relatadas nos periódicos, porém há várias multas aplicadas em seus nomes) até os chinfrins de Joaquim de Lyra e sua vida boêmia, como também os tramites burocráticos e complexos das relações de Narciso na Alfândega. Mas igualmente desenha algum contorno do perfil de trabalhadores com formação na cidade. E para além de suas escolhas profissionais, quais caminhos teriam trilhado após deixar a estrada de Nazaré, onde ficava a sede do Instituto no seu período de estadia na instituição? Onde moravam os egressos do IPEA?

### **3 – Moradia.**

Este é outro elemento que o alistamento eleitoral permitiu visualizar, a distribuição dos egressos do Instituto paraense pelos distritos de Belém, onde estes indivíduos assentaram moradia e formaram suas famílias. Para dar conta desta tarefa, utilizarei como referência, mais uma vez, o trabalho da professora Donza Cancela<sup>302</sup> quando comenta a respeito do traçado urbano e a configurações dos bairros em sua tese. A multiplicidade da composição urbana da capital nos anos finais do século XIX se deve a diversos fatores, grande parte já citados neste

<sup>301</sup> LACERDA, Franciane Gama; SARGES, Maria de Nazaré. De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX. *Projeto História, São Paulo*, n.38, p. 165-182, jun. 2009. P. 167.

<sup>302</sup> CANCELA. *Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870 – 1920)*. Op. cit.

capítulo. O que se pretende aqui é mapear o tanto quanto for possível em que distritos estavam localizadas as residências destes indivíduos, qual a configuração dele, qual percentual escolheu deixar a Belém, dentre outras questões.

O quadro e os mapas a seguir foram quase todos formados pelas informações de natureza diversa contidas nos alistamentos eleitorais, principalmente para os anos de 1892 e 1898. Estas fontes, a partir da localização dos nomes dos educandos pesquisados, permitiram verificar o distrito no qual residiam, a quadra, e algumas vezes até o nome da rua. Possibilitando assim, criar uma espécie de mapeamento de suas localizações na cidade. A estratégia aqui adotada perpassa, no primeiro momento, pela utilização de um quadro para ajudar na visualização de tendências que são fundamentais para a formação de um perfil de grupo, porém, pensando na dimensão da trajetória dos sujeitos, faço uso da planta da cidade elaborada por José Sidrim em 1905 (abaixo) para localizar os egressos que tem as ruas de suas residências informadas nos alistamentos.

Todavia, primeiramente, devemos ressaltar que as informações que serão apresentadas foram possíveis para um total de aproximadamente 90% do grupo com mais informações disponíveis (33 indivíduos), pois, como destacado acima, elas são quase que totalmente retiradas de alistamentos eleitorais<sup>303</sup>, tendo em vista que do grupo inicial de 73 não consta nos alistamentos verificados 43 indivíduos, sendo 14% por motivo de morte. Ainda deve-se considerar dentre estes 43 indivíduos os que, apesar de não possuir registro de seu endereço ou região em que residia em Belém, a documentação a seu respeito deixa claro que estes não deixaram a capital. Os dados nos levam a deduzir que este grupo do qual não tem essas informações, em sua maioria, é formado por aqueles alunos que seguiram algum tipo de carreira militar ou relacionada ao serviço público.

---

<sup>303</sup> O Pará. 24/07/1898. P. 03.

O Pará. Dia e mês ilegível. 1898. nº 182. P. 03.

O Pará. Ano I. 19/07/1898. P. 02.

O Pará. Ano I. 26/05/1898. P. 03.

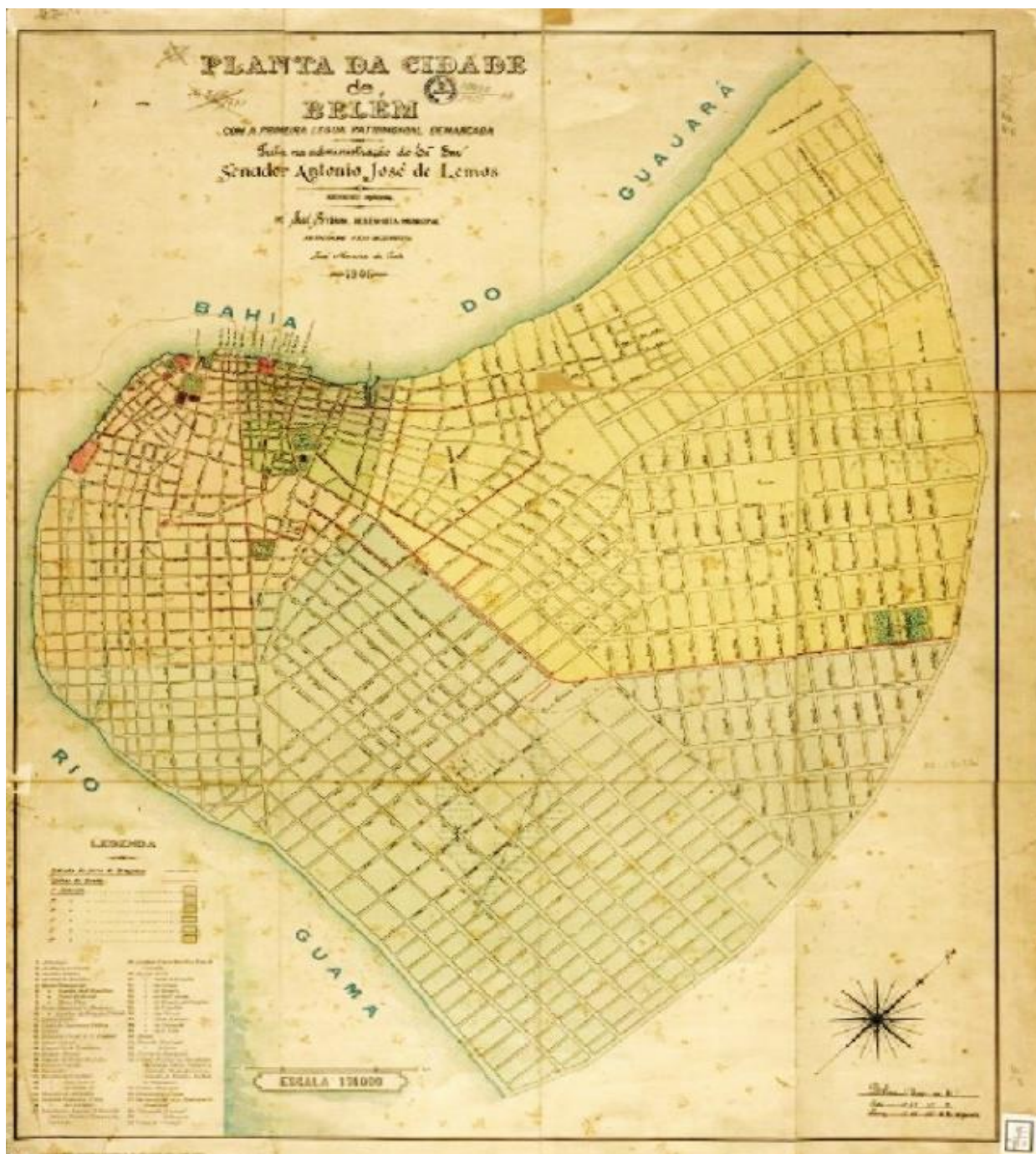
A República 13/07/1892. P. 02.

O Pará. 26/05/1898. P. 03.

A república. 13/07/1892. P. 02.

A república. 28/08/1890. P. 04.

Mapa 1 – Planta da Cidade de Belém por José Sidrim (1905).



Fonte: Disponível no site da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA<sup>304</sup>.

Partindo destas informações, é determinante observar que os que saem de Belém, dos quais tem ocupação conhecida, tinham maioria de não artistas, alguns se ocupando da Marinha

<sup>304</sup> <https://fauufpa.org/2015/02/20/planta-da-cidade-de-belem-%E2%80%95-1905-por-jose-sidrim/> Acesso em 08/02/2020.

e do corpo de polícia<sup>305</sup>. Sabe-se que o peso de ingressar em instituições de segurança recaia, em maior medida, sobre a população de cor, contudo não se pode deixar de considerar que estes eram homens minimamente alfabetizados e que deveriam ver nessa ocupação vantagens para si e suas famílias.

**Quadro 11– Distribuição dos Egressos por residência e ocupação.**

<b>RESIDÊNCIA</b>	<b>NOMES</b>	<b>OCUPAÇÃO</b>
<b>1º E 2º DISTRITO Bairros da Cidade e Campina, respectivamente</b>	<b>Bernadino Rodrigues de Oliveira</b>	Artista
	<b>Clarindo Gomes Franco</b>	Artista
	<b>João Thompson Wallace</b>	Empregado público.
	<b>Paulo Augusto Pfaender</b>	Artista/Guarda municipal
	<b>Manoel Ferreira de Nazareth</b>	Artista/Guarda do Museo
	<b>Pedro Evangelista de Leão</b>	Comércio
	<b>Pedro Paulo da Silva (1892)</b>	Mestre de Oficina/Artista
<b>3º DISTRITO  -  Bairro de Nazareth</b>	<b>Anastácio José Cardozo</b>	Artista
	<b>Augusto José Cardoso</b>	Artista
	<b>Cazemiro Anastácio das Neves</b>	Artista
	<b>João B. Farias</b>	Artista
	<b>Joaquim Antonio dos Santos</b>	Artista
	<b>Luiz Joaquim de Lyra Barros</b>	Artista
	<b>Raymundo Nonato de Souza*</b>	-

<sup>305</sup> Exposição e apresentação ao exm. Presidente da província do Amazonas. 1885. P. 94 e 194. Manaus/AM. Diário de notícias. 19/01/1887. P. 02. Folha do Norte. 28/03/1896. P. 01.

	<b>Pedro Paulo da Silva (1898)</b>	Mestre de Oficina/Artista
<b>Saíram da capital</b>	<b>Alfredo Guilherme de Miranda</b>	Marinha
	<b>Alfredo Pontes Braga</b>	Corpo de polícia
	<b>Antônio Alberto de Couto Oliveira</b>	Artista
	<b>Francisco José Pantoja</b>	-
	<b>Horácio Antônio Dias</b>	Corpo de polícia
	<b>Luiz Pedro de Oliveira</b>	-
	<b>Manoel Alexandrino da Silva</b>	-
	<b>Raymundo Lameira Bittencourt</b>	Guarda municipal de Benfica
<b>Na capital sem especificação de distrito**</b>	<b>Alfredo Pontes Braga</b>	Corpo de polícia
	<b>Antônio Gonçalves dos Reis</b>	Comerciante
	<b>Antônio H. da Rocha</b>	Artista/Marinha
	<b>Francisco E. de Mattos</b>	Artista/Marinha
	<b>Guilherme de Sá Cardozo</b>	-
	<b>João Ladislau da Trindade</b>	-
	<b>Narciso Ferreira Borges</b>	Artista/empregado público

**Fonte:** Elaborado a partir de alistamentos eleitorais (1890-1892-1898), Jornal *O Pará* (24/07/1898 p. 03; data ilegível nº 182 p.03; 19/07/1898 p. 02 e 26/05/1998 p. 03) e *A república* (13/07/1892 p. 02 e 28/08/1890 p. 04)

\*informação retirada de alistamento para eleições escolares, no qual não há outras informações além do nome.

\*\* Informações baseadas em obituários, participações em jury, endereço de loja e prisões e ocorrências.

Segundo Cancela, a freguesia da Sé e de Santana da Campina formavam o 1º e 2º distritos de Belém, local de onde a cidade nasceu e começou a crescer, sendo preferência de administradores, comerciantes e proprietários de engenho<sup>306</sup>. Já na primeira metade do século XIX, a Freguesia da Sé, mais precisamente o bairro Cidade, já contava com população menor comparada com o bairro da Campina. No grupo de ex-educandos do IPEA a situação se repete, sendo no final do século XIX, constando apenas dois deles morando na Freguesia da Sé, um localizado na rua do Aljube, Pedro Evangelista de Leão, após sua prisão em 1886, por motivos desconhecidos, consta como eleitor residente desta freguesia, sem possuir família até 1898<sup>307</sup>. Donza comenta que reduzida população do bairro mais antigo da capital se dá, justamente, por não ter mais condições de crescer, e nessas condições os outros distritos possuíam o potencial de espaço alternativo para o crescimento urbano. Podemos observar a distribuição dos educandos no primeiro distrito no mapa a seguir.

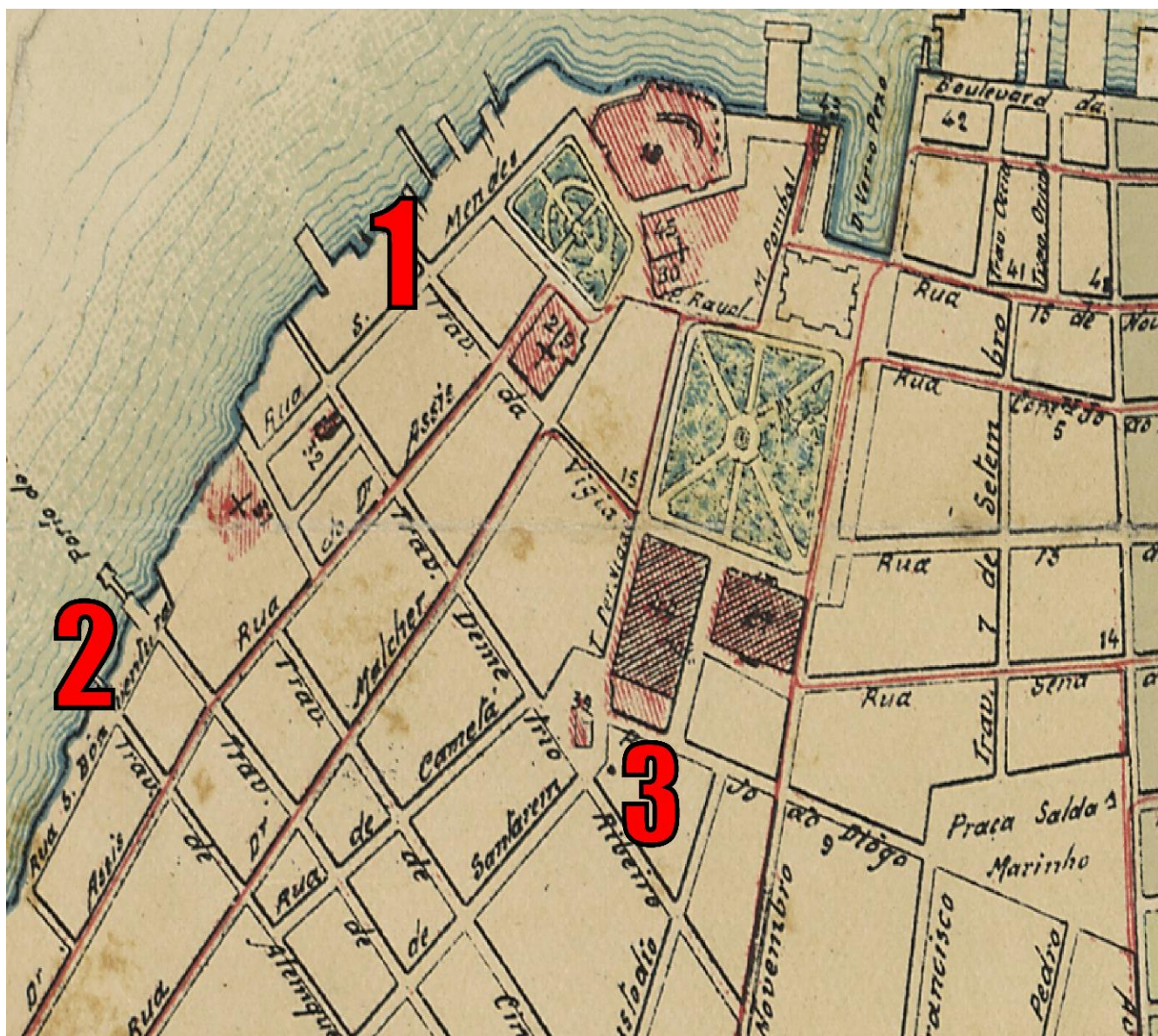
---

<sup>306</sup>CANCELA. *Casamento e família em uma capital amazônica*: (Belém 1870 – 1920). Op. cit. P. 103.

<sup>307</sup> O Pará. Dia e mês ilegível. n° 182. P. 03. Belém/PA.



Mapa 2 – Detalhe da Planta de Belém de 1905 - 1º distrito.



**Fonte:** Zoom do mapa original disponível no site da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, adaptações feitas por mim<sup>308</sup>.

A área que compreende este zoom da planta de Sidrim é denominada de 1º distrito na legenda do Mapa<sup>309</sup>, marcando suas delimitações por esta cor de tom rosado, o primeiro ponto localizado na Rua Siqueira Mendes, é onde foi indicado na Assembleia provincial estar situada a funilaria de Narciso Ferreira Borges em 1883, antiga Rua do Norte, conhecida por ser a

<sup>308</sup> <https://fauufpa.org/2015/02/20/planta-da-cidade-de-belem-%E2%80%95-1905-por-jose-sidrim/> Acesso em 08/02/2020.

<sup>309</sup> Uma reprodução da planta e um zoom de sua legenda estão disponíveis na sessão de Anexos desta dissertação.



primeira rua de Belém<sup>310</sup>, observando as informações dos Almanques de 1883, apresenta um número pequeno de oficinas na região, contudo o sogro de Narciso, Alfredo da Costa Gadelha era dono de funilaria e seus filhos eram todos funileiros e moradores do 1º distrito. O ícone 2 é referente a residência indicada por Clarindo Gomes Franco, situada na rua São Boa Ventura, à beira do rio próximo ao Porto do Sal e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, via que ainda preserva este nome, o 3 indica a casa de Pedro Evangelista De Leão, na Rua do Aljube.

Dentre os moradores na primeira seção de residência do quadro 11, na realidade, 5 são de residentes da Freguesia de Santana. O Segundo distrito era composto pelo bairro da Campina, espaço de maior atividade comercial da cidade, Donza, ao analisar os dados das visitas do médico sanitarista Manoel de Moraes Bittencourt, afirma que o bairro no ano de 1884 possuía 6% da população total de Belém, cerca de 4.870 pessoas, sendo 1.620 maiores de idade<sup>311</sup>. Além disso, afirma que “a denominação *casa* usada pelo médico engloba não apenas casas particulares, mas também cortiços, hotéis, casas de pastos, cocheiras, depósitos, tipografias e a casa de um retratista”<sup>312</sup>.

No mapa a seguir vemos locais de vivência dos ex-educandos

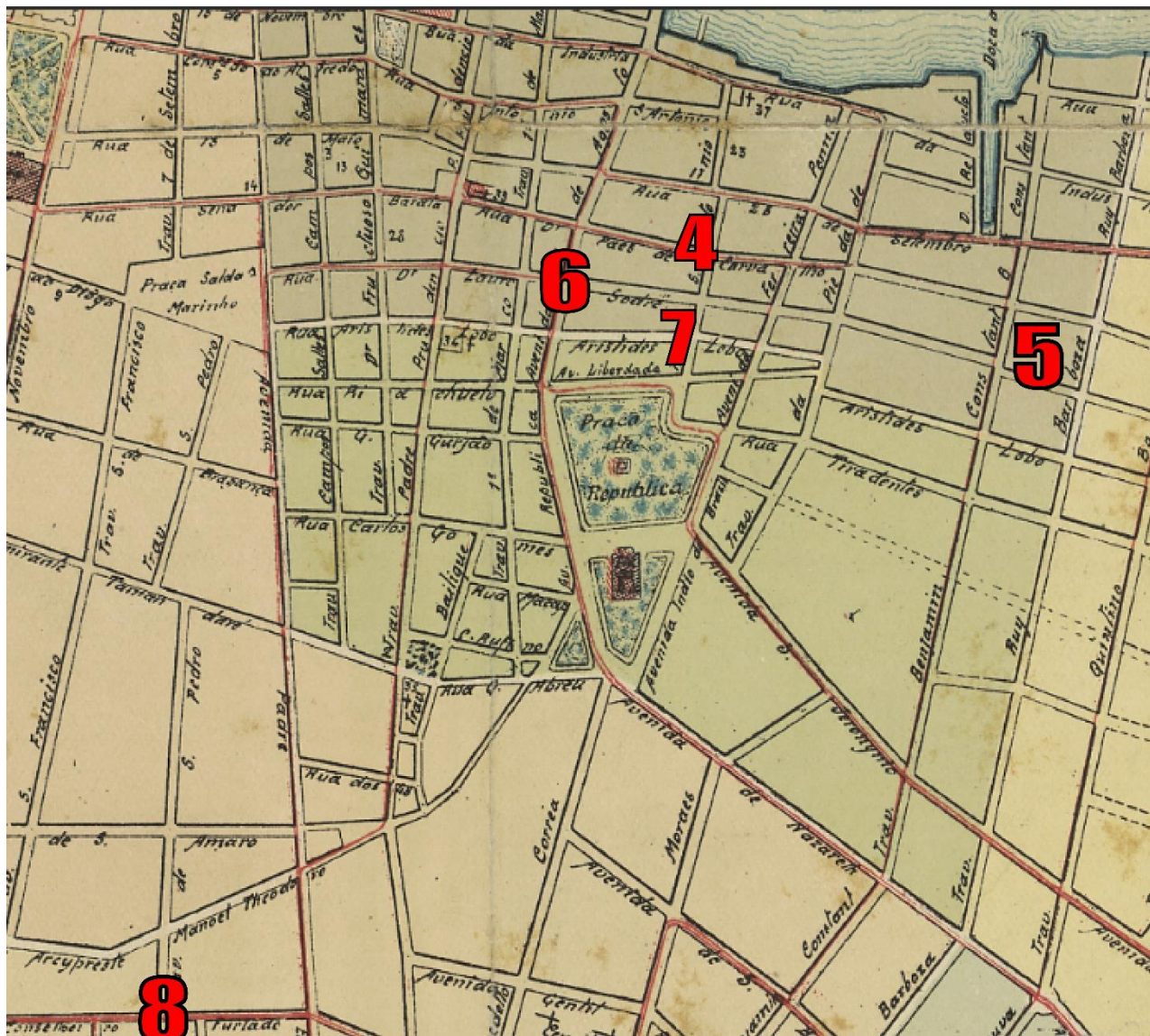
---

<sup>310</sup> CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: Significado histórico e suas denominações*. 2ª edição. Belém: CEJUP, 1992. P. 37.

<sup>311</sup> CANCELA. *Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870 – 1920)*. Op. cit. P.106

<sup>312</sup> Idem. P. 107.

Mapa 3 – Detalhe da Planta de Belém de 1905 - 2º distrito.



**Fonte:** Zoom do mapa original disponível no site da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, adaptações feitas por mim<sup>313</sup>.

Paulo Augusto Pfaender foi um destes residentes no 2º distrito (destacado no mapa pela cor verde), precisamente no 12º quarteirão da rua dr. Paes de Carvalho (ícone 4 no mapa), onde constituiu família com Deoclinda da Serra. A trajetória de Paulo nos conta de sua residência no 2º distrito, porém, mesmo constando como artista no alistamento eleitoral de 1885, ingressa na guarda municipal de Belém. Por conta da natureza de sua função, nas publicações sobre muitas

<sup>313</sup> <https://fauufpa.org/2015/02/20/planta-da-cidade-de-belem-%E2%80%95-1905-por-jose-sidrim/> Acesso em 08/02/2020.

dos jornais, consta como fiscal do 1º distrito em 1898, ainda também, naquele mesmo ano, consta como fiscal de um 4º distrito <sup>314</sup>, fazendo rondas e aplicando multas.

O ponto 5 marca a residência de João Thompson Wallace e Lino Pfaender na Rua das Flores (1892), os indícios desta via, em ocorrências na Hemeroteca Digital na década de oitenta do século XIX, indicam que ela fazia esquina com a Travessa da Princesa ou da Glória, atual Ruy Barbosa<sup>315</sup>, contudo o memorialista Ernesto Cruz indica que a Rua das Flores tornou-se a Rua Lauro Sodré, que segundo a Planta de José Sefrim (1905) e a de Nina Ribeiro (1899) ficava onde hoje é a Rua Ó de Almeida no Bairro da Campina<sup>316</sup>, entretanto Cruz afirma que Rua Ó de Almeida não sofre alteração de nomenclatura<sup>317</sup>. Por conta destas inconsistências nas informações obtidas na obra, optei por marcar o ponto de referência no trecho da Lauro Sodré que mais se aproximava da Ruy Barbosa. O ponto 6 representa a casa de Manoel de Nazareth Ferreira também na Rua Lauro Sodré, contudo esta é única residência das três indicada com esta nomenclatura constante no alistamento eleitoral de 1898.

A oficina do Bernardino Rodrigues de Oliveira, destaque 7, ficava na Rua do Rosário, atual Aristides Lobo<sup>318</sup>, uma via com forte presença de movimentação comercial. Estas colocações ajudam a pensar sobre a maioria dos egressos com endereço do segundo distrito estarem situados em quarteirões cheios de outros artistas e comerciantes, estão situados neste bairro comercial. É importante ressaltar que todos indivíduos alistados nesta localidade eram mestres nas artes de ofícios, o que nos ajuda a pensar que estes egressos procuravam residir neste centro pela possível proximidade com as oficinas onde produziam e/ou local onde vendiam suas peças. E por último, como pode-se notar pela mudança de cor, o ponto 8 não faz parte do 2º distrito, porém ele representa a casa de Joaquim de Lyra Barros, que apesar de ser localizada no 3º distrito na Avenida Conselheiro Furtado, contudo a proximidade com as residências do 2º distrito ser maior do que com as localizadas no seu, fez ser mais prático adicioná-la no Mapa 3.

---

<sup>314</sup> O Pará. 12/12/1898. P. 02.

<sup>315</sup> CRUZ. *Ruas de Belém*. Opcit. P. 63. Belém/PA.

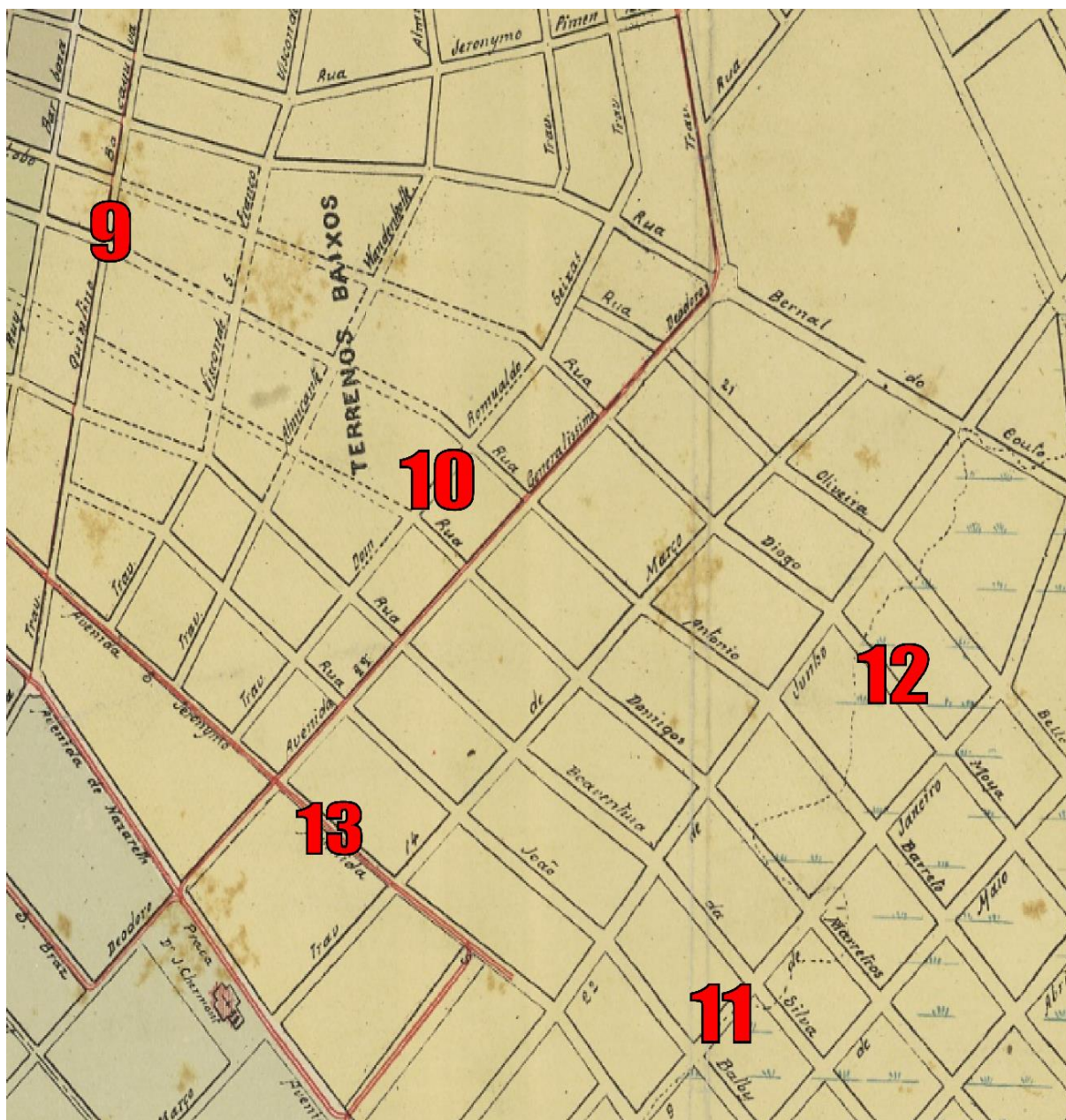
<sup>316</sup> Análise feita a partir do mapa atual da cidade no qual indica que a rua logo após a R. Aristides Lobo ao norte é a Rua Ó de Almeida e nos Mapas de 1899 e 1905 corresponde a localização da Rua Lauro Sodré.

CRUZ. *Ruas de Belém*. Opcit. P. 37 – 38.

<sup>318</sup> Idem. P 38.



Mapa 4 – Detalhe da Planta de Belém de 1905 - 3º distrito.



**Fonte:** Zoom do mapa original disponível no site da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, adaptações feitas por mim<sup>319</sup>.

O 3º distrito (em tom amarelado) foi o local de maior número de educandos arrolados, sendo formado pelo bairro de Nazaré e a Freguesia da Trindade, apesar de ter sido residência para muitos membros da elite por ser o espaço disponível mais promissor no crescimento urbano, os moradores possuíam um perfil múltiplo, constando no alistamento eleitoral de

<sup>319</sup> <https://fauufpa.org/2015/02/20/planta-da-cidade-de-belem-%E2%80%95-1905-por-jose-sidrim/> Acesso em 08/02/2020.

1876<sup>320</sup> a quantidade significativa de mestres de ofícios diversos (25%) de agenciadores e militares (29%). Já no alistamento de 1890, o número de artistas e outras profissões manuais continuam representando a maioria na composição deste bairro.

O destaque 9 marca a residência de Anastácio José Cardozo e Augusto José Cardoso na Quintino Bocaiúva, no 6º e 8º quarteirão respectivamente, ambos artistas. Já o 10 indica onde residia Pedro Paulo da Silva em 1898, no 1º quarteirão da Dom Romualdo de Seixas; Joaquim Antônio dos Santos é o destaque 11, morando no 11º quarteirão da Rua 9 de Janeiro; 12 representa a casa de Cazemiro Anastácio das Neves, mas também a residência Pedro Paulo da Silva por ocasião de 1892 quando preso, caso comentado no tópico anterior, ambos na rua Diogo Moya e, por último, o ícone 13 marca a residência de João B. Farias, estrada de São Jerônimo.

Por fim, o percentual de alunos que saíram de Belém é expressivo, porém, não se pode considerar uma tendência significativa em relação ao total, já que a maioria dos que não constam nos alistamentos eleitorais e não fazem parte do grupo de falecidos, deixam indícios de sua estadia em Belém, alguns constam nas listas de eleitores escolares no jornal do partido republicano, como Raymundo Nonato de Souza, nos quais não constam endereço, ou tem seus obituários indicados na cidade como Guilherme de Sá e Segispido Fermink ou participam de tribunais do júri, como João Ladislau.

Desta forma, os ex-educandos, considerando a maior parcela, parecem se encaixar em um grupo de moradores da cidade de Belém que firma suas residências nos espaços da vida comercial da cidade, revelando uma figura de jovens que procuram se estabelecer, ganharem suas vidas sem precisar sair de seu lugar de origem. É imperativo observar que todos estes aos quais foi possível obter os dados específicos sobre suas residências optaram por se alistar para serem eleitores, mostrando o interesse de boa parte do grupo na vida política da Belém republicana, década marcada pelo surgimento de movimentos operários por todo o país<sup>321</sup> e não foi diferente na capital do Pará e nem deixaram de participar os artífices egressos do Instituto de educandos, como veremos a seguir.

---

<sup>320</sup> CANCELA. *Casamento e família em uma capital amazônica*: (Belém 1870 – 1920). Op. cit. P. 111.

<sup>321</sup> MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Mortz (coord.) *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Vol.3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. P. 119

#### 4 – Cidadania: A atuação Política.

O *Jornal do Pará* no dia 27 de abril de 1898 trazia em sua terceira página, quase que duas colunas e meia de instruções para o alistamento eleitoral, indicando os elementos que seriam necessários para ter seu alistamento deferido, acompanhado de alguns modelos de requerimentos e petições para inclusão no alistamento, exclusão de outro indivíduo, mudança de residência, dentre outros. Os quesitos elencados no artigo incluíam provar “a) que sabe ler e escrever; b) que tem 21 anos completos, pelo menos, ou que os complete na data de organização.”<sup>322</sup>, e que deveriam constar no requerimento de alistamento o nome completo, a idade, o estado [civil], filiação, profissão, residência, rua, casa e número. Este foi o motivo de os alistamentos eleitorais terem sido uma das fontes principais desta pesquisa, pela quantidade de informações de mesma natureza para vários indivíduos.

Contudo, não se pode deixar de considerar o porquê de 53% dos alunos das primeiras turmas de desvalidos do Instituto Paraense de Educandos Artífices terem escolhido se alistar, o porquê de alguns terem tido seus pedidos indeferidos, e, ainda mais, questionar o percentual de 40 a 41% que nem se alistaram. Sendo assim, o grupo fica dividido em 3 grandes categorias: **votantes regulares**, aqueles que se alistaram e tiveram pedido deferido; **os sem sucesso no alistamento**, ou seja, tiveram indeferimento e por fim os que **não constam como alistados**. Ao tentar entender estas indagações deve-se considerar o contexto da jovem República brasileira.

Lilia Moritz Schwarcz afirma que a República surgiu comprometendo-se com um ideal de modernidade, o qual se impunha de forma obrigatória e incontornável, que carregava um estandarte de promessas de igualdade e cidadania aos cidadãos de direito. Contudo, os rumos da nova organização política brasileira acabaram por combinar o conceito da jovem modernidade, representada pelos melhoramentos urbanos, com a velha tradição, arraigada de práticas e mentalidades escravocratas que insistiam em dividir o espaço urbano de acordo com sua hierarquia racial<sup>323</sup>.

Este foi um dos motivos, segundo a historiadora, que levaram o período a ficar conhecido como República Velha, já que a promessa de inclusão social acabou resultando no

---

<sup>322</sup> O Pará. 27/04/1898. P.03.

<sup>323</sup> SCHWARCZ, Lilia Mortz. As marcas do império. In: SCHWARCZ, Lilia Mortz (coord.) *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Vol.3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.  
SCHWARCZ, Lilia Mortz. População e Sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Mortz (coord.) *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Vol.3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

que chama de absoluta exclusão, baseada em critérios raciais incitados pelo racismo científico que estigmatizou características da população negra e mestiça como definidores de loucura e criminalidade, validados por argumentos e teorias biológicas, de certa forma naturalizavam o processo de escravidão e culpa esta dita inferioridade biológica como razão da quase totalidade da parcela de cor da população se encontrar em condições de pobreza e exclusão social.

Ainda sobre este tema e o termo República Velha, Schwarcz afirma:

Razões de cunho político e sociais existiram, e talvez seja por isso que a alcunha enraizou. Afinal, esse foi um contexto que as práticas coletivas de higienização e de aplicação do determinismo racial levaram a políticas de exclusivismo e de isolamento social, largamente denunciadas pelos testemunhos de época. Finda a escravidão, novas modalidades de hierarquia se estabeleceram, sendo a raça e a biologia bússolas a orientar a “nova civilização.”<sup>324</sup>

Estas concepções excludentes não deixaram de ter correspondência nos processos eleitorais. Podemos começar a pensar nas condições para votantes presentes na lista apresentada pelo jornal *O Pará*. O decreto de 1889, em relação aos direitos políticos, determinou que seriam eleitores qualificados todos os cidadãos brasileiros no gozo de seus direitos civis e políticos, sendo esta condição validada e mantida pela constituição de 1891. Percebe-se que em relação aos direitos políticos determinados pelo Império, o governo republicano apenas retira a necessidade de comprovação de renda.

Segundo Hebe Mattos, as concepções de cidadania vitoriosas nos debates da constituinte, seguiam os mesmos preceitos da reforma eleitoral de 1881 que reforçou a eliminação de uma grande camada da população quando elevou o valor da renda mínima exigida para votantes, fazendo cair para 1% o número de indivíduos da população com direitos políticos ativos<sup>325</sup>. A sintonia entre os rumos da reforma e da constituinte se dão pela permanência de um percentual baixo de eleitores ativos no Brasil, já que, mesmo eliminando a renda mínima, ao manter o requisito de saber ler e escrever o governo republicano elevou este percentual apenas para 2% da população total, jamais ultrapassando 5% na vigência desta constituição.

---

<sup>324</sup> Idem. P. 25

<sup>325</sup> MATTOS, Hebe. *A vida política*. Opcit. P.122.

Desta forma, mais uma vez foram excluídos do processo os pobres, as mulheres, os menores de idade, os praças da pré, ou seja, os grupos que compunham a maioria da população. José Murilo de Carvalho, em seu livro *Os bestializados* comenta que os republicanos vitoriosos exigiam para o gozo do direito à cidadania política um predicado que só poderia ser alcançado de forma plena pelo direito civil a educação, que este mesmo grupo em um ato antidemocrático, tratou de excluir, alegando que em relação aos direitos civis, a constituição de 1891 representou retrocessos<sup>326</sup>.

Refletindo sobre a realidade dos ex-educandos do IPEA, retomemos os percentuais apresentados no início deste tópico no quadro a seguir:

**Quadro 12– Situação Política Por Alunos Egressos.**

<b>CONDIÇÃO ELEITORAL</b>	<b>NOMES</b>
<b>VOTANTES REGULARES</b>	<b>Anastácio José Cardozo</b>
	<b>Antônio Gonçalves dos Reis</b>
	<b>Augusto José Cardoso</b>
	<b>Bernadino Rodrigues de Oliveira</b>
	<b>Clarindo Gomes Franco</b>
	<b>Francisco José Pantoja</b>
	<b>Horácio Antônio Dias</b>
	<b>João B. Farias</b>
	<b>João Ladislau da Trindade</b>
	<b>João Thompson Wallace</b>
<b>Joaquim Antônio dos Santos</b>	

<sup>326</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.



	<b>Luiz Joaquim de Lyra Barros</b>
	<b>Manoel de Nazareth Ferreira</b>
	<b>Paulo Augusto Pfaender</b>
	<b>Pedro Evangelista de Leão</b>
	<b>Pedro Paulo da Silva</b>
	<b>Raymundo Nonato de Souza</b>
	<b>Soteiro Leão de Salles</b>
	<b>Tito de Araújo Guimarães</b>
<b>SEM SUCESSO NO ALISTAMENTO</b>	<b>Cazemiro Anastácio das Neves</b>
<b>NÃO CONSTAM</b>	<b>Albino José Pereira</b>
	<b>Alfredo Guilherme de Miranda</b>
	<b>Alfredo Pontes Braga</b>
	<b>Antônio Hermenegildo da Rocha</b>
	<b>Antônio Alberto de Couto Oliveira</b>
	<b>Francisco E de Mattos Costa</b>
	<b>Francisco Mendes Correa</b>
	<b>Francisco Salles Miranda</b>
	<b>Manoel Alexandrino da Silva</b>
	<b>Mariano José da Costa</b>
	<b>Napoleão Marcos de Oliveira</b>
	<b>Narciso Ferreira Borges</b>

<b>Pedro de Alcântara Pinheiro</b>
------------------------------------

**Fonte:** Alistamentos eleitorais 1892 e 1898

No quadro visualizamos de forma mais organizada os dados relativos ao perfil eleitoral dos sujeitos. Percebe-se que o percentual de votantes representa a maior parcela do total, característica que não é de se estranhar, baseado nas exigências de para o alistamento eleitoral, visto que teoricamente todos os educandos do IPEA receberam instrução das primeiras letras, logo todos saberiam minimamente ler e escrever razoavelmente.

Contudo, Schwarcz ainda ao comentar a respeito do racismo científico e seus efeitos sobre o cenário social da primeira República, chama atenção para um processo de queda social experimentado, principalmente, por parcelas mestiçadas da população. A historiadora chama este processo de uma espécie de “Intimidação social”, diante do novo panorama pós-abolição.

Muitas famílias que há é muito tinham se separado das amarras do cativo viram-se, por motivos econômicos, sociais e morais, presas a um processo de rebaixamento. Indivíduos que receberam educação esmerada nos finais do século XIX, e que se distinguiram por sua erudição e especialização, viram suas pretensões ruírem que agora ganhava a cidadania e a condição ampla de “libertos”.<sup>327</sup>

As colocações de Schwarcz levantam indagações diversas sobre as aparências iniciais que as documentações do alistamento causam, apesar de serem fontes riquíssimas e úteis para refletir sobre vários aspectos como fiz nos tópicos anteriores, as informações disponíveis na realidade não podem nos dizer nada no que tange a posição social desses homens. A retirada da exigência de renda poderia ter sido fator determinante para que muitos desses indivíduos, antes excluídos dos 1% de votantes regulares da província, adentrarem ao 2% somente pela sua instrução. O elemento profissão nos alistamentos não afirma que aqueles indivíduos todos eram empregados ou atuavam por conta própria naquelas categorias, salvo os que traziam precisamente o termo “empregado” seguido de outra categoria como comércio ou público.

Não se pode afirmar garantia de mobilidade social nesse contexto, principalmente quando de um grupo de 73, apenas 5 tenham confirmação de suas melhoras nas condições de vida, de trabalho e social. O que se percebe é que a melhoria de condição social vivenciada por

---

<sup>327</sup> SCHWARCZ. *População e Sociedade*. Op.cit P. 27.

esses poucos educandos é individual, não para todos os instruídos. Alguns até mesmo pegos em circunstâncias atípicas e tendo seu pedido de alistamento indeferido por falta de comprovante de idade, ou sendo ainda pior, por não comprovação de renda que naquela época era a comprovação de saber ler e escrever. Outro fator que ajuda a problematizar as informações contidas no alistamento foram os casos dos presos votantes<sup>328</sup>, cerca de 7,5% dos alunos foram presos em alguma altura de sua vida e destes todos conseguiram se alistar em 1898.

Da parte dos alunos alistados e com solicitação deferida, quatro estiveram diretamente ligados a organizações políticas como Club de Artistas Nacional Republicano do Partido Republicano, Movimento do Partido Democrático e o Partido de Artista e Operários.<sup>329</sup> É verdade que estes com certeza fazem parte de um grupo de exceção já que a maioria não consta como participantes de partidos, e as fontes não permitiram encontrá-los como participantes de organizações de artificies no geral.

### Quadro 13 – Educandos egressos em Organizações políticas.

Organização Política	Egressos
<b>Club de Artífices Nacional Republicanos</b>  (1890)	Augusto José Cardoso
	Clarindo Gomes Franco
	Manoel Ferreira de Nazareth
<b>Movimento do Partido Democrático</b>  (1890)	João B. Farias
	José Cardozo Bahia
<b>Partido de Artistas e Operários (1898)</b>	Anastácio José Cardoso

**Fonte:** A República ano de 1890: nº 146. Pág. 03 e nº 156. Pág. 03; O democrata ano de 1890: nº40. Pág. 01 e O Pará ano de 1898: nº75. Pág. 02.

<sup>328</sup> A república 03/02/1891. P. 01.  
A constituição. 17/03/1886. P. 03.  
A constituição. 24/03/1886. P. 02.  
A constituição. 27/03/1886. P. 02.  
Diário de Belém. 02/12/1886. P. 02.  
Correio Paraense. 22/09/1892. P. 02.  
<sup>329</sup> O Democrata. 18/02/1890. P.01.  
A República. 27/08/1890. P.03.  
A República. 12/03/1890. P. 01.  
Estado do Pará. 10/06/1912. P. 01.

Deste grupo, sem dúvida, as histórias mais emblemáticas são de Augusto José Cardoso. Augusto, que foi aprendiz de alfaiate, considerado um dos bons alunos nos estudos das primeiras letras, Augusto estava longe de ser um dos alunos de grande destaque no estabelecimento como Narciso. Não foi possível encontrar informação sobre sua certificação, contudo seu ingresso no instituto aponta para a saída em 1879 como a maioria dos alunos da turma de 1872. Todavia em 1883 consta no alistamento militar da paróquia de Nazaré como artista, aos 19 anos.

O filho de Antônia Maria de Jesus, aproxima-se do Partido republicano no final da década de 1880, sendo membro do Club de Artistas Nacional Republicano, Augusto começa o ano de 1891 atuando na comissão fiscal do clube, até que em outubro chega a concorrer ao cargo de Vogal na eleição para Intendência e vogaes daquele ano, tendo o maior número de eleitores no seu distrito (Nazaré), mas acaba recebendo o menor número de votos no geral<sup>330</sup>.

Já Anastácio José Cardoso, era membro ativo do Partido de Artistas e Operários do Pará no ano de 1898, sendo escriturário nas eleições para a presidência do partido em abril daquele ano<sup>331</sup>, contando com mais de 100 membros<sup>332</sup>. Segundo Hebe Mattos, a primeira década da República brasileira foi marcada pelo surgimento de novos atores coletivos no jogo político do Brasil, referindo-se à criação de partidos e imprensa operária, com uma expressiva “base étnica”, ou seja, pessoas de cor<sup>333</sup>. Em carta publicada no Jornal *O Pará*, o partido operário paraense escrevia direcionando sua mensagem aos artistas e operários do Brasil, invocando uma “lei da collectividade-artístico-operária”, pedia para os concidadãos não se deixassem enganar pelos “agentes políticos do burguesismo”, os quais não tinham “apreço pela vida social e política do proletariado” e votassem no candidato do Partido Republicano<sup>334</sup>, o qual demonstravam apoio.

Com regulamento discutido em Assembleia artigo por artigo, este partido, pelo menos nos seus primeiros anos, reunia-se na casa de seus membros ou em sede de outros clubs como o Club dos Maquinistas na rua Dr. Paes de Carvalho nº41, no segundo distrito. Também

---

<sup>330</sup>Jornal do Pará. 04/01/1876. P. 03.

O liberal do Pará. 18/08/1883. P. 02.

A República. 27/08/1890. P. 03.

A República. 11/10/1891. P. 02

A República. 14/10/1891. P. 01.

Diário de notícias. 30/04/1891. P. 03.

<sup>331</sup> O Pará. 22/04/1898. P. 02.

<sup>332</sup> Diário de Notícias. 24/11/1897. P. 01.

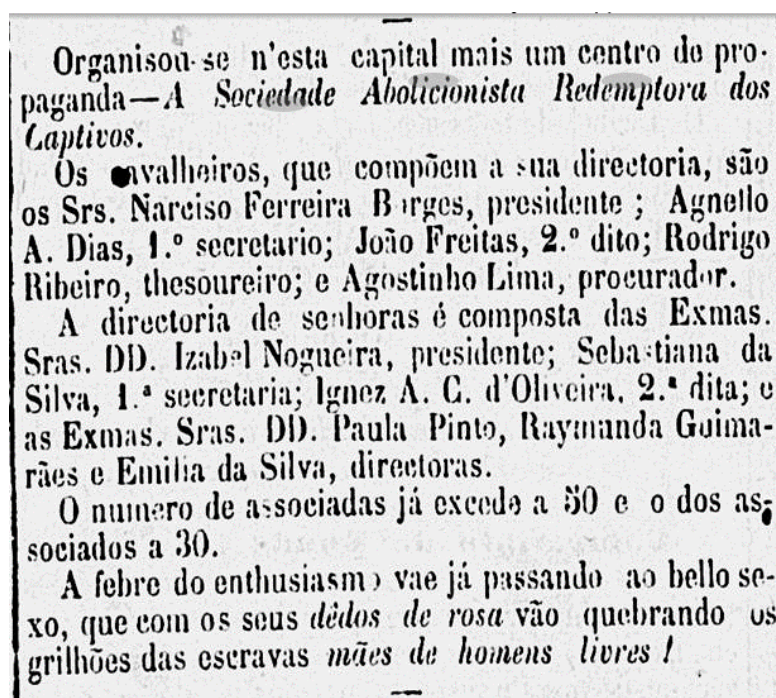
<sup>333</sup> MATTOS. *A Vida Política*. Op. cit. P. 119

<sup>334</sup> O Pará. 27/02/1898. P. 02.

organizavam celebrações pelo 1º de Maio, dia do trabalhador, com sessões magnas e públicas anunciadas no jornal acompanhando votos de prosperidade<sup>335</sup>.

Narciso, por sua vez, não possui nenhum indicativo de ter participado de algum partido ou club, porém ele presidiu a Sociedade Abolicionista Redentora de Escravos (ou Captivos), conhecida por contar com uma diretoria feminina com mais de 50 mulheres. Além disso, a sociedade contou com outro egresso do IPEA como 1º secretário, Agnello Antônio Dias<sup>336</sup>, havendo número superior a 30 associados homens.

**Imagem 6 – Anúncio de celebração da criação da Sociedade Abolicionista Redemptora dos Captivos (1883).**



**Fonte:** Diário de Belém ano de 1883: nº 133. Pág. 02.

Segundo a historiadora Viviane Patrícia Fitz Gerald Frazão, a década de 1880 representa um período de consolidação da campanha abolicionista por todo Império e em Belém isto representou o nascimento de diversas sociedades abolicionistas, dentre elas um bom

<sup>335</sup> Diário de Notícias. 01/05/1898. P.01

<sup>336</sup> Agnello Antônio Dias é um artífice egresso do Instituto Paraense de Educandos Artífices do mesmo período das turmas dos 73 meninos arrolados, porém Agnello não compõe o grupo estudado pois não frequentou a instituição na condição de interno. Como visto no primeiro capítulo, Agnello foi aluno na escola da Sociedade Protetora da Infância desvalida no final da década de 1860. Todavia, nos anos seguintes consta nas listas de alunos do Liceu Paraense, cursando o ensino secundário, mas também no mesmo período estava matriculado no curso técnico do IPEA, na condição de aluno externo, ou seja, somente atuava nas oficinas. Sua menção neste quadro indica uma conexão que manteve com o educando Borges. A saber, Agnello tornou-se músico e professor de música.

número organizadas por artistas como o Club de Artístico Abolicionista Paraense, Comissão Artística Abolicionista Particular e Sociedade Artística Abolicionista 30 de março<sup>337</sup>, apesar da Sociedade Abolicionista Redemptora de Captivos não trazer o termo artista em seu nome tinha pelo menos três deles na sua direção masculina<sup>338</sup>, estando Narciso e seus colegas inseridos em um contexto próspero para as ideais emancipacionistas e abolicionistas na sua classe profissional. Sobre cenário abolicionista e emancipador na capital no ano de abertura da Sociedade redentora, José Maia Bezerra Neto comenta

Fora então o ano de 1883 um marco importante na trajetória do movimento emancipador e abolicionista paraense. Tanto que, neste ano, no Parlamento, o deputado geral pelo Pará, o conservador Ferreira Cantão, membro da *Associação Emancipadora*, dissera com razão, ainda que exagerasse um pouco demais, que o referido movimento na província paraense se desenvolvera quase tão bem quanto no Ceará. Para além da retórica parlamentar, os números da população escrava paraense indicam que o seu declínio bastante significativo nos últimos anos da escravidão tinha sua razão de ser no maior número de libertações de escravos que vinha ocorrendo desde 1883 e, principalmente, ao longo de 1884 e 1887<sup>339</sup>.

Mesmo fazendo parte de um cenário promissor, que tange a libertação de escravizados, como afirma Bezerra Neto, talvez focando na libertação de mulheres escravizadas mães de ingênuos, como sugere o anúncio acima reproduzido, esta é a única fonte encontrada para esta sociedade tão peculiar pela sua diretoria feminina. Sendo assim, não há nenhum indício de como se daria a atuação de Narciso nos processos de libertação que esta sociedade, porventura, veio realizar. Igualmente, não há nenhuma ocorrência que mostre Narciso como votante de algum distrito, o que tornou inviável apontar sua moradia no tópico anterior, assim como estimar sua idade, todavia o perfil que pudemos acompanhar até aqui deste educando prodígio depõe contra a hipótese de que ele, simplesmente, tenha optado por não se alistar para ser eleitor. É possível que seu nome estivesse em algum trecho manchado dos jornais consultados ou em edições que não sobreviveram aos efeitos do tempo, ou até mesmo em uma parte do alistamento que não consegui encontrar no Arquivo Público do Estado.

<sup>337</sup> FRAZÃO, Viviane Patrícia Fitz Gerald. “*Ave Libertas!*”: *Um estudo sobre o Abolicionismo a partir da Associação Filantrópica, Club Patroni E Club Amazonia (1881-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – UFPA. Belém, 2019. P. 50.

<sup>338</sup> A partir de pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca nacional verifiquei que Agostinho Lima foi membro da Sociedade trabalhava como tipografo e ativo no meio abolicionista entre os artistas. (Diário de Belém ano de 1887. Nº98. P. 02, A constituição ano de 1884. Nº 111. P. 2, etc)

<sup>339</sup> BEZERRA NETO, José Maia. *Por Todos os Meios Legítimos e Legais: As lutas contra a escravidão e os limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará, 1850-1888)*. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.P 381

O importante é considerar que os indivíduos que não constavam nos alistamentos consultados podem apenas ter desaparecido na grande quantidade de nomes que estas fontes possuem. Mesmo assim, deve-se ponderar sobre o segundo maior percentual do quadro<sup>12</sup>: os “**não votantes**”, aqueles que nem aparecem nas notícias de alistamento, nem ao menos para serem recusados. Murilo de Carvalho comenta sobre o tema que a abstenção do processo eleitoral é uma tarefa bem mais complexa do que entender a exclusão viabilizada e perpetrada pela legislação eleitoral, e indica que sem dúvida um dos maiores motivadores dessa opção seriam as fraudes eleitorais que o governo republicano nada fez para tentar controlar.

Segundo Mattos, o voto aberto foi uma das medidas que viabilizaram em grande medida esta realidade, chamando de “fundamento das fraudes eleitorais”, a autora contrapõe o argumento de Vitor Nunes Leal sobre o pacto coronelista, baseado em um mandonismo local e um suposto controle pelos chefes políticos locais sobre o voto popular por empregos e verbas públicas do município; com o argumento de Murilo de Carvalho de que o controle do voto popular foi uma moeda de troca importante, pelo menos para as disputas entre coronéis mas não para definição das eleições, visto que, em suas palavras, a grande maioria da população não votava e os resultados eram decididos pela comissão de verificação dos poderes. As fraudes e o pacto coronelista seriam relativos as tensões políticas entre as elites locais, sendo o pacto uma organização dos processos de negociações entre facções políticas locais e as oligarquias estaduais.

Por fim, tem-se em sentido da prática política vários perfis comuns do período dentro desta amostra definida pelo seu passado em comum com a política de ensino de artes e ofícios do final do Império, esses indivíduos se encaixavam, em maior ou em menor classe a vários conceitos de cidadania trabalhados por Murilo de Carvalho em seu livro já citado, ao estudar as diversas expressões de vida política na cidade do Rio de Janeiro, até então capital do país. As concepções de cidadania entre os membros do grupo objeto, aparentemente nem sempre tinham compatibilidade, e segundo este cenário o autor comenta:

Se a mudança do regime político despertava em vários setores da população a expectativa de expansão dos direitos políticos, de redefinição de seu papel na sociedade política, razões ideológicas e as próprias condições sociais do país fizeram com que as expectativas se orientassem em direções distintas e afinal se frustrassem<sup>340</sup>.

---

<sup>340</sup> CARVALHO, José Murilo. Op. cit. P. 64

com esta reflexão, permito concluir que, apesar da natureza da documentação deixada por esses sujeitos, quase sempre sendo somente uma referência a si feita por terceiros que pudessem elucidar seus posicionamentos, dado sua condição social; pensar na conjuntura a qual se encontravam nos permite acreditar que esses cidadãos de cor, empregados no setor industrial<sup>341</sup> ou de serviços, estiveram inseridos nesta pluralidade de concepções de cidadania e prática social.

Esta é uma forma de contar histórias de pessoas comuns da cidade de Belém que partilharam em um ponto determinante de suas trajetórias uma mesma experiência de formação, cercada por várias expectativas econômicas e políticas, assim como pela esperança em uma melhora da condição social. Sujeitos que também viveram o contexto de fim do escravismo, em um momento que mantêm as mesmas práticas sociais e culturais, inclusive nas relações de trabalho de subordinação e poder baseado em classe e raça. Pessoas que viram o século virar, que viveram Império e República. Que trabalharam, se organizaram em grupos, viajaram, beberam, sorriram, casaram, tiveram seus filhos, morreram. Uma imensidão plural de microuniversos perdidos na história da Cidade das Mangueiras. Pessoas como Narciso Ferreira Borges. O menino desvalido, o educando excelente, o bom funileiro, o professor da oficina de Manaus, o abolicionista, o fiel da Alfândega, marido de Antônia, pai de Narciso Filho, Heliodoro, Augusto, Antônio, Edmundo, Jerônimo, Domingos Pompeu e Deoclinda.

---

<sup>341</sup> Considerando alguns trabalhos e fontes que classificam as artes de ofícios trabalhos do setor da indústria nascente do período.



## Considerações finais

Durante todo o percurso de pesquisa que trilhei tendo como objeto catalisador da análise o Instituto Paraense de Educandos Artífices, desde 2015 na monografia de graduação, uma história ressoava nos cantos da minha memória. Tarde chuvosa e sem luz no bairro das Águas Brancas em Ananindeua. Década de noventa. Meu avô, Lucas Pereira de Oliveira, contava cheio de orgulho a vez que, ainda menino, teve uma audiência com o dito “governador Magalhães Barata”, do qual sempre foi um admirador. O jovem Lucas pedia para que o interventor lhe desse oportunidade de estudar. Então, saudoso ele dizia que o coronel Barata o internou no Instituto Lauro Sodré. Ele nunca disse o ano, apenas que tinha 12 anos. Nem como foi estar internado, quanto tempo passou na casa, ou qualquer aspecto que pudesse usar para comparar as condições neste estudo analisadas. O centro da sua narrativa era que ele conheceu seu ídolo.

Uma história que a esta altura do texto pode parecer familiar, um menino negro, desvalido, internado no antigo Instituto dos Educandos. Pois sim, na virada do Império para República não foram somente as ruas que trocaram seus nomes. O IPEA virou Lauro Sodré em 1897, quase sem alterações no seu regimento interno, a mudança veio apenas para homenagear o governador que deu início a construção da nova sede. Esta com direito a um espaçoso prédio com terreno vasto e até mesmo vila para os funcionários na antiga Estrada de Bragança, no Marco da Légua em 1899<sup>342</sup>. Não foi fácil chegar até ali para os internos que foram obrigados até a dividir suas camas até o novo edifício ficar pronto<sup>343</sup>.

---

<sup>342</sup> Monografia do Instituto Lauro Sodré, 1904. Capítulo V. P. 69. Disponível no site UFPA 2.0.

<sup>343</sup> SOUSA, Celita Maria Paes de. Instituto Lauro Sodré: Instituição Para Meninos Desvalidos No Pará. In: Anais Online do XII Congresso Nacional de Educação “*Formação de professores, complexidade e trabalho docente*”. Curitiba, 2015. Pp. 11705 – 11719. ISSN 2176-1396. P. 11711.

**Imagem 7 – Fachada do Instituto Lauro Sodré (1904).**

**Fonte:** Monografia do Instituto Lauro Sodré 1904.

Com direito a festas pomposas de inauguração, discurso de educandos e lentes, o Lauro Sodré não deveu nada para as solenidades do IPEA descritas ao longo desta dissertação. Esta casa foi ainda mais longe, sendo o destino certo dos meninos do orfanato do estado localizado na Ilha de Outeiro durante a primeira República<sup>344</sup>. Assim, deixava de ser somente um internato para o ensino de ofícios e tornava-se, por meio da Lei nº602 “em colônia orfanológica, artística, industrial e agrícola” com capacidade para até 300 meninos<sup>345</sup>, considerado por alguns o legado do Instituto Paraense de Educandos Artífices.

---

<sup>344</sup> O Pará. Livro comemorativo dos 8 anos de administração. Senador Augusto Montenegro. 1908. P323.

<sup>345</sup> SOUSA. Instituto Lauro Sodré. Opcit. P. 11712.



**Imagem 8 – Educandos do Instituto Lauro Sodré (1904).**

**Fonte:** Monografia do Instituto Lauro Sodré 1904

O Instituto Lauro Sodré, com o tempo, perdeu seu curso agrícola, e mais adiante no século XX se tornou Colégio e perdeu também o currículo profissionalizante. Mudou de sede e hoje funciona como Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Lauro Sodré, no bairro do Marco. Uma grande parcela da trajetória do ensino profissional do Pará, sem dúvida, perpassa pelas três instituições comentadas, em maior ou menor medida, neste estudo. A primeira Casa de Educandos Artífices do Brasil de 1840, brevemente comentada na introdução, o Instituto Paraense de Educandos Artífices e seu herdeiro. Os maiores atores dessa história, porém, sempre serão seus alunos. Crianças e adolescentes pobres que frequentaram estas instituições em todos os seus ciclos e todos os esforços para contar suas histórias são válidos.

Limitei-me, por questões práticas, a um grupo localizado temporalmente em um período em que os jornais concentravam uma diversidade de informações cotidianas da cidade, o que possibilitou conhecer um pouco sobre a alimentação, saúde, composição étnica, emprego

e até mesmo endereço, contrapondo-se as estéreis fontes do governo, desvelando a trajetória dos indivíduos que foram o verdadeiro legado do Instituto de Educandos.

Para além das tendências exigidas pela biografia coletiva de grupos populares, também foi possível enxergar a marca que estes educandos foram deixando pela cidade, seja com seus estabelecimentos, com suas peripécias boêmias, com seus trabalhos na administração pública ou navegando pelos rios, no caso dos maquinistas. Infelizmente, nem todas as pessoas comuns tinham um porquê de terem seus nomes publicados em uma folha noticiosa, logo muitos dos nomes observados nas fontes do Instituto sumiram, mas é provável que também tenham deixado seu legado por aqui. Vejamos, a exemplo, o caso de Narciso Ferreira Borges.

Narciso, como já comentado, casou-se com Antônia da Costa Gadelha. Já atendendo pelo nome de Antônia Gadelha Borges, ela deu à luz a seus oito filhos listados no final do capítulo IV. Não encontrei nenhuma referência de que haviam mais. Em 1916, Narciso e Antônia perderam seu filho Jeronymo de apenas 22 anos<sup>346</sup>, que havia deixado Belém para se tratar em Porangaba no Ceará. A exceção de Deoclinda, Antônio e Narciso Filho, que se tornou médico, todos os seus filhos vivos seguiram os passos do pai e se tornaram empregados públicos. Heliorodo no Alfândega, Edmundo no Banco do Brasil, Domingos no setor de obras públicas do estado, era engenheiro e Augusto no Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

Dos filhos de Narciso, Augusto Gadelha Borges é o que possui mais fios para serem seguidos. Nascido em 02 de abril de 1901<sup>347</sup>, Augusto, além do emprego público, também era desenhista e ilustrador. Ganhou o prêmio na Escola de Belas Artes no ano de 1954.

---

<sup>346</sup> Estado do Pará. 10/02/1916. P. 02.

<sup>347</sup> AUGUSTO Gadelha Borges. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa583103/augusto-gadelha-borges>>. Acesso em: 12 de Fev. 2021. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

**Imagem 9 – Gravura de Augusto Gadelha Borges (1925).**



**Fonte:** Site *Antigo Moderno Leilões*. Lote 234

Acesso em: <https://www.antigomoderno.com.br/peca.asp?ID=7096139&ctd=43> Acesso em 10/02/2021<sup>348</sup>.

Quanto mais o tempo avança no século XX, mais as informações se escasseiam, porém Augusto mudou-se para o Rio de Janeiro e morou no bairro de Santa Teresa. Casou-se e com sua esposa, Maria de Lourdes Decourt Borges<sup>349</sup>, teve duas filhas. Eliana e Gilda Decourt Borges<sup>350</sup>. Faleceu em 1988. O último rastro da família de Narciso possível de ser encontrado

<sup>348</sup> AUGUSTO GADELHA BORGES - Grafite sobre papel - 19x12cm - 1925. Dedicado à então Cônsul Geral do Brasil Marina Moscoso.

<sup>349</sup> Revista da Semana. 28 de junho de 1930. P. 24. Rio de Janeiro/RJ

<sup>350</sup> 1º caderno. 11/12/1985. P. 20 (Rio de Janeiro).

vem do Museu da Pessoa<sup>351</sup>. Em 2002, Gilda Decourt Borges, aos 69 anos, dá uma entrevista ao museu por ser a primeira mulher a ter cargo de coordenação no BNDES. A neta de Narciso conta um pouco da sua trajetória profissional e um pouco da rigidez do pai<sup>352</sup>.

É verdade que o casamento de Narciso com Antônia, filha de Antônio da Costa Gadelha, comerciante e artista bem sucedido, é o principal fator para que tantos indícios tenham sido deixados por sua família, já que de sua mãe, Luiza Ferreira Borges, nada é possível saber. E assim, visualizando um pouco do seu legado familiar, nos despedimos de Narciso e seus netos, que ganharam o Brasil. Mas talvez, quem sabe, ele nos visite outra vez para contar um pouco mais sobre sua família.

---

<sup>351</sup> O Museu da Pessoa é um museu virtual e colaborativo com um acervo reúne quase vinte mil histórias, sem contar as fotografias, documentos e vídeos. Sobre a sua história o Site oficial do Museu divulga: O Museu da Pessoa nasceu para o mundo em 1991, quando, no Museu da Imagem e do Som, em São Paulo, a exposição Memória & Migração inaugurou um espaço para que toda e qualquer pessoa pudesse vir contar sua história. A ideia havia germinado um pouco antes, em 1989, em meio à gravação de 200 horas de histórias de vida de judeus imigrantes vindos das mais variadas regiões do mundo. Este projeto - Heranças e Lembranças: imigrantes judeus no Rio de Janeiro - resultou em um livro, uma exposição no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro e um acervo composto por pastas com a história de cada entrevistado. Ao final do projeto, D. Matilde Lajta, judia austríaca então com 86 anos, disse: "Preciso agradecer a vocês por este projeto. Porque agora sei que já posso morrer. Tive uma vida interessante, marido, filhas, netos... Mas agora sei que minha vida, aquela história que é só minha mesmo, minha alma, agora sei que vai ficar." Ali confirmava-se o propósito do Museu da Pessoa: permitir com que cada pessoa tenha o direito e a oportunidade de ter sua história de vida eternizada e reconhecida como uma fonte de conhecimento e compreensão pela sociedade." Disponível em: <https://acervo.museudapessoa.org/pt/entenda/historia> Acesso em 18/02/2021.

<sup>352</sup> Entrevista disponível no site do Museu da Pessoa < <https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/a-primeira-coordenadora-140315>> acesso em 2 de fevereiro de 2020.



## Fontes

- **Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).**

**Área:** Governo

**Fundo:** Secretaria da Presidência da Província.

### DOCUMENTAÇÃO AVULSA

Caixa 339 – Ofícios da Diretoria Geral da Instrução Pública (1874 – 1878).

Caixa 342 – Ofícios dos Colégios: Liceu Paraense, Escola Normal e Instituto Paraense de Educandos Artífices (1874 – 1879).

Caixa 386 – Ofícios do Instituto Paraense de Educandos Artífices (1880 – 1889).

### DOCUMENTAÇÃO ENCADERNADA

Códice 1515 A – Minutas de Ofício ao Diretor Geral da Instrução Pública (1873).

Códice 1595 – Minutas de Ofício ao Diretor da Instrução Pública (1876).

Códice 1596 – Minutas de Ofício ao Diretor da Instrução Pública (1876).

Códice 1639 - Minutas de Ofício ao Diretor Geral da Instrução Pública (1878).

Códice 1668 – Minutas de Ofício ao Diretor do Instituto de educandos (1879).

Códice 1721 - Minutas de Ofício ao Diretor do Instituto de educandos (1881).

- **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.**  
(<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)

### JORNAIS

*Jornal do Pará:* Órgão oficial (PA) – 1867-1878.

*Diário de Belém:* Folha Política, noticiosa e comercial (PA) – 1868 – 1889.

*O Liberal do Pará* (PA) – 1869 – 1889

*A Boa nova:* Tudo o que for verdadeiro, honesto, justo, santo, amável. (PA) – 1873 – 1883)

*A Constituição:* Órgão do Partido Conservador (PA) – 1874 – 1886.

*Diário de Notícias* (PA) – 1881 – 1898.

*A República*: Órgão do Club Republicano (PA) – 1886 – 1900.

*O Pará (PA)* – 1897 – 1900.

*O Estado do Pará*: Propriedade de uma associação (PA) – 1890.

*Correio Paraense*: Diário noticioso, comercial e literário (PA) -

*O Estado do Pará*: Propriedade de uma associação Anonyma (PA) – 1921.

*Jornal do Amazonas*: Defende a causa da Verdade, da justiça, do Progresso e da Civilização (AM) – 1875 – 1889

*Jornal do Comércio (AM)* – 1905 – 1979.

#### ALMANAQUES E EXPOSIÇÕES:

*Almanak: Administrativo, Mercantil e Industrial (PA)* – 1868 -1873.

*Almanach do Diário de Belém (PA)* – 1878 – 1880.

*Exposição: Apresentada ao Exm<sup>o</sup>. Presidente da Província do Amazonas* – 1851 – 1889.

- **Acervo da Biblioteca Nacional Digital.**

(<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerio-imperio/720968>)

Relatórios do Ministério do Império (1870 – 1885).

- **Coleção de Obras raras da Biblioteca Arthur Viana (Centur).**

Colleção de Leis do Ano de 1870, primeira parte. Tolmo XXX II. Typ. do Diário de Belém, 1872.

Colleção das leis da província do Gram-Pará. Tomo XXXV 1873. Pará. Typ do Diário do Gram-Pará.

Actos do Governo da Província que formam a segunda parte da Colleção de Leis do Ano de 1872. Tolmo XXXIV, Pará 1872.

- **Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado.**

O Pará. Livro comemorativo dos 8 anos de administração. Senador Augusto Montenegro. 1908.



- **Center for Research Libraries: Provincial Presidential Reports – Pará.**  
(<http://ddsnext.crl.edu/titles/172#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1510%2C-163%2C4570%2C3224>)

**1860**

Relatório de Alexandrino Carvalho Reis, presidente da província.  
Relatório de Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, presidente da província.

**1861**

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa provincial na segunda sessão da XII legislatura por Francisco Carlos de Araújo Brusque, presidente da província. - 17 /08/ 1861.  
Relatório de Ângelo Thomaz do Amaral, presidente da província.

**1862**

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa provincial na primeira sessão da XIII legislatura pelo presidente da província Francisco Carlos de Araújo Brusque. 01/09/ 1862.

**1863**

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa provincial na segunda sessão da XIII legislatura pelo presidente da província Francisco Carlos de Araújo Brusque – 01/11/1863.

**1864**

Relatório dos negócios da província do Pará. Typ. de Frederico Rhossard.

**1866**

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa provincial pelo presidente da província. Barão do Arary. 01/10/1866.  
Ofício do presidente da província Couto Magalhães.

**1867**

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa provincial por Joaquim Raymundo de Lamare presidente da província. 15/08/1867.  
Relatório com que presidente da província, Pedro Leão Vellozo passou a administração ao barão do Arary. 09/04/1867.

**1868**

Anexos ao relatório com que Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da província, passou a administração ao visconde de Arary. 06/08/1868.  
Falla de visconde de Arary a Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1868, na primeira sessão da 16.a legislatura As.  
Relatório de Raymundo Lamare, presidente da província. 06/08/1868.  
Relatório de Lacerda Chermount, presidente da província. 29/09/1868.  
Relatório de Siqueira Mendes, presidente da província .18 de outubro de 1868

**1869**

Relatório de Cunha Figueredo, presidente da província. 16 de maio de 1869

Relatório de Pinto Guimarães, presidente da província em 8 de novembro de 1869  
 Relatório que Miguel Antonio Pinto Guimarães, presidente da província, dirigio à Assembleia Legislativa provincial em 15 de agosto de 1869 - segunda sessão da 16.a legislatura.

### **1870**

Relatório do presidente da província Correia de oliveira.  
 Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na primeira sessão da 17.a legislatura pelo quarto vice-presidente Abel Graça.

### **1871**

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na segunda sessão da 17.a legislatura pelo dr. Abel Graça, presidente da província.

### **1872**

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na primeira sessão da 18.a legislatura em 15 de fevereiro de 1872 pelo presidente da província, dr. Abel Graça.  
 Relatório da presidência da província. 05/11/1872.

### **1873**

Relatório com que Domingos José da Cunha Junior, presidente da província, abriu a 2.a sessão da 18.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial em 1.o de julho de 1873.  
 Relatório com que Domingos José da Cunha Junior passou a administração da província do Pará ao 3.o vice-presidente, Guilherme Francisco Cruz em 31 de dezembro de 1873  
 Relatório com que o barão de Santarém, 2.o vice-presidente da província passou a administração da mesma a Domingos José da Cunha Junior em 18 de abril de 1873

### **1874**

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial na 1ª sessão da 19.a legislatura, presidente da província, Pedro Vicente de Azevedo-15 de fevereiro  
 Relatório apresentado pelo vice-presidente da província Francisco Cruz.

### **1875**

Relatório apresentado ao Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides para Pedro Vicente de Azevedo por ocasião de passar-lhe a administração da província. 17 de janeiro 1875.  
 Relatório com que Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, presidente da província, abriu a 2.a sessão da 19.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 15 de fevereiro 1875.

### **1876**

Relatório da presidente da província Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, entregando adm. João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 18 de julho 1876.  
 Relatório do Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides presidente da província à Assembleia Legislativa Provincial. 1ª na sessão de instalação da 20.a legislatura-15 de fevereiro

### **1877**

Falla de João Capistrano Bandeira de Mello Filho na 2.a sessão da 20.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 15 de fevereiro 1877.

### **1878**

Falla de José Joaquim do Carmo na 1.a sessão da 21.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 22 de abril 1878.

Relatório do José da Gama Malcher, vice-presidente, passou a administração da província para João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 9 de março 1878.

### **1879**

Falla de José Coelho da Gama e Abreu presidente da província. a 2.a sessão da 21.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 16 de junho 1879.

### **1880**

Relatório da José Coelho da Gama e Abreu presidente da província à Assembleia Legislativa Provincial na 1.a sessão da 22.a legislatura 15 de fevereiro 1880.

### **1881**

Relatório da vice presidente da província 27 de abril 1881.

Relatório de José Coelho da Gama e Abreu presidente da província para Assembleia Legislativa Provincial na 2.a sessão da 22.a legislatura em 15 de fevereiro 1881.

### **1882**

Relatório com que Manuel Pinto de Souza Dantas filho passa a presidente da província para o vice José Gama Malcher em 23 de abril 1882.

- **UFPA 2.0.**

Monografia do Instituto Lauro Sodré – 1904.

Planta da cidade de Belém por José Sidrim – 1905.

## Referências Bibliográficas.

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX*. Tese (Doutorado em História). Apresentado a faculdade de história da Pontífice Universidade Católica-PUC. São Paulo, 2010.

ANJOS, Maria Cecília Tinoco dos. *Descrição da vida escolar em romances brasileiros*. Dissertação (mestrado em Educação). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1979

ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. “Educação republicana sob a ótica de José Veríssimo”. In: *Educar em Revista*. Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 303-318, 304 2010. Editora UFPR

ARAÚJO, Telmo Renato da Silva. “Entre as normatizações correccionais e o Mundo do Trabalho: A institucionalização da educação infanto-juvenil no Pará entre 1870 e 1920”. In: *Anais do 1º Colóquio de História da Educação do Pará*. 2011, Belém/ PA

ARCE, A. “LINA, uma criança exemplar! Friedrich Froebel e a pedagogia dos jardins-de-infância”. In: *Revista Brasileira De Educação*. maio-agosto Nº 20, 2002

ARCE.A. Friederich Froebel: *O pedagogo dos Jardins de Infância*. Petrópolis. RJ: Vozes. 2002.

ARIÈS, Philippe. *História Social da criança e da família*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora LCT, 1981.

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. *O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011

BARBOSA, Rui. “Pareceres”. In: *Obras completas*. Volume nove, Tomo I, 1882. Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1942.

BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará. Belém, 2004.

BERLIN, Isaiah. “TWO CONCEPTS OF LIBERTY,” *Four Essays On Liberty*, (Oxford, England: Oxford University Press, 1969), p. 118-172.

BERRINI, Beatriz. *Brasil e Portugal: A geração de 70*. 1ª Ed. Porto: Editora Campo das Letras, 2003

BERTUCCI-MARTINS, Liane Maria. Memória que educa. Epidemias do final do século XIX e início do XX. In: *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 75-89, 2005. Editora UFPR pág. 76

BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e ilegais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850 – 1888)*. Tese (Doutorado em História). Pontífice Universidade Católica. São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. “O cotidiano mais do que perfeito: Instrução e sociabilidades meninas sob vigília no recolhimento das educandas (Belém – Grão-Pará- 1840)”. In: *HISTEDBR Online*, Campinas, nº62, mai2015 – ISSN: 1676-2584

\_\_\_\_\_, Os colégios católicos na belle époque: Belém (1870/1912). Belém: UFPA/Departamento de História, 1991/1992. (Relatório de pesquisa)

\_\_\_\_\_. “As luzes da Instrução: o Asylo de Santo Antônio em Belém do Pará (1870/1912)”. In: ACEVEDO MARIM, Rosa Elizabeth. *A escrita da História Paraense*. Belém,. NAEA, 1998.

\_\_\_\_\_. José Veríssimo: Pensamento Social e Etnografia da Amazonia (1877/1915). ISSN: 0011-5258 ([hppt://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581999000300006](http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581999000300006))

\_\_\_\_\_. Mercado, conflito e controle social. Aspectos da escravidão urbana em Belém (1860-1888). *História & Perspectivas, Urbelândia*(41): 267-298, jul.dez.2009

\_\_\_\_\_. O Recolhimento Das Educandas: uma breve notícia documental (1840). *Cadernos Pagu*, n.8/9, 1997, PP.407-411

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONATO, Massimo. A micro-história e a metodologia qualitativa de pesquisa. ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH -Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. ISSN 1983-2859.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. *revista brasileira de história da educação* nº 10 jul./dez. 2005

BORGES, Angélica; TEIXEIRA, Giselle Baptista. “Antonio de Almeida Oliveira, os ideais republicanos e a instrução: um projeto para ensino público no século XIX”. In: *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 17, p. 187-190, abr. 2005

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. São Paulo: EDUSC, 2004.

CAMBI, Franco. *A História da Pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870 – 1920)*. Belém: Editora Açai, 2011.

CARDOSO, Criro & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOZO, José Carlos da Silva. Reflexões sobre a abordagem macro e micro na *história*. *MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES*, 11(28), 2010 – AGO / DEZ

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

\_\_\_\_\_. *A Construção da Ordem – a elite política imperial Teatro de sombras – política imperial*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2003. 459 p. ISBN: 978-85-200-0618-4.

\_\_\_\_\_. Cidadania: Tipos e Percursos. *Revista estudos históricos*, 1996 - 18

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: a sociedade salarial*. Petropolis-RJ: Editora Vozes, 1999.

CASTRO, Augusto César. A educação da infância desvalida no Maranhão oitocentista: a casa de educandos artífices. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da educação*. Goiânia, 2006. ISBN 85-8977-937-8

CASTRO, Michele Corrêa de; RIOS, Valdir Lemos. Escola e Educação em Gramsci. *Revista de Iniciação Científica* da FFC, v. 7, n. 3, p. 221-228, 2007.

CESAR, Tiago da Silva. “Estado, sociedade e o nascimento da prisão na América Latina”. In: *MÉTIS: história & cultura*. v. 12, n. 23, jan./dez. 2013

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das letras, 1996

\_\_\_\_\_. *Visões de Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990

\_\_\_\_\_. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle époque*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012. Pág. 59 – 171

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. *A cor ausente: um estudo da presença do negro na formação dos professores*. 2ª ed. Belo Horizonte-MG: Mazza edições, 2009.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *Internar para Educar. Colégios-internatos no Brasil (1840 – 1950)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012, pág. 35.

COSTA, Magda de Nazaré Pereira da. *Caridade e Saúde Pública em Tempo de Epidemias Belém 1850-1890*. Dissertação (mestrado em história) UFPA. Belém, 2006.

COWMAN, K. *Apprenticeships in Britain c. 1890 – 1920: An overview based on contemporary evidence*. London: Skills Funding Agency, 2014.

CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: Significado histórico e suas denominações*. 2ª edição. Belém: CEJUP, 1992.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007

DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. *TOPOI*, Rio de Janeiro v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 118-139. Pág.120

DOSSE, François. *A História*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

DUARTE, Raimunda Dias. *Livros escolares de literatura da Amazônia: Produção, edição, autoria e discursos sobre Educação de meninos, civilidade e moral cristã*. Campinas-SP: Editora Pontes, 2018.

DUNLOP, O. J. DENMAN R. *English Apprenticeship and Child Labour: A History* (London, 1912)

ETCHEBÉHÈRE-JÚNIOR, Lincoln; BOTELHO TRUFEM, Sandra Farto. “O Ensino Profissionalizante Na Imperial Cidade De São Paulo, Brasil (1823 - 1889)”. In: *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 14, n. 32, p. 109-141, Set/Dez 2010. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asph>

FACEIRA, Lobelia da Silva. “Punição e tratamento: as faces contraditórias do sistema penitenciário brasileiro”. In: [SYN]THESIS: *Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, vol.8, nº 1, 2015. P.127 -137.

FERNANDES, Phillippe; SEIXAS, Netília. Comunicação & História: a imprensa de Belém no alvorecer do século XX. *Anais do VIII Encontro de História da Mídia, UNICENTRO – Guarapuava/PR.*, 2011.

FERREIRA COSTA, Raíssa Cristina. *A Pedagogia da Liberdade: A educação profissionalizante e Instituto Paraense de Educandos Artífices*. Monografia de Graduação. Belém, UFPA, 2016.

FONSECA, Celso Sukow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI, 1986. 5 V.

FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. História Cultural e História da Educação na América Portuguesa. *Revista brasileira de história da educação* nº 12 jul./dez. 2006

FONTES, Edilza Joana Oliveira. Trabalhadores portugueses em Belém: percepções, circulação e experiências (1850 – 1920). In: SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama (org.). *Belém do Pará: História, cultura e cidade. Para além dos 400 anos*. 2 ed. rev. ampl. Belém: Açáí, 2016.

FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. José Veríssimo (1857-1916) E A Educação Brasileira Republicana: Raízes Da Renovação Escolar Conservadora. Campinas. 2004. Tese de Doutorado.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas* (Traduzido por Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardins Moraes). Rio de Janeiro: Nau, 2001.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*. 33ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2007.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios: na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.

FRAGA, Walter. Pós-Abolição; o dia seguinte. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. *José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana: Raízes Da Renovação Escolar Conservadora*. Tese de Doutorado. Campinas. 2004.

FRANCO, Luiz Antônio Carvalho. *A escola do trabalho e o trabalho da escola*. Editora Cortez: São Paulo, 1987.

FRAZÃO, Viviane Patrícia Fitz Gerald. “Ave Libertas!”: *Um estudo sobre o Abolicionismo a partir da Associação Filantrópica, Club Patroni E Club Amazonia (1881-1888)*. Dissertação

(Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – UFPA. Belém, 2019.

FURTADO, Alessandra Cristina. Dossiê “A história da educação sob diferentes perspectivas investigativas”. *Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS*, v.2, n.4, p.03-06, jan/abr. 2012

FURTADO, João Victor da Silva. *Na estrada para a cadeia de São José: Reforma prisional na Belém do oitocentos (1830-1850)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História social da Amazônia-UFPA: Belém,2020

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. “O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil”. In: *Trabalho e Crítica*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

GASPARELLO, Arlette Medeiros; VILLEVA, Heloisa de Oliveira Santos. “O discurso educacional no século XIX: A nova pedagogia em questão”. In: *Revista HISTEDBR online: Campinas*, 2008

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: Troca desigual e mercado historiográfico. **In:** *Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro-RJ: Editora Bertrand Brasil AS, 1991.

\_\_\_\_\_, Carlo. *O queijo e os vermes: cotidiano e ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GÓIS JR, Edivaldo. Movimento higienista e o processo civilizador: apontamentos metodológicos. Anais do X Simpósio internacional Processo Civilizador. Campinas: UNICAMP, 2007.

GOMES, Rodrigo Neves. *Cidade E Trabalho: Representações fotográficas de Belém. (1908-1916)*. Belém: UFPA, 2016. Monografia

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008

GUEDES, Shirlei Terezinha Roman; SCHELBAUER, Anaete Regina . . Da Prática do Ensino à Prática de Ensino: os sentidos da prática na formação de professores no Brasil do século XIX. *Revista HISTEDBR On-line, Campinas*, v. 1, p. 227-245, 2010.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo rural e urbano*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores: Estudos sobre a história do operariado*. (Tradução Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros). São Paulo: Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das letras, 2013

JUNIOR, Ailton Fernandes da Rosa. As Febres Intermitentes e os Saberes Médicos na Província do Rio de Janeiro. *XIX ENCONTRO DE HISTORIA DA ANPUH-RIO*. 21 A 25 DE SETEMBRO DE 2020. In: Anais online do XIX Encontro de História da Anpuh-Rio 2020.

KOCH, D. “Friedrich Froebel, o criador do jardim-de-infância, no seu bicentenário”. In: *Convivium*, São Paulo, v. 25, 1982



KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1990.

LACERDA, Franciane Gama. Cidade Viva: Belém do Pará na virada do século XIX para o século XX. In: SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama (org.). *Belém do Pará: História, cultura e cidade. Para além dos 400 anos*. 2 ed. rev. ampl. Belém: Açai, 2016.

LACERDA, Franciane Gama; SARGES, Maria de Nazaré. De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX. *Projeto História*, São Paulo, n.38, p. 165-182, jun. 2009.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. Montaignou: povoado occitânico (1294 – 1324). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LANE, Joan. *Apprenticeships in England (1600 – 1914)*. London: Taylor & Francis e-library, 2005. Kindle e-book. ISBN: 0-203-99262-8. Fonte 03. Orientação retrato.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Pequenos patriarcas: pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844)*. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado em História Social). UFRJ/IFCS/PPGHIS. V.1

LOBATO, Ana Maria Leite. A instrução pública paraense no século XIX: breve percurso histórico. In: *Anais Online do XIV Eche – Encontro Cearense De História Da Educação Iv Enhime – Encontro Nacional Do Núcleo De História E Memória Da Educação*. Fortaleza – Ce | 17 A 19 De Setembro De 2015 pp. 255 – 264.

LOBO, Marcelo Ferreira. “Futuros operários do progresso”: Infância Desvalida e Educação no limiar da escravidão (Grão-Pará, 1870-1890). *História, histórias*, Brasília. volume 8, nº 16, jul./dez. 2020. Pág. 91

\_\_\_\_\_. *Liberdade Tutelada: Ingênuos e órfãos no Pará (1871-1893)*. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia. Belém: UFPA, 2015

MACEDO, Joaquim Teixeira de. *Breves Apontamentos para o estudo das questões relativas ao ensino normal primário e a educação popular*. Rio de Janeiro: Typographia de João M. A. A. d’Aguiar, 1876.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *A cozinha mestiça. Uma história da alimentação em Belém (Fins do século XIX a meados do Século XX)*. Tese (Doutorado em História) Apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará-UFPA. Belém, 2016.

\_\_\_\_\_. *Daquilo que se come: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) Apresentado ao Programa de Pós-Graduação e História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará-UFPA. Belém, 2007

MACIEL GOMES, Elisane. *Preparando o futuro. Instituto de Educandos Artífices Paraense (1870-1889)*. Belém: UFPA. Monografia de graduação, 1998

MALHEIROS, Rogério Guimarães. “As transformações políticas e econômicas da Província do Grão-Pará e a Escola Normal como instituição destinada a formar professores alinhados aos ideais modernos de ordenamento, progresso e civilização (1840 a 1871)” In: *Almanack*. Guarulhos, n.07, p.95-116, 1º semestre de 2014. Pág 99

MAMIGONIAM, Beatriz G. *Africanos Livres: abolição do tráfico de escravos no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MANTOVANI, Rafael. “A prisão em São Paulo na primeira metade do século XIX: demandas sociais, atores e contradições”. In: *Rev. hist.* (São Paulo), n. 177, a00817, 2018

MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Mortz (coord.) *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Vol.3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

\_\_\_\_\_. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. 3ª ed. rev. Campinas-SP: Editora UNICAMP, 2013.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-Abolição*. Niterói: Civilização Brasileira, 2005

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

MENDONÇA, Ligia Bahia de. *Entre Leões e Caçadores: a micro-história como aporte teórico-metodológico para (na) história da educação brasileira*.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. “As duas pedagogias: Formas de educação dos escravos; mecanismos de formação de hegemonia e contra-hegemonia”. In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.28, p.145 –163, dez. 2007 - ISSN: 1676-2584

MILL, John Stuart. *Utilitarismo*. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. São Paulo: Editora escola, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Liberdade/Utilitarismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Ensaio Sobre Liberdade*. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. São Paulo: Editora escola, 2006.

MORAES, Felipe Tavares. *José Veríssimo (1857 – 1916), intelectual amazônico: Geração de 1870 e educação no Grão-Pará (1877 – 1891)*. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2018.

MULGAN, Tim. *Utilitarismo*. Tradução de Fabio Creder. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2012.

MURASSE, Celina Midori. *A Educação No Processo De Organização E Consolidação Do Império Do Brasil: O Pensamento De Bernardo Pereira De Vasconcellos (1795-1850) E De Zacarias De Góes E Vasconcellos (1815-1877)*.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. História da educação, licenciatura em estudos sociais e as “escalas de observação” do historiador. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* São Paulo, julho 2011

NEQUETE, Lenine. *Escravos e Magistrados no segundo reinado*. Brasília: Ministério da Justiça, 1988.

NAVA, Pedro. *Balão Cativo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

\_\_\_\_\_. *Chão de Ferro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

NERY, Vitor Sousa Cunha; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. Disseminação Da Instrução Pública Primária Na Província Do Pará Na Década De 1870. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v.23, n.2, p. 82-100, jul.-dez. 2014

NISHIMURA, Jaqueline Sayuri; QUEIROZ, Shirley Gomes. Cultura material e alimentação: A evolução dos utensílios à mesa e a consolidação de comportamentos durante a refeição. *Demetra*; Rio de Janeiro, 2016; 11(4); 951-964. DOI: 10.12957/demetra.2016.22229.

NUNES, Antonietta de Aguiar. “Educação na Bahia no século XIX: algumas considerações” in: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* nº 93, jan/dez 1997, pp 165-203.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. *O ensino público*. Brasília, DF: Senado Federal/ Conselho Editorial, 2003. Edições do Senado Federal, v. 4

OLIVEIRA, Fernanda Amaral de. Os modelos penitenciários no século XIX. In: *Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade, ocorrido na cidade de Mariana – MG entre os dias 01 a 03 de agosto de 2007*.

PAES DE SOLSA, Celita Maria. *Traços de compaixão e misericórdia na História do Pará: Instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX e início do século XX*. São Paulo: PUC/SP, 2010. Tese de Doutorado.

PAIVA, Clotilde A; GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; MATTA DE JESUS, Douglas Santos Antônio Da; MIRANDA, Henrique; MENDONÇA, Matheus. VARGAS, Patrícia. Relatório crítico do recenseamento geral do Império do Brasil de 1872. Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica – NPHEd. UFMG: Belo Horizonte, 2012.

PALMA FILHO, J. C. *Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed.* São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p. 29-47.

PAULILLO, Clarrise De Almeida. *Corpo, casa e cidade: Três escalas da higiene na consolidação do banheiro nas moradias paulistanas (1893-1929)*. Dissertação (Mestrado em Desing e Arquitetura). Apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

PESSANHA, Eurize Caldas, ASSIS, Wanderlice da Silva, SILVA, Stella Sanches de Oliveira. “História Do Ensino Secundário No Brasil: O Caminho Para As Fontes”. *Rev. Roteiros*, vol.02, nº02 (2017); maio/ago 2017. P. 326 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18593/r.v42i2.12251>

PESSANHA, Eurize Caldas, BRITO, Sílvia Helena Andrade de. “Ensino Secundário Ou Educação Secundária? Controvérsias E Singularidades Na Escrita De Sua História”. *Anais do VII congresso brasileiro de história da educação da sociedade brasileira de história da educação*, Cuiabá, 2013 – ISSN: 2236 - 1855

PINHAL, Paulo. Dicionário de termologias arquitetônicas online. In: *Site Colégio de Arquitetos*. Mogi das Cruzes, 1998. Disponível em <<http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-peanha/>> Acesso em 10/02/2021

POMPEIA, Raul. *O Ateneu*. E-book Amazon Kindle, 2020, pág 134.

RAINVILLE, Cezar. *O vinhola Brasileiro – o novo manual prático do engenheiro, arquiteto, pedreiro, carpinteiro, marceneiro e serralheiro*. Rio de Janeiro, 1880. Pág. 48.

REGO, José Lins do. *O Doidinho*. 36. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *A educação feminina durante o século XIX: O colégio Florence de Campinas 1863-1889*. Campinas: Área de publicações CMU/UNICAMP, 1996

RIBEIRO, Rafaela Machado. *O Negro E Seu Mundo: Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893)*. Tese de Doutorado pela Universidade Estadual Do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2012.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *TOPOI*, Rio de Janeiro v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198. Pág. 176

RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2004. Pág. 163.

\_\_\_\_\_. “Educação Popular na Amazônia Imperial: crianças índias nos internatos para a formação de artífices”. In: SAMPAIO, Patrícia Melo; ERTHAL, Regina Carvalho (org). *Rastros da Memória: Historia e trajetória das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006.

ROUSSEAU, Jean Jaques. *Emílio ou da educação*. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SALLES, Vicente. *O negro na formação da sociedade paraense: Textos reunidos*. Belém: Paka-Tatu, 2004. Pág.– 172

\_\_\_\_\_. *O negro no Pará sob regime de escravidão*. 3ªed. Belém: IAP, 2005. SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). *O fim do silêncio: Presença negra na Amazônia*. Belém: Editora Açai; CNPQ, 2011.

SANT’ANNA, Susan Brodhage. MIZUTA, Celina Midori Murasse. “A instrução pública primária no Brasil imperial: 1850 a 1889”. In: *O Mosaico: Faculdade de Artes do Paraná*. – n. 4 (jul./dez., 2010). - Curitiba: FAP, 2010.

SANTOS, Francimary Nascimento da Silva. Uma Análise Sobre O Abastecimento De Carne Verde Em Belém Durante A Intendência De Antônio Lemos (1897 - 1908). *Revista do IHGP online*, Belém, vol. 7, n.01. 2020. P. 50-72 DOI: <http://dx.doi.org/10.17648/ih>

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle Époque (1870 – 1920)*. Belém: Pakatatu, 2002.

SAVIANI, Demerval. *Pedagogia E Formação De Professores No Brasil: Vicissitudes Dos Dois Últimos Séculos*.

\_\_\_\_\_, Demerval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Cortez (Autores associados), 1986

SCHELBAUER, Analete Regina. “Método Intuitivo e Lições de coisas: Saberes em curso nas conferências pedagógicas no século XIX”. In: *Revista HISTEDBR online*: Campinas, 2010.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Rev. bras. Hist.* [online]. 1999, vol.19, n.37, pp.59-84.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. As marcas do império. In: SCHWARCZ, Lilia Mortz (coord.) *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Vol.3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

\_\_\_\_\_. População e Sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Mortz (coord.) *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Vol.3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

\_\_\_\_\_, Lilia Moritz.. “Raça como negociação. Sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil”. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Brasil Afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica*, 2000, pp. 11-40

SILVA, André Drumond Mello. *Da Senzala Ao Mercado: o lugar da escravidão no pensamento liberal brasileiro do século XIX*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Adailton Soares da; SOUZA, Aneilton Oliveira de. POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: Do império à República. Rios Eletrônica- *Revista Científica da FASETE* ano 5 n. 5 dezembro de 2011

SILVA, Fabrício Herbeth Teixeira da. “Aos nossos olhos europeus”: Alimentação dos paraenses nas crônicas de viajantes do século XIX. *Projeto História*, São Paulo, vol. 04, n.42, junho de 2011, (p. 373-390).

SILVA, Cristina Nogueira da. Conceitos oitocentistas de cidadania: liberalismo e igualdade. *Análise Social*, vol. XLIV (192), 2009, 533-563

SILVA, João Luiz Maximo da. Alimentação e transformações urbanas em São Paulo no século XIX In: *Almanack*. Guarulhos, n.07, p.81-94, 1º semestre de 2014.

SIMÕES, Mauro Cardoso. “John Stuart Mill. Utilitarismo e Liberalismo”. In: *Revista Veeritas*. Porto Alegre v. 58 n. 1 jan./abr. 2013 p. 174-189

SLENES, Robert W. Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. Corríg. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2011.

STONE, Lawrence. Prosopography. In: *Daedalus: journal of American Academy of Arts and Sciences*, vol. 100, nº 1, 1971

SOUSA, Celita Maria Paes de. Instituto Lauro Sodré: Instituição Para Meninos Desvalidos No Pará. In: *Anais Online do XII Congresso Nacional de Educação “Formação de professores, complexidade e trabalho docente”*. Curitiba, 2015. Pp. 11705 – 11719. ISSN 2176-1396.

SOUSA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedes*, ano XX, n o 51, novembro/2000

SOUZA, Maria Zélia Maia de. O aprendizado para o trabalho dos meninos desvalidos: Nem Negros Escravos E Nem Criminosos. In: *Revista Contemporânea de Educação*. Rio de Janeiro, v.4, n.7, 2009, 43-60. ISSN 1809-5747.

STAMATTO, Maria Sucupira Inês. Experiências escolares para infância desvalida – Brasil Imperial (1822 – 1889). In: *Revista HOLOS*, Natal, Ano 32, V. 05. 2016. DOI: 10.15628/holos.2016.4685 PP. 22-32. Pág. 24.

STONE, Lawrence. Prosopography. In: *Daedalus: journal of American Academy of Arts and Sciences*, vol. 100, nº 1, 1971 – Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e de Renato Monseff Perissinotto. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operaria Inglesa*. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 V.

\_\_\_\_\_. Edward Palmer. *A miséria da Teoria ou um planetário de erros; Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

TOLKIEN, J.R.R. *O Hobbit: ou lá e de volta outra vez*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2019.

TRINDADE, Cláudia Moraes. “O nascimento de uma penitenciária: os primeiros presos da Casa de Prisão com Trabalho da Bahia (1860-1865)”. In: *Tempo [online]*. 2011, vol.16, n.30, pp.167-196. ISSN 1413-7704.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro 1823-1913. Com notas de Basílio de Magalhães*. Vol.17. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004

## ANEXOS

- Exame dos educandos

1873

NOMES	PRIMEIRAS LETRAS	GEOMETRIA	DESENHO LINEAR	OFICINA E DESEMPENHO	MUZICA
João Antônio Dantas	Pronto e aprovado	mal	ótimo	Ferreiro - bom	-
Raimundo Nonato de Belém	ótimo	bom	bom	Marceneiro - ótimo	Ótimo
Narciso Ferreira Borges	ótimo	ótimo	ótimo	Funileiro - ótimo	Ótimo
Cazemiro Anastácio das Neves	ótimo	ótimo	bom	Carpina - ótimo	bom
Benedito de Moraes Tavares Rego	ótimo	-	-	Marceneiro - ótimo	-
Pedro Evangelista de Leão	ótimo	-	-	Marceneiro - bom	bom
Clarindo Gomes Franco	ótimo	-	-	Ferreiro - bom	Ótimo
Anastácio José Cardoso	ótimo	ótimo	bom	Ferreiro - ótimo	Ótimo
João Thompson Wallace	bom	-	-	Marceneiro - ótimo	-
Napoleão Marcos de Oliveira	ótimo	-	-	Alfaiate	bom
Alfredo Pontes Braga	ótimo	-	-	Funileiro - bom	bom
Alfredo Guilherme de Miranda	bom	-	-	Alfaiate - bom	bom
Libaneo Maranhense da Silva	ótimo	-	-	Marceneiro - bom	bom
Horácio Antônio Dias	ótimo	-	-	Ferreiro - bom	bom
Joaquim Antônio dos Santos	bom	-	-	Carpina - bom	bom
João Nopoceno Pinto (Prestes)	bom	-	-	Ferreiro - bom	bom
Manoel Alexandrino da Silva	bom	-	-	Carpina - ótimo	bom
Sebastião da Cunha d'Eça e Costa	bom	-	-	Marceneiro - ótimo	bom
Bernardino Rodrigues de Oliveira	ótimo	-	-	Marceneiro - bom	bom
Francisco Caetano de Vasconcellos	ótimo	-	-	Funileiro - bom	-
Guilherme de Sá Cardozo	ótimo	-	-	Marceneiro - ótimo	-
Hildebrando Xavier Alves	bom	-	-	Carpina - bom	-
João Ladisláo da Trindade	bom	-	-	Alfaiate	-
José Moraes Tavares Rego	bom	-	-	Funileiro - bom	-

<b>Augusto José Cardozo</b>	bom	-	-	Alfaiate	-
<b>Pedro Paulo da Silva</b>	bom	-	-	Torneiro - ótimo	-
<b>João Braz Valleco</b>	bom	-	-	Carpina - bom	-
<b>Francisco Pantoja</b>	bom	-	-	Carpina - ótimo	-
<b>Hilário da Costa Teixeira</b>	bom	-	-	Funileiro - ótimo	-
<b>Raimundo da Costa Mattos</b>	bom	-	-	Alfaiate	-
<b>Prelediano Pereira Fermink</b>	boom	-	-	Alfaiate	-
<b>Segispido Pereira Fermink</b>	bom	-	-	Funileiro - bom	-
<b>Raimundo Paes Brito</b>	mau	-	-	Alfaiate	-
<b>Albino José Pereira</b>	mau	-	-	Carpina - bom	-
<b>Narcizo Feliciano de Nazareth</b>	mau	-	-	Ferreiro - bom	-
<b>João Teixeira</b>	mau	-	-	Funileiro - bom	-
<b>José Cursino dos Santos</b>	doente	-	-	Funileiro - bom	-
<b>Luiz Americo</b>	bom	-	-	Carpina - bom	-
<b>Tito Araújo de Guimaães</b>	bom	-	-	Carpina - ótimo	bom
<b>Francisco Ezequiel da Costa Mattos</b>	doente	-	-	Marceneiro - bom	-
<b>Luiz Pedro de Oliveira</b>	bom	-	-	Alfaiate	

Fonte: Jornal Do Pará 30/12/1873 Pág. 02.

## 1874

<b>NOMES</b>	<b>PRIMEIRAS LETRAS</b>	<b>GEOMETRIA</b>	<b>DESENHO LINEAR</b>	<b>MUSICA</b>	<b>OFICINA - DESEMPENHO</b>	<b>Instrução religiosa</b>
<b>João Antônio Dantas</b>	aprovado ano anterior	bom	bom		Ferreiro - ótimo (aprovado somente em limar)	não consta
<b>Raimundo Nonato de Belém</b>	ótimo e pronto	bom	bom		Marceneiro - bom	bom
<b>Narciso Ferreira Borges</b>	ótimo e pronto	ótimo	bom		Funileiro - ótimo	bom
<b>Cazemiro Anastácio das Neves</b>	ótimo e pronto	bom	bom		Carpina - bom	bom
<b>Benedito de Moraes Tavares Rego</b>	Bom	-	-		Marceneiro - bom	bom



<b>Pedro Evangelista de Leão</b>	Bom	-	-		Marceneiro - bom	bom
<b>Clarindo Gomes Franco</b>	Bom	-	-		Ferreiro - ótimo	bom
<b>Anastácio José Cardoso</b>	Bom	ótimo	bom		Ferreiro - ótimo	bom
<b>João Thompson Wallace</b>	Bom				Marceneiro - bom	bom
<b>Napoleão Marcos de Oliveira</b>	Bom					bom
<b>Alfredo Pontes Braga</b>	Bom				ferreiro - bom	bom
<b>Alfredo Guilherme de Miranda</b>	Bom					bom
<b>Libaneo Maranhense da Silva</b>	Bom					bom
<b>Horácio Antônio Dias</b>	Bom				Sapateiro - ótimo	bom
<b>Joaquim Antônio dos Santos</b>	Bom				Carpina - bom	bom
<b>João Nopomoceno Pinto (prestes?)</b>	Bom				ferreiro - bom	bom
<b>Manoel Alexandrino da Silva</b>	Bom				Carpina - bom	bom
<b>Sebastião da Cunha d'Eça e Costa</b>	Bom				Marceneiro - ótimo	bom
<b>Bernardino Rodrigues de Oliveira</b>	Bom					bom
<b>Francisco Caetano de Vasconcellos</b>	Bom				Funileiro - bom	bom
<b>Guilherme de Sá Cardozo</b>	Bom				Marceneiro - bom	bom
<b>Hildebrando Xavier Alves</b>	Bom				Carpina - bom	mau
<b>João Ladisláo da Trindade</b>	Bom					mau
<b>José Moraes Tavares Rego</b>	Bom				Funileiro - bom	bom
<b>Augusto José Cardozo</b>	Bom					mau
<b>Pedro Paulo da Silva</b>	Bom				Marceneiro - bom	mau
<b>João Braz Valleco</b>	Bom				Carpina - bom	mau
<b>Francisco Pantoja</b>	Bom				Carpina - bom	bom
<b>Hilário da Costa Teixeira</b>	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta
<b>Raimundo da Costa Mattos</b>	Mau					bom
<b>Prelediano Pereira Fermink</b>	Mau					bom
<b>Segispido Pereira Fermink</b>	Mau					bom
<b>Raimundo Paes Brito</b>	consta mas sem conceito					mau

<b>Albino José Pereira</b>	consta mas sem conceito				Carpina - bom	mau
<b>Narcizo Feliciano de Nazareth</b>	Mau				ferreiro - bom	bom
<b>João Teixeira</b>	consta mas sem conceito				Funileiro - bom	mau
<b>José Cursino dos Santos</b>	Bom				Funileiro - bom	
<b>Luiz Americo</b>	Mau				Sapateiro - bom	
<b>Tito Araújo de Guimaães</b>	Bom				Carpina - bom	
<b>Francisco da Costa Mattos (as vezes francisco E. de Mattos Costa)</b>	Mau					
<b>Luiz Pedro de Oliveira</b>	Bom					mau
<b>Leopoldino Lagos Ribeiro</b>	Bom					
<b>Segisnando Antônio da Silva (as vezes Segismundo)</b>	Bom				Funileiro - ótimo	
<b>Sotero Leão Salles</b>	bom				ferreiro - bom	
<b>Guilherme F. da silva</b>	bom					mau
<b>Augusto Candido Roiz Campos</b>	bom					mau
<b>Manoel de Nazareth</b>	consta mas sem conceito				Sapateiro - bom	mau
<b>Felippe da Conceição</b>	consta mas sem conceito				Funileiro - bom	mau
<b>Pedro Alcantara Pinheiro</b>	bom				carpina - bom	
<b>Francisco Salles de Miranda</b>	bom				Sapateiro - bom	
<b>Manoel H. da Fonseca</b>	bom					
<b>João Batista Farias</b>	bom				Carpina - bom	
<b>Antonio Gonçalves dos Reis</b>	bom					
<b>Raymundo F. Penna</b>	mau					
<b>Antônio H. da Rocha</b>	mau				ferreiro - bom	
<b>José Cardozo Bahia</b>	mau					
<b>Manoel Cardozo Bahia</b>	mau					
<b>Raymundo M. Costa</b>	mau					
<b>Alberto A. C. de Oliveira</b>	consta mas sem conceito				Sapateiro - bom	

FONTE: JORNAL DO PARÁ, 30/12/ 1874 pág. 02.

1875

<b>NOMES</b>	<b>PRIMEIRAS LETRAS</b>	<b>GEOMETRIA</b>	<b>DESENHO LINEAR</b>	<b>MÚSICA</b>	<b>OFICINAS</b>
<b>João Antônio Dantas</b>	pronto				
<b>Raimundo Nonato de Belém</b>	pronto	Bom	bom		marceneiro - ótimo
<b>Narciso Ferreira Borges</b>	pronto	-	bom		funileiro - ótimo
<b>Cazemiro Anastácio das Neves</b>	pronto	bom	bom		carpina - ótimo
<b>Benedito de Moraes Tavares Rego</b>	bom				marceneiro - bom
<b>Pedro Evangelista de Leão</b>	ótimo	mau	bom		marceneiro - ótimo
<b>Clarindo Gomes Franco</b>	ótimo	bom	bom		ferreiro - ótimo
<b>Anastácio José Cardoso</b>	bom		bom		ferreiro - ótimo
<b>João Thompson Wallace</b>	bom	mau			marceneiro - ótimo
<b>Napoleão Marcos de Oliveira</b>	bom				alfaiate - bom
<b>Alfredo Pontes Braga</b>	ótimo				
<b>Alfredo Guilherme de Miranda</b>	ótimo				alfaiate - bom
<b>Libaneo Maranhense da Silva</b>	bom				marceneiro - bom
<b>Horácio Antônio Dias</b>	ótimo				sapateiro - ótimo
<b>Joaquim Antônio dos Santos</b>	bom				carpina - bom
<b>João Nopomoceno Pinto (prestes)</b>	bom				
<b>Manoel Alexandrino da Silva</b>	bom				carpina - ótimo
<b>Sebastião da Cunha d'Eça e Costa</b>	bom				marceneiro - ótimo
<b>Bernardino Rodrigues de Oliveira</b>	ótimo				marceneiro - bom
<b>Francisco Caetano de Vasconcellos</b>	bom				funileiro - bom
<b>Guilherme de Sá Cardozo</b>	bom			bom	
<b>Hildebrando Xavier Alves</b>	bom			bom	carpina - bom
<b>João Ladisláo da Trindade</b>	bom				
<b>José Moraes Tavares Rego</b>	bom				funileiro - bom
<b>Augusto José Cardozo</b>	bom				alfaiate - bom
<b>Pedro Paulo da Silva</b>	bom				torneiro - ótimo
<b>João Braz Valleco</b>	bom				carpina - bom
<b>Francisco Pantoja</b>	bom				carpina - bom

<b>Raimundo da Costa Mattos (Mattos da costa)</b>	bom				
<b>Prelediano Pereira Firmink</b>	bom				
<b>Segispido Pereira Firmink</b>	bom				funileiro - bom
<b>Raimundo Paes Brito (Peres de Brito)</b>	mau				
<b>Albino José Pereira</b>	bom				carpina - bom
<b>Narcizo Feliciano de Nazareth</b>	bom				
<b>João Teixeira</b>	mau				
<b>José Cursino dos Santos</b>	bom				
<b>Luiz Americo</b>	bom				sapateiro bom
<b>Tito Araújo de Guimaães</b>	bom				carpina - ótimo
<b>Francisco da Costa Mattos (Francisco Ezequiel de Mattos Costa)</b>	bom				marceneiro - bom
<b>Luiz Pedro de Oliveira</b>	bom				alfaiate - bom
<b>Leopoldino Lagos Ribeiro</b>	bom				alfaiate - bom
<b>Segisnando Antônio da Silva (Segismundo)</b>	bom				funileiro - ótimo
<b>Sotero Leão Salles</b>	DOENTE	DOENTE	DOENTE	DOENTE	DOENTE
<b>Guilherme Farias da silva</b>	bom				
<b>Augusto Candido Roiz Campos</b>	bom				
<b>Manoel de Nazareth</b>	mau				sapateiro - bom
<b>Felippe da Conceição</b>	mau				funileiro - bom
<b>Pedro Alcantara Pinheiro</b>	bom				carpina - bom
<b>Francisco Salles de Miranda</b>	bom				sapateiro - bom
<b>Manoel H. da Fonseca</b>	bom				marceneiro - bom
<b>João Batista Farias</b>	bom			bom	carpina - bom
<b>Antonio Gonçalves dos Reis</b>	ótimo				funileiro - bom
<b>Raymundo F. Penna</b>					
<b>Antônio H. da Rocha</b>	bom				
<b>José Cardozo Bahia</b>	bom				
<b>Manoel Cardozo Bahia</b>	bom				marceneiro - bom
<b>Raymundo M. Costa</b>					
<b>Alberto A. C. (COUTO) de Oliveira</b>	mau				sapateiro - bom

<b>Jozino Pereira Guimarães</b>	ótimo	bom			
<b>Maximiano Franckilim Maciel Barboza</b>					
<b>Paulo Augusto Pfaender</b>	ótimo				funileiro - bom
<b>Luiz (LINO) Augusto Pfaender</b>	ótimo				
<b>Francisco Mendes Correia</b>	mau				
<b>Raymundo Nonato de Souza</b>					
<b>Raymundo Lameira Bittencourt</b>	ótimo			bom	marceneiro - bom
<b>Francisco de Moraes Rocha</b>					
<b>Francisco Cunha Pereira</b>					
<b>Eduardo Lucio de Oliveira</b>					
<b>Pedro Ignacio de Carvalho</b>					
<b>Francisco Caetano Corrêa</b>					
<b>Luiz Joaquim de Lyra Barros</b>	mau				

**FONTE:** EXAMES 29 DE DEZEMBRO DE 1875 - JORNAL DO PARÁ 04/01/1876. Pág. 03

## 1876

<b>NOMES</b>	<b>PRIMEIRAS LETRAS</b>	<b>DESENHO LINEAR</b>	<b>GEOMETRIA</b>	<b>MECANICA</b>
<b>Raimundo Nonato de Belém</b>		bom		bom
<b>Narciso Ferreira Borges</b>		bom com distinção		ótimo e pronto
<b>Cazemiro Anastácio das Neves</b>		bom		bom
<b>Benedito de Moraes Tavares Rego</b>		bom	bom	
<b>Pedro Evangelista de Leão</b>		bom	ótimo	
<b>Clarindo Gomes Franco</b>		bom	ótimo	
<b>Anastácio José Cardoso</b>		bom com distinção		bom
<b>João Thompson Wallace</b>		bom	bom	
<b>Napoleão Marcos de Oliveira</b>	LICENÇA			
<b>Alfredo Pontes Braga</b>	bom			
<b>Alfredo Guilherme de Miranda</b>				
<b>Libaneo Maranhense da Silva</b>	bom			

<b>Horácio Antônio Dias</b>	bom e pronto			
<b>Joaquim Antônio dos Santos</b>	bom e pronto			
<b>João Nopoceno Pinto (prestes)</b>				
<b>Manoel Alexandrino da Silva</b>	bom			
<b>Sebastião da Cunha d'Eça e Costa</b>	bom			
<b>Bernardino Rodrigues de Oliveira</b>	ótimo e pronto			
<b>Francisco Caetano de Vasconcellos</b>	bom			
<b>Guilherme de Sá Cardozo</b>	bom			
<b>Hildebrando Xavier Alves</b>	bom			
<b>João Ladisláo da Trindade</b>	bom			
<b>José Moraes Tavares Rego</b>	bom			
<b>Augusto José Cardozo</b>	bom			
<b>Pedro Paulo da Silva</b>	bom			
<b>João Braz Valleco</b>	bom			
<b>Francisco Pantoja</b>	bom			
<b>Raimundo da Costa Mattos ( Mattos da costa)</b>	bom			
<b>Prelediano Pereira Firmink</b>	bom			
<b>Segispido Pereira Firmink</b>	bom			
<b>Raimundo Paes Brito (Peres de Brito)</b>	mau			
<b>Albino José Pereira</b>	mau			
<b>Narcizo Feliciano de Nazareth</b>	mau			
<b>João Teixeira</b>	mau			
<b>José Cursino dos Santos</b>	DOENTE NA INFERMARIA			
<b>Luiz Americo</b>	mau			
<b>Tito Araújo de Guimães</b>	bom			
<b>Francisco da Costa Mattos (francisco Ezequiel de Mattos Costa)</b>	bom			
<b>Luiz Pedro de Oliveira</b>	bom			
<b>Leopoldino Lagos Ribeiro</b>		mau	bom	
<b>Segisnando Antônio da Silva (Segismundo)</b>		bom	bom	
<b>Sotero Leão Salles</b>	ótimo e pronto			
<b>Guilherme Farias da silva</b>	bom			
<b>Augusto Candido Roiz (rodrigues) Campos</b>	bom			
<b>Manoel de Nazareth</b>	bom			
<b>Felippe da Conceição</b>	mau			
<b>Pedro Alcantara Pinheiro</b>				
<b>Francisco Salles de Miranda</b>	FALECIDO			
<b>Manoel H. da Fonseca</b>	bom			
<b>João Batista Farias</b>	bom			
<b>Antonio Gonçalves dos Reis</b>	bom			

Antônio H. da Rocha	bom			
José Cardozo Bahia	bom			
Manoel Cardozo Bahia				
Alberto Antônio Couto de Oliveira	bom			
Joz(v)ino Pereira Guimarães		bom	ótimo	
Paulo Augusto Pfaender	ótimo			
Luiz (LINO) Augusto Pfaender	bom			
Francisco Mendes Correia	mau			
Raymundo Lameira Bittencourt	ótimo e pronto			
Luiz Joaquim de Lyra Barros	mau			
Raymundo F. Penna	bom			
<b>HILÁRIO DA COSTA TEIXEIRA SOME EM 1874 E CONSTA COMO LICENÇA AQUI</b>				

FONTE: JORNAL DO PARÁ 27 DE OUTUBRO DE 1876 pág2

## 1877

NOMES	INSTRUÇÃO PRIMARIA	DESENHO	GEOMETRIA	MECANICA	MÚSICA
Raimundo Nonato de Belém		mau		mau	
Narciso Ferreira Borges		ótimo			
Cazemiro Anastácio das Neves		bom	pronto em 1º grau	mau	
Benedito de Moraes Tavares Rego		bom			
Pedro Evangelista de Leão		bom		bom em 1º grau	
Clarindo Gomes Franco		mau		bom em 2º grau	
Anastácio José Cardoso		ótimo		pronto	
João Thompson Wallace		bom	pronto		
Napoleão Marcos de Oliveira		mau	mau		
Alfredo Pontes Braga	ótimo (1º grau)				
Alfredo Guilherme de Miranda		mau	mau		
Libaneo Maranhense da Silva	bom (1º grau)				ótimo - sulfejo
Horácio Antônio Dias		mau	mau		
Joaquim Antônio dos Santos		mau	mau		
João Nopomoceno Pinto (prestes)	bom (1º grau)				ótimo - escala

<b>Manoel Alexandrino da Silva</b>	bom (2º grau)				
<b>Sebastião da Cunha d'Eça e Costa</b>	bom (1º grau)				
<b>Bernardino Rodrigues de Oliveira</b>		bom	pronto		
<b>Francisco Caetano de Vasconcellos</b>	bom (1º grau)				
<b>Guilherme de Sá Cardozo</b>	bom (1º grau)				
<b>Hildebrando Xavier Alves</b>	ótimo(1º grau)				
<b>João Ladisláo da Trindade</b>	bom (2º grau)				ótimo - compendio
<b>José Moraes Tavares Rego</b>	bom (2º grau)				ótimo - sulfejo
<b>Augusto José Cardozo</b>	ótimo (2º grau)				
<b>Pedro Paulo da Silva</b>	bom (1º grau)				
<b>João Braz Valleco</b>	bom (1º grau)				
<b>Francisco Pantoja</b>	bom (1º grau)				
<b>Raimundo da Costa Mattos (as vezes Mattos da costa)</b>	mau (2º grau)				
<b>Prelediano Pereira Firmink</b>	bom (1º grau)				
<b>Segispido Pereira Firmink</b>	mau (1º grau)				
<b>Raimundo Paes Brito (as vezes Peres de Brito)</b>					
<b>Albino José Pereira</b>					
<b>Narcizo Feliciano de Nazareth</b>	bom (2º grau)				
<b>João Teixeira</b>					
<b>José Cursino dos Santos</b>	bom (1º grau)				
<b>Luiz Americo</b>	mau (2º grau)				
<b>Tito Araújo de Guimarães</b>	bom (1º grau)				
<b>Francisco da Costa Mattos (Francisco Ezequiel de Mattos Costa)</b>	bom (2º grau)				
<b>Luiz Pedro de Oliveira</b>	bom (1º grau)				
<b>Leopoldino Lagos Ribeiro</b>		bom	mau		
<b>Segisnando Antônio da Silva (Segismundo)</b>		bom	pronto em 1º grau		
<b>Sotero Leão Salles</b>		mau	mau		
<b>Guilherme Farias da silva</b>	bom (1º grau)				
<b>Augusto Candido Roiz (rodrigues) Campos</b>	bom (1º grau)				
<b>Manoel de Nazareth</b>	bom (2º grau)				
<b>Felippe da Conceição</b>					



<b>Pedro Alcantara Pinheiro</b>		bom	mau		
<b>Francisco Salles de Miranda</b>					
<b>Manoel H. (Heduviges) da Fonseca</b>	bom (2º grau)				
<b>João Batista Farias</b>	bom (2º grau)				
<b>Antônio Gonçalves dos Reis</b>	ótimo (1º grau)				ótimo - sulfejo
<b>Antônio Hermenegildo da Rocha</b>	bom (2º grau)				
<b>José Cardozo Bahia</b>	mau (2º grau)				
<b>Manoel Cardozo Bahia</b>	bom (2º grau)				
<b>Alberto Antônio C. de Oliveira</b>					
<b>Joz(v)ino Pereira Guimarães</b>	DESLIGADO	DESLIGADO			
<b>Paulo Augusto Pfaender</b>	ótimo (1º grau)				
<b>Luiz (LINO) Augusto Pfaender</b>		ótimo	bom		
<b>Francisco Mendes Correia</b>	mau (1º grau)				
<b>Raymundo Lameira Bittencourt</b>		ótimo	pronto		
<b>Luiz Joaquim de Lyra Barros</b>	mau (1º grau)				
<b>Raymundo F. Penna</b>					

FONTE: JORNAL DO PARÁ, 12 DE OUTUBRO DE 1877. Pág. 02.

1878

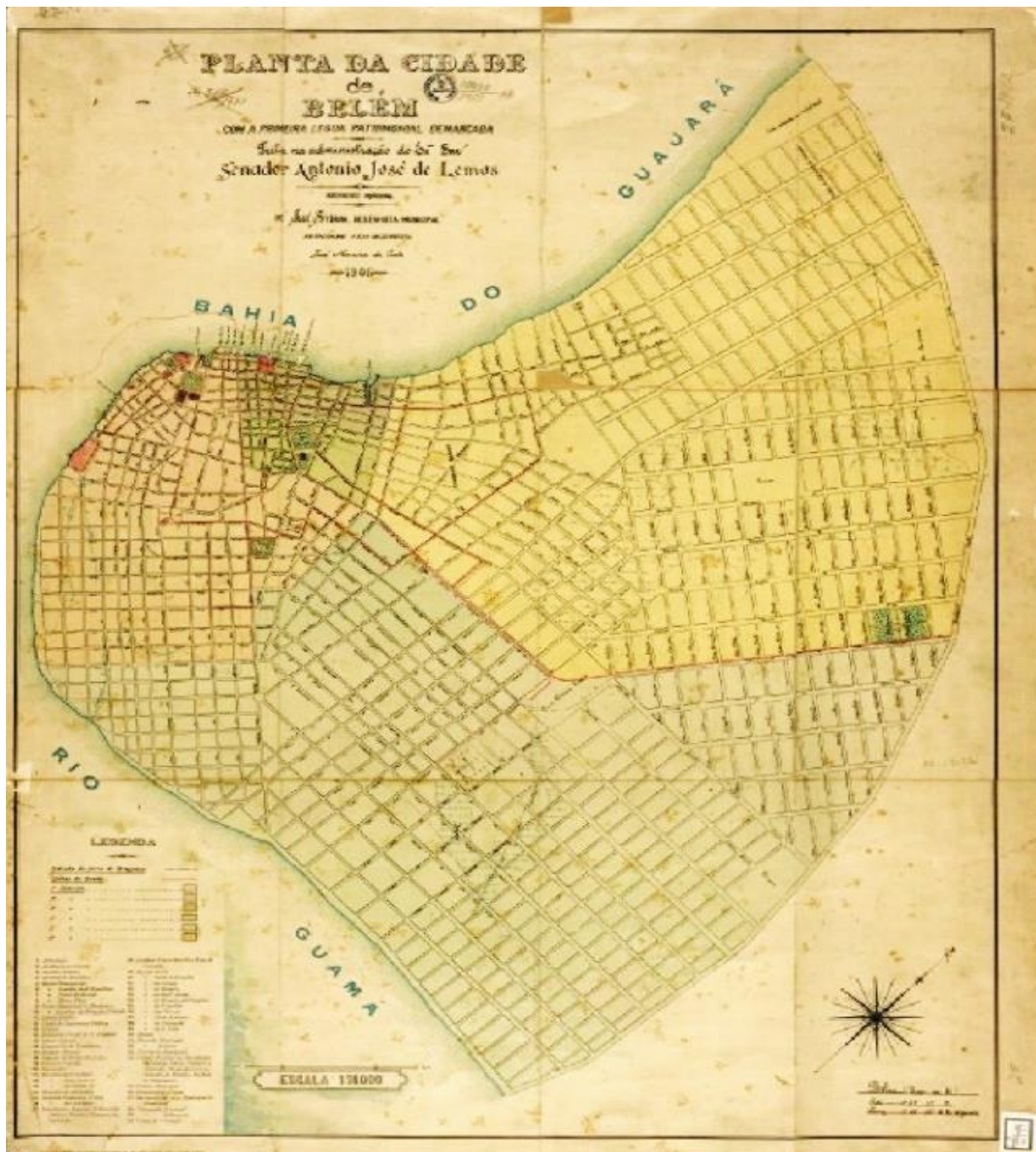
NOMES	INSTRUÇÃO PRIMARIA	GEOMETRIA	DESENHO LINEAR	MECANICA	FRANCES	MÚSICA
<b>Raimundo Nonato de Belém</b>			sofrível	mau	bom	
<b>Narciso Ferreira Borges</b>			ótimo		bom	
<b>Cazemiro Anastácio das Neves</b>			sofrível	sofrível	bom	
<b>Benedito de Moraes Tavares Rego</b>			bom	DOENTE	DOENTE	
<b>Pedro Evangelista de Leão</b>	DESLIGADO	DESLIGADO	DESLIGADO	DESLIGADO	DESLIGADO	
<b>Clarindo Gomes Franco</b>			mau	bom		
<b>Anastácio José Cardoso</b>					bom	
<b>João Thompson Wallace</b>			mau	mau	sofrível	
<b>Napoleão Marcos de Oliveira</b>						
<b>Alfredo Pontes Braga</b>		mau	bom			

<b>Alfredo Guilherme de Miranda</b>		mau	NÃO AVALIADO			
<b>Libaneo Maranhense da Silva</b>		bom	bom			aprovado plenamente - solfejo
<b>Horácio Antônio Dias</b>		bom	sofrível			
<b>Joaquim Antônio dos Santos</b>						
<b>João Nopoceno Pinto (prestes)</b>	sofrível					
<b>Manoel Alexandrino da Silva</b>	bom					
<b>Sebastião da Cunha d'Eça e Costa</b>	sofrível					
<b>Bernardino Rodrigues de Oliveira</b>			sofrível	bom	bom	
<b>Francisco Caetano de Vasconcellos</b>	sofrível					
<b>Guilherme de Sá Cardozo</b>		mau	NÃO AVALIADO			
<b>Hildebrando Xavier Alves</b>	ótimo	DESLIGADO	DESLIGADO	DESLIGADO		
<b>João Ladisláo da Trindade</b>						
<b>José Moraes Tavares Rego</b>	bom					aprovado plenamente - solfejo
<b>Augusto José Cardozo</b>	bom					
<b>Pedro Paulo da Silva</b>	sofrível					
<b>João Braz Valleco</b>	sofrível					
<b>Francisco Pantoja</b>	bom					aprovado - compendio
<b>Raimundo da Costa Mattos ( Mattos da costa)</b>						
<b>Prelediano Pereira Firmink</b>	sofrível					
<b>Segispido Pereira Firmink</b>	mau					
<b>Raimundo Paes Brito (Peres de Brito)</b>	sofrível					
<b>Albino José Pereira</b>						
<b>Narcizo Feliciano de Nazareth</b>	sofrível					
<b>João Teixeira</b>	mau					
<b>José Cursino dos Santos</b>	sofrível					
<b>Luiz Americo</b>	sofrível					
<b>Tito Araújo de Guimaães</b>	sofrível					
<b>Francisco da Costa Mattos (francisco Ezequiel de Mattos Costa)</b>	sofrível					aprovado - compendio
<b>Luiz Pedro de Oliveira</b>	bom					aprovado - compendio
<b>Leopoldino Lagos Ribeiro</b>		bom	NÃO AVALIADO			

<b>Segisnando Antônio da Silva (Segismundo)</b>			ótimo	bom		
<b>Sotero Leão Salles</b>		mau	bom			aprovado plenamente - solfejos
<b>Guilherme Farias da silva</b>	bom					aprovado - compendio
<b>Augusto Candido Roiz (rodrigues) Campos</b>	sofrível					
<b>Manoel de Nazareth</b>	sofrível					
<b>Felippe da Conceição</b>						
<b>Pedro Alcantara Pinheiro</b>		mau	sofrível			
<b>Francisco Salles de Miranda</b>						
<b>Manoel H. da Fonseca</b>						
<b>João Batista Farias</b>	ótimo					
<b>Antônio Gonçalves dos Reis</b>		bom	bom			aprovado - compendio
<b>Antônio Hermenegildo da Rocha</b>	sofrível					
<b>José Cardozo Bahia</b>	sofrível					aprovado plenamente - compendio
<b>Manoel Cardozo Bahia</b>						
<b>Alberto A. Couto de Oliveira</b>	sofrível					
<b>Joz(v)ino Pereira Guimarães</b>						
<b>Paulo Augusto Pfaender</b>		mau	ótimo			
<b>Luiz (LINO) Augusto Pfaender</b>		bom	bom			
<b>Francisco Mendes Correia</b>	sofrível					
<b>Raymundo Lameira Bittencourt</b>			ótimo	bom	bom	
<b>Luiz Joaquim de Lyra Barros</b>	sofrível					
<b>Raymundo F. Penna</b>	sofrível					

FONTE: JORNAL DO PARÁ, 09 DE OUTUBRO DE 1878 pág. 02.

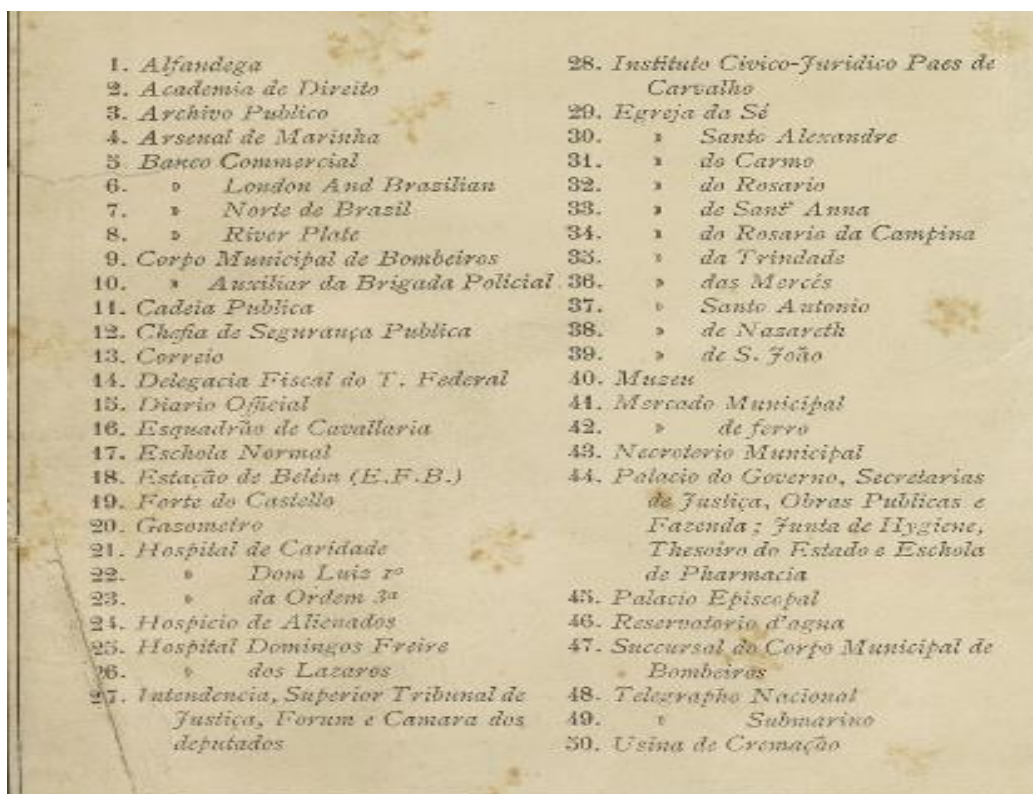
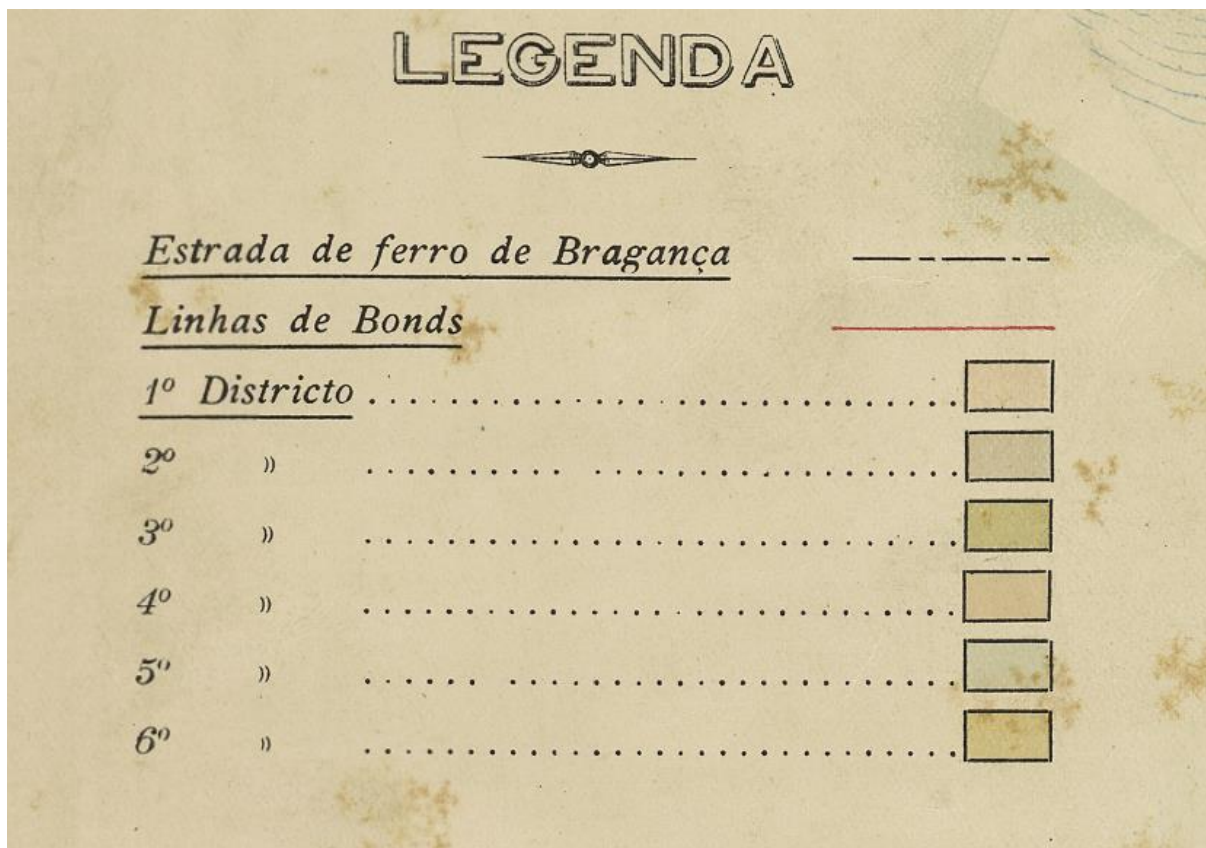
- Mapa de José Sidrim (1905).



**Fonte:** Site da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo hospedado no site UFPA 2.0.  
(<https://fauufpa.org/2015/02/20/planta-da-cidade-de-belem-%E2%80%95-1905-por-jose-sidrim/>)



- Zoom da legenda do mapa de José Sidrim (1905).



Fonte: Site da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo hospedado no site UFPA 2.0. (<https://fauufpa.org/2015/02/20/planta-da-cidade-de-belem-%E2%80%95-1905-por-jose-sidrim/>)